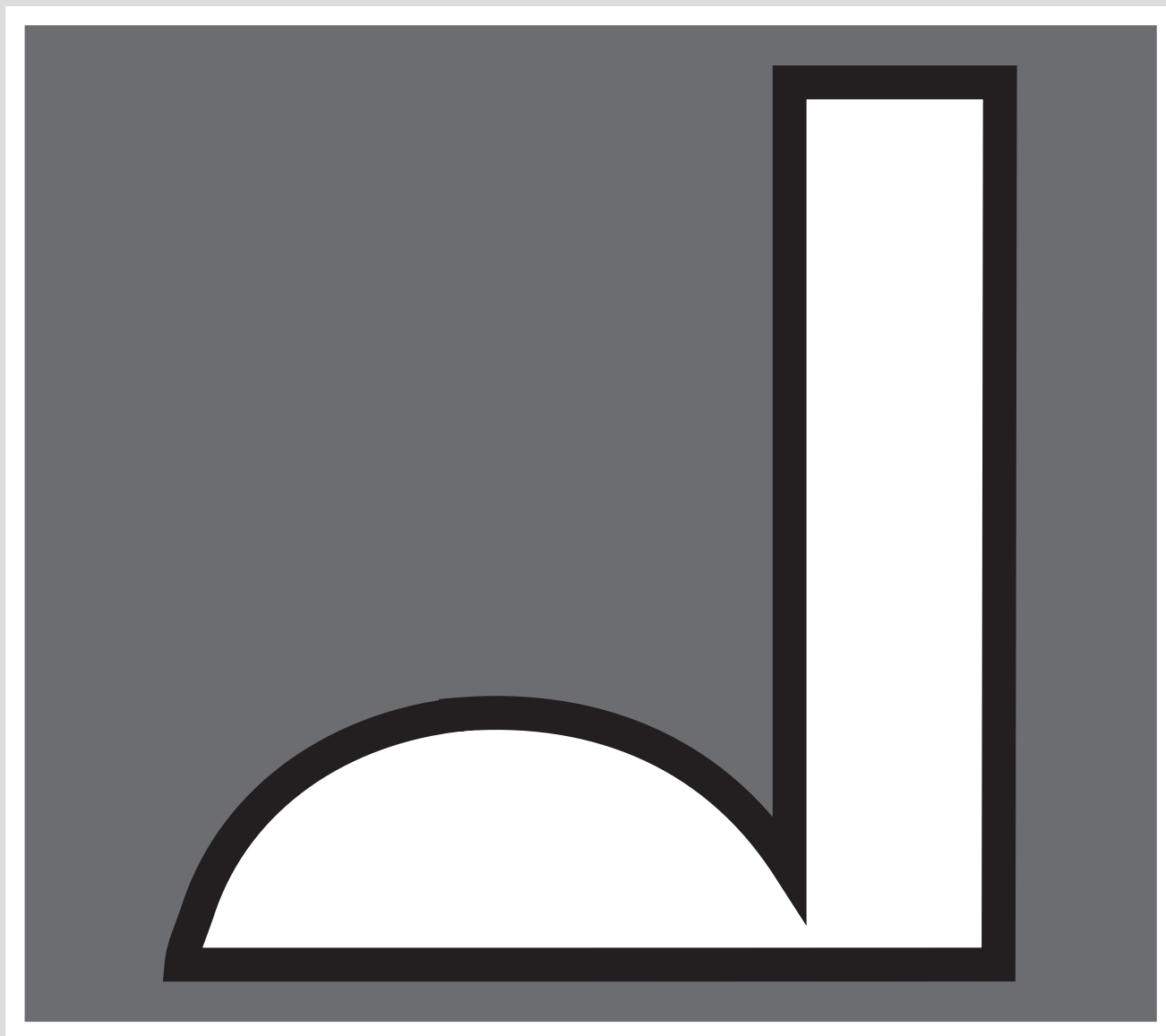




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 068 - QUINTA-FEIRA, 05 DE MAIO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE		3º SECRETÁRIO
José Sarney - (PMDB-AP)		João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1ª VICE-PRESIDENTE		4º SECRETÁRIO
Marta Suplicy - (PT-SP)		Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE		
Wilson Santiago - (PMDB-PB)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO	
1º SECRETÁRIO	1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)	
Cícero Lucena - (PSDB-PB)	2º - João Durval - (PDT-BA)	
2º SECRETÁRIO	3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)	
João Ribeiro - (PR-TO)	4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)	

Notas:

1. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 29 Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 15 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Líder do PR - 4 Magno Malta Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27 Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amelia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16 Líder Mário Couto - PSDB (9) Líder do PSDB - 11 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (8) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6) Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5)
		PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
		Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo

Notas:

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
- Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
- Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
- Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
- Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSB/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.

Expediente	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 64ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 4 DE MAIO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 484, de 2011, de autoria do Senador José Sarney, solicitando voto de apoio à candidatura do Sr. José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura..... 14062

Nº 485, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amelia, solicitando votos de congratulações à *Rádio Colonial AM*. 14062

Nº 486, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amelia, solicitando votos de congratulações à *Rádio Difusora FM*. 14062

Nº 487, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amelia, solicitando votos de congratulações à *Rádio Medianeira FM*. 14063

Nº 488, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amelia, solicitando votos de congratulações à *Rádio CBN 1340 AM*. 14063

Nº 489, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amelia, solicitando votos de congratulações à *Rádio Pop Rock Bagé 98,1 FM*. 14063

Nº 490, de 2011, de autoria do Senador Raulo Rodrigues, solicitando a retirada do Requerimento nº 340, de 2011. **Deferido**. 14063

Nº 491, de 2011, de autoria do Senador Itamar Franco, solicitando informações ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia..... 14063

Nº 492, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado das Comunicações. 14064

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Dedicação do tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã para comemorar os cento e oitenta e cinco anos de instalação do Senado Federal, nos termos do Requerimento nº 401, de 2011, do Senador José Sarney e outros Srs. Senadores. 14064

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Alerta ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pú-

blica sobre abusos praticados em contratos de empréstimos consignados a idosos; e outro assunto. 14065

SENADOR JARBAS VASCONCELOS – Ponderações sobre a estabilidade econômica conquistada nos últimos 20 anos, agora ameaçada pela alta da inflação..... 14067

SENADOR MÁRIO COUTO, como Líder – Críticas ao Governo brasileiro pela proposta de revisão do Tratado de Itaipu..... 14070

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Comentários sobre a redução do índice da pobreza de dezembro de 2002 a dezembro de 2010, em 50,54%, conforme noticiado hoje em vários jornais. 14072

SENADOR GEOVANI BORGES – Registro do transcurso amanhã do Dia Internacional das Paraleiras. 14075

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Comentários acerca da exposição realizada pelo Ministro da Saúde sobre a realidade e os planos de melhoria da saúde pública no País; e outro assunto. 14078

SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA, como Líder – Saudação aos participantes da 14ª Marcha dos Prefeitos, que acontecerá em Brasília na próxima semana; e outros assuntos..... 14091

SENADOR ITAMAR FRANCO, como Líder – Comentários acerca da fala do Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, em audiência pública, ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos. .. 14092

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Considerações sobre o problema da inflação, com destaque às razões dos altos preços dos combustíveis..... 14093

SENADOR HUMBERTO COSTA, como Líder – Preocupação com a grande quantidade de chuvas que vem atingindo o Estado de Pernambuco e registro de debate, hoje, na Comissão de Assuntos Sociais, com o Ministro Alexandre Padilha, onde foram discutidas melhorias no Sistema Único de Saúde, destacando o problema do financiamento da saúde pública. 14095

SENADORA ANGELA PORTELA – Importância do Programa Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGAT), que será lançado pelo Governo Federal. 14097

SENADOR AÉCIO NEVES, como Líder – Anúncio da apresentação de proposta de emenda à Constituição e de projeto de lei relacionados à divisão de impostos entre União, Estados e Municípios..... 14100

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2011, que *autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, a assumir, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais – CCFCVS, direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação – SH/SFH; oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH; autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados; altera o Anexo do Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e as Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.887, de 24 de dezembro de 2008, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 11.314, de 3 de julho de 2006; revoga a Medida Provisória nº 523, de 20 de janeiro de 2011; e dá outras providências* (Proveniente da Medida Provisória nº 513, de 2010). **Aprovado**, com voto contrário aos pressupostos constitucionais do Senador Pedro Taques e da Minoria, após **Parecer nº 233, de 2011-PLEN**, proferido pelo Senador Renan Calheiros (Relator revisor), tendo usado da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, José Agripino, Demóstenes Torres, Jarbas Vasconcelos, Mário Couto, Inácio Arruda, Randolfe Rodrigues, Walter Pinheiro, Gim Argello, Marcelo Crivella, Wellington Dias e Antonio Carlos Valadares. À sanção. (Prejudicada a Medida Provisória nº 513, de 2010) 14101

1.3.2 – Item 2

Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2011, que *altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que “dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nºs 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002-Código Civil; revoga os dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências”* (Proveniente da Medida Provisória nº 514, de 2010). Matéria transferida para a próxima sessão deliberativa ordinária..... 14128

1.3.3 – Item 6

Requerimento nº 307, de 2011, da Senadora Ana Amelia, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 294 e 484, de 2008, por regularem a mesma matéria (cálculo do adicional de insalubridade). **Aprovado**..... 14128

1.3.4 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Discursos

SENADOR LUIZ HENRIQUE – Leitura de artigo publicado, hoje, no jornal **O Estado de S. Paulo**, de autoria de S. Ex^a, sobre a perda da competitividade de vários setores da indústria nacional. 14129

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Registro do anúncio de que o Governo do Estado de Roraima iniciou as obras de recuperação e ampliação da Usina Hidrelétrica de Jatapu; e outro assunto..... 14132

1.4.2 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 484, de 2011, de autoria do Senador José Sarney, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado**. 14135

1.4.3 – Discursos (continuação)

SENADOR PAULO DAVIM – Registro de reunião da bancada do Partido Verde com o Presidente da Câmara dos Deputados para solicitar o adiamento da votação do Código Florestal; e outro assunto... 14135

SENADOR CASILDO MALDANER – Registro da instalação de uma subcomissão tratar da Defesa Civil no Brasil e da designação de S. Ex^a como Relator..... 14137

SENADOR JOÃO PEDRO – Considerações sobre pesquisa feita pelo economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas, acerca da desigualdade de renda no Brasil, elogiando a estratégia do Governo de combater a pobreza. 14138

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Considerações acerca da reforma política, destacando proposta de emenda à Constituição, a ser apresentada por S. Ex^a, que estabelece a coincidência de mandatos..... 14140

SENADOR CÍCERO LUCENA – Considerações acerca dos problemas na saúde pública no País, em especial no Estado da Paraíba. 14142

SENADORA LÍDICE DA MATA, como Líder – Registro da faixa de renda que o Governo adotará para identificar o número de famílias a serem atendidas pelo Programa Brasil sem Miséria, de superação da extrema pobreza.; e outro assunto.. 14145

SENADOR WALTER PINHEIRO – Reflexões acerca de um dos desafios importantes para o Brasil: a perspectiva de desenvolvimento científico e tecnológico, comentando a exposição do Ministro Aloizio Mercadante na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e outro assunto. 14146

SENADOR ACIR GURGACZ, como Líder – Defesa da necessidade de mais investimentos em programas de educação profissional, como o Pro-Jovem Trabalhador..... 14152

SENADOR WELLINGTON DIAS – Registro de audiência, realizada na Comissão de Assuntos Sociais, na qual o Ministro Padilha assumiu o compromisso de implantar o cartão SUS; e outros assuntos..... 14155

SENADOR EDUARDO AMORIM – Registro da importância do Banco do Estado de Sergipe (Bane-se) para o desenvolvimento daquele Estado..... 14156

SENADORA ANA AMELIA – Considerações sobre a situação do endividamento dos pequenos agricultores familiares e assentados da reforma agrária em todo o Brasil; e outro assunto. 14160

SENADORA ANA RITA – Homenagem pelo transcurso do Dia do Trabalhador, em 1º de maio,

destacando a situação das empregadas domésticas no País e os temas de interesse das mulheres..... 14163

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Registro da presença do ministro da Ciência e Tecnologia Aloizio Mercadante no Senado Federal hoje e apresentação de indagações e preocupações relativas ao tema. 14164

SENADOR JAYME CAMPOS – Registro da presença do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, na audiência pública realizada hoje na Comissão de Assuntos Sociais, oportunidade em que S. Ex^a discorreu acerca dos vários problemas daquela Pasta e elencou prioridades. 14167

1.4.4 – Leitura de requerimentos

Nº 495, de 2011, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda..... 14171

Nº 496, de 2011, de autoria do Senador Paulo Bauer, solicitando voto de aplauso pelo transcurso dos 25 anos do *Diário Catarinense*. 14173

Nº 497, de 2011, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, solicitando informações ao Ministro de Estado da Defesa. 14173

Nº 498, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira, solicitando informações ao Ministro de Estado das Comunicações. 14175

1.4.5 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2011, de autoria do Senador Itamar Franco, que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar que o termo de guarda disponha sobre as viagens do menor ao exterior*..... 14176

Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2011, de autoria do Senador Itamar Franco, que *acrescenta inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o empregado deixe de comparecer ao trabalho por até oito horas, para submeter-se a exames ou provas em estabelecimentos educacionais e dá outras providências*. 14177

Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que *dispõe sobre os incentivos às indústrias espaciais, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Espacial (PADIE); estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no setor espacial; e altera a Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000*..... 14178

Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2011, de autoria do Senador Aécio Neves, que *acrescenta o art. 1º-A à Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, e o art. 1º-A à Lei nº 12.306, de 6 de agosto de 2010, que dispõem sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos dos Fundos de Participações dos Municípios – FPM e dos Estados – FPE, bem como dos Fundos de Desenvolvimento Regional, com o objetivo de preservar a descentralização fiscal da Federação, e dá outras providências*..... 14184

Projeto de Resolução nº 17, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e do Senador Raulo Rodrigues, que *acrescenta o § 5º ao art. 23 da Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993, que institui o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para dispor sobre os requisitos necessários aos membros do Conselho de Ética*..... 14193

1.4.6 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 17, de 2011, lido anteriormente.. 14194

1.4.7 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 42, de 2011 (nº 110/2011, na origem), informando que, no trimestre encerrado em 31 de março de 2011, o Tesouro Nacional não realizou emissões de títulos da República, nos termos do inciso I do art. 1º da Resolução nº 20, de 2004, do Senado Federal. 14194

1.4.8 – Aviso do Banco Central do Brasil

Nº 43, de 2011 (nº 32/2011, na origem), encaminhando o demonstrativo das emissões do real, referentes ao primeiro trimestre de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, em atendimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 1995. 14194

1.4.9 – Avisos do Tribunal de Contas da União

Nº 44, de 2011 (nº 532/2011, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 1.075/2011-TCU, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 41/2010, do Senado Federal (TC 022.065/2010-5)..... 14206

Nº 45, de 2011 (nº 525/2011, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 1.064/2011-TCU, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 50/2010, do Senado Federal (TC 025.597/2010-8)..... 14213

1.4.10 – Comunicações

Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar de Inquérito – Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil. (**Ofício nº 58/2011, de 4 do corrente**)..... 14219

Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Temporária destinada a propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil. (**Ofício nº 59/2011, de 4 do corrente**)..... 14219

Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Temporária criada pelo Requerimento nº 171, de 2011, que propõe alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil (**Ofício nº 140, de 2011, de 4 do corrente**). Designação do Senador Benedito de Lira, como suplente, para compor a referida Comissão..... 14219

Do Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, referente à nova

composição da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher. **(Ofício nº 172/2011, de 4 do corrente)**..... 14219

1.4.11 – Ofício da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

Nº S/14, de 2011 (nº 41/2011, na origem), encaminhando, em meio eletrônico, Relatório de Prestação de Contas Anual de 2010..... 14219

1.4.12 – Leitura de proposta de emenda à Constituição

Nº 31, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Aécio Neves, que *acrescenta o art. 159-A à Constituição Federal, para determinar a compensação financeira pela União aos demais entes federados, e pelos Estados aos respectivos municípios, nas hipóteses que especifica.* 14221

1.4.13 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários sobre o Balanço Anual de 2010, divulgado pelo Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom). 14230

SENADOR CIRO NOGUEIRA – Registro da preocupação do povo brasileiro com a segurança pública no Brasil, destacando a ação do Parlamento no sentido de alterar o código Penal e aumentar a pena para os crimes de roubo e receptação. 14230

1.4.14 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 5, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 14231

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA

3 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS À PUBLICAÇÃO

3.1 – Termo de Reunião

Referente à Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 530, de 2011.

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 4.5.2011

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 64ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 4 de maio de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney, da Sra. Marta Suplicy, dos Srs. Paulo Paim, João Pedro, Acir Gurgacz, Eduardo Amorim, Jayme Campos e da Srª Ana Amelia

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 22 horas e 33 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

64ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 4/5/2011 06:51:00 até 4/5/2011 22:34:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	
PT	ES	ANA RITA	X	
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X	
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	
PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
PMDB	CE	EUNICIO OLIVEIRA	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X	
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	X	
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PPS	MG	ITAMAR FRANCO	X	
PP	RO	IVO CASSOL	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
PT	AC	JORGE VIANA	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	
PT	RJ	LINOBERGH FARIAS	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	
PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PT	SP	MARTA SUPLICY	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	
PV	RN	PAULO DAVIM	X	

Operador: MARCOS CARNEIRO LEITE

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	X	

Compareceram: 79 Senadores

Emissão: 4/5/2011 22:37:11

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 484, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, que seja apresentado voto de apoio à candidatura do Senhor José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO.

Justificação

No início do ano o Governo do Brasil, com o apoio da União das Nações Sudamericanas (Unasul) e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), lançou a candidatura do Senhor José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO. Foi o primeiro Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e coordenador da elaboração do Programa Fome Zero. Só essas realizações seriam o suficiente para credenciar o Senhor José Graziano da Silva para o cargo de Diretor Geral da FAO. No entanto, o candidato brasileiro apresenta também destacada formação acadêmica e experiência atuando nessa instituição.

José Graziano da Silva tem notável vínculo com a FAO, uma vez que, em 2006, assumiu o cargo de Representante Regional daquele organismo para a América Latina e Caribe. Além disso, sua experiência aprofundou-se ao assumir também o cargo de Subdiretor-Geral da entidade. Seu esforço à frente desses cargos foi no sentido de reformar a instituição e descentralizá-la. No lançamento de sua candidatura em Roma, relembrou essa sua gestão e a iniciativa, por ele promovida, América Latina e Caribe Sem Fome, fortalecendo o compromisso de apoiar os países dessas regiões na erradicação da fome até 2025.

O candidato brasileiro, nesse mesmo evento, enfatizou que para erradicar a fome era necessário estimular os sistemas de produção de alimentos ambientalmente e socialmente sustentáveis nos países em desenvolvimento. Seu discurso, assim, reforça os ideais que defendeu durante sua longa trajetória ao estabelecer que o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural são instrumentos fundamentais para o aprimoramento da segurança alimentar.

Professor titular e Coordenador do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Licen-

ciado em Agronomia; Mestre em Economia e Sociologia Rural pela Universidade de São Paulo (USP); Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Doutor em Estudos Latino Americanos pela University College de Londres; Doutor em Estudos Ambientais pela Universidade da Califórnia Santa Cruz; e autor de 25 livros, José Graziano da Silva aprimorou e se aprofundou nas questões de segurança alimentar tendo colocado a sua primorosa formação acadêmica a serviço da FAO. Essa mesma formação e experiência profissional serão necessárias ao próximo Diretor-Geral, que deverá enfrentar os novos desafios da instituição, uma vez que a crise econômica mundial afetou a situação econômica de vários países doadores. O novo nível de cooperação entre países deve suplantiar a assistência via recursos financeiros para abarcar também a assistência técnica de qualidade para apoiar os programas da FAO.

José Graziano da Silva é o candidato singular que reúne as qualidades técnicas e acadêmicas para fazer frente a esses desafios. Dessa forma, cumpre ao Senado apoiar o brasileiro que poderá cumprir esta honrosa missão.

Sala das Sessões, 4 de maio de 2011. – Senador **José Sarney**.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 485, DE 2011

Requeiro nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhados Votos de Congratulações à Rádio Colonial AM, pelo transcurso dos 56 anos de sua fundação, que ocorrerá em 3-5-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada à Senhora Ana Cristina Dockhorn, no seguinte endereço: Rua Bruno Dockhorn, 18 – Três de Maio – RS – CEP: 98910-000.

Sala das Sessões, de maio de 2011. – Senadora **Ana Amélia**, Vice-Líder do PP.

REQUERIMENTO Nº 486, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhados Votos de Congratulações à Rádio Difusora FM, pelo transcurso dos 24 anos de sua fundação que ocorrerá em 5/5/2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser

encaminhada ao Senhor Eduardo Vargas Ardenghi, no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, 349 – 4º andar – Palmeira das Missões – RS – CEP: 98300-000.

Sala das Sessões, de maio de 2011. – Senadora **Ana Amélia**, Vice-Líder do PP.

REQUEIRIMENTO Nº 487, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhados votos de Congratulações à Rádio Medianeira FM, pelo transcurso dos 22 anos de sua fundação, que ocorrerá em 3-5-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor Antônio Bonini, no seguinte endereço: Av. Rio Branco, 809 – Santa Maria – RS – CEP: 97010-423.

Sala das Sessões, de maio de 2011. – Senadora **Ana Amélia**, Vice-Líder do PP.

REQUEIRIMENTO Nº 488, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhados votos de Congratulações à Rádio CBN 1340 AM, pelo transcurso dos 26 anos de sua fundação, que ocorrerá em 5-5-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor Cláudio Moreto, no seguinte endereço: Av. Ipiranga, 1075 – 3º andar (CBN) – Azenha – Porto Alegre – RS – CEP: 90160-093.

Sala das Sessões, de maio de 2011. – Senadora **Ana Amélia**, Vice-Líder do PP.

REQUEIRIMENTO Nº 489, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhados votos de Congratulações à Rádio Pop Rock Bagé 98,1 FM, pelo transcurso dos 8 anos de sua fundação, que ocorrerá em 5-5-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada ao Senhor Antônio Luiz Arla da Silva, no seguinte endereço: Av. Sete de Setembro, 1015 cj. 203 – Bagé – RS – CEP: 96400-001.

Sala das Sessões, de maio de 2011. – Senadora **Ana Amélia**, Vice-Líder do PP.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência encaminhará os votos de congratulações solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUEIRIMENTO Nº 490, DE 2011

Requeiro, nos termos do inciso I do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 340, de 2011, de minha autoria.

Sala das Sessões – Senador **Randolfe Rodrigues**.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido, nos termos regimentais.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUEIRIMENTO Nº 491, DE 2011

Solicita Informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, relativas à atuação da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN.

Excelentíssimo Senhor

Presidente do Senado Federal

Requeiro, na forma do art. 50, § 2º da Constituição Federal e dos artigos 215, I, a, 216, I e 217 do RISF, seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia **pedido de informações**, no sentido de se obter esclarecimentos, junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, sobre o cumprimento, por parte da CNEN, dos dispositivos da Lei nº 10.308, de 2011, que disciplina a instalação de depósitos de rejeitos radioativos. Solicita-se à CNEN:

O que impede a aplicação do art. 37 da referida Lei, que determina expressamente a urgência para a construção de um depósito final?

Qual a situação atual dos resíduos nas usinas de Angra (embalagem, volume de resíduos, segurança)

Segundo informações da imprensa, estima-se em 10 anos o tempo mínimo para entrada em operação do primeiro depósito final de rejeitos. Qual a previsão de incremento de volume de rejeitos nesse período e qual o prognóstico, no que diz respeito à segurança, para a manutenção desses rejeitos em seus depósitos iniciais?

Quais as consequências para os depósitos iniciais, na hipótese de uma catástrofe natural de grande porte, provocada por deslizamento das encostas que cercam as usinas de Angra dos Reis?

Quais são os planos para o acondicionamento provisório de resíduos contaminados, em caso de acidente nuclear ou radiológico?

Justificação

Passados os momentos iniciais de comoção e, posteriormente, de apreensão quanto às consequências dos fortes terremoto e maremoto acontecido recentemente no Japão, apresenta-se o momento em

que devemos sistematizar as experiências adquiridas no gerenciamento do acidente nuclear provocado pelo sismo.

Verifica-se, a julgar por matérias veiculadas recentemente na grande imprensa, que o Estado Brasileiro não encontra-se aparelhado para enfrentar uma eventual catástrofe que venha a atingir o parque de geração nuclear de Angra dos Reis. De fato, alega-se que a região não tem histórico de fortes atividades sísmicas, mas esse argumento perde força diante da constatação de que tais cataclismos vêm aumentando em número e intensidade nos últimos anos, ao longo de todo o planeta.

Vale lembrar, ainda, que a área onde estão instaladas as usinas é notoriamente sujeita a deslizamentos de terra. Vimos, há poucos meses, o resultado, tão brutal quanto inesperado, do excesso de chuvas na região serrana do mesmo Estado do Rio de Janeiro.

Juste-se a esses fatos o relato do incidente acontecido em maio de 2001, quando, por falha humana, cerca de 22 mil litros de água radioativa vazaram da usina de Angra I sem que, por seis meses, a prefeitura da cidade tomasse conhecimento, e teremos um cenário propício para uma tragédia nuclear em nosso País.

Cabe aos membros do Congresso Nacional, na qualidade de representantes do povo e dos Estados federados, zelar pelo efetivo cumprimento e eventual aperfeiçoamento das normas de segurança relativas à energia nuclear, razão pela qual estamos solicitando as informações relacionadas acima.

Sala das Sessões, 2 de maio de 2011. – Senador **Itamar Franco**.

(À Mesa, para decisão)

REQUERIMENTO Nº 492, DE 2011

Solicita informações ao Senhor Ministro das Comunicações sobre a regulamentação da comunicação audiovisual de acesso condicionado.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro das Comunicações sobre a regulamentação da comunicação audiovisual de acesso condicionado.

Quais são os estudos técnicos do Ministério das Comunicações sobre a manutenção da proibição da prestação de serviços de TV por Assinaturas – na tecnologia via cabo – pelas empresas concessionárias de telefonia fixa?

A ANATEL, agência vinculada ao Ministério das Comunicações, é a entidade responsável em regular as empresas de telecomunicações consideradas empacotadoras segundo pelo PLC nº 116/10, que se encontra atualmente em tramitação no Senado Federal. O referido projeto de lei concede poderes a ANCINE para regular o conteúdo da comunicação social, o que traria um conflito de competências com ANATEL. O Ministério das Comunicações tem estudos sobre a delegação dessas competências à ANCINE?

Ministério das Comunicações tem restrições sobre a limitação da participação das empresas de radiodifusão e de produção nas empresas de telecomunicações e vice-versa? Quais os argumentos técnicos para fundamentar o seu posicionamento?

O Ministério das Comunicações tem estudos sobre o sistema de cotas de conteúdo nacional dentro dos canais e cotas de canais nacionais na TV por Assinatura? Quem foi o responsável pela elaboração desses estudos e quais foram os seus resultados?

Considerando que as plataformas tecnológicas utilizadas pelas operadoras de televisão por assinatura (cabo, MMDS, TVA e DHT) têm abrangências de prestação de serviços distintas (local ou nacional), seria possível uma distribuição obrigatória de canais de maneira uniforme por todas essas operadoras?

Justificação

O Senado Federal tem enfrentado várias discussões sobre a regulamentação da comunicação audiovisual de acesso condicionado. O PLC nº 116, de 2009, que dispõe sobre a matéria, traz inovações que alteram competências do setor de telecomunicações e o pronunciamento do Ministério das Comunicações sobre o tema é imprescindível para uma análise percutiente e precisa por parte do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 4 de maio de 2011. – Senador **Alvaro Dias**.

(À Mesa, para decisão)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo dos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será destinado a comemorar os cento e oitenta e cinco anos de instalação do Senado Federal, de acordo com o **Requerimento nº 401, de 2011**, do Senador José Sarney e outros Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, quero me inscrever para falar pela minoria. Como o Senador Mozarildo foi o primeiro a chegar e tem o direito, como todos entendemos, de falar primeiro como Líder, mas ele só quer falar depois da Ordem do Dia, passo eu a ser o primeiro Líder a ser chamado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr^a Presidente, pela ordem para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Paim.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr^a Presidente, quero apenas confirmar o que foi dito pelo Senador Mário Couto. Já deve estar na Mesa minha indicação para falar pela Liderança do PTB, mas requeiro fazê-lo depois da Ordem do Dia.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex^a está inscrito para falar depois da Ordem do Dia pela Liderança, Senador Mozarildo.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Geovani.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a palavra para uma comunicação inadiável como segundo inscrito.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está inscrito o Senador Geovani Borges para uma comunicação inadiável. É o segundo inscrito. O primeiro será o Senador Paim e terceiro...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr^a Presidente. Peço a palavra também para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex^a falará como terceiro inscrito, Senador Ricardo Ferraço.

Com a palavra, por um pedido do Senador Jarbas Vasconcelos que é o primeiro orador e aguarda a chegada de alguns papéis, o primeiro Senador inscrito para uma comunicação inadiável, Senador Paulo Paim.

O SR. SENADOR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Senadora Marta Suplicy, agradeço ao Senador Jarbas.

De imediato, Sr^a Presidente, quero fazer dois registros. Devo falar por exatamente cinco minutos. Um dos assuntos que quero tratar envolve nossos idosos,

com os quais tenho demonstrado, neste plenário, inúmeras vezes minhas preocupações. Outra vez venho falar dos planos de saúde. É uma situação vulnerável a dos idosos brasileiros em relação ao tratamento que estão recebendo dos planos de saúde. Depois falarei também, é claro, sobre a questão dos empréstimos consignados.

Sr^a Presidente, precisamos considerar, primeiro, que, ao permitir que o aposentado tome empréstimo junto à instituição financeira, com a garantia de pagamentos repassados pelo próprio INSS, mediante desconto em folha de benefícios, estamos atendendo a uma solicitação dos próprios aposentados. Mas, de outro lado, não dá para negar que há interesse do sistema financeiro.

As empresas têm se valido de fortes estratégias de *marketing*, de contratos mal redigidos – ou bem redigidos na visão delas, eu diria –, com linguagem técnica e com cláusulas imprecisas de forma a confundir o idoso.

Personalidades públicas muitas vezes vão à televisão e fazem apelo para que o idoso vá tirar empréstimo. Dizem que o dinheiro é rápido, fácil, sem burocracia, para a realização de sonhos.

Em verdade, Sr^a Presidente e Srs. Senadores, não é preciso entender muito de economia para perceber que essas facilidades, da forma como o sistema financeiro está apresentando, não são bem assim e que acabam trazendo prejuízo principalmente ao idoso carente, que muitas vezes está sendo enganado.

O crédito diminui a renda das pessoas em vez de funcionar como um instrumento de inclusão, de melhoria para o idoso.

Lembro que a Constituição Federal prevê, no art. 230, que a família, a sociedade, o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar.

Com isso, Sr^a Presidente, só quero fazer um alerta para que o Poder Judiciário, o Ministério Público e as Defensorias estejam atentos para não permitir o abuso do Sistema Financeiro quando o idoso vai lá pedir empréstimo. Que prevaleça o princípio da boa-fé e que os idosos, no caso, não sejam prejudicados.

Em segundo lugar, Sr^a Presidente, gostaria de registrar que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral sobre matéria que trata da aplicação do Estatuto do Idoso aos contratos de planos de saúde firmados antes da aprovação da norma.

Quero cumprimentar a Ministra Relatora, Ellen Gracie, que se manifestou pela existência de relevância da matéria e foi seguida, por unanimidade, pelos demais membros da Corte.

A tese jurídica a ser apreciada diz que os contratos de planos de saúde firmados antes da edição do Estatuto do Idoso podem ser reajustados pelo critério de idade ou devem seguir o art. 15, § 3º do Estatuto, que veda a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados. Ou seja, o Supremo está decidindo de forma positiva, favoravelmente.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande, ao julgar o caso concreto, declarou abusivo, à luz do Estatuto, o aumento na mensalidade de planos de saúde em função da idade.

A questão chega ao Supremo e vai na mesma linha.

Era isso, Sr.^a Presidenta. Quero que considere na íntegra os meus dois pronunciamentos. Quero também dizer às Sr^{as} e aos Srs. Senadoras que, amanhã, o Ministro Gilberto Carvalho vai reunir as centrais sindicais e as entidades dos aposentados, para o encaminhamento da questão do fim do fator e da política para os aposentados.

Era isso. Obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dois assuntos que envolvem os nossos idosos me deixam muito preocupado. Um deles é sobre os planos de saúde e o outro é a situação vulnerável dos idosos brasileiros em relação aos contratos de adesão de empréstimos consignados.

Precisamos considerar neste aspecto, o fato de que, ao permitir que o aposentado tome o empréstimo junto à Instituição Financeira, com a garantia de pagamentos repassados pelo próprio INSS, mediante desconto em folha de benefícios, estamos entregando ao mercado financeiro uma fonte infindável de lucros.

As empresas tem se valido de fortes estratégias de marketing, de contratos mal redigidos com linguagem técnica e com cláusulas imprecisas de forma proposital para confundir o consumidor.

Personalidades públicas e apresentadores de televisão são utilizados como estratégia para vender facilidades: dinheiro rápido, fácil, sem burocracia, para a realização dos seus sonhos!

Em verdade, não é preciso saber muito de economia para perceber que essas facilidades são atrativos para um produto extremamente caro destinado a população idosa e carente que está sendo enganada pelas Instituições Financeiras. O crédito diminui a renda das pessoas e, ao invés de funcionar como mecanismo de

inclusão, ele dissemina a miséria e a exclusão criando uma dívida exorbitante.

A Constituição Federal prevê, no art. 230, que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo a sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito a vida”.

Quero deixar claro, Sr. Presidente, que, ao meu ver, esses contratos ferem os preceitos constitucionais sem qualquer punição, ferem especialmente a dignidade da pessoa humana e que é preciso que o Poder Judiciário, o Ministério Público e as Defensorias estejam atentos para que as instituições financeiras sigam o princípio da boa-fé e cumpram as determinações do direito dos consumidores.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de registrar que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral sobre matéria que trata da aplicação do Estatuto do Idoso aos contratos de planos de saúde firmados antes da aprovação da norma.

A Ministra relatora, Ellen Gracie, se manifestou pela existência de relevância da matéria e foi seguida por unanimidade pelos demais membros da Corte.

A tese jurídica a ser apreciada diz respeito ao seguinte fato: os contratos de planos de saúde firmados antes da edição do Estatuto do Idoso podem ser reajustados pelo critério da idade ou devem seguir o art 15, § 3º do Estatuto que veda a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul ao julgar o caso concreto declarou abusivo, à luz do Estatuto, os aumentos na mensalidade do plano de saúde em função da idade.

A questão chegou ao STF em recurso da empresa operadora do plano de saúde que sustenta violação ao artigo 5º, inciso XXXVI (36), da CF por ferir ato jurídico perfeito.

Sr^{as} e Srs. Senadores, todos sabemos que um dos princípios dos contratos é a autonomia das vontades, isto é, as partes podem acordar livremente as suas relações jurídicas, porém limitada a supremacia da ordem pública.

Os acordos não podem exceder os limites legais.

Considero importante que a matéria seja julgada com a maior brevidade pelo Supremo, para que possamos pacificar a questão nos tribunais de todo o país.

O assunto possui relevância social e econômica, pois atinge milhares de idosos que estão à mercê dos reajustes abusivos impostos pelos planos de saúde.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Paim, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Com a palavra o Senador Jarbas Vasconcelos, pelo tempo regimental de dez minutos.

Passo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

A Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de começar esta minha fala levantando um questionamento: qual foi a principal conquista da sociedade brasileira nos últimos 20 anos? Na minha opinião, não há dúvida alguma de que essa conquista foi a estabilidade econômica, a derrota da inflação, construída nos Governos dos Presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

O Brasil teve dezenas de planos econômicos que fracassaram espetacularmente na tentativa de estabilizar nossa moeda. Entre 1967 e 1994, nosso País teve seis moedas diferentes. Quase sempre essas mudanças de nome também implicavam o corte de três dígitos da moeda. Era uma forma de impedir que um quilo de feijão custasse milhões de cruzeiros ou cruzados, duas das moedas que existiram antes da chegada do real, há 17 anos.

Sr. Presidente, felizmente, hoje, muitos brasileiros não sabem o que é o terror absoluto de uma inflação descontrolada. Quem está na casa dos 20 e poucos anos não faz nenhuma idéia de como funcionava a economia brasileira até o lançamento do Plano Real pelo então Presidente da República, Itamar Franco, e pelo Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

Entre 1986 e 1989, a inflação passou de 72% para 1.973%. No período seguinte, entre 1990 e 1994, a média anual chegou a 764%.

O Real, Sr. Presidente, permitiu que a inflação caísse, no primeiro ano de sua implantação, de 916% para apenas 22%, em 1995. A média entre 1995 e 2000 ficou em 8,6%.

A estabilidade foi a maior conquista da classe trabalhadora brasileira, desde que foram assegurados seus direitos trabalhistas na década de 1930, pois sempre são os mais pobres que pagam o maior custo

da inflação, justamente por não disporem dos meios para proteger suas finanças.

Gostaria aqui de transcrever um texto do jornalista econômico Joelmir Beting, publicado na época do lançamento do Real e que hoje circula pela internet como um registro preciso daquela época que não deixou saudades. Abre aspas:

Aqui jaz a moeda que acumulou, de julho de 1965 a junho de 1994, uma inflação de 1,1 quadrilhão por cento. Sim, inflação de 16 dígitos, em três décadas. Ou precisamente, um IGP-DI de 1.142.332.741.811.850% (um quadrilhão, 142 trilhões, 332 bilhões, 741 milhões, 811 mil, 850%). Dá para decorar? Perdemos a noção disso porque realizamos quatro reformas monetárias no período e em cada uma delas deletamos três dígitos da moeda nacional. Um descarte de 12 dígitos no período. Caso único no mundo, desde a hiperinflação alemã dos anos 1920.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não sou muito de ficar citando números, mas recorri a eles com a intenção de alertar para os riscos que estamos correndo com o crescimento alarmante da inflação no Brasil. Essa é uma má notícia, que vem sendo discutida e alertada desde o ano passado, quando o Presidente Lula fez uma verdadeira “farra” do crédito fácil e dos gastos públicos para empinar a candidatura da então Ministra Dilma Rousseff.

Muitos integrantes da oposição afirmaram, no ano passado, que Lula estava deixando uma “bomba-relógio” para o futuro Presidente da República. Estavam certos. Lula teve sucesso no seu maior objetivo político, que era eleger a Sr^a Dilma como sua sucessora, mas deixou uma “herança maldita” que começa a cobrar o seu elevadíssimo preço a todos brasileiros.

Acabou a farra, mas a prepotência continua a mesma no PT.

Já ouvi diversos parlamentares petistas justificar a inflação alta, dizendo que é fruto do crescimento. Trata-se de um evidente sofisma, na intenção de escamotear o óbvio. O Governo até agora fracassou em impedir que a meta de inflação seja superada.

Aqui, eu gostaria de abrir um parêntesis para aludir à nova máxima do PT e do governo que é dizer que tudo é culpa do crescimento. Os aeroportos estão sucateados; oi o crescimento. Faltou etanol nos postos de combustível; foi o crescimento. Teve apagão; foi o crescimento. O crescimento virou alibi para tudo que está errado no país.

A verdade, Sr. Presidente, é que a primeira medida sensata do governo seria assumir uma postura humilde, descer do pedestal. Não dá para ficar tapando o sol com a peneira, nem escondendo que a alta inflacionária tem origem na ineficiência do governo e

num comportamento “papai noel”, adotado nos últimos dois anos.

As autoridades econômicas justificam que a inflação descontrolada decorre da alta internacional dos preços das *commodities*. Mas levantamento realizado recentemente pelo jornal *O Estado de S. Paulo* mostra que esse argumento é falho, pois, nos últimos anos, os índices inflacionários que excluem o índice alimentação, subiram mais do que o índice oficial da inflação no Brasil, o IPCA.

O Governo abriu uma verdadeira “Caixa de Pandora” ao estimular a concessão exacerbada do crédito como forma de enfrentar os efeitos da crise internacional. O então Presidente Lula deu o mote: “Comprem, comprem, comprem”. Os brasileiros foram às compras. Com o real forte no bolso, nossos turistas bateram recordes seguidos de despesas no exterior. No primeiro trimestre deste ano, os brasileiros gastaram US\$4,7 bilhões fora do país.

Sr. Presidente, não é preciso ser um gênio da macroeconomia; basta entender um pouco de economia doméstica: essa euforia baseada apenas no consumo tem suas limitações como prática consistente de médio e longo prazo.

Passadas as eleições, na tentativa de conter o consumo, a equipe econômica anunciou medidas para dificultar o crédito, com a alta dos impostos e da taxa de juros. Essa mudança de comportamento teve um único efeito prático até o momento, que foi o crescimento do calote por parte dos consumidores, com atraso de até 90 dias no pagamento de suas dívidas.

Ao mesmo tempo, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Índice de Confiança do Consumidor, o ICC, caiu em abril, principalmente por causa dos consumidores com renda familiar de até R\$2.100,00.

Para quem não sabe, essa é a chamada “nova classe média” que tanto debate causou nas últimas semanas.

Pois bem, essa “nova classe média” acendeu um alerta amarelo justamente por causa da inflação em alta. Não é para menos, pois nos últimos meses, além das despesas normais que ocorrem todo início de ano, o contribuinte brasileiro vem tendo que arcar com despesas mais elevadas.

Esse dinheiro a menos no bolso é resultado de uma mordida maior do Governo, com a elevação do Imposto sobre Operações Financeiras – IOF e também de tropeços governamentais como no “apagão” do etanol, que puxou para cima os preços dos combustíveis, sem esquecer que começou a temporada de reajustes anuais no preço de serviços como telefonia, energia, água e saneamento, todos já refletindo a alta da inflação iniciada em meados de 2010.

Nessa verdadeira corrida inflacionária, o salário dos trabalhadores começou a perder terreno desde o ano passado. A euforia do consumo fantasiou a realidade, mas ela agora começa a ficar mais clara na hora de pagar as compras no caixa do supermercado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, se por um lado o Governo é incompetente em combater as causas, por outro já se arma para tentar impedir as consequências da alta inflação.

Ouçó o nobre líder Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Senador Jarbas Vasconcelos, como sempre V. Ex^a vai ao âmago de uma questão que é essencial debater neste momento, em que pese ao fato de estarmos ouvindo aqui e alhures que nós da oposição estamos semeando o pessimismo e com isso contribuímos para que a inflação retorne. Veja, Senador que há aí uma inversão de valores. Nós estamos criticando o Governo porque tem se apresentado de forma incapaz de conter o processo de retorno da inflação. As medidas macroprudenciais alardeadas pelo Governo são insuficientes e os especialistas afirmam nessa direção. As reformas que são essenciais para evitar que a inflação retorne, o Governo não as admite. Quanto à reforma administrativa... O Ministro Mantega esteve ontem no Senado e questionado sobre a reforma administrativa, ele disse que o Governo faz reforma. Ele faz a reforma às avessas, porque vai criando ministérios, empresas estatais. Há quinze dias, criamos aqui uma empresa estatal para o trem-bala. São cabides de empregos que são criados constantemente. A reforma é essencial para conter o crescimento dos gastos públicos. Não há mecanismo de controle dos gastos públicos adotado pelo Governo até esse momento. Só se fala em cortar, mas os gastos correntes crescem, as despesas correntes crescem e o corte é em relação a investimentos supostamente produtivos. Portanto, V. Ex^a tem razão em vir à tribuna, debater esse assunto e cobrar do Governo providências mais rigorosas na defesa do interesse público.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. V. Ex^a, que tem uma atuação diuturna aqui nesta Casa, que sempre apresenta temas importantes, agora, em momento oportuno, trás ao debate o ressurgimento da inflação.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Jarbas?

O Sr. Mário Couto (Bloco/PSDB – PA) – A mim também, Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Pela ordem, eu vou conceder um aparte à Senadora Ana Amelia e posteriormente ao Senador Mário Couto e a V. Ex^a e concluir o meu discurso, porque o toque da companhia, para que eu encerre, já ocorreu.

A Sr^a Ana Amelia (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Jarbas Vasconcelos. Além dos problemas enfocados com muita propriedade e competência por V. Ex^a a respeito dos riscos de inflação, acabamos de acompanhar uma audiência pública em que foram debatidos os problemas da logística em nosso País e a que compareceram representantes das principais entidades do setor produtivo brasileiro, da indústria e agricultura, passando pelo setor de logística propriamente dito, e percebemos que os investimentos, embora tivessem sido anunciados, não foram implementados. O setor produtivo brasileiro, neste momento, atravessa uma barreira de obstáculos muito séria em relação à possibilidade de que em curto espaço de tempo venha a estar impedido de aumentar a produção, simplesmente porque os custos de produção estão agravados pela ineficiência e pela deficiência da logística. Anunciou-se em 2008 um plano de construção de 12 mil quilômetros de ferrovia e não chegaram a construir, nesses três anos, trezentos quilômetros de ferrovia. Esse é um dos problemas, além de outros, como o da infraestrutura portuária e da demora que o Governo tem em implementar, por exemplo, parcerias público-privadas, pela complexidade desses contratos. Então, eu me associo a V. Ex^a na preocupação de que o setor produtivo, continua trabalhando sob insegurança jurídica, sob deficiência logística e sob uma carga pesada de tributos e sem a correspondente eficiência no serviço, realmente temos que ficar atentos e vigilantes nesse processo. Obrigada, Senador Jarbas Vasconcelos e renovo os cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Muito obrigado. Além de oportuno, o aparte de V. Ex^a honra esta Casa pela sua eficiência. V. Ex^a é um destaque desde o primeiro dia em que aqui chegou, não só no plenário, mas nas Comissões, nas suas entrevistas e em suas aparições públicas.

São inúmeras, também, as obras paralisadas, Senadora Ana Amélia, no meu Estado, duas grandes obras do Governo Federal, a Transnordestina e a Transposição do rio São Francisco, ambas se encontram paralisadas, trazendo graves prejuízos ao Estado e ao País.

Ouçõ, com brevidade, o nobre Senador Mário Couto, digo brevidade, por causa dos alertas para que eu finalize meu discurso.

O Sr. Mário Couto (Bloco/PSDB – PA) – Mas o assunto é importante. O Senador Paulo Paim, com certeza, vai lhe dar mais alguns minutos, pois é um dos assuntos mais relevantes da atualidade. Meu nobre Senador, primeiro, quero dizer a V. Ex^a que gosto de ouvi-lo, porque os pronunciamentos de V. Ex^a são muito autênticos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Obrigado.

O Sr. Mário Couto (Bloco/PSDB – PA) – O de hoje está no meio de todos a autenticidade. Ora, Senador, ontem, fiz um pronunciamento semelhante ao seu. Os brasileiros estão preocupados com a inflação. A luta dos governos anteriores ao do Lula foi árdua, no sentido de acabar com esse monstro, esse monstro que tomou conta do Brasil por muito tempo, chamado inflação. Não há o que questionar, hoje, Senador; a inflação bate à porta dos brasileiros, o Governo não tem mais condição de negar isso, Senador. O Governo não tem mais condição de negar; a gasolina diz tudo. Vou usar da tribuna daqui a pouco e vou continuar esse tema. Por isso, vou dar a V. Ex^a liberdade de dar a palavra a outros Senadores que querem. Aparteá-lo. Muito obrigado.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Obrigado, Senador Mário Couto, V. Ex^a tem sido uma voz persistente aqui, em defesa de tudo que vai de encontro com os interesses da sociedade, e neste momento, alerta a população sobre o processo inflacionário que está vivendo o país.

Ouçõ, com muita alegria, o Senador Ricardo Ferraço.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex^a é um homem não apenas experiente, mas também vitorioso. Foi Prefeito de Recife, Governador por mais de uma vez desse extraordinário Estado de Pernambuco, V. Ex^a sabe da importância da Lei de Responsabilidade Fiscal para a manutenção da estabilidade econômica em nosso País e as consequências sociais que contabilizamos para a sociedade brasileira, sobretudo para os mais pobres, porque não há nada mais perverso para o poder aquisitivo dos mais pobres do que a inflação. Pois bem, hoje, estamos comemorando onze anos de edificação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que merece registro em razão da necessária manutenção do combate à inflação como meio, estratégia de mantermos o poder aquisitivo do povo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Senador Ricardo Ferraço, agradecendo o aparte de V. Ex^a, eu diria que, se não fosse a Lei de Responsabilidade Fiscal, que aniversaria hoje, com mais de uma década, nós não teríamos o êxito do Plano Real. A Lei de Responsabilidade Fiscal foi um complemento para o sucesso do Plano Real.

Muito obrigado pelo aparte.

Sr. Presidente, técnicos do Banco Central, do Ministério da Fazenda e do Desenvolvimento estudam formas de impedir que a inflação acelerada traga de volta outro grande mal, que é a indexação, um verda-

deiro câncer que contaminou a economia brasileira até a chegada do Real.

O que o Governo precisa é combater as causas da inflação, como, por exemplo, seus gastos correntes. Ninguém leva a sério as promessas de austeridade, de corte das despesas. Dessa forma, a falta de credibilidade do Governo transforma-se num combustível volátil que alimenta as expectativas inflacionárias.

O certo é que os economistas preveem que a inflação vai continuar subindo, e sua disparada coincidirá com o início das campanhas salariais de grandes categorias de trabalhadores, no segundo semestre deste ano.

É difícil crer que a vergonhosa submissão da maioria das centrais sindicais aos interesses do Governo impedirá os trabalhadores de irem à luta buscando reajustes que possam recuperar o poder de compra perdido nos últimos meses.

Pelo que se viu nas mobilizações de trabalhadores nos grandes canteiros de obras do PAC – com greves de até 80 mil operários –, começam a surgir rachaduras no peleguismo financiado pelo Governo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nenhum integrante da oposição vai ficar aqui torcendo para que o Governo perca o controle da inflação. Quem tinha essa prática num passado recente era o PT e os seus aliados, que votaram contra o Plano Real, o Proer e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como integrante da bancada de oposição, estarei aqui para ajudar, sempre que for necessário. Na minha opinião – e acredito que também na de todos os oposicionistas – a prioridade número um do Brasil, neste momento, é assegurar a estabilidade econômica. Mas não esperem que esse apoio seja submisso, de aprovar tudo que a Presidenta quer, sem nenhum questionamento.

Não bastam as boas intenções e as frases de efeito ditas em reuniões palacianas ou nos palanques País afora. O Governo tem falhas, defeitos que precisam ser expostos e corrigidos. Numa democracia, cabe à oposição exercer esse papel fiscalizador e dele jamais abrirei mão.

Era o que tinha a dizer, agradecendo ao nobre e operante Senador Paulo Paim por sua generosidade e sua tolerância, em me conceder alguns minutos para que eu pudesse concluir meu pronunciamento. Porque esta Casa, tem sido, nos últimos tempos, muito rigorosa no cumprimento do seu regimento interno, contudo, apenas em relação ao tempo destinado às falas dos senadores.

Muito obrigado.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Meus cumprimentos, Senador Jarbas Vasconcelos, que faz um pronunciamento, na verdade, falando como oposição, dando um alerta e falando de suas preocupações com a inflação.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Eunício Oliveira, pela ordem.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para pedir minha inscrição pela Liderança do PMDB

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está garantida a V. Ex^a, que falará depois do Senador Mozarildo.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE)

– Será uma honra, Senador Mozarildo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, como Líder, ao Senador Mário Couto, pela Liderança da Minoria. Em seguida, falará a Senadora Vanessa Grazziotin, por permuta com o Senador Cristovam Buarque.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o tema da atualidade é a inflação.

A inflação preocupa o País, Senador Paulo Paim. A inflação bate à porta dos brasileiros e brasileiras. Parece que o Governo não liga para o fato. Parece que o Governo brasileiro não se preocupa com o fato. Tivemos, ontem, um exemplo disso, meus nobres Senadores e Senadoras. O Governo manda para cá um projeto para ser votado açodadamente, mas, por inteligência do Senador Itamar Franco, o Governo não apresentou o Paraguai com US\$6 bilhões.

A inflação na porta, brasileiros e brasileiras, e o Governo brasileiro dando dinheiro ao Paraguai. Como se não bastassem os presentes que o Governo brasileiro já deu a outros países recentemente. Foi doado dinheiro à Bolívia, a Cuba, a Angola, à Venezuela, ao Haiti, bilhões de dólares. E agora querem dar ao governo do Paraguai, pela concessão de energia elétrica. Pasmem, Senador: eram US\$120 milhões ao ano, mas vão dar US\$360 milhões ao ano, Senador Paim. Sem nenhum motivo! Sem nenhuma explicação! Dar por dar, Brasil!

A inflação batendo à porta dos brasileiros, os aposentados brasileiros passando fome, a gasolina batendo no bolso dos brasileiros a R\$3,00, e os brasileiros ouvindo o Senado Federal aprovar uma proposta dessas, que vai aprovar na próxima terça-feira.

Brasileiros, vocês que sofrem, sem hospitais, sem estradas, sem portos, sem aeroportos, sem educação de qualidade, sem saúde, sem segurança, vocês, bra-

sileiros, vão ver, na próxima terça-feira, este Senado aprovar, dar ao Paraguai US\$6 bilhões. E nós? E nós, Senador Paulo Paim? E nós, brasileiros? E não é de hoje que se dá dinheiro a países com o povo brasileiro sofrendo, com a inflação batendo na porta. Não é de agora! Se verificarem os meus pronunciamentos do ano passado e deste ano, verão que já alertei, mais de cinco vezes, que a inflação estava chegando.

Batalhamos, Paulo Paim, batalhamos durante anos, eu e V. Ex^a, aqui, neste Senado, para melhorar a condição desses pobres aposentados brasileiros. Tenho ódio, dói na minha alma, fico revoltado quando vejo chegar a este Senado, Paim, um projeto dando bilhões de dólares a outra nação que não seja a nossa. Fico revoltado! Dói no meu sangue! Por que fazer isso? Por que fazer isso? Por que essa vontade de maltratar o brasileiro? Por que essa vontade de não fazer uma reforma na Previdência deste País para melhorar a situação dos aposentados brasileiros?

Deram 7,7% de aumento aos aposentados. Depois de tantos anos de luta, Paim, depois de V. Ex^a ter apresentado vários projetos, deram uma migalha, uma migalha aos aposentados brasileiros.

Dilma, se você não sabe, minha cara Dilma...

Dizem que coração de mulher, minha nobre Senadora Vanessa, é melhor do que de homem. Não estou vendo isso na Dilma. Não estou observando isso na Dilma.

Dilma, se você não se liga na TV Senado, alguém próximo deve estar escutando. Saiba, Dilma, que 64% dos idosos brasileiros são chefes de família. Quase 40% das idosas brasileiras, Dilma, são chefes de família. Eles é que sustentam suas famílias, Dilma. Elas é que sustentam as suas famílias, Dilma. E esse maldito, esse perverso, esse sem vergonha desse fator previdenciário mete a mão no bolso do aposentado, tira o direito do aposentado.

Olhem, aposentados e aqueles, principalmente, que estão se aposentando neste País, prestem atenção nesta notícia e façam todos isto. Se o Governo não quer olhar, se o Governo não quer dar, se a Dilma mostra que não tem coração, façam isto que vou dizer a vocês agora! Olhem: o juiz da 1^a Vara Federal Previdenciária em São Paulo... Façam isso, entrem na Justiça! Esse fator previdenciário é inconstitucional! Ele não pode permanecer corroendo o bolso de vocês, e vocês assistindo a este País dar dinheiro a rodo a outros países. O que se pode chamar isso? Como se pode carimbar isso, quando se vê entrar aqui um processo de doação de bilhões de dólares a um país? Entrem, aposentados, entrem na Justiça. O juiz da 1^a Vara Federal Previdenciária em São Paulo, Marcus Orione Gonçalves Correia, determinou que o Instituto

Nacional de Seguro Social (INSS) recalcule a aposentadoria de um segurado sem a incidência do fator previdenciário. O juiz declarou o fator inconstitucional. Vamos fazer uma corrente de ações, vamos procurar o direito de cada um na Justiça.

O juiz da 1^a Vara, o Sr. Marcus Orione abriu essa porteira para todos vocês, mostrou a todos vocês que é possível declarar a inconstitucionalidade do fator previdenciário.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Já vou descer, Presidente.

Desço desta tribuna, Brasil, preocupado com a inflação. Desço desta tribuna, Brasil, preocupado com o coração dos últimos presidentes, que se preocupam com outros países e se esquecem do nosso, que consideram que o povo paraguaio merece mais do que o povo brasileiro, que este Senado vai votar, na próxima terça-feira. Vejam, vejam o rosto de cada Senador, procurem identificar cada Senador, julguem cada Senador que vai tirar o dinheiro...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – ...de vocês, o imposto que vocês pagam. Julguem aqueles Senadores que vão tirar o dinheiro do bolso de vocês, do imposto que vocês pagam, para ter saúde melhor, para ter educação melhor, para ter uma segurança melhor e vão dar aos paraguaios. Julguem aqueles Senadores que sabem que os aposentados brasileiros morrem à míngua e de fome e que vão tirar dos aposentados para dar para os paraguaios. A troco de quê, Brasil? A troco de quê, meu País querido? A troco de que os últimos governantes, Lula e Dilma, fazem isso a cada mês? Tirar dinheiro dos brasileiros e dar para outros países. Até Cuba. Até Cuba, Brasil! Até Cuba, Brasil, daqueles ditadores safados, desonestos, já levou dinheiro deste País, de graça! A troco de quê, Brasil?

Revolta-me, Paim. Traz-me indignidade, Paim, quando vejo os brasileiros serem garfados, quando vejo a inflação bater à porta dos brasileiros, quando vejo a irresponsabilidade deste atual Governo.

E, quando vejo meu País, depois de tanta luta desse homem que acabou de entrar neste plenário, desse homem que fez a história deste País, desse homem que deixou e deixa seu nome na história deste País, desse homem que conseguiu combater a inflação, Itamar Franco, a inflação agora volta a bater na porta de todos nós.

Oh, Brasil! Tu terás homens, homens que vestem calças, homens brasileiros, homens de verdade, que vão, aqui nesta Casa, fazer uma oposição séria, uma oposição que cobre novamente a dignidade deste País.

Muito obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos, de imediato, a palavra à nobre Senadora Vanessa Grazziotin, como oradora inscrita.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, companheiros e companheiras.

Sr. Presidente, a imprensa brasileira tem dado uma notícia muito importante nesses últimos dias. Especialmente no dia de hoje, em vários jornais do nosso País foi publicada uma matéria dando conta de que, no período de dezembro de 2002 a dezembro de 2010, o índice de pobreza no Brasil caiu em 50%.

E aí, Sr. Presidente, não estou fazendo nenhum proselitismo, não estou fazendo nenhum discurso vazio, não. Aqui somente vou tratar de números, e números que estão sendo estudados, levantados pelo IPEA, pela Fundação Getúlio Vargas, números todos eles coincidentes. Aliás, é do conhecimento público que um movimento importante vem acontecendo no Brasil, nesses últimos anos, que é a diminuição das desigualdades sociais, acompanhada da diminuição das desigualdades regionais.

Com isso, não quero dizer que no Brasil tudo está perfeito, tudo está muito bem, não. No Brasil muita coisa tem de mudar, muita coisa tem de ser superada, Sr. Presidente, muitos dos problemas precisam ser superados.

Agora, não dá para tentar enganar a população, mesmo porque essa não é ouvida. Tenho convicção, certeza absoluta de que não foi ouvida nas últimas eleições, porque o discurso, para que seja convincente, não tem de ser apenas um discurso bem articulado, um belo discurso, não. Para que o discurso seja convincente, ele tem de ser, antes de tudo, compatível com a realidade, com aquilo que as pessoas vivenciam no dia a dia.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a tem sido um dos grandes lutadores do Congresso Nacional. São muitos os Deputados e Senadores que lutam, que brigam. V. Ex^a é um dos que lutam para ampliar os direitos dos trabalhadores, que lutam como eu e o meu Partido, desde o início da sua existência – aliás, foi para isso que ele nasceu –, contra as desigualdades sociais. Lutamos pela construção de uma sociedade mais justa. E nós temos visto e a população tem sentido que essas diferenças estão diminuindo dia a dia.

Tenho aqui o que foi publicado hoje em todos os jornais do Brasil. De dezembro de 2002 a dezembro de 2010, o índice de pobreza, de miséria no Brasil, Senador Mozarildo, caiu 50,54%, ou seja, a desigualdade, que infelizmente é uma das marcas históricas da Na-

ção brasileira, não é de agora. Desde a época em que o Brasil foi colonizado, essa tem sido a grande marca da nossa realidade. As diferenças, as desigualdades sociais vêm caindo tanto que chegamos ao patamar da década de 60. Esse é o nosso objetivo final? Não, mas uma amostra de que nós estamos alcançando aos poucos os objetivos perseguidos.

Quero citar aqui o estudo realizado pelo Dr. Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas, que declara o que vem sendo responsável pela diminuição da pobreza, pela diminuição das desigualdades sociais no Brasil principalmente nestes últimos dias. Um dos fatores nós já conhecemos: o crescimento e a valorização do salário mínimo. Esse nós conhecemos. É uma forma de efetivamente transferirmos renda aos mais pobres.

Temos alcançado, diferentemente de anos anteriores, não apenas um reajuste, mas, ano a ano, um ganho real no valor do salário mínimo. É exatamente isso que queremos agora para os aposentados brasileiros. Conseguimos, na votação da última medida provisória, um ganho e queremos que não seja apenas um ganho isolado de um ou outro ano, mas parte de uma política permanente de valorização dos salários dos aposentados. Enfim, uma das razões dessa diminuição das desigualdades é o salário mínimo, a valorização, o crescimento do valor nominal do salário mínimo nos últimos anos.

O outro fator são as políticas de transferência de renda. Esse é o segundo fator também muito importante.

Outro fator também que é utilizado com muito destaque no estudo organizado pela Fundação Getúlio Vargas que aponta a diminuição das desigualdades é a melhoria no acesso à educação. E aponta a melhoria no acesso à educação no Brasil como um dos fatores principais para a redução das desigualdades. Isso é muito importante, Senador Paulo Paim.

Nesses últimos anos, a gente tem conquistado questões importantes para a área de educação. Uma delas foi a transformação do Fundef, que era o fundo da educação para nível fundamental, para o Fundeb, que pega todo o nível básico, fundamental, médio e mais ainda a pré-escola, ou seja, o piso salarial conquistado pelo magistério brasileiro que, recentemente, o Supremo julgou constitucional, apesar de alguns Governadores de alguns Estados brasileiros e, diga-se de passagem, dos Estados mais ricos, Senador Geovani, terem ingressado no Supremo pedindo a inconstitucionalidade. Apesar disso, o Supremo entendeu como plenamente constitucional.

Então, é isso que precisamos fazer: valorizar o professor, porque não precisamos somente ampliar o acesso das pessoas à educação de nível médio, de nível superior. Não. Temos também que trabalhar

a qualidade, perseguir cada ano mais a melhoria e o avanço na qualidade da educação brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer que esse estudo deve animar todos nós porque nos mostra que o Brasil está no caminho correto. Enfrentamos problemas, é verdade; problemas econômicos. Aí está a inflação batendo às portas. Essa não é uma questão de condução e não é um problema isolado do Governo ou do Estado brasileiro. O problema da iminência inflacionária afeta muito os países do mundo inteiro. Em 2008 e em 2009, o Brasil, como grande parte do mundo, viveu uma profunda crise econômica vinda dos Estados Unidos, daqueles que seriam o exemplo de livre mercado. Pois então, a crise dali foi para o mundo inteiro, e o nosso País foi um dos primeiros a superar essa crise. Esse é um dado importante.

Agora esses dados mostram, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, que precisamos continuar nesse caminho, aprofundando essas medidas, essas políticas de transferência de renda.

E me alegra muito, anima-me muita uma outra notícia que vem do próprio Governo brasileiro, uma notícia de que, daqui a pouco tempo, daqui a pouquíssimo tempo, será lançado um programa Brasil sem Miséria; um programa que deverá atender 8.6% da população brasileira, ou seja, mais de 16 milhões de brasileiras e brasileiros que vivem com uma renda de R\$70,00 ou menos por mês.

Então, o Governo brasileiro prepara o lançamento desse programa, que é a junção de uma série de iniciativas de vários setores. Ou seja, aquilo que a nossa Presidenta Dilma dizia à época da campanha: “Eu tenho um foco. O foco é acabar com a miséria e com a pobreza extrema deste País”.

Isso é algo muito importante. Muito mais importante ainda, Senador Wellington, Senador Mozarildo, Senador Geovani, para nós que aqui representamos as regiões Norte e Nordeste, porque o nível de miséria das nossas regiões ainda é muito superior ao das demais regiões do País. Enquanto na região Sul, na sua região Sul, Senador Paulo Paim – é claro que há bolsões de pobreza –, a média da pobreza extrema é de 2.6%; na região Sudeste, 3.4%; na região Centro-Oeste, 4%; vem a minha região Norte, a nossa região Norte, Senador Mozarildo, com 16.8%, e o Nordeste, com 18.1%.

Então, diferentemente de alguns que vêm à tribuna fazer discursos teatrais, discursos de oposição ao Governo, com uma oposição vazia, repito, que não foi ouvida, não tem sido ouvida pela população, exatamente, porque é uma crítica vazia, venho à tribuna com números! A gente vem à tribuna mostrar: caiu em 50%, de 2002 a 2010, o nível de pobreza, de miséria

do Brasil. Isso é importante. Cresceu o valor nominal do salário mínimo, melhorou a educação no Brasil, a saúde tem melhorado, mas não está perfeito. Nós queremos mais, porque o Brasil precisa de mais.

No Século XVIII, lá nos idos de 1700, os 20% dos mais ricos concentravam cerca de 68% de toda a renda nacional. Hoje, os 20% mais ricos do Brasil concentram em torno de 75% da renda nacional. Essa realidade tem que ser invertida, tem que ser modificada, tem que ser transformada.

Fico feliz ao ler que, em breve, medidas importantes como esta estarão sendo anunciadas e fico mais feliz ainda quando vejo a Presidente Dilma dizer o seguinte: “Temos que controlar a inflação, mas não vamos controlá-la com o sacrifício do povo”. Não vamos. Não podemos. Não é esse o caminho. Eu acho que o Governo está ciente de que essas coisas têm que acontecer.

Concedo um aparte – não sei quem pediu primeiro – ao Senador Mozarildo e, em seguida, ao Senador Wellington.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senadora Vanessa, o pronunciamento que V. Ex^a faz é muito importante para uma reflexão de toda a Nação, mas eu gostaria de me cingir a dois pontos principais. V. Ex^a coloca muito claro a queda das desigualdades sociais e o programa de combate à miséria extrema da Presidente Dilma. Agora, também, V. Ex^a colocou – há um ingrediente aí que é fundamental: se não houver um investimento maciço na educação, nós faremos ações que não terão porta de saída. Então, é importante... Aqui vou pegar o meu cacoete médico: quando a pessoa chega com dor ao pronto-socorro, nós damos o analgésico – esses são os programas sociais que podem ser feitos –, mas temos que curar a causa. Não há dúvida de que a grande causa é justamente a falta de educação formal, a falta de educação profissional. Daí quero louvar o Pronatec, agora lançado pela Presidente Dilma, e o ProUni, que, apesar dos seus percalços, melhorou o acesso à universidade de maneira significativa, mas também há que se investir, de maneira mais profunda, como disse V. Ex^a, nos professores. Não adianta ter bons prédios e até bons equipamentos – que, infelizmente, não tem – se não houver professores bem pagos e bem motivados. Portanto, é esse conjunto que realmente pode fazer o sucesso grande desse programa da Presidente Dilma, que é, de fato, combater a miséria extrema neste País.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. Agradeço o aparte de V. Ex^a. Tenho consciência de que todos nós aqui – V. Ex^a, inclusive – temos ajudado muito na construção dessa política parar melhorar a vida dos brasileiros. E a edu-

cação brasileira, Senador Mozarildo, é prioridade. Não só nos cursos, mas tem que ser na prática. Nós demos o exemplo de que entendemos isso corretamente: 50% dos recursos do pré-sal deverão ser investidos na educação. Nós viveremos uma verdadeira revolução neste País, uma verdadeira revolução neste País.

Senador Wellington.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Serei breve. Queria parabenizar V. Ex^a pela forma brilhante com que nos traz essas boas notícias e dizer também da minha animação. Ainda durante a campanha – eu tive o privilégio de colaborar na coordenação da campanha –, eu sempre dizia para a Presidente Dilma: no meio de todas as propostas, a mais desafiadora é esta da erradicação da miséria. O nosso Senador Paulo Paim coordena, na Comissão de Direitos Humanos, um grupo de trabalho, uma Subcomissão, em que tenho a tarefa de trabalhar exatamente nessa linha de acompanhar o programa de erradicação da miséria e da pobreza, por conta dessa preocupação. E diz aqui o nosso Senador Mozarildo, veja: aproximadamente 30% desses mais pobres, com mais de 15 anos, são analfabetos, são analfabetos. Aproximadamente, 70% não têm uma profissão, nem de curto prazo, nem de longo prazo. Por isso, o Pronatec, que é uma das áreas de educação, além de alfabetizar, além de incluir no ensino o programa Brasil sem Miséria, tem uma grande base para atender a esse público. Estou defendendo a tese de que, onde houver uma escola, no País, especialmente de ensino médio ou da 5^a a 8^a séries para frente, que a gente tenha ali ensino profissionalizante, ensino de curta duração. O Brasil já tem hoje uma rede – eu considero positiva e é preciso ampliar mais alguma coisa – na área de ensino superior, de pesquisa, de pós-graduação, na área de ensino médio e técnico. Acho que faltava este de curto prazo. E eu quero aqui destacar, tem muito a ver com a minha região, o Água para Todos, assim como o Luz para Todos, um programa também importante, capaz de gerar emprego. Existe uma área só que tenho insistido com a equipe da Presidente Dilma em precisamos trabalhar: a área do desenvolvimento urbano. Veja, qualquer um de nós aqui sabe o que significa fazer calçamento, para dar um exemplo. Qual é o lado bom? Além de resolver um problema tipicamente dos mais necessitados, é amplamente gerador de emprego, fácil para essa mão de obra de baixa qualificação. Qualifica-se alguém para fazer calçamento rapidamente. Não é só fazer calçamento, roço de estradas, um conjunto de atividades em que o Brasil pode colaborar com os Municípios e priorizar. Acho que a gente precisa trabalhar nisso e incluir nas ações prioritárias também essa. Então, quero aqui louvar, parabenizar e dizer que vamos estar juntos

aqui, batalhando, para, quem sabe, a nossa geração contribuir para um Brasil sem miséria. Muito obrigado.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sem dúvida nenhuma, Senador Wellington, cumprimento V. Ex^a também, pois, além de ter sido um gestor de extrema competência, tem sido um Senador muito atuante.

Participo, com V. Ex^a, da Subcomissão, dirigida, aliás, por V. Ex^a.

A Senadora Ana Amélia também faz parte dessa subcomissão que trata dos problemas de dependentes de drogas e de *crack*, sobretudo. Esse é um índice, se formos utilizar números, que tem melhorado muito.

Em 2002, Senador Paim, no Brasil, tínhamos menos de quinhentos centros de atendimento a pessoas com problemas psicológicos, com dependência química, aí incluídos o álcool, o *crack*, todos os tipos de drogas (em torno de quinhentos). Nós chegamos ao ano de 2010 com mais de 1.600 CAPS – Centro de Atenção Psicossocial. Esses dados são importantes.

Por isso, digo que a população brasileira, em sua maioria, é pobre, que não está inserida, não tem acesso às maravilhas que o desenvolvimento tecnológico oferece às pessoas no mundo inteiro. É uma população simples, mas trabalhadora e, acima de tudo, inteligente, sabe o que quer e sabe quem quer o bem da população.

Concluo o meu pronunciamento agradecendo a V. Ex^a, Senador Paim, e dizendo que o caminho é esse, e não podemos deixar que esse caminho se perca no tempo. É preciso dar sequência, aprofundá-lo.

Agradeço a V. Ex^a pela gentileza.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senadora Vanessa Grazziotin.

Senador Itamar Franco, ex-Presidente da República, permita apenas, antes da fala de V. Ex^a, que os alunos que estão aqui saibam que V. Ex^a vai usar a palavra pela ordem. São alunos do nono ano do ensino fundamental do Instituto Educacional Emmanuel, de Goiânia.

Vocês vão ouvir agora, pela ordem, um ex-Presidente da República que orgulha a todos nós, Itamar Franco, Senador da República.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado, é apenas para que V. Ex^a, na oportunidade devida, me conceda a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será concedida a palavra como Líder, no momento da ordem de inscrição, ao ex-Presidente da República, Itamar Franco, Senador da República, pelo Estado de Minas Gerais.

Passamos a palavra, neste momento, para uma comunicação parlamentar ao Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço a atenção desta Casa para registrar uma celebração que ocorre de três em três anos, por iniciativa de uma associação norte-americana, e que consiste num encontro internacional de parteiras, profissionais reconhecidas e respeitadas em todo o mundo.

Este ano acontece a 29ª edição desse movimento mundial e será em Durban, na África do Sul.

Em todo o mundo, cinco eventos estão sendo planejados para chamar a atenção para: “A morte desnecessária de mães e seus bebês e o valor das parteiras, que trabalham para salvar suas vidas”.

Pois muito bem, amanhã, Senador Mozarildo Cavalcanti, dia 5 de maio, é o Dia Internacional das Parteiras. E aqui no Brasil, precisamente aqui em Brasília, como em outras cidades brasileiras, também haverá marcha.

A proposta é cada parteira ou ativista da humanização iniciar sua marcha a partir da porta de sua casa e, uma a uma, se encontrar na marcha da sua cidade, no mesmo dia, todas unidas com o mesmo propósito.

Uma ciranda poética e proativa formada por mulheres, gestantes, mães com bebês de colo, parteiras e doulas. Assim mesmo, todas as mulheres ao mesmo tempo e cada uma traz seu simbolismo de atuação.

A marcha de Brasília, por se iniciar no Ministério da Saúde e seguir até a Praça dos Três Poderes, integra o lado político, com as parteiras tradicionais e diplomadas, mães que viveram a experiência do parto com parteiras, todos na luta pela humanização do parto.

A marcha de São Paulo representa o lado acadêmico, das parteiras com formação profissional na luta pela preservação do curso de Obstetriz, em prol da humanização do parto.

A marcha de Caruaru representa as parteiras tradicionais na luta pelo reconhecimento da humanização do parto.

Várias parteiras do Amapá participarão da marcha de Brasília, por isso ganharam uma espécie de broche que representa o nosso querido Estado do Amapá.

E o movimento segue por cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, Florianópolis e outras tantas

Senhoras e senhores, estamos falando de um tema que se traduz em beleza, poesia e vida! Estamos falando de uma estratégia de motivação promovida por mulheres que trabalham em favor da humanização do nascimento. O parto humanizado exige peculiar atenção e respeito às necessidades da mulher.

O parto humanizado exige peculiar atenção e respeito às necessidades da mulher.

É preciso lembrar que esse cuidado deve ser iniciado ainda no pré-natal, para que as gestantes se sintam acolhidas e que tenham suas queixas, seus medos e suas dúvidas valorizadas e compreendidos.

A nossa realidade imediata nos remete aos hospitais, às cesarianas, à data marcada para nascer e à pressa imposta pelos planos de saúde, para que o ato seja concluído e para que a parturiente desocupe logo o leito ou nos hospitais públicos, onde muitas delas são tratadas de forma bruta e indiferente.

Essa é a realidade a qual parece que estamos nos acostumando. E, diante dessa frieza, pode ser que para algumas pessoas aqui presentes, a simples menção a um parto feito por uma parteira, pareça coisa ultrapassada, do tempo de nossas bisavós. Exemplo, a minha mãe, que, neste momento, deve estar nos assistindo lá, a Dona Ciça, teve 17 filhos, 14 partos feitos por parteiras, lá, no interior do meu Estado.

Mas não é não. O Brasil, por sinal, possui uma forte rede de pessoas que lutam pela humanização do parto e do nascimento.

E, hoje, o que aqui queremos é justamente homenagear essas profissionais da vida e chamar a atenção de autoridades públicas e da sociedade para a integração efetiva da profissional parteira (tradicional e diplomada) na assistência básica à saúde, mesmo infantil, contribuindo, assim, para a redução da mortalidade materna e neonatal, da violência obstétrica e das vergonhosas taxas de cesarianas brasileiras.

Aqui, na Capital brasileira, a concentração será a partir das 9 horas, amanhã, em frente ao Ministério da Saúde, seguindo pela Praça dos Três Poderes, como falei há pouco.

Sr^{as} e Srs. Senadores, no Brasil, o número de partos por cesariana em hospitais particulares é cinco vezes maior do que o recomendado pela Organização Mundial da Saúde, chegando ao alarmante índice de 80%.

Tudo em nome da rapidez, do lucro imediato, da suposta simplificação do momento mais delicado e crucial de um ser humano: o seu próprio nascimento. É disso que estamos falando.

Os casos de violência contra parturientes são uma triste realidade. Um estudo denominado “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, aponta que 27% das mulheres que deram à luz na rede pública e 17% daquelas que pariram em rede privada relataram alguma forma de violência durante seu parto.

Os desafios a serem superados não são pequenos. Existem projetos – apoiados inclusive pelo Ministério da Saúde – que preveem a integração das

parteiras tradicionais no Sistema Único de Saúde. No entanto, ainda é forte a resistência por parte de algumas corporações profissionais.

Mas um País como o nosso, continental, gigantesco, onde um número sem fim de pequenos Municípios é desprovido de profissionais tradicionais da saúde, como médicos e enfermeiros, não pode desprezar o saber experimental e o conhecimento das parteiras tradicionais, observando-se, naturalmente, que essas tenham o treinamento adequado, a formação necessária para atuar.

No Amapá, falamos sobre a arte de partejar. A Amazônia é referência nessa arte. Só no Amapá são cerca de duas mil parteiras tradicionais, Sr. Presidente Paulo Paim, e suas representante estarão aqui na marcha.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP)

– São elas, posso até citar, se V. Ex^a me permitir – sei que o tempo está exíguo e já estou abusando da sua generosidade –: a chefe do ambulatório do Hospital de Clínicas Alberto Lima, Olinda Consuelo, e as parteiras Maria Zuleide da Conceição Silva, Presidente da Associação das Parteiras Tradicionais de Macapá; e Raimunda Silva de Souza, Presidente da Associação de Parteiras Tradicionais de Santana Tia Cecília.

A marcha é uma chamada para a Inclusão e Melhoria da Qualidade da Assistência ao Parto e ao Nascimento Domiciliar Assistido por Parteiras Tradicionais.

Num mundo de tantas barbáries, de tantas mortes violentas, de tanto sangue inocente derramado, prestamos aqui esta singela homenagem a essas mulheres que trazem nas mãos o dom da vida.

Clamamos pela efetivação de ações e políticas nacionais e estaduais, voltadas à inclusão e à melhoria da assistência ao parto e nascimento domiciliares assistidos por parteiras e para que elas tenham seus direitos de cidadania.

O encontro permite ainda às parteiras uma reflexão sobre a profissão e o seu movimento organizacional, buscando o reconhecimento profissional, inserindo-as nos serviços locais de saúde.

Não adianta tapar o sol com a peneira. Já vou concluir, Sr. Presidente. Em muitas localidades do Brasil, o acesso a hospitais, médicos, profissionais e postos de saúde é dificultado pela distância. E na nossa região essa realidade é ainda mais evidente.

No Amapá, não é diferente quando se fala de comunidades ribeirinhas, muitas localizadas em áreas de difícil acesso, onde o deslocamento depende exclusivamente do ciclo de marés. Mas as dificuldades geográficas são vencidas por essas mulheres de fibra

que atuam onde não há médicos nem postos de saúde. Dessa forma, contribuem de maneira decisiva com a diminuição da mortalidade infantil e materna, mulheres que trazem de gerações antecessoras antecederam a arte de partejar.

Sr. Presidente, eu não quero abusar da sua generosidade. Peço a V. Ex^a, na forma regimental, que considere – ainda faltam umas dez laudas – como lido o meu pronunciamento.

Agradeço a generosidade e a paciência de V. Ex^a. Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. GEOVANI BORGES.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço a atenção desta Casa para registrar uma celebração que ocorre de três em três anos, por iniciativa de uma associação norte americana, e que consiste num encontro internacional de parteiras – profissionais reconhecidas e respeitadas em todo o mundo.

Esse ano acontece a vigésima nona edição desse movimento mundial e será em Durban, na África do Sul. Em todo o mundo, cinco eventos estão sendo planejados para chamar a atenção para: “A morte desnecessária de mães e seus bebês e o valor das parteiras que trabalham para salvar suas vidas”.

Pois muito bem, amanhã, dia 5 de maio, é o Dia Internacional Das Parteiras. E aqui no Brasil, precisamente aqui em Brasília, como em outras cidades brasileiras, também haverá marcha.

A proposta é: cada parteira ou ativista da humanização iniciar a sua marcha a partir da porta de sua casa e, uma a uma, se encontrar na marcha da sua cidade, no mesmo dia, todas unidas com o mesmo propósito.

Uma ciranda poética e pró-ativa, formada por mulheres, gestantes, mães com bebês de colo, parteiras e doulas. Assim mesmo, todas as mulheres ao mesmo tempo. e cada uma traz seu simbolismo de atuação:

A Marcha de Brasília por iniciar no Ministério da Saúde até a Praça dos Três Poderes, integra o lado político com as Parteiras Tradicionais e Diplomadas. São mães que viveram a experiência do parto com parteiras todos na luta pela humanização do Parto.

A Marcha de São Paulo representa o lado acadêmico, das parteiras com formação profissional na luta da preservação do curso de obstetriz em prol da humanização do parto.

A Marcha de Caruaru representam as parteiras tradicionais na luta pelo reconhecimento na humanização do parto.

Várias parteiras do Amapá participarão da marcha de Brasília, por isso ganharam uma espécie de broche que representa nosso estado.

E o movimento segue por cidades brasileiras como Rio de Janeiro e Florianópolis e outras tantas.

Sr^{as} e Srs., estamos falando de um tema que se traduz em beleza, poesia, em vida! Estamos falando de uma estratégia de motivação promovida por mulheres que trabalham em favor da humanização do nascimento !

O parto humanizado exige peculiar atenção e respeito às necessidades da Mulher.

É preciso lembrar que esse cuidado deve ser iniciado ainda no pré-natal, para que as gestantes se sintam acolhidas, e que tenham suas queixas, seus medos e suas dúvidas valorizados e compreendidos.

A nossa realidade imediata nos remete aos hospitais, às cesarianas, à data marcada para nascer, à pressa imposta pelos planos de saúde para que o ato seja concluído e para que a parturiente desocupe logo o leito, ou nos hospitais públicos onde muitas delas são tratadas de forma bruta e indiferente.

Essa é a realidade à qual parece que estamos nos acostumando. E diante dessa frieza, pode ser que para algumas pessoas aqui presentes, a simples menção a um parto feito por uma parteira, pareça coisa ultrapassada, do tempo de nossas bisavós.

Mas não é não. O Brasil por sinal, possui uma forte rede de pessoas que lutam pela humanização do parto e do nascimento.

E hoje, o que aqui queremos, é justamente homenagear essas profissionais da vida e chamar a atenção de autoridades públicas e da sociedade para a integração efetiva da profissional parteira (tradicional e diplomada) na assistência básica à saúde materno infantil contribuindo assim para a redução da mortalidade materna e neonatal, da violência obstétrica e das vergonhosas taxas de cesarianas brasileiras.

Aqui na capital do país, a concentração será a partir das 9 horas em frente ao Ministério da Saúde, seguindo pela Praça dos Três Poderes.

Sr^{as} e Srs., no Brasil, o número de partos por cesariana em hospitais particulares é cinco vezes maior do que o recomendado pela Organização Mundial da Saúde, chegando ao alarmante índice de 80%.

Tudo em nome da rapidez, do lucro imediato, da suposta simplificação do momento mais delicado e crucial de um ser humano: o seu próprio nascimento. É disso que estamos falando.

Os casos de violência contra parturientes são uma triste realidade. Um estudo denominado "Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado", aponta que 27% das mulheres que deram a luz na rede

pública e 17% daquelas que pariram em rede privada relataram alguma forma de violência durante seu parto.

Os desafios a serem superados não são pequenos. Existem projetos – apoiados inclusive pelo Ministério da Saúde – que prevêem a integração das parteiras tradicionais no Sistema Único de Saúde.

No entanto ainda é forte a resistência por parte de algumas corporações profissionais.

Mas um país como um nosso, continental, gigantesco, onde um número sem fim de pequenos municípios é desprovido de profissionais tradicionais da saúde, como médicos e enfermeiros, não pode desprezar o saber experimental e o conhecimento das parteiras tradicionais, observando-se naturalmente, que estas tenham o treinamento adequado, a formação necessária para atuar.

No Amapá falamos sobre a arte de partejar. A Amazônia é referência nessa arte. Só no Amapá são cerca de duas mil parteiras tradicionais. E suas representantes estarão aqui na marcha.

São elas, a chefe do ambulatório do Hospital de Clínicas Alberto Lima, Olinda Consuelo, e as parteiras Maria Zuleide da Conceição Silva (Presidente da Associação das Parteiras Tradicionais de Macapá) e Raimunda Silva de Souza (Presidente da Associação de Parteiras Tradicionais de Santana Tia Cecília).

A marcha é uma chamada para a Inclusão de Melhoria da Qualidade da Assistência ao Parto e Nascimento Domiciliar Assistido por Parteiras Tradicionais.

Num mundo de tantas barbáries, de tantas mortes violentas, de tanto sangue inocente derramado, prestamos aqui singela homenagem a essas mulheres que trazem nas mãos o dom da vida.

Clamamos pela efetivação de ações e políticas nacionais e estaduais, voltadas à inclusão e melhoria da assistência ao parto e nascimento domiciliar assistidos por parteiras e para que estas tenham seus direitos de cidadania.

O encontro permite ainda às parteiras uma reflexão sobre a profissão e o seu movimento organizacional, buscando o reconhecimento profissional, inserindo-as nos serviços locais de saúde.

Não adianta tapar o sol com a peneira. Em muitas localidades do Brasil o acesso a hospitais, médicos, profissionais e postos de saúde é dificultado pela distância. E na nossa região essa realidade é ainda mais evidente.

No Amapá, não é diferente quando se fala de comunidades ribeirinhas, muitas localizadas em áreas de difícil acesso, onde o deslocamento depende, exclusivamente, do ciclo da maré.

Mas as dificuldades geográficas são vencidas por essas mulheres de fibra, que atuam onde não há médicos, nem postos de saúde.

Dessa forma, contribuem de forma decisiva, com a diminuição da mortalidade infantil e materna. Mulheres que trazem de gerações antecessoras a arte de partejar.

Ao levar em consideração práticas e conhecimentos populares, o Projeto ajuda a resgatar a auto-estima tanto das profissionais do parto, quanto da população que a elas recorre.

E na medida em que reconhece legalmente a existência da profissão, o Projeto Parteiras Tradicionais do Amapá garante, efetivamente, cidadania a essas profissionais da saúde.

Não podemos apontar quanto vale um dom oferecido por Deus. Mas, para as parteiras de regiões pobres do Brasil, custa muito pouquinho dentro do quadro de simplicidade em que vivem tantas famílias... Uma galinha, umas frutas de lembrança, um sorriso de gratidão à única mão estendida num momento tão sublime da vida da mulher.

Mas é preciso ir à frente e efetivar o reconhecimento dessa atuação e promover seu pagamento através do Sistema Único de Saúde, como legítima assistência ao parto.

Estima-se ainda que existam 60 mil parteiras tradicionais no Brasil, 40 mil delas nas regiões Norte e Nordeste. E qual é o valor econômico de cerca de 30.000 partos por ano acompanhados pelas parteiras?

Mesmo tratando-se de um direito constitucional assegurado, boa parte das mulheres não tem acesso real à assistência institucional ao parto.

Comunidades rurais na sua maioria, quer pela falta de assistência médica e pela distância dos centros de saúde, vivem em situação de isolamento, por isso o trabalho da parteira torna-se indispensável nessas comunidades.

Por fim eu gostaria de registrar que o 5 de Maio, Dia Internacional da Parteira, foi instituído pela Organização Mundial da Saúde em 1991, para salientar a importância do trabalho das parteiras em todo o mundo.

E para os que torcem o nariz, só precisamos lembrar as falhas no sistema de saúde, acompanhado das desigualdades sociais e regionais presentes principalmente na zona rural, razões que consolidam a importância da figura das parteiras e sua persistência em pleno século XXI.

Fica aqui pois nossa saudação à data e às homenageadas. Mulheres de muita fibra, de muita coragem, que representam uma verdadeira ponte entre a sabedoria antiga e a vida moderna.

Era o que tínhamos a registrar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Geovani Borges, que faz uma justa homenagem às parteiras, e ajuda nessa marcha, valorizando as mulheres. Então, meus cumprimentos.

O seu pronunciamento será, com certeza, publicado na íntegra.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, de imediato, ao Senador Mozarildo Cavalcanti, por permuta realizada com o Senador Wellington Dias.

Depois, será um líder. Como os outros dois não estão, provavelmente será V. Ex^a, Senador Itamar Franco.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, hoje pela manhã, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, tivemos a oportunidade de ouvir o Ministro da Saúde, Dr. Alexandre Padilha, que fez uma brilhante exposição sobre a realidade da saúde e os planos que ele tem para mudar para melhor o quadro nosso da saúde pública no Brasil.

E naquela ocasião eu fiz comentários sobre o que é uma constatação nacional, de que os serviços públicos de saúde estão realmente um caos e um caos por várias razões, e aí fica aquela dicotomia, uns que acham que é porque falta dinheiro porque se tirou a CPMF, outros que acham que falta boa gestão e também aqueles que acham, como eu, que o maior problema é a corrupção. E até fiz um apelo ao Ministro, que ele comece por consertar uma unidade da Federação que é fácil porque é pequena, é a minha. Roraima é o menor Estado em termos populacionais, no entanto, é o campeão de corrupção em saúde. E eu pedi então ao Ministro que ele comande uma força tarefa porque na Funasa, lá em Roraima, um superintendente foi preso, com vários milhões de reais em casa, e constadas uma série de irregularidades, ele inclusive era funcionário do Ministério da Saúde e foi demitido, e hoje ocupa um cargo de confiança em outro órgão em Roraima, e o atual já foi preso por uma outra operação da Polícia Federal, também por desvio de recursos públicos.

No Estado a coisa ainda é pior. Agora mesmo, o Ministério Público Federal, o Ministério Público estadual e o Tribunal de Contas constataram uma série de irregularidades. A Polícia Federal fez uma operação e, preliminarmente, há um roubo de trinta milhões de reais só na saúde estadual, com recursos federais também envolvidos.

Se o problema de corrupção no meu Estado ficasse só na saúde, já seria terrivelmente lamentável. É o que eu sempre digo: corrupção em qualquer área

é horrível, mas na saúde deveria ser considerado crime hediondo, porque está tirando a vida das pessoas, tirando o direito à saúde das pessoas.

Eu agora tomei conhecimento, Senador Paim, de um quadro gravíssimo no meu Estado. O Governo do Estado, hoje, segundo dados de uma página do Banco Central, de fevereiro deste ano ainda, tem dívidas contraídas no valor de 1 bilhão, 189 milhões e 784 mil – o Estado, repito, menos populoso do Brasil.

Pois bem, um desses empréstimos foi feito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – para o programa chamado Programa Emergencial de Financiamento. Foi feito quando? Em agosto do ano passado, às vésperas da eleição. Emergencial mesmo, quer dizer, precisava emergencialmente de recursos. E o que foi feito?

Recebi aqui documento que dá uma síntese da maracutaia, da roubalheira que está sendo feita até com os empréstimos que foram tomados. Uma parte desse empréstimo foi de 99 milhões para a Companhia Energética de Roraima. O objetivo do contrato que está sendo questionado com esse dinheiro é execução de obras e serviços de engenharia, fornecimento de equipamentos para revitalização e ampliação das instalações do sistema elétrico, para interiorização de energia de Boa Vista a Rorainópolis.

Interessante que a emissão da ordem de serviço foi feita no dia 10 de agosto. Veja bem, o empréstimo tinha acabado de ser feito e já se deu uma ordem de serviço e, no mesmo dia, foi publicado no Diário Oficial do Estado. Veja bem, a ordem de serviço no dia 10 de agosto; a nota de empenho no dia 10 de agosto, e a primeira fatura emitida no dia 8 de setembro, no valor de 14 milhões e 500 mil reais. Emitida no dia 8 e paga no dia 9.

Portanto, um dia depois da emissão da mesma.

Verifica-se que 28 dias após a emissão da ordem de serviço é faturado o valor correspondente a 23% do valor total da obra, que é de R\$64.362.429,95 [dos R\$99 milhões contraídos do BNDES. Como o prazo para execução total dos serviços é de 540 dias em apenas 28 dias faturou-se o equivalente a 121 dias de serviço.

Veja, era uma emergência que o Governador tinha de ter dinheiro para a campanha. Vou continuar aqui explicando:

Vale observar que a proposta apresentada pela empresa há cotações absolutamente destoantes das regras estabelecidas na ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Exemplos:

- Desmatamento e limpeza de faixa de servidão a unidade deveria ser hectare, entretanto a proposta apresenta a unidade km;

- Execução de fundações das estruturas, que deveria ser medido em metro cúbico, está medida em km;

- Cabo condutor deveria ser medido em tonelada, está medido em km;

- Isoladores que deveriam ser medidos em unidade esta medidos em km.

Essas distorções acontecem porque conforme convocação do Poder Legislativo de RR o Secretário de Infra Estrutura e a Presidente da CER confirmaram que nenhuma destas pastas fez o orçamento básico da obra.

Ora, a CEER, a companhia energética, contraiu o empréstimo e a Secretaria de Infraestrutura é quem iria fazer os procedimentos para a execução da obra, contratando empreiteiras. Então, se nenhuma dessas instituições fez o orçamento básico, a coisa é muito preocupante,

(...) pois o orçamento básico é algo indispensável para a feitura de um contrato dessa magnitude, mesmo assim ficaram de mandar ao Poder Legislativo em 15 dias os custos básicos da obra, passados 6 (seis) meses e nada, porque o orçamento que existe só é o da empresa com um superfaturamento elevadíssimo [É até uma redundância: superfaturamento elevadíssimo.]

Pesquisando os critérios que o sistema Eletrobrás adota para orçamento em rede cujos custos são avaliados em MVA, custando cada um deles R\$720.796,00 como essa linha de transmissão é de 30 MVA pelo sistema Telebrás ela custaria R\$21.623.880,00. (...)

Detalhando a fatura de R\$14.498.112,98 conforme o sistema SEFAZ onde se encontra a emissão de Notas Fiscais observa-se que foram registradas 10 notas fiscais destinadas à Empresa SME Sociedade de Montabtem e Engenharia sendo 6 (seis) Notas emitidas em RR para a mencionada empresa e quatro notas emitidas fora do Estado para a [mesma] empresa. Totalizando todas as notas (R\$633.233,50), observa-se uma diferença [...] entre o faturamento e o comprovadamente adquirido, só para exemplificar: um dos insumos mais importantes na construção da rede é o cabo. Pois bem, o Estado pagou 257.864kg, e a empresa comprova a aquisição de 46.807kg. Portanto, uma diferença entre o pago e o com-

prado de 211.067kg, ou seja, 81,85% entre o pago e o comprado.

O que é certo, para deixar em português claro, já que essa informação que recebi parece muito técnica, é que o Tribunal de Contas do Estado já está investigando. Mas estou fazendo aqui esta denúncia não porque eu não confie que o Tribunal de Contas vá levar à frente, até por que o Tribunal de Contas já encaminhou para inquérito policial, mas eu quero que seja envolvido também o Ministério Público Federal, a Controladoria-Geral da União e todos os órgãos de fiscalização. Não é possível que um Estado como o meu, que tem carências de toda ordem – é só olhar os indicadores – esteja a dever um bilhão e duzentos milhões de reais, e o dinheiro que está sendo contraído tenha sido usado na campanha, para financiar a campanha do Governador, que, aliás, é outro caso escandaloso.

O Governador já foi cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral. Está no cargo por uma liminar obtida no TSE. Repito: uma liminar legal. Mas há outros 30 processos, Senador Paim, para serem julgados, e não são julgados porque a composição do Tribunal Regional Eleitoral não está completa – nem, portanto, o embargo desse processo em que ele foi cassado, nem os outros em que ele poderá ser cassado, e vai ser cassado. E

por que não está completo? Porque falta a nomeação do juiz indicado pela OAB, o advogado que será juiz durante dois anos.

Quero aqui reiterar o apelo à Presidente Dilma para que o nomeie. Esse juiz já está lá no palácio, o nome dele passado pelo crivo da OAB, do TRE, do TSE, do Ministério da Justiça, e falta apenas a nomeação.

Enquanto isso, o Governador continua assaltando o Estado, o que, aliás, começou desde quando assumiu o cargo, com a morte do governador titular, em 2007.

E esse caso aqui da CEER, estou com outros documentos aqui, vou encaminhá-los para que sejam tomadas as providências, principalmente o que já foi feito pelo Tribunal de Contas do Estado, para que seja esclarecido, porque é uma indignidade. Este Governador realmente não está nem aí para a população do meu Estado, está roubando de maneira aviltante e, pior, roubando dinheiro da saúde, da educação e, agora, também da infraestrutura, na parte de energia elétrica.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI,
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art.210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

Endividamento de Estados e Municípios

Dívida contratual interna junto ao Tesouro Nacional e ao Sistema Financeiro Nacional
Saldo devedor

Eslarecimentos sobre as informações prestadas

UF: RR - Roraima

Posição: 02 / 2011

Em R\$ 1,00

Devedor	Credor			Total
	Tesouro Nacional	Instituições financeiras públicas	Instituições financeiras privadas	
a) Administração direta	103.486.526,77	405.198.652,04	0,00	508.685.178,81
b) Administração indireta	33.304.695,17	647.794.288,30	0,00	681.098.983,47
- Autarquias	0,00	0,00	0,00	0,00
- Fundações	0,00	0,00	0,00	0,00
- Empresas públicas	33.304.695,17	153.278.707,65	0,00	186.583.402,82
- Sociedades de econ. mista	0,00	494.515.580,65	0,00	494.515.580,65
Total (a) + (b)	136.791.221,94	1.052.992.940,34	0,00	1.189.784.162,28

* Informações sujeitas a revisão.

Fonte: Instituições financeiras cadastradas no Cadip - Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público.

Obs.: Não inclui informações para a dívida externa, mobiliária e junto ao INSS, FGTS ou outras instituições não financeiras que não o Tesouro Nacional

O objeto do contrato ora questionado é o seguinte:

Execução de obras e serviços de engenharia, fornecimento de equipamentos para revitalização e ampliação das instalações do sistema elétrico para interiorização de energia de Boa Vista a Rorainópolis, a emissão da Ordem de Serviço nº 67/10 foi emitido em 10-8-2010, e publicado no **Diário Oficial** do mesmo dia. A Nota de Empenho nº 542 também de 10-8-2010 a primeira fatura emitida foi em 8-9-2010 no total de R\$14.498.112,98 e paga em 9-9-2010, portanto um dia depois da emissão da mesma. Verifica-se que 28 dias após a emissão da ordem de serviço é faturado o valor correspondente a 23% do valor total da obra que é de R\$64.362.429,95, como prazo para execução total dos serviços é de 540 dias em apenas 28 dias faturou-se o equivalente a 121 dias de serviço.

Vale observar que a proposta apresentada pela empresa há cotações absolutamente destoantes das regras estabelecidas na ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Exemplos:

- Desmatamento e limpeza da faixa de servidão a unidade deveria ser hectare, entretanto a proposta apresenta a unidade Km;
- Execução de fundações das estruturas que deveria ser medido em metro cúbico está medida em Km;
- Cabo condutor deveria ser medido em tonelada está medido em Km;
- Isoladores que deveriam ser medidos em unidades estão medidos em km.

Essas distorções acontecem porque conforme convocação do Poder Legislativo de RR o Secretário

de Infraestrutura e a Presidenta da CER confirmaram que nenhuma destas pastas fez o orçamento básico da obra, algo muito preocupante, pois o orçamento básico é algo indispensável para a feitura de um contrato desta magnitude, mesmo assim ficaram de mandar ao Poder Legislativo em 15 dias os custos básicos da obra, passado 6 (seis) meses e nada, porque o orçamento que existe só é o da empresa com um superfaturamento elevadíssimo.

Pesquisando os critérios que o sistema Eletrobrás adota para orçamento em rede cujos custos são avaliados em MVA, custando cada um deles R\$720.796,00 como essa linha de transmissão é de 30 MVA pelo sistema Telebrás ela custaria R\$21.623.880,00.

Olhe que diferença

Detalhando a fatura de R\$14.498.112,98 conforme o sistema Sefaz onde se encontra a emissão de notas fiscais observa-se que foram registradas 10 notas fiscais destinadas a Empresa SME – Sociedade de Montagem e Engenharia, sendo 6 (seis) notas emitidas em RR para a mencionada empresa e 4 (quatro) notas emitidas fora do Estado para a empresa supracitada. Totalizando todas as notas R\$633.233,50 observa-se uma diferença viltante entre o faturamento e o comprovadamente adquirido, só para exemplificar: um dos insumos mais importantes na construção de rede é o cabo, pois bem, o Estado pagou 257.874Kg e a empresa comprova a aquisição através das notas de 46.807Kg, portanto uma diferença entre o pago e o comprado de 211.067Kg, ou seja, 81.85% entre o pago e o comprado.

1. DOS FATOS

O Governo do Estado de Roraima, por meio da Comissão Setorial de Licitação da Secretaria de Estado da Infraestrutura - CSL/SEINF, lançou os Editais de Licitação nºs 034 e 035/2009 - Concorrência Pública - tipo menor preço, sob o regime de empreitada por preços globais, compreendendo, respectivamente, os seguintes objetos: *execução de obras e serviços de engenharia e fornecimento de equipamentos para a revitalização e ampliação das Instalações de Transmissão do Sistema Elétrico para a interiorização no Estado de Roraima da Energia de Guri - Venezuela e contratação e serviços de engenharia e fornecimentos de equipamentos para a revitalização e complementação da PCH JATAPU e seu Sistema de Transmissão Associado.*

Com vistas a evitar possíveis fraudes nas licitações *in tela*, o senhor Francisco Flamarion Portela - Deputado Estadual, protocolou junto a esta Corte de Contas, nos dias 13 e 28 de janeiro p.p., duas "representações", formulando, respectivamente, os seguintes pedidos:

1. **Requerimento** visando a realização de auditoria concomitante, para aferição dos seguintes procedimentos licitatórios: Edital nº 34/2009 - Concorrência Pública - Processo nº 013965/09-86 e Edital nº 35/2009 - Concorrência Pública - Processo nº 013966/09-49, utilizando-se, para tanto, dos recursos financeiros advindos do empréstimo firmado junto ao BNDES, na ordem de R\$ 99.228.000,00 (noventa e nove milhões, duzentos e vinte e oito mil reais);
2. **A imediata sustação dos Editais nºs 034 e 035/09**, face aos indícios de irregularidades que configurariam dano ao erário. Consta, ainda da peça interposta, que a

documentação dos concorrentes seria apreciada, respectivamente, às 9h e 11h, do dia 04 de fevereiro p.p.

Chamada a se manifestar, a equipe técnica da então Controladoria de Engenharia e Meio Ambiente deste e. Tribunal, analisou, em sede preliminar, os Editais em comento, e apontou máculas por vícios insuperáveis, que contaminariam todo o certame licitatório, o que culminou com a Decisão *ad referendum* do Tribunal Pleno que, dentre outras determinações, suspendeu temporariamente as Concorrências Públicas retro citadas, com prejuízo da execução dos atos subseqüentes e audiência dos responsáveis (**DECISÃO PRELIMINAR Nº 001/2010 - TCERR - PLENO**).

Irresignados com o teor da decisão suscitada, os responsáveis **José de Anchieta Júnior** - Governador do Estado de Roraima, **Elton da Luz Rohnelt** - Diretor-Presidente da CERR, **Carlos Wagner Bríglia Rocha** - Secretário de Estado da Infra Estrutura, **Francisco das Chagas Batista** - Procurador Geral do Estado de Roraima e, **Luiz Renato Maciel de Melo** - Controlador Geral do Estado de Roraima, interpuseram Agravo de Instrumento, cujas razões recursais foram conhecidas e providas. com a conseqüente autorização de prosseguimento regular das Concorrências Públicas nºs 034 e 035/2009, sem prejuízo da atuação desta Casa de Contas, em todas as fases do certame licitatório, bem como na execução das obras.

Posteriormente, o Tribunal Pleno, na Segunda Sessão Ordinária realizada em 2010, torna sem efeito a decisão prolatada, e cria, por conseguinte, Comissão Especial, para no prazo de 10 dias "aprofundar as análises referentes aos procedimentos licitatórios".

Após a conclusão das atividades inerentes à Comissão Especial retro citada, o Pleno deste Tribunal de Contas, reunido em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator dos Trabalhos da Comissão Especial designada, prolatou a **DECISÃO Nº 001/2010 - TCERR - PLENO**, e decidiu:

- (subitens 8.1, 8.2 e 8.3) Conhecer e negar provimento aos Agravos de Instrumentos interpostos, mantendo assim a suspensão da Concorrência Pública nº 034/2009 e os atos e efeitos dela decorrentes, conforme decisão do Tribunal Pleno, datada de 19/02/2010, referendando a decisão cautelar exarada pelo e. Conselheiro **Marcus Hollanda** em 5 de fevereiro do fluente exercício. Determinou, ainda, como

medida cautelar, diante da verificação de vícios insanáveis, que os Órgãos **SEINF**, **CERR** e **SEFAZ**, anulassem a Concorrência Pública nº 034/2009 e os atos e efeitos dela decorrentes, e por conseguinte, sua publicação no DOE e em jornal de grande circulação;

- (subitem 8.4 - 8.4.1 e 8.4.2 -) Que a **CERR** procedesse com a regularização ambiental das atividades de Revitalização da SE Mucajaí, Revitalização da SE Caracaraí, Ampliação da SE Novo Paraíso, bem como licenciamento ambiental de Implantação da SE Rorainópolis, conforme descrito no subitem 6.1.2.2 do Relatório da Comissão Especial (TCE/RR/PORTARIA Nº 258/2010); Adotasse as providências necessárias acerca da imediata remediação dos danos ambientais, bem como otimizasse a destinação final dos resíduos de hidrocarboneto e que, na oportunidade de substituição de fontes de energia, execute um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD, conforme descrito no subitem 6.1.2.2 do Relatório da Comissão Especial, Recomendou à **CERR**:
- (subitem 8.5 - 8.5.1, 8.5.2 e 8.5.3 -) Requerer a Licença de Supressão, na ocasião de obtenção da Licença de Instalação da Linha de Transmissão entre Boa Vista e Caracaraí, conforme descrito no subitem 6.1.2.2 do Relatório da Comissão Especial, Obter a Licença de Operação para as atividades de Rebaixamento de Energia Elétrica nas Subestações de Mucajaí, Caracaraí e Novo Paraíso, conforme descrito no subitem 6.1.2.2 do Relatório da Comissão Especial, Confeccionar o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD, na oportunidade da solicitação da regularização e licenciamento das Subestações Transformadoras de Mucajaí, Caracaraí e Novo Paraíso, conforme descrito no subitem 6.1.2.2 do Relatório da Comissão Especial, Recomendou ainda à **SEINF**:
- (subitem 8.6 - 8.6.1 e 8.6.2 -) Estabelecer nos próximos editais que vier a lançar, os critérios de aceitabilidade de preços unitários e global, de forma objetiva, com a fixação de preços máximos, tendo por referência os preços de mercado e as especificidades do objeto licitado; Promover estudos técnicos demonstrando a viabilidade técnica e econômica de se realizar uma licitação independente para a aquisição de equipamentos/materiais que correspondem a um percentual expressivo das obras, com o objetivo de proceder ao parcelamento do objeto previsto no art. 23, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993, caso seja comprovada a sua inviabilidade, que aplique um BDI reduzido em relação ao percentual adotado

para o empreendimento, haja vista não ser adequada a utilização do mesmo LDI de obras civis para a compra daqueles bens (materiais e equipamentos), para o referido edital. E, por fim, **decidiu**:

- (subitem 8.7) Representar à **FEMACT** e ao Ministério Público Estadual, em razão da verificação pela Comissão Especial de indícios da ocorrência de crimes ambientais, tipificados no art. 60 (referente aos serviços já implantados nas Subestações Mucajaí, Caracará e Novo Paraíso) e art. 54, § 2º, inciso V (relativo à poluição do solo, água e lençol freático, nas proximidades da SE Caracará e Usina Termelétrica de Caracará) da Lei de Crimes Ambientais, conforme descrito no subitem 6.1.2.2 do Relatório da Comissão Especial, remetendo cópias integrais do aludido Relatório, do Voto e desta Decisão;
- (subitem 8.8) Enviar cópia desta Decisão, bem como do Relatório Técnico e do Voto que a fundamentou, ao autor da representação, senhor **Francisco Flamarion Portela**, Deputado Estadual.

2. DO TERMO DE VISITA TÉCNICA N.º 2010.10.035-01/2010-DOP - CP N.º 34/2009.

2.1. Após a Decisão n.º 002/2010/TCE - PLENO, dando aval para a realização e continuidade das obras, foi realizado relatório circunstanciado, sendo apurado o que segue:

2.1.1. Foi emitida ordem de serviço n.º 67/10 C.P - DEO em **10/08/2010** e em consulta ao SIAFEM, em **10/11/2010**, verificou-se que foram emitidas ordens bancárias referentes às notas fiscais de n.º: 2151 à 2155 da SME - Sociedade de Montagem e Engenharia Ltda. As notas fiscais foram emitidas em **08/09/2010** e totalizam **R\$ 14.498.112,98** (quatorze milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, cento e doze reais e noventa e oito centavos) e após descontos de tributo, a empresa percebeu os valores subscritos em **09/09/2010**.

Evidencia-se pela cronologia dos eventos acima descritos, que o pagamento ocorreu 01(um) dia após a emissão das notas fiscais e 30(trinta) dias após a emissão da ordem de serviço.

A seguir, visualiza-se o quadro com informações referentes às ordens bancárias:

Nº DA ORDEM BANCÁRIA	VALOR (R\$)	DATA
2010OB00561	1.626.476,71	09/09/10
2010OB00563	1.981.706,38	09/09/10
2010OB00565	1.259.573,83	09/09/10
2010OB00567	7.397.705,66	09/09/10
2010OB00569	1.933.003,57	09/09/10
TOTAL PAGO (R\$)	14.194.466,11	

2.1.2. Na linha de transmissão no trecho de Boa Vista até Mucajaí não houve mobilização e os materiais não foram comprovados suficientemente, posto que não foram entregues as notas fiscais de compra das 25 (vinte e cinco) bobinas de cabos 312, 8mm, 19 x 3,26. Foram medidos 100% da mobilização e 40% dos materiais com os encargos sociais mais o BDI de acordo com o anexo XVI - Critérios de medição e do Edital da Concorrência Pública nº 034/2009, entretanto, sem a devida comprovação, caracterizando adiantamento de pagamento, em dissonância com o artigo 63, § 2º, inciso III da Lei nº 4.320/64.

Resumo do Trecho medido

A- Linhas de Transmissão

1- LT Boa Vista/Mucajaí

Trecho: SE Distrito Industrial x SE Mucajaí

1A.1 - Mobilização- R\$ 165.750,00

1A.7 - Materiais- R\$ 902.216,00

1A.8 - Encargos + BDI ...- R\$ 241.893,66

Total do item 1A.....- R\$ 1.309.859,66

2.1.3. Na linha de transmissão no trecho de Mucajaí até Caracaraí houve a mobilização de 21 pessoas (Topografia -13 pessoas e Subestação Mucajaí - 7 pessoas), entretanto foi medido 100% da mobilização. Os materiais não foram comprovados suficientemente, posto que não foram entregues as notas fiscais de compra das 112 (cento e doze) bobinas de cabos 312, 8mm, 19 x 3,26. Foram medidos 40% dos materiais com os encargos sociais mais o BDI de acordo com o anexo XVI - Critérios de medição e pagamento do Edital da Concorrência Pública nº 034/2009, entretanto, sem a devida comprovação, caracterizando adiantamento de pagamento.

Resumo do Trecho medido

A- Linhas de Transmissão

2- LT Mucajaí/Caracaraí

Trecho: SE Mucajaí x SE Caracaraí

2A.1 - Mobilização- R\$ 273.500,00

2A.7 - Materiais- R\$ 1.163.635,40

2A.8 - Encargos + BDI ...- R\$ 325.562,89

Total do item 2A.....- R\$ 1.762.698,29

2.1.4. Na linha de transmissão no trecho de Caracaraí até Novo Paraíso somente houve para a construção do canteiro, portanto insuficiente para o início dos serviços do objeto supracitado, mas foi medido 100% da mobilização. Os materiais não foram comprovados suficientemente, posto que não foram entregues as notas fiscais de compra das 150 (cento e

cinquenta) bobinas de cabos 312, 8mm, 19 x 3,26 que estão acondicionadas em Rorainópolis e devido a quantidade, parte será empregada neste trecho e outra parte no Trecho da linha Novo Paraíso/Rorainópolis. Foram medidos 40% dos materiais com os encargos sociais mais o BDI de acordo com o anexo XVI - Critérios de medição e pagamento do Edital da Concorrência Pública nº 034/2009, entretanto, sem a devida comprovação, caracterizando adiantamento de pagamento.

Resumo do Trecho medido

A- Linhas de Transmissão

3- LT Caracarái/Novo Paraíso

Trecho: SE Caracarái x SE Novo Paraíso

3A.1 - Mobilização- R\$ 143.360,00

3A.7 - Materiais- R\$ 4.849.525,80

3A.8 - Encargos + BDI- R\$ 1.131.007,34

Total do item 3A.....- R\$ 6.123.893,14

2.1.5. Na linha de transmissão no trecho de Novo Paraíso até Rorainópolis não houve mobilização, mas foi medido 100% da mobilização. Os materiais não foram comprovados suficientemente, posto que não foram entregues as notas fiscais de compra das 150 (cento e cinquenta) bobinas de cabos 312, 8mm, 19 x 3,26, anteriormente citada na alínea c do subitem 4.2, que estão acondicionadas em Rorainópolis e devido a quantidade, parte será empregada neste trecho e outra parte no Trecho da linha Caracarái/Novo Paraíso. Foram medidos 40% dos materiais com os encargos sociais mais o BDI de acordo com o anexo XVI - Critérios de medição e pagamento do Edital da Concorrência Pública nº 034/2009, entretanto, sem a devida comprovação, caracterizando adiantamento de pagamento.

Resumo do Trecho medido

A- Linhas de Transmissão

4- LT Novo Paraíso/Rorainópolis

Trecho: SE Novo Paraíso x SE Rorainópolis

4A.1 - Mobilização- R\$ 107.000,00

4A.7 - Materiais- R\$ 1.365.321,80

4A.8 - Encargos + BDI- R\$ 333.464,22

Total do item 4A.....- R\$ 1.805.786,02

3.1. SOBREPREGO DAS LINHAS DE TRANSMISSÃO (PADRÃO ELETROBRÁS X SME).

Analisando os custos incorridos no projeto básico e na proposta da empresa contratada, verifica-se que os custos Modulares Padrão para subestações e linhas de transmissão são disciplinados pela Resolução ANEEL nº 758/2009. As linhas de transmissão na tensão de 69kv não estão contempladas no referido normativo.

Nesse flanco, buscou-se o comparativo de custo com a linha de transmissão na tensão imediatamente superior a de 69kv, dentro do banco

de dados da ANEEL, obtendo-se a tensão de 138kv como paradigma "mais conservador" para análise de preços da linha de 69kv. Diante do exposto, segue o quadro comparativo abaixo:

TRECHO	EXTENSÃO KM	CUSTO (R\$/KM)			VAR A1	VAR A2	SOBREPREÇO (**) (R\$)
		SME ENGENHARIA	ADMINIS- TRAÇÃO	PREÇO (*) ANEEL 138kv			
TRECHO A1 - LT 69KV - IMPLANTAÇÃO DE 33,7km	33,7	225.039,78	225.951,04	166.485,69	35,17%	35,72%	1.973.272,83
TRECHO A2 - LT 69KV - IMPLANTAÇÃO DE 119,7km	119,7	221.588,23	222.555,56	166.485,69	33,10%	33,68%	6.595.774,04
TRECHO 2B - LT 69KV - RELOCAÇÃO DE 3km	3,0	276.472,72	277.823,33	166.485,69	66,06%	66,87%	329.961,09
TRECHO 1C - LT 69KV - RELOCAÇÃO DE 5km	5,0	244.259,93	246.936,00	166.485,69	46,60%	48,32%	387.888,00
TRECHO A1 - LT 69KV - IMPLANTAÇÃO 5km	5,0	246.661,42	246.936,00	166.485,69	48,16%	48,32%	400.878,65
SOBREPREÇO TOTAL							9.687.774,61

Fonte: Proposta de Preço da Contratada e Administração Fls.88/97 do TVT

A1 - Variação percentual entre custo por Km SME Engenharia/Eletróbrás

A2 - Variação percentual entre custo por Km Administração/Eletróbrás

(*) - Preço ANEEL para Linha de Transmissão 138kv, código 2ENQUIN, conforme Nota Técnica nº 039/2009-SRT/ANEEL, de 17/06/2009-Região Norte.

(**) - Sobrepreço da empresa contratada em relação ao Preço ANEEL para Linha de Transmissão 138kv.

Do quadro acima, percebe-se a divergência de preços praticados tanto pela administração quanto pela contratada, portanto, faz-se mister salientar que a referida análise contempla um padrão de linha de transmissão superior a tensão de 69Kv, logo, o sobrepreço incorrido é bem inferior teoricamente ao se compararmos com linhas de transmissão com mesmo padrão de tensão.

Observa-se ainda que os trechos 2B e 1C, conforme quadro acima, referem-se aos serviços de **relocação**, dessa forma, conclui-se que os equipamentos e materiais a serem empregados já foram adquiridos, restando apenas a retirada da linha de transmissão de um ponto para o outro. Portanto, o preço de relocação a priori, seria bem menor que os serviços de implantação, ou seja, o sobrepreço encontrado nessa análise é inferior, se comparado com os serviços da mesma espécie.

Dessa forma, torna-se evidente que a ausência das composições de preços unitários da Administração, a fim de se comprovar os custos incorridos na elaboração do orçamento, bem como, os preços praticados pela contratada, ambos estão em desacordo com os praticados pelo Padrão Eletrobrás, conseqüentemente ocasionando dano ao erário.

É oportuno ressaltar que o boletim de medição nº 001/2010, apresenta preços globais dos serviços, materiais e equipamentos e que as unidades estão em GL ou %, ou seja, sem detalhamento.

3.2. DOS ACHADOS DE AUDITORIA REFENTES AO TERMO DE VISITA N.º 2010.10.035-01/2010-DOP - CP Nº 34/2009.

Segue os achados consubstanciados no aludido Termo de Visita:

3.2.1. Documentação apócrifa, relativo ao Termo de Compromisso de Depositário Fiel referente à guarda, custódia e uso dos materiais da Obra, posto que não está assinado pelo representante legal do Governo do Estado de Roraima, conforme item 2 do TVT;

3.2.2. Ausência de documentação referente aos pagamentos efetuados, conforme citado nos subitens 4.2.1.1 e 4.2.1.2 do TVT;

3.2.3. Pagamento antecipado relativo às linhas de transmissão e às subestações, contrariando o inciso III, §2º, do artigo 63 da lei 4.320/64, conforme descrito nos subitens 4.2.1.1 e 4.2.1.2 do TVT;

3.2.4. Pagamento à maior de R\$ 4.240,00 (quatro mil, duzentos e quarenta reais), relativo à subestação de Rorainópolis, conforme descrito na alínea "d" do subitem 4.2.1.2 do TVT;

3.2.5. Critério de pagamento, em desacordo com o estabelecido no anexo XVI do Edital nº 034/2009, referente às subestações, conforme descrito no subitem 4.2.1.2. do TVT;

3.2.6. Sobrepreço de R\$ 9.687.774,61 (nove milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, setecentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos, referente às linhas de transmissão, conforme item 5 do TVT.

Ademais, foi solicitado através do ofício nº 279/2010/PRESI/TCERR as notas fiscais de entrada de materiais da empresa SME -Sociedade de Montagens e Engenharia LTDA, com vistas de apurar os materiais empregados e valores pagos na compra e aquisição das bobinas.

Em resposta o Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Leocádio Vasconcelos, através do Ofício nº 1180/2010-GABINTE, encaminhou documentação contendo as notas fiscais eletrônicas-NFE's de entrada dos referidos materiais, conforme quadro a seguir:

Número da Nota	Data de emissão	Valor (R\$)
3597	10/11/2010	71.480,51
3598	10/11/2010	110.949,74
3601	10/11/2010	181.942,86
TOTAL s/BDI		364.373,11
TOTAL c/BDI DE 22,65%		446.903,62

Notas fiscais no período de 01/08/2010 a 15/12/2010.

Dessa forma, verifica-se que as datas de emissão das notas fiscais são posteriores as medições pagas. Ademais os valores pagos referentes às NFE's somam **R\$ 446.903,62**, considerando o BDI de 22,65% da empresa SME.

Logo, verifica-se que os valores referentes aos materiais efetivamente empregados e executados na obra divergem **substancialmente** dos valores pagos a empresa SME, os quais somam a quantia **R\$ 13.211.956,11**, ocasionando uma diferença paga a maior no valor **R\$ 12.765.052,49**.

3.3. DA SUPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA OBRA.

Apesar da falta de detalhamento e do projeto básico deficiente e impreciso, foi aberto crédito adicional, suplementando a obra em mais de **R\$ 32.121.600,00** (trinta e dois milhões, cento e vinte um mil e seiscentos reais), conforme Decreto 12.353-E de 14 de fevereiro de 2011.

3.4. DO ENCAMINHAMENTO.

Diante da exposição acima e em virtude de haver vícios insanáveis no Edital de Licitação nº 034/2009 e na execução da obra, capazes de produzir danos significativos ao Erário Estadual, bem como a existência de suposto conluio, visto que a empresa vencedora, SME - Sociedade de Montagem e Engenharia Ltda estava **previamente** definida como vencedora do certame, conforme denúncia formulada pelo Deputado Estadual Senhor Francisco Flamarion Portela, encaminho representação para subsidiar na abertura do inquérito policial.

ANEXOS

- Cópia do Edital nº 34/2009 - Concorrência Pública - Processo nº 013965/09-86;
- Cópia do Edital nº 35/2009 - Concorrência Pública - Processo nº 013966/09-49;
- Cópia da DECISÃO Nº 001/2010 - TCERR - PLENO;
- Cópia da DECISÃO Nº 002/2010 - TCERR - PLENO;
- Cópia do TERMO DE VISITA TÉCNICA Nº 2010.10.035-01/2010-DOP-01;
- Cópia do Ofício nº 279/2010/PRESI/TCERR;
- Cópia do Ofício nº 1180/2010-GABINTE; ✓
- Cópia do GAB/SEINF/Ofício nº 1862/2010; ✓
- Cópia das Notas fiscais eletrônicas;
- Cópia do DOE com abertura de Crédito Adicional;

Boa Vista, 25 de março de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, pela sequência, como já está no plenário, ao Senador Eunício Oliveira, pela Liderança do PMDB. Em seguida, falará o Senador Aloysio Nunes Ferreira, como inscrito e, depois, será V. Ex^a, Senador Itamar, como Líder.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o objetivo da minha fala de hoje é, em primeiro lugar, saudar os participantes da 14^a Marcha dos Prefeitos, que acontecerá na próxima semana aqui em Brasília, com a participação de mais de quatro mil prefeitos de todo o Brasil.

Quero também registrar o papel importante que exerce a nossa conterrânea Eliane Brasileiro, Prefeita de General Sampaio e Presidente da Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará, a nossa Aprece.

A marcha deste ano, Sr. Presidente, pretende estabelecer uma nova relação do movimento municipalista com o Governo Federal.

Serão discutidos aqui temas fundamentais, como a divisão dos *royalties* do petróleo e a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29.

Na prática, o atual modelo federativo sacrifica demasiadamente os Municípios brasileiros, com a constante transferência de atribuições, sem o respectivo repasse dos recursos para custeá-las.

No Ceará, a situação de vários Municípios é extremamente preocupante. Uma das questões mais inquietantes hoje, no Estado, é o prazo de validade dos restos a pagar dos Municípios cearenses.

Temos notícia de que o Governo Federal está tentando ajeitar a situação, mas é preciso renegociar, Sr. Presidente, alguns prazos para que diversos projetos de cidades cearenses e de todo o Brasil não sejam afetados.

O Governo Federal deveria fazer uma análise mais apurada, avaliar caso a caso e oferecer soluções para os referidos contratos. E assim, efetivamente, resolver um sério problema que aflige demasiadamente os gestores municipais.

Outra questão importante está na área da educação. Com a mudança dos critérios de complementação do Fundeb e a consequente redução, justa, da jornada de trabalho da categoria, os Municípios são obrigados a contratar mais professores. No entanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sem o recebimento da complementação dos recursos, a gestão política educacional municipal fica praticamente inviabilizada.

É preciso encontrar uma saída também para uma portaria da Aneel que está transferindo para os Muni-

cípios, pelo menos no meu Estado, custos extras na área de iluminação pública.

No Ceará, a maioria das cidades não possui pendências junto à Caixa Econômica Federal, mas, ainda assim, os principais ministérios não liberam os recursos tão esperados pelas populações carentes das pequenas cidades do interior do Estado.

É preciso que a gente encontre uma solução para renegociar alguns prazos, para que diversos projetos das cidades do meu Estado e do Brasil inteiro não sejam afetadas. É preciso estabelecer um cronograma que seja viável, que não prejudique os projetos em andamento e mantenha a população das cidades atendida. E é este o apelo, Sr. Presidente, que venho aqui a esta tribuna fazer em nome do Estado do Ceará.

E eu queria registrar também que, nesta manhã de hoje, tivemos uma audiência com o Ministro Alfredo Nascimento – e eu estive nesta tribuna há poucos dias fazendo uma cobrança muito veemente ao Ministro dos Transportes e ao diretor-geral do Dnit. Mas, hoje pela manhã, ele recebeu a mim e a toda bancada cearense e fez uma auto-crítica, dizendo a todos nós que iria avocar para si essa questão das estradas federais serem resolvidas no Estado do Ceará.

Eu não poderia deixar de estar nesta tribuna e registrar a maneira como o Ministro nos recebeu, a forma veemente como ele colocou as coisas e as pendências existentes no Estado do Ceará referentes às estradas federais, que estão intransitáveis. Os ônibus, inclusive, estão desviando por outras BRs estaduais, por não haver condição de tráfego naquele Estado. Ele convidou todos os representantes da Bancada do Estado do Ceará e avocou para si todas as decisões para que os assuntos pendentes em matéria de execução pudessem acontecer nas estradas federais.

Da mesma forma que vim aqui cobrar do Ministro Alfredo Nascimento e do Presidente do Dnit, venho aqui hoje agradecer a forma verdadeira, coerente e transparente como ele tratou os interesses da bancada cearense no que se refere às estradas federais no meu Estado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Senador Eunício Oliveira.

Como orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. Senador Itamar, V. Ex^a falará em seguida, mas, se quiserem trocar, para mim é indiferente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Paim, antes disso, eu gostaria de pedir a V. Ex^a, esqueci de fazê-lo quando eu estava na tribuna,

a transcrição dos documentos a que me referi durante o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido na forma regimental, com certeza absoluta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, cedo, com o maior prazer, ao Presidente Itamar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, invertamos a ordem. Falará primeiro, como Líder do PPS, o Senador Itamar Franco. Em seguida, o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria agradecer ao Senador Aloysio a oportunidade e a gentileza para que eu possa falar antes dele. Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu queria comentar a fala do Ministro Mantega na Comissão de Assuntos Econômicos. Essa fala não surpreendeu ninguém, pois, em linhas gerais, como sempre, o Sr. Ministro nada revelou de novo. A única surpresa foi a afirmação de que a gestão Lula não deu continuidade à política econômica do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Sr. Presidente, não me cabe aqui defender o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele tem seus líderes aqui na Casa e tenho certeza de que eles farão a defesa do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas seria interessante que se ouvisse o Presidente do Banco Central à época do Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o que ele pensa, a exemplo do que faz o Ministro Mantega, dos oito anos do Governo Lula.

É apenas uma sugestão, quando vejo aqui o nosso nobre e querido companheiro Senador Aloysio.

O Ministro ainda, Sr. Presidente, usou de um clichê que já está sendo disseminado no Congresso e em parte da imprensa, de que os problemas da economia brasileira são bons problemas.

Sr. Presidente, será que a inflação é um bom problema para o País? No meu tempo, não era. Ao que parece, para o Ministro Guido Mantega, a inflação é um bom problema.

Nós acabamos de ouvir aqui o Senador Eunício, do Ceará, reclamando das estradas federais e dizendo que foi atendido por S. Ex^a, o Ministro dos Transportes. Se nós de Minas fôssemos falar das estradas federais, Sr. Presidente! Lá temos a maior malha rodoviária do País, abandonada totalmente. Talvez seja um bom exemplo para S. Ex^a, o Ministro Guido Mantega, quando diz que são bons problemas.

Além das falas padronizadas dos ministros e de alguns parlamentares governistas, chamou a atenção três reveladores atos falhos.

O primeiro deles deu-se quando, questionado sobre a interferência do Governo na gestão da Vale, afirmou que o Governo é sócio da Vale. Ora, quem é sócio da Vale é o Estado, e não o Governo. Essa fala confirma a pretensão do partido do Governo de privatizar para si o Estado brasileiro.

Afirmou também “que Lula poderia ter retaliado a Vale”. Trata-se de um pensamento totalmente totalitário, que revela a confusão intencional que esse Governo faz dos significados de Estado, Nação e Governo.

Mais a frente, disse o Ministro que, em 2010, não se podia cortar despesas. O Ministro não explicou o porquê, embora todos saibam ser o motivo inteiramente eleitoral, estar as torneiras abertas no ano de 2010, a razão da inflação de 2011. O Governo não admite isso e, de quebra, ainda culpa a oposição, criando mais um clichê: “a culpa pela inflação é da oposição, que está criticando a política econômica”.

Sr. Presidente, aqui vem um assunto interessante. O Congresso Nacional aprova o orçamento. Infelizmente, ainda não temos um orçamento impositivo. Na minha época de Presidente da República, às vezes, eu lembrava da necessidade de o Congresso ter um orçamento impositivo. Ainda não temos. Mas o que é importante é que nós não estamos contra que a Presidente da República faça seus ajustes, os seus contingenciamentos.

O que a gente estranha é que ela faça isso, e o Orçamento, que foi aprovado pelo Congresso Nacional, não volte ao Congresso para que este aprove ou não essas interferências do Poder Executivo.

É de se estranhar exatamente, Sr. Presidente, porque a parte mais importante do Legislativo é o seu Orçamento, e o Congresso assiste tranquilamente quando ela diz que vai cortar R\$50 milhões. Ela faz o que quer com esse valor. Por que não se envia ao Congresso para que este aprove ou não o corte desses R\$50 milhões que Sua Excelência a Presidenta da República pretende?

Queria apenas recordar hoje, Sr. Presidente, um trecho do artigo do antigo Ministro Delfim Netto. É claro que temos essa ou aquela discordância do artigo de S. Ex^a. Mas ele diz algo interessante:

Em princípio, o Banco Central só tem um instrumento, a taxa de juros de curto prazo, com que ele espera manobrar a de longo prazo e controlar o consumo e o investimento.

Continua o Ministro Delfim Netto:

O mundo é mais complicado do que parece. Há sérias dúvidas de que o BC possa fazê-lo sem o suporte da política fiscal e de medidas monetárias não convencionais.

Sr. Presidente, vou terminar, respeitando evidentemente o tempo, para, mais uma vez, dizer quais são os bons programas da economia brasileira. Aqui, não só nesta Casa, mas de um modo geral, ninguém reconhece o que os outros Governos fizeram.

No meu caso, já estou acostumados com isso. Não tem importância. Mas, Sr. Presidente, não é possível que assistamos calados – digo, mais uma vez, com todo o respeito, ao PSDB. Precisamos defender os Governos e o exercer em momentos difíceis. Cada um de nós fez o que era possível à sua época.

Acreditar novamente – e insisto nisso – que o Presidente Lula inventou o Brasil e que nunca antes fez-se nada neste País, Sr. Presidente? Nós estamos sabendo que isso não é uma verdade, que a todo o momento deverá ser repetida para a opinião pública.

Os bons exemplos e os bons problemas que o Ministro Mantega quer trazer ao País possivelmente devem ser bons para ele, mas não para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Depois da fala do ex-Presidente e Senador da República Itamar Franco, passamos a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, do PSDB de São Paulo, como orador inscrito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, uma constatação de coincidência de pontos de vista, que muito me orgulha: coincidência de ponto de vista com o Senador e Presidente Itamar Franco sobre aquilo que acabou de expor no seu pronunciamento, como líder.

Eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, que, efetivamente, concordo com S. Ex^a e que, ontem, durante a audiência pública, eu polemizei – e duramente – não apenas com o Ministro, mas também com os porta-vozes mais salientes do governismo, em relação a exatamente esses três pontos que O Presidente Itamar Franco mencionou: a desvalorização de tudo o que se fez antes do PT, da estabilização pela qual S. Ex^a e o Presidente Fernando Henrique foram os grandes responsáveis; o ato falho, talvez, do Ministro em relação à Vale, que revela um fundo autoritário de pensamento – que, aliás, não condiz com a conduta prática do Ministro – quando diz que o Governo poderia ter retalhado a Vale para forçar a substituição do Presidente da época; e igualmente uma polêmica dura, e talvez até acima do tom, quando uma nobre Senadora da base do Governo atribuiu – assim, pelo menos, eu entendi – parte da culpa pela escalada inflacionária às críticas da oposição. Exatamente esses três pontos foram objeto de resposta veemente da minha parte e também da parte do Senador Alvaro Dias.

É exatamente sobre o problema da inflação, por onde S. Ex^a começou, que eu gostaria de falar nesta tarde, no Senado. O Ministro Guido Mantega, num determinado momento da sua apresentação, disse o seguinte: “não fossem os combustíveis e os alimentos, a inflação estaria muito mais perto do centro da meta”. Acontece que os combustíveis e os alimentos estão pressionando a inflação – e pressionando muito, muito fortemente.

Vamos falar apenas nos combustíveis nesta tarde.

O preço dos combustíveis disparou. Isso é conhecido por todos, tanto o da gasolina, quanto o do álcool. O álcool, em Brasília, já ultrapassou R\$2,60 o litro, e a gasolina – abastecei o meu carro, nesse último fim de semana em Brasília – R\$3,00 o litro. Evidentemente, os consumidores reclamam dos preços que pressionam o Governo e preocupam toda a sociedade.

Mas o que é mesmo que está acontecendo? A gasolina, no País, já faz muito tempo, é cara, apesar de sair das refinarias da Petrobras cerca de 25% mais barata do que a que sai das refinarias nos Estados Unidos. A gasolina brasileira para o consumidor é a mais cara das Américas, segundo uma pesquisa recente de uma consultoria norte-americana AIRINC – Associates for International Research, Inc. especializada em preços globais.

Apenas para que os meus colegas tenham ideia, se ainda não têm essa informação, o preço médio da gasolina na capital paulista era, no momento da pesquisa, US\$1.73, cotado o dólar a R\$1,67. Esse valor é 70% maior do que a gasolina em Nova Iorque, e 105% mais alto do que a gasolina na Rússia. Para ficarmos aqui na América Latina, a gasolina no Chile custa US\$1.57.

E por que a gasolina brasileira é tão cara? Há vários fatores: conjunturais e estruturais. A gasolina é cara, porque carrega evidentemente um peso tributário enorme, beira a 60% do valor o litro de gasolina pago pelo consumidor. Nós só perdemos para alguns países da Europa que fazem uma política tributária gravando a gasolina com o propósito de desestimular o uso dos automóveis.

Nesses impostos, estão incluídos vários tributos. Nessa carga tributária, estão incluídos vários tributos, contribuições, PIS, Cofins, a Cide, o ICMS, que é controlado pelos Estados. A Cide funciona, como todos nós sabemos, como um colchão para, digamos, moderar as flutuações quando sobe muito o preço da gasolina no mercado internacional. E o ICMS tem as suas alíquotas, muitas vezes, excessivamente elevadas pelos Estados, premidos que são pela erosão das suas receitas tributárias em favor da concentração dessas nos cofres da União.

Mas há também razão que diz respeito à estrutura, à escassez, à carência de produção, o que nos leva a constatar a precariedade do planejamento do Governo nessa matéria nos últimos tempos.

Vejam, a gasolina, a produção de derivados do petróleo, de combustíveis pela Petrobras não está acompanhando o aumento da demanda.

No ano passado, o País consumiu 117 milhões de metros cúbicos de derivados de petróleo usados para combustível, ou seja, 11% a mais do que produziu. Nós estamos consumindo mais gasolina e diesel do que produzimos.

Nós não temos refinarias suficientes, apesar das obras das refinarias ter sido muito alardeado pela então candidata Dilma que havia sido anteriormente a grande gestora do Governo, Ministra de Minas e Energia. Apesar de todo esse alarde, nós não temos refinarias suficientes para atender o crescimento da economia.

A Petrobras tem quatro refinarias em construção, mas a produção dos derivados só deve crescer mesmo em 2013, daqui a dois anos. Até lá, seguramente vamos ter que conviver com problemas de abastecimento, de preço elevado, que obriga a Petrobras a importar, aumentar sua importação de gasolina, agravando com isso a condição cambial do Brasil.

Ora, mas neste momento existe um fator conjuntural também que influi fortemente sobre o preço da gasolina, que é a escassez de álcool.

O álcool está com o preço muito alto e há risco de desabastecimento em muitos postos, de modo que os consumidores migram para a gasolina, dado a grande proliferação dos automóveis flex.

Ora, essa escassez de álcool ocorre logo depois que o Governo assumiu, – com muito orgulho, é justo o orgulho que temos do nosso parque industrial produtor de álcool e do nosso complexo sulcocalcooleiro-, o papel de grande vendedor de etanol no mundo.

Vamos vender etanol no mundo inteiro. Vamos trabalhar com os Estados Unidos, falar com o Presidente americano para que abra as fronteiras do seu País ao etanol brasileiro”. Enquanto isso, está faltando álcool no Brasil. Nós tivemos que importar álcool agora, nessa crise de escassez de álcool.

Agora, por que falta álcool na bomba de combustível? As razões são muitas, mas, evidentemente, uma é que houve queda na produção, houve uma quebra de safra da cana, houve uma diminuição do ritmo de investimento das indústrias processadoras da cana para a produção de álcool e de açúcar, em razão da crise de 2008. Só agora, as empresas começam a colocar esses planos em execução.

Mas isso revela também uma falta de planejamento do Governo, de previsão do Governo. Ora, se-

gurança energética é um fator chave não apenas na produção econômica, mas na vida das pessoas. E o Governo descuidou, nos últimos oito anos, dessa segurança energética. Por quê? Era evidente que faltava, no Brasil, uma política de estoques reguladores para a produção, para compensar período de escassez de uma *commodity* agrícola que está sujeita às variações do tempo, às intempéries, à quebra de safra. Faltou uma política – que há muito tempo os produtores de álcool reclamavam – de formação de estoques reguladores.

Ao mesmo tempo em que o Governo brasileiro, estimulou a produção de carros flex e portanto era previsível o aumento da demanda por álcool, faltou política que incentivasse o aumento da produção e, inclusive, estimulasse as empresas produtoras de álcool a investir na produção como forma de aumentar a sua rentabilidade.

Nós temos, hoje, muitas usinas que produzem energia a partir da queima do bagaço de cana e produzirão muito mais quando chegar a um ponto de desenvolvimento industrial com tecnologia – que hoje ainda está confinada aos laboratórios – de produção de etanol a partir da fratura da molécula dos vegetais, que permitirá a produção de álcool a partir da palha da cana, a partir de madeira. Ora, faltou ao Governo, do ponto de vista da ação governamental, uma política que estimulasse a produção de energia como forma de essas empresas produtoras de álcool e de açúcar terem recursos próprios para investir na sua própria produção. Veja, e o que falta para isso? Falta financiamento para repotencialização das caldeiras, para a aquisição de novas caldeiras e falta também a disciplina de uma questão-chave, que é o acesso da energia elétrica produzida nas refinarias às redes de transmissão. Não é uma questão planetária, mas demandaria dedicação do Governo e propiciaria um enorme salto na produção de energia elétrica a partir da queima do bagaço de cana.

O Governo, em determinado momento, ficou tentado a demonizar o setor sucroalcooleiro: “Está faltando álcool porque as usinas estão produzindo açúcar”. Ora, Sr. Presidente, a margem de flexibilidade de uma usina que produz álcool passar a produzir açúcar é muito pequena, é em torno de 6%. Então, houve quebra de safra na Índia, aumentou o preço do açúcar. É natural que as usinas procurem produzir açúcar, sobretudo, diante da incerteza do mercado interno do álcool, uma vez que o Governo manipula o preço da gasolina. Sem segurança de que terá um mercado organizado e razoavelmente competitivo, as indústrias do setor sucroalcooleiro, em determinado momento, migraram para a produção de açúcar. Mas essa margem de imigração é muito pequena, não vai, como já disse, além

de 6%. Então, não é por aí, com a demonização do produtor do açúcar e álcool, que o Governo vai nos tirar dessa enrascada; é, sim, produzindo políticas que estimulem, ao mesmo tempo, a produção de açúcar e a produção de álcool. Temos tecnologia, terra férteis, capacidade empresarial, há mais de 500 anos, é uma produção tradicionalíssima do Brasil. É perfeitamente possível fazermos as duas coisas ao mesmo tempo: produzirmos açúcar e produzirmos álcool, desde que haja planejamento, estoques reguladores, estímulos creditícios e estímulos fiscais, para que possamos desenvolver, ainda mais, esse extraordinário patrimônio que o Brasil tem, que é seu complexo sucroalcooleiro.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Apenas para terminar, Sr. Presidente.

O meu receio é o de que o Governo, ao procurar interferir na questão, faça-o de maneira atabalhoada, com controles, com restrições, e aí o risco é matar a galinha dos ovos de ouro. Um setor que precisa de estímulo se vê alvo de medidas punitivas, coercitivas, regulamentos burocráticos que só farão complicar uma situação que já é, por si só, bastante complicada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a ainda dispunha de dois minutos. A Presidência agradece a V. Ex^a.

Passamos, de imediato, a palavra ao Líder do PT, Senador Humberto Costa. Em seguida, falará a Senadora Angela Portela.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna na tarde de hoje, primeiro, para reafirmar aqui, mais uma vez, a nossa preocupação com os acontecimentos no Estado de Pernambuco nos últimos dias, onde uma quantidade imensa de chuvas está atingindo as mesmas regiões que, há dez meses, sofreram fortemente com as precipitações, que geraram um quadro profundamente desolador. Agora, quando o processo de recuperação está ocorrendo, nós somos novamente alvos da fúria da natureza.

Hoje, o Governador Eduardo Campos está em Brasília. Toda a Bancada de Pernambuco, daqui a pouco, às 17 horas, vai-se dirigir com ele ao Palácio do Planalto para conversar com o Secretário-Geral da Presidência e tentar uma conversa também com a Presidente Dilma, mas cumpro o meu dever de informar a situação a esta Casa e de pedir aqui a solidariedade do Congresso e de todos os nossos Pares, porque de fato é uma situação de calamidade pública com enorme sofrimento para a nossa população.

Mas quero também, na tarde de hoje, aqui fazer um registro de um importante momento para o Congresso e para a saúde do Brasil. Hoje pela manhã o Ministro Alexandre Padilha esteve na Comissão de Assuntos Sociais e realmente conseguiu atender as expectativas de todos aqueles que lá estavam, não somente pelo seu preparo, pela sua capacidade de articulação política, mas também principalmente por ter dado uma demonstração clara de que tem um projeto bastante definido, tem objetivos estratégicos bastante claros e fortemente fundamentados na realidade da saúde do nosso País.

Particularmente, eu que fui Ministro da Saúde e conheço a complexidade do trabalho naquela pasta, senti bastante segurança por parte dele e, acima de tudo, segurança também em relação aos objetivos estratégicos que vem buscando cumprir. Lá foram elencados vários pontos em que pudemos identificar realmente tudo aquilo que o Sistema Único de Saúde precisa para avançar, para evoluir, e que tem sido objeto dessas preocupações que o Ministro Alexandre Padilha nos trouxe.

E o mais importante é que esses objetivos estão baseados num quadro, num cenário da realidade brasileira, que é, de fato, fidedigno em relação aos problemas que nós temos hoje.

Lá, claramente, manifestaram-se as preocupações de melhorar a qualidade da gestão. Sabemos que de fato no Brasil nós temos problemas na gestão do Sistema Único de Saúde. Existem, de fato, ralos, inoperância, ineficiência e há uma preocupação do atual Governo e do seu Ministro da Saúde em procurar enfrentar esse problema por meio de vários mecanismos. Há o objetivo de adquirir melhor os insumos, de realizar parceiras público-privadas para a produção de medicamentos e a contratação do Indg, que muitos aqui conhecem e sabem que hoje é uma instituição importante no estudo e na aplicação de medidas para a gestão pública.

Lá, também tivemos a oportunidade de discutir a questão que me parece ser, hoje, a mais crucial para o sistema de saúde e que pretendo trazer para ser discutida aqui.

Temos enormes projetos, sabemos tudo o que é necessário. É preciso ampliar a formação de profissionais no Brasil, particularmente profissionais médicos, é preciso, como foi dito aqui, melhorar a gestão, é preciso ampliar o acesso a diversas políticas...

Fiquei extremamente satisfeito ao ver a ampliação de programas, de propostas, de políticas que tive a oportunidade de criar quando estava no Ministério da Saúde.

O Samu vai se tornar um programa efetivamente universal. O programa *Brasil Sorridente*, que, quando começamos a implementar, além da atenção básica, previa o atendimento de média complexidade, agora vai incorporar inclusive o atendimento de uma complexidade maior. O Sistema Único de Saúde vai começar a trabalhar com implante dentário e com ortodontia, correção de problemas ortodônticos, o que é extremamente importante. Haverá a ampliação do *Farmácia Popular*, outro programa que tivemos a oportunidade de criar quando estávamos no Ministério da Saúde, que agora passará a distribuir medicamentos para hipertensão e diabetes, num crescimento importante da sua clientela, além de tantas e tantas coisas.

Para isso, precisamos discutir com seriedade um assunto importante. Existem problemas de gestão no Sistema Único de Saúde? Existem. Existe corrupção, como tem sido denunciado? Existe, embora no passado isso tenha sido muito mais intenso, pois hoje temos mecanismos de controle muito mais efetivos do que tínhamos há alguns anos. Existem todos esses problemas, mas não são esses nem os únicos nem os principais problemas do Sistema Único de Saúde.

O principal problema do SUS hoje é de financiamento. Ninguém consegue passar impune a uma redução de R\$40 bilhões ao ano, a que o Ministério foi submetido com a extinção da chamada CPMF. Os problemas que enfrentamos hoje são extremamente graves e terão que ser resolvidos por uma melhor gestão, por um maior combate à corrupção.

Apresentei e vou trabalhar junto a cada um dos Senadores e das Senadoras aqui para aprovar a nossa proposta de lei de responsabilidade sanitária, cujo objetivo é exatamente melhorar a gestão, punir o mau gestor, fazer com que o dinheiro público seja bem aplicado.

Porém, por mais eficientes que sejamos na tarefa de melhorar a gestão ou de acabar e combater a corrupção, os recursos para a saúde serão insuficientes. Eu dizia lá que pode convidar o próprio Gerdau para ser Ministro da Saúde, porque ele não vai resolver, pois, sem dinheiro, não teremos condição de resolver. O Brasil investe em saúde na área pública menos do que qualquer país que tenha um sistema semelhante, um sistema universal. Enquanto países que têm sistemas universais, como Canadá, Espanha, Portugal, etc – todos com menos habitantes do que nós –, não gastam menos de 70% do gasto total em saúde com recurso público, no Brasil, no máximo, as melhores estatísticas falam de 45% de gasto público em saúde no gasto total.

Portanto, esta Casa, o Congresso Nacional se verá obrigado a debater esse tema. Precisamos en-

contrar caminhos e mecanismos para viabilizar concretamente o financiamento da saúde no nosso País. Primeiro, precisamos aprovar a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29. A Câmara está começando a fazer um esforço para essa aprovação, um acordo que vai retirar o destaque de criação da CSS, para que pelo menos obrigemos as Prefeituras, os governos estaduais e o Governo Federal a gastarem aquilo que Constituição prevê para os gastos mínimos em saúde. Segundo, precisamos começar a discutir onde vamos buscar recursos para financiar a saúde no Brasil. Naturalmente, esse não é um debate fácil. A sociedade, certamente, não haverá de querer destinar mais recursos para a saúde se não tiver a certeza, a convicção de que esses recursos serão gastos de forma adequada.

Por isso, o debate de mais recursos tem que acontecer com o debate da responsabilidade sanitária, com o debate da melhoria da gestão no nosso País. E isso é algo que faz parte da plena consciência que o Ministro Padilha e que o Governo da Presidente Dilma têm em relação ao tema da saúde. E nós, aqui, no Senado Federal, temos a possibilidade, a oportunidade e, acima de tudo, a necessidade de cobrar essa tramitação mais rápida da Emenda nº 29 na Câmara, da regulamentação e de, assim que para esta Casa voltar essa proposta, rapidamente votarmos e podermos pelo menos definir o que são ações e serviços de saúde, impedindo que governos estaduais, prefeituras ou até mesmo o Governo Federal incluam como ações de saúde coisas que efetivamente não deveriam ser pagas pelo SUS, que deveriam ser garantidas pelo Estado, mas não pagas pelo SUS.

Saneamento básico é uma ação importante, que influi na saúde, mas não pode ser financiado com recursos da saúde. Nutrição, Bolsa Família, ações assistenciais interferem na melhoria das condições de saúde, mas não são ações de saúde. Pagamento de plano de saúde de funcionário público é importante, mas o sistema de saúde dos funcionários públicos não atende a toda a população.

E, por último, uma ação fundamental é transformarmos num processo justo a relação perversa que hoje existe entre o setor público e o setor privado. O setor público gasta pouco, mas ainda subsidia direta e indiretamente o setor privado. Diretamente, quando permite que as pessoas que têm seu plano de saúde possam abater integralmente o gasto com atenção à saúde suplementar, e indiretamente, quando o SUS atende exatamente àquelas coberturas de mais alta complexidade, mais caras, que o setor privado não faz. Por isso, precisamos estabelecer um sistema de vasos

comunicantes, mas que a comunicação não seja para drenar do público para o privado.

Temos, hoje, gargalos no setor público. Na área emergencial, no atendimento ambulatorial especializado, na área da internação clínica, e por que não termos, da parte do setor suplementar...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Por que não termos, da parte do setor suplementar, a possibilidade de atender essa demanda, se os segurados do setor suplementar estão todos agora se vacinando contra a gripe com recursos financiados pelo setor público, se fazem transplante cardíaco com recursos do setor público, se têm acesso a medicamentos de alto custo com recursos do setor público? Por que não aprimorarmos a nossa legislação e fazermos, como em outros países, uma complementariedade desse sistema, desses setores, e não esse parasitismo que existe hoje em nosso País no que se refere ao setor privado em relação ao setor público?

Pois bem, Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer, ressaltando aqui o nosso orgulho por termos um Ministro da Saúde tão bem preparado e que, sem dúvida, haverá de fazer uma grande revolução na saúde do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Depois da fala do Líder Humberto Costa, passaremos à Senadora Angela Portela.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E, em seguida, como Líder, falará o Senador Aécio Neves, para o qual já anuncio a mesma tolerância que tive com todos os oradores.

Senador Mário Couto, com a palavra.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para ter uma informação de V. Ex^a. São 16 horas e 10 minutos. Teremos Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está prevista Ordem do Dia. O Presidente está se encaminhando ao plenário.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Para as 19 horas?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Provavelmente, antes, porque gostaríamos de ouvir ainda o Líder Aécio.

Quero registrar a presença conosco da nobre ex-Senadora Rosalba Ciarlini, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte.

Senadora Angela Portela.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, no momento em que mais de quinhentas lideranças de 230 povos indígenas realizam na Esplanada dos Ministérios o Acampamento Terra Livre, uma mobilização em defesa dos seus direitos, eu gostaria de anunciar aqui, desta tribuna, que o Governo Federal deve lançar, provavelmente nesta semana, o Programa Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas – PNGAT.

Esse programa vem sendo trabalhado no âmbito do Executivo há dois anos e contou com a participação de vários ministérios e, principalmente, dos representantes indígenas, que sempre reclamaram o direito de serem ouvidos na formulação de políticas públicas a eles destinadas.

Participaram da elaboração do PNGAT a Fundação Nacional do Índio, o Ibama, o ICMBio, além de convidados dos Ministérios da Defesa e da Justiça.

O programa define como será o desenvolvimento dessas terras, de acordo com as culturas indígenas. Os próprios índios definirão como será a gestão ambiental e a gestão de seus territórios.

É uma iniciativa da maior relevância, principalmente quando sabemos do resultado da maioria dos programas oficiais voltados para essas comunidades indígenas.

Por outro lado, no que diz respeito à gestão ambiental, é uma esperança que se renova, uma vez que as terras indígenas não têm a sua integridade ambiental protegida, muito embora estudos comprovem que o desmatamento é muito menor nessas reservas do que nas unidades de conservação.

Vale ressaltar aqui que, aliado ao Programa Nacional de Gestão Ambiental e Territorial, o Governo está propondo também a transformação da Comissão Nacional de Política Indigenista em um conselho, com maior poder decisório sobre as políticas que deverão ser implementadas. Com a transformação dessa Comissão em conselho, os índios passarão a definir a política indigenista oficial, junto com representantes do Estado brasileiro.

Devo dizer que este Programa Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas vem em boa hora, Sr. Presidente, principalmente quando sabemos das reclamações quanto à atuação do Poder Público em relação aos investimentos para a melhoria das condições de vida das comunidades indígenas.

O Brasil possui hoje mais de 550 reservas indígenas reconhecidas pela Funai. Estas ocupam uma área total de quase um milhão de quilômetros quadrados,

que correspondem a 12% do território nacional e que abrigam uma população indígena estimada em mais de 330 mil pessoas.

Como representante de um Estado, Roraima, que tem 46% de sua base territorial demarcadas em terras indígenas, com 12% de população indígena, a maior proporcionalmente no País, temos acompanhado com preocupação a execução das políticas públicas no interior dessas comunidades, principalmente no que diz respeito à assistência à saúde, educação, transportes e, principalmente, criação de meios para a sobrevivência dessas comunidades indígenas.

Para ter acesso aos serviços públicos, nossos indígenas enfrentam grandes dificuldades de deslocamento, percorrem grandes distâncias a pé, passam por todo tipo de constrangimento para serem atendidos naquilo que é um direito básico deles.

Recentemente tivemos em Roraima o lançamento de um módulo do programa Territórios da Cidadania, específico para as terras indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos, com previsão de investimento superior a R\$60 milhões.

Infelizmente muito pouco avançou desde então, principalmente pela dificuldade de interlocução entre as comunidades indígenas e os representantes do Poder Público, pela dificuldade de formular os projetos e encaminhá-los adequadamente. Essa experiência, aliás, deixa claro que, para enfrentar os problemas dos povos indígenas, não bastam boas intenções. É preciso, antes de mais nada, ouvi-los, entendê-los e respeitá-los. É isso que propõe o Programa Nacional de Gestão Ambiental e Territorial e, mais ainda, a transformação da Comissão Nacional de Política Indigenista em um conselho com maior poder de articulação e decisão.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senadora Angela, quero dizer a V. Ex^a que fico meio duvidoso com relação a mais esse programa que se lança visando realmente apoiar as comunidades indígenas. V. Ex^a disse muito bem: o nosso Estado é o campeão em tamanho de área indígena no Brasil e disse V. Ex^a muito bem também que o Brasil tem 12% da sua área territorial demarcada para terras indígenas para uma população de 0,3% da população nacional. Então era de se esperar que os índios vivessem muito bem, tivessem, como disse V. Ex^a, saúde, educação, apoio para a sua produção e para a melhoria de suas vidas. E não é isso que estamos vendo. Espero que, a partir de agora, no Governo Dilma, a Presidente realmente passe a ter uma ação positiva, uma agenda positiva tanto para os índios quanto para aquelas pessoas que foram excluídas das reservas indígenas. Sempre digo

que a minha posição política é humanista. Eu quero saber como está o ser humano índio e como está o ser humano não índio. E o que nós temos visto, ao longo dessa história, desde quando se criou o Serviço de Proteção ao Índio e depois transformou-se em Funai? Primeiro, na Funai, nós não temos a representação proporcionalmente grande de índios. Não vi um Presidente da Funai índio. Não é por falta de gente preparada. O mesmo ocorre nas secretarias. Lá em Roraima nós temos uma Secretaria do Índio. É ocupada por índios por acaso? Não. Tem participação efetiva de índios? Não. Então espero, e estou disposto a colaborar, que nós realmente possamos dar aos nossos índios, especialmente às mulheres e às crianças indígenas, uma melhor condição de vida. Eu tenho certeza de que, com o apoio de V. Ex^a, com o meu apoio e as propostas que tem a Presidente Dilma de realmente pensar na execução das coisas para valer, teremos, sim, uma mudança nessa realidade. Espero muito porque quero ver os índios do meu Estado, os índios do Brasil vivendo melhor. E eu queria aproveitar a sugestão para que a Presidente nomeasse um Presidente da Funai índio.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada pelo aparte, Senador Mozarildo. Quero-lhe dizer que o Presidente Lula teve sempre a preocupação com a qualidade de vida das populações indígenas e, por isso, criou, em Roraima, o programa Territórios da Cidadania Indígena exatamente para atender as comunidades de Raposa Serra do Sol e São Marcos.

Infelizmente, os resultados do programa não foram satisfatórios, mas vimos, com muita alegria e satisfação, a iniciativa da Presidenta Dilma em lançar esse novo programa, insistindo em valorizar, em respeitar, em dar condição de vida melhor para as populações indígenas do nosso País e do nosso Estado de Roraima.

Concedo o aparte ao Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senadora Angela Portela, ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a, quero começar por parabenizá-la; esse discurso mostra que V. Ex^a é uma Senadora que traz para o plenário, que traz para o debate no Senado, preocupações que considero relevantes. V. Ex^a é Senadora de um Estado que tem uma população indígena. É preciso que o Senado discuta o Brasil, e esta é uma pauta do Brasil: as populações indígenas, os povos indígenas. Moro no Amazonas, vizinho do Estado de V. Ex^a que tem a maior população indígena do Brasil. Vivemos na Amazônia. Então, V. Ex^a reflete sobre uma ação de Governo, mais uma política com uma visão territorial, focada nos territórios no sentido de melhorar a qualidade de vida. Parabéns porque V. Ex^a traz o debate, mas quero parabenizar o Governo porque não está omissivo.

Pode errar? Pode errar. Não por omissão. Então, quero aplaudir o Governo porque faz um esforço em reconhecer a necessidade de construirmos políticas públicas para esses brasileiros que vivem na Amazônia. V. Ex^a, de forma cuidadosa, trabalha pela fronteira brasileira, trabalha pelo povo de Roraima, pelo Estado de Roraima e traz este debate de que não podemos fazer ouvido de mercador ou de não enxergar a importância de o Estado Democrático de Direito tratar dos povos indígenas. Parabéns pelo pronunciamento que V. Ex^a faz.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR)

– Muito obrigado, Senador João Pedro. Sei do seu interesse e da sua luta também em defesa dos povos indígenas no Estado do Amazonas.

Para concluir, Sr. Presidente, concedo um aparte ao Senador Eduardo Braga.

O Sr. Eduardo Braga (Bloco/PMDB – AM) – Senadora Angela Portela, primeiro, gostaria de falar da oportunidade do tema e do debate que V. Ex^a traz hoje a esta Casa. Segundo, para efetivamente dizer que a população indígena da Amazônia precisa ser ouvida, ser compreendida e que se possa fazer um amplo debate com o Governo Federal e com a Funai sobre novas políticas públicas voltadas para a atual realidade dos povos indígenas da Amazônia. Quando Governador, tive a oportunidade de criar a primeira Secretaria de Política Indígena do Estado do Amazonas. Mais do que isso: quando cheguei ao Governo, a fundação de amparo à política indígena do Amazonas passou a ser presidida por um índio, escolhido de forma democrática e participativa pelas lideranças indígenas. Esse processo acabou evoluindo e fez com que chegássemos à maturidade de criar a Secretaria da Política Indígena e fazer o primeiro índio Secretário de Estado da Política Indígena no Estado do Amazonas. Ou seja, há muito a fazer. Há muitos avanços que precisam ser compreendidos; há avanços inclusive na formação, na educação e na qualificação do povo indígena. Mas a senhora tem toda razão, é preciso haver um amplo debate, é preciso colocar a Funai num outro patamar, para que não se repitam erros históricos, como já aconteceu, inclusive, no Estado de V. Ex^a.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR)

– Muito obrigada pelo seu aparte, Senador Eduardo Braga. Falo da sua luta também em defesa da melhoria da qualidade de vida do povo indígena. Acredito que, com relação a essa iniciativa do Governo Federal no lançamento desse Projeto – certamente, vamos ter um tempo –, o Congresso Nacional também vai ter tempo disponível para discuti-lo para que possamos aprimorar. Nós, que somos da Amazônia, que temos uma população indígena intensa, podemos certamente dar a nossa contribuição da melhor forma possível.

Então, é nesse aspecto que o Programa Nacional de Gestão Ambiental e Territorial se insere como uma ferramenta de diálogo e de construção de um novo Brasil, onde os povos indígenas são respeitados, valorizados e podem exercer sua cidadania.

Sr. Presidente, para encerrar, uma vez lançado esse programa, esperamos que seja dada a oportunidade ao Parlamento de se manifestar de forma que possamos analisar de forma aprofundada para, no que couber, trazer a nossa contribuição a fim de assegurar os direitos dos povos indígenas e também o direito de o Brasil se desenvolver, econômica e socialmente, de forma justa, sustentável e duradoura.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agora, pela Liderança do PSDB, conforme havia anunciado, a palavra é do Senador Aécio Neves, Líder do PSDB. Em seguida, falará, como orador inscrito, o ex-Governador de Santa Catarina e Senador Luiz Henrique.

Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a enquanto o Senador Aécio Neves vem à tribuna.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero fazer um registro, pedindo a V. Ex^a que me inscreva como Líder do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será inscrito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – O meu registro é que, como Presidente da Frente Parlamentar da Família, estive no Conselho de Procuradores hoje, pela manhã – todos os procuradores do Brasil reunidos aqui –, e fui levar uma provocação ao Ministério Público com relação à aberração, essa afronta à família brasileira, nociva aos nossos filhos, em um País que arde, porque a droga é o adubo da violência, em um País hipócrita, que se alcooliza e põe o dedo na cara da polícia e dos políticos para resolver um problema que tinha que ser resolvido em casa, porque criação de filho é problema de pai e mãe, não é nem de polícia nem de político. Eu fui levar a provocação ao Ministério Público, e os procuradores-gerais – foi uma emoção muito grande; eu faço esse registro a V. Ex^a e ao Brasil –, por unanimidade, hoje pela manhã, tomaram a posição de fazer um enfrentamento para que essa marcha, que é uma aberração, uma apologia ao crime, porque, amanhã, se isso é, de fato, um direito do cidadão de reivindicar aquilo que ele quer, faremos a marcha do estupro, da pedofilia, do abuso,

do sequestro. O sujeito vai reivindicar com a marcha aquilo que quiser.

Então, com muita emoção, comunico que os procuradores do Brasil, inclusive do Rio, onde um promotor deu a vênia dele a um juiz doido, maluco, que ainda faz uma referência a Tancredo Neves e a Ulysses Guimarães na marcha pela democracia, dizendo que essa marcha em favor da legalização das drogas no Brasil tem o mesmo teor. Isso é uma brincadeira de mau gosto. Os procuradores fazem essa reação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Feito o registro, V. Ex^a falará, como Líder, em seguida.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Fala-

rei sobre esse assunto e sobre outros concernentes à defesa dos interesses das nossas crianças. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Magno Malta.

Com a palavra, como Líder do PSDB, o Senador Aécio Neves, com a mesma tolerância que tive com os outros líderes.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, agradeço, mais uma vez, a forma absolutamente democrática com que V. Ex^a conduz, sempre que tem oportunidade, os trabalhos desta Casa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu trago hoje a conhecimento do Plenário do Senado Federal, e, por consequência, ao Congresso Brasileiro, duas iniciativas que estão hoje sendo protocoladas e vão, de forma absolutamente clara, na direção daquilo que – acredito – possibilitará ao Brasil avançar. Falo especificamente no fortalecimento dos Estados e Municípios brasileiros.

Eu tive oportunidade, no dia 6 do mês de abril, de subir a esta tribuna e elencar aqui um conjunto de proposições que gostaria de trazer ao debate do Senado Federal. Grande parte delas tocando no fundo da questão federativa. Nós hoje, no Brasil, temos uma Federação de papel, algo que não tem consequência ou relação efetiva com a realidade dos milhões de brasileiros que vivem hoje principalmente nos pequenos municípios.

Dou aqui um exemplo que, a meu ver, Sr. Presidente, ilustra bem o tema que trago hoje à discussão desta Casa. No ano de 1988, quando cheguei aqui para participar da Assembleia Nacional Constituinte, a soma das contribuições; portanto, os impostos não compartilhados com Estados e Municípios, os impostos de apropriação exclusiva do Governo Federal representavam não mais que 25% do que representavam a totalidade do Imposto de Renda e do IPI, que são a base dos impostos compartilhados com os Estados e Municípios brasileiros.

Ao longo do tempo, criou-se no Brasil um sistema tributário paralelo, com o fortalecimento das contribuições apropriadas exclusivamente pelo poder central, como a Cofins, por exemplo, e a fragilização dos demais impostos.

Hoje, portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cabe a esta Casa tratar a questão federativa muito além das questões de governo ou de oposição. Nós estamos assistindo à contínua e vigorosa fragilização dos Municípios, dos Estados brasileiros, no mesmo momento em que acumulamos recordes de arrecadação no Governo central.

Nós temos discutido essa questão dentro e fora do Parlamento. Acho apropriado o momento para o anúncio dessas duas propostas que estão hoje protocolando na Casa, já que teremos, na próxima semana, uma grande marcha de prefeitos a Brasília. E o sentido dessa proposta é tocar na raiz do mais grave dos problemas brasileiros, que é a questão federativa.

V. Ex^a, Presidente José Sarney, que já preside esta sessão, estudioso que é, vai se lembrar que Rui Barbosa, patrono desta Casa, se declarava federalista antes de se declarar republicano e dizia que o império ruiria não por ser império, mas por não ser federalista, por não compreender que um país das dimensões do Brasil tem que ter uma noção clara de federação.

Transformei um conjunto de idéias, não apenas minhas, Presidente José Sarney, Sr^{as} e Srs. Senadores, mas de vários Parlamentares e de outros líderes políticos e da sociedade de fora do Parlamento, em duas propostas. Uma proposta de emenda à Constituição que impedirá, de forma definitiva, Governador Luiz Henrique, Governador Jarbas Vasconcelos – V. Ex^{as} tiveram oportunidade de governar, com tanta competência, seus Estados, assim como o Governador Eduardo Braga -, uma medida que não impeça o Governo fazer, quando necessário, isenções fiscais ou tributárias a determinados setores da economia, cumprindo que isso, em determinados momentos, possa ser adequado e até extremamente relevante, mas que se faça essa isenção na parcela de impostos que dizem respeito à União, que não se faça permanentemente, como vem ocorrendo sucessivamente, essa contribuição com aquela expressão, hoje tão conhecida no Brasil, da benfeitoria ou do bem com o chapéu alheio.

Portanto, faço uma proposta de alteração do art. 159 da Constituição. Em rápidas palavras, Governador Jarbas Vasconcelos, é o seguinte: a União compensará financeiramente os demais entes federados no próprio exercício financeiro e na forma da lei, assim como os Estados compensarão seus respectivos Municípios sempre que adotarem a concessão de qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo ou redução

de alíquotas, concessão de crédito presumido, anistia, remissão, favores fiscais ou financeiro-fiscais, ou qualquer outro benefício de natureza tributária relativos a impostos ou contribuições cujas receitas sejam compartilhadas na forma estabelecida nesta Constituição.

O que estamos propondo, portanto, é que no momento em que o Governo considerar, como agora nas notícias dos últimos dias, das últimas horas, que fará, em relação à Cide, uma redução para que isso possa impactar positivamente no custo da gasolina, obviamente com a sua não majoração, por que não fazer, com o mesmo efeito e com as mesmas consequências, essa isenção na Cofins, que é de apropriação exclusiva, Senadora Ana Amélia, V. Ex^a que acompanha tão de perto essa questão exclusiva da União.

O que queremos, portanto, é criar um mecanismo que obrigue o Governo, a todo o momento em que fizer uma isenção, da qual participem tributos compartilhados, faça, no mesmo exercício, a imediata compensação a Estados e Municípios.

Isso é justiça fiscal. Isso é justiça federativa. Ao lado dessa proposta de emenda constitucional, apresento, Sr. Presidente, José Sarney, no dia de hoje, um projeto de lei que já havia anunciado naquele meu último pronunciamento, que busca recuperar paulatinamente a participação dos Estados e Municípios no bolo tributário nacional.

A minha história de vida pública, a minha experiência como Governador, como Parlamentar, como Presidente da Câmara não me levaria a propor algo absolutamente irrealizável. Portanto, o que estamos propondo nesse projeto de lei é que gradativamente, com estabelecimento de níveis mínimos para o Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios, possamos voltar a alcançar a participação na receita tributária que tínhamos – para terminar, Sr. Presidente – no ano de 2002. Em 2002, a participação dos Municípios e dos Estados na receita tributária global era de 27%; hoje, é de apenas 19.4%.

Portanto, a PEC tem objetivo de estancar essa sangria nos cofres municipais e nos cofres federais. O projeto de lei busca, de forma realista, restabelecer o valor anterior, o valor histórico do ano de 2002, de participação dos Municípios e dos Estados no bolo tributário nacional. Não é sinônimo de avanço econômico, nem mesmo de avanço social, o aumento permanente de arrecadação do Governo central, porque não vem acompanhado, Sr. Presidente, dos mesmos aumentos nos tributos estaduais e municipais.

Fica, portanto, a partir de hoje, à disposição dos nobres companheiros, Senadores e Senadoras, a possibilidade de aprofundarmos essa discussão, repito, não nos colocando como Parlamentares de oposição

ou de Governo, mas como Parlamentares brasileiros, de um país que tem mais de 5.500 Municípios, um país que tem 27 Estados e que não pode continuar vivendo em um Estado unitário, como percebermos hoje no plano federal.

Portanto, anuncio a apresentação dessas propostas. Vou buscar Lideranças parlamentares, os Srs. Senadores, para discuti-la. Essa é uma proposta não da oposição. É uma proposta a favor da Federação e, portanto, a favor do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Aécio Neves, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) –

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 9, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 513, de 2010)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2011, que *autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, a assumir, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais – CCFCVS, direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação – SH/SFH; oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH; autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados; altera o Anexo do Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e as Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.887, de 24 de dezembro de 2008, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 11.314, de 3 de julho de 2006; revoga a Medida Provisória nº 523, de 20 de janeiro de 2011; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 513, de 2010).*

Transcorre hoje a terceira sessão da matéria constando da pauta.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– foram apresentadas à Medida Provisória dez emendas; – a matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados no último dia 26 de abril, tendo como Relator o Deputado Wellington Fagundes;

– o prazo de vigência de 60 dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 4, de 2011, e se esgota no dia 5 de maio.

– o Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2011, proveniente da Medida Provisória nº 513, de 2010, foi lido no Senado Federal no dia 28 de abril.

Prestados esses esclarecimentos, passamos à apreciação da matéria.

De início, concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, Relator-Revisor, para proferir o seu parecer.

Tem V. Exª a palavra.

PARECER Nº 233, DE 2011 – PLEN

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, consideramos plenamente justificável a relevância, a urgência e a admissibilidade da Medida Provisória.

Portanto, o nosso parecer é pela constitucionalidade da Medida Provisória.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Exª pode proferir logo o voto de mérito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Eu pediria um pouco mais de tempo a V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Vamos proceder, então, a votação pela constitucionalidade e urgência.

Pela ordem, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir um esclarecimento ao ilustre Relator, com base, meu nobre amigo, Líder Renan Calheiros, no inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998, que foi editada exatamente para disciplinar a forma de elaboração das leis. Logo, como estamos trabalhando para elaborar Lei, originária de uma Medida Provisória, essa lei deve obedecer aos parâmetros dessa lei complementar. É a chamada “lei das leis”.

Muito bem. Essa lei complementar a que me refiro diz o seguinte: “A lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão”.

Ora, a simples leitura da ementa do projeto de lei de conversão, feita por V. Exª, Sr. Presidente Sarney, já nos dá ideia da absoluta desconexão das matérias que são

tratadas nessa Medida Provisória. Veja bem: aqui, tratamos de capitalização do fundo soberano, de capitalização do Banco do Nordeste. Podem dizer: “São matérias financeiras, que autorizam emissão de títulos públicos”. Mas, logo em seguida, há uma disciplina do processo de absorção dos seguros habitacionais pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais. Nada a ver uma coisa com outra. É uma disciplina, inclusive, que está sendo questionada por várias associações de moradores, por ser prejudicial ao interesse dos segurados. Depois, coloca-se na Medida Provisória matéria ligada a rodovias federais que são transferidas para os Estados e que precisam de recursos para serem colocadas em boas condições. O que tem a ver uma coisa com outra? Nada. Depois, portos – relação de portos que vão receber investimentos. Coisa nenhuma a ver com a matéria principal. Aliás, nem se sabe qual é a matéria principal. Em seguida, Sr. Presidente, o Haiti: autoriza a Casa da Moeda emitir recursos para o Haiti. Eu sei que o Haiti tem muita coisa a ver com o Brasil, infelizmente ainda temos. “O Haiti é aqui”, diz Caetano Veloso. Mas, em matéria de legislação, o Haiti não tem por que ficar aqui. Nada tem a ver uma coisa com outra. De modo que o projeto de lei de conversão é visceralmente injurídico, porque ele desobedece, de forma absolutamente escancarada, à lei complementar que disciplina a elaboração das leis.

Então, eu pediria ao Sr. Relator, o nobre Líder Renan Calheiros, que me esclarecesse qual a pertinência existente entre essas matérias.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Renan Calheiros, V. Exª, como Relator, responda à questão colocada pelo Senador Aloysio Nunes, que lhe fez um pedido de esclarecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi, atentamente, a colocação do Senador Aloysio Nunes. A Medida Provisória trata de várias matérias. São, na verdade, várias matérias que têm pertinência, Sr. Presidente, porque são matérias econômicas, são matérias financeiras importantes para a vida do País, portanto, justificável, do ponto de vista da constitucionalidade, levando-se em consideração a admissibilidade, a urgência, a relevância.

O problema – e não foi levantado pelo Senador Aloysio – é aquele de sempre: a medida provisória chega e nós temos de votá-la de afogadilho, e não podemos fazer o exame de mérito que esta Casa, na melhor recomendação para o equilíbrio do bicameralismo, deveria fazer. Acho que esse é um outro problema que temos, paralelamente, de resolver. Hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tratamos disso. Infelizmente, não tivemos ainda a discussão nem a votação da nova sistemática das medidas provisórias. Eu acho que isso pode acabar definindo

uma crise entre as duas Casas do Congresso Nacional, por que, se essas coisas continuarem, Presidente, nós não teremos outro caminho senão deixar de ler as medidas provisórias que estão chegando aqui, sistematicamente, da Câmara, com alterações, com outros assuntos incluídos, com cacos incluídos. Eu acho que essa nova sistemática é uma oportunidade, sobretudo para que a gente possa discutir tudo isso. Mas, com relação à Medida Provisória nº 513, ela trata, fundamentalmente (são vários assuntos) de matérias econômicas, de matérias financeiras, consequências de decisões políticas e, portanto, não afetam a avaliação que temos de fazer da admissibilidade, da urgência e da relevância da Medida Provisória.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Com revisão do orador.) – Se V. Ex^a me permitir ainda uma observação, Sr. Presidente, respeito a opinião do nobre Líder, mas, realmente, aí não se trata de emenda. A Medida Provisória já saiu assim do Poder Executivo, e foi agravada na Câmara. Mas, em matéria de interesse nacional, poderíamos colocar aí, por exemplo: mudança na Lei de Falências, nós poderíamos falar sobre Leis de Licitações; nós poderíamos – na mesma Medida Provisória – tratar até de concurso de miss, se for assim. O que nós temos de fazer é pôr um parágrafo! E aí, não é uma questão de emenda. É a questão de o Congresso respeitar a lei complementar que rege a elaboração das leis. E essa lei foi absolutamente desrespeitada pelo Poder Executivo na elaboração dessa Medida Provisória.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Para encaminhar, segundo o Regimento, a votação dos pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira.

V. Ex^a dispõe de 5 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, imagino o constrangimento do Senador Renan Calheiros ao proferir o parecer favorável à constitucionalidade dessa matéria, porque ela é frontalmente inconstitucional; é uma afronta à Constituição.

Creio que o fato de não termos tempo para avaliar o mérito da Medida Provisória só justifica o nosso voto contrário já no pressuposto referente à constitucionalidade. Nós não podemos aprovar matérias inconstitucionais.

O Supremo Tribunal Federal é o guardião maior da Constituição do País; mas o Senado Federal tem

de se posicionar da mesma forma: como guardião da Constituição.

Nós, que somos responsáveis pela legislação do País, constitucionalmente temos o dever de respeitar a legislação que aprovamos, especialmente a Carta Magna, e nós a afrontamos cotidianamente.

Neste caso, essa Medida Provisória é daquelas que nós denominamos “árvore de Natal”, são vários os seus penduricalhos.

É bom repetir, para registrar enfaticamente: uma medida que trata do Fundo de Compensação de Variações Salariais; da concessão de subvenção econômica ao BNDES; de recursos para o Fundo Soberano; que trata do lançamento de letras do Tesouro, aumentando a dívida pública interna; que trata do plano de viação e trata de doações ao Haiti, matérias absolutamente desconexas, matérias que não guardam relação entre si, é uma prática ilegal do Governo. O Governo insiste em adotar essa prática porque é confortável. Para um governo desorganizado e sem planejamento, a medida provisória é um salvo-conduto, porque, no momento decisivo, lança-se mão desse instrumento, que torna o Executivo, no presidencialismo, ainda mais forte, e as medidas são empurradas goela abaixo, não do Congresso Nacional, mas da sociedade brasileira.

O Senador Aloysio Nunes fez referência à Lei Complementar nº 95, e eu faço referência ao art. 7º dessa Lei Complementar, que diz:

Excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto. A lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a esse não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.

É evidente que não há afinidade, não há pertinência e não há conexão nas matérias diversas tratadas por essa medida provisória. E é evidente que é preocupante, porque trata de medida provisória, espécie normativa que produz efeitos jurídicos imediatos no mundo jurídico, aliás, uma das alterações propostas pelo Senador Aécio Neves no seu parecer à proposta do Presidente Sarney.

Não apresenta também um dos requisitos fundamentais para a sua edição. Se há relevância – até se pode considerar, Senador Mário Couto, que há relevância –, a matéria não é urgente, tendo em vista que poderia ser encaminhada ao Congresso Nacional através de projeto de lei, o que propiciaria, Sr. Presidente Sarney, um estudo mais aprofundado desse tema.

Depois, voltaremos para discutir o mérito, mas não há como votar favoravelmente ao pressuposto da constitucionalidade e da juridicidade dessa medida provisória. Portanto, o voto do PSDB será contrário a essa matéria.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador José Agripino, que estava inscrito em primeiro lugar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, infelizmente, o encaminhamento desta sessão está possibilitando uma coisa surrealista, nunca vista aqui no Senado. É que a sistemática da apreciação das medidas provisórias pressupõe que o Relator apresente e defenda o seu parecer; em seguida, vota-se primeiro a constitucionalidade. Jamais, jamais, nesta Casa, começamos a discutir uma medida provisória pela constitucionalidade, que é o que está acontecendo aqui. O Senador Alvaro Dias, com os argumentos de sempre, convincentes, discutiu a constitucionalidade da matéria.

Nós tínhamos que apresentar o parecer, defender o parecer e, primeiro, votar a constitucionalidade; em seguida, o mérito. Mas nós invertemos tudo. Não é assim.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Renan Calheiros, infelizmente a Mesa compreendeu mal quando V. Ex^a lia o parecer. Entendeu que V. Ex^a queria deixar para examinar a questão de mérito depois de votarmos a parte da constitucionalidade.

Mas V. Ex^a é o Relator. Se V. Ex^a quiser discutir o mérito junto com a constitucionalidade... Mas nós já estamos na fase final e só temos um...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Agora, depois da intervenção do Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Depois de votarmos a constitucionalidade, nós devolveremos a palavra a V. Ex^a para o mérito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Mas essa não foi a sistemática que se adotou aqui no Senado, nunca. Sempre se discute a medida provisória e, em seguida, vota-se primeiro a constitucionalidade. Mas jamais pode haver a inversão para discutir a constitucionalidade sem discutir a medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Mas eu estou dizendo a V. Ex^a que houve um equívoco da Mesa ao interpretar as palavras de V. Ex^a quando V. Ex^a disse: “Eu peço tempo para ler...”

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sem prejuízo da intervenção do Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu agradeço inicialmente a boa disposição do Senador Renan Calheiros em, abrindo mão até do seu argumento, ouvir os argumentos dos companheiros em relação à matéria que está neste momento em apreciação.

O que eu gostaria de colocar à Casa, Sr. Presidente, é que, independente de discutir o mérito, ou a constitucionalidade, a urgência e a relevância, eu acho que em pauta está uma questão política. Há um entendimento dos líderes que vem de muito tempo, de que as medidas provisórias não devem tratar de assuntos desconexos. Esse é o entendimento, esse é um acordo consagrado. Nós já fizemos durante muitas oportunidades a discussão disto: não votar, não aceitar que uma medida provisória receba matérias guarda-chuva. Ocorre que esta medida provisória não recebeu acréscimos ao longo de sua tramitação. Ela já veio do Poder Executivo tratando de diversos assuntos que não são perfeitamente conexos. Eu, por exemplo, Sr. Presidente, jamais votaria a matéria que diz respeito ao Haiti, mas eu tenho dúvidas, muitas dúvidas com relação à questão do seguro habitacional. Elas estão na mesma medida provisória. O voto é “Sim” ou “Não” ao todo, quando, na verdade, ela deveria se transformar em várias MPs.

Eu sei o que aconteceu. O Governo, para se proteger da estatística, em vez de emitir ou editar quatro ou cinco MPs, para não aparecer mal na estatística da agressão ao Congresso, editou uma única, tratando de cinco assuntos desconexos. Entregou a batata quente para que o Congresso descascasse, contrariando o entendimento que já houve, Senador Aloysio Nunes, repetidas vezes. É uma coisa consagrada, acordo de líderes da Legislatura passada. Não se admite que uma medida provisória trate de assuntos desconexos. Até criamos uma forma de falar: as emendas que entram por paraquedas. O paraquedas, neste caso, veio do Planalto. Já veio do Planalto, na origem. Em vez de editar quatro ou cinco MPs sobre assuntos distintos, em uma só tratou quatro ou cinco assuntos distintos, o que, para mim, por exemplo, cria uma dificuldade. Eu sou a favor de algumas matérias e sou contra outras, mas elas estão todas em uma única medida provisória.

O cidadão comum, lembra bem o Senador Aloysio, na hora em que nos acompanha, vê o enunciado, vai ver a bela defesa do Senador Renan Calheiros, e não vai entender o que estamos votando: se estamos votando a favor ou contra o todo, ou se somos a favor ou contra essa ou aquela matéria. Eu acho que nós estamos no momento de reafirmar um compromisso que vem de longe, votar matérias de compreensão

por parte da opinião pública e com respeito ao Poder Legislativo. Cada coisa a sua hora.

Por esta razão, com todo respeito à manifestação do Senador Renan Calheiros, que terá os seus argumentos, quero, em nome dos acordos pretéritos, em nome da compreensão pela opinião pública, em nome do respeito ao Poder Legislativo, de plano, dizer que meu Partido vai votar contra o mérito e contra a urgência, a relevância e a constitucionalidade.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu quero me inscrever para discutir o mérito. Só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Quer se inscrever para discutir o mérito.

Senador Renan Calheiros, para concluir seu relatório.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição Federal, editou, em 26 de novembro de 2010, Medida Provisória nº 513, que chega, Sr. Presidente, ao exame desta Casa convertida em Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2011, pela Câmara dos Deputados, conforme previsto na Constituição Federal.

Essa medida provisória é composta por 11 artigos. A ela foram apresentadas na Comissão Mista dez emendas.

Nos seus dois primeiros artigos... E é mesmo importante explicar essa medida provisória, porque, como falou o Senador Aloysio Nunes, é uma medida provisória complexa, porque trata, ao mesmo tempo, de vários assuntos. Há pertinência evidentemente, porque são assuntos tributários, econômicos, do dia a dia. Mas eu acho também que é chegado o momento de nós discutirmos isso.

Quando estamos tratando essa coisa da sistemática da tramitação, é fundamental também que nós façamos valer – e isso pode ser objeto de entendimento com a própria Câmara – um parâmetro em função da lei complementar do que deve ou não deve vir nas medidas provisórias e para que as medidas provisórias não ampliem demais; que elas guardem uma mínima conexão dos assuntos que estão sendo abordados.

Mas como eu dizia, Sr. Presidente, em seus dois primeiros artigos, a medida provisória trata do Fundo de Compensação de Variações Salariais e do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação.

O art. 1º autoriza o FCVS a assumir dos direitos e obrigações do Sistema Financeiro Habitacional, a cobrir os contratos de financiamento habitacional aver-

bados na extinta apólice e também a remunerar a Caixa Econômica Federal, na qualidade de administradora do FCVS, pelas atribuições decorrentes da operação de seguro habitacional.

O art. 3º da Medida Provisória autoriza a emissão de títulos do Tesouro Nacional em favor do Banco do Nordeste do Brasil, respeitada a equivalência econômica dos títulos com o valor do crédito já concedido, na forma de instrumento híbrido de capital e dívida, apto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a integrar o patrimônio de referência do Banco do Nordeste do Brasil, por meio da alteração do art. 63 da Lei nº 12.249.

O art. 4º da medida provisória – como eu disse inicialmente, a medida provisória é composta de dez artigos – autoriza a União a conceder subvenção econômica para equalização de juros ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em operações de financiamento para empresas e microempreendedores localizadas nos municípios dos Estados de Alagoas e de Pernambuco, atingidos pelos desastres naturais, até o limite de R\$ 600 milhões.

Aí vem outro grande paradoxo. Essa medida provisória, Senador Jarbas Vasconcelos, autoriza uma subvenção econômica para o BNDES para equalizar os juros de financiamentos que devem ser concedidos em Alagoas e em Pernambuco da ordem de R\$600 milhões. O que fez a Câmara dos Deputados? A Câmara dos Deputados elevou essa subvenção econômica para o BNDES para R\$1 bilhão e incluiu todos os Estados como beneficiários. No Rio de Janeiro, Senador Lindbergh, já havia uma medida provisória que autorizava uma subvenção econômica para o BNDES de 400 milhões. Ora, R\$600 milhões de Alagoas e Pernambuco mais 400 milhões do Rio de Janeiro significa R\$1 bilhão, mas eles estenderam isso para todos os Estados brasileiros.

Em outras palavras, em português claro, significa dizer que não vai haver o cumprimento do que a medida provisória estabeleceu nem para Alagoas nem para Pernambuco nem para o Rio de Janeiro. Isso vai trazer economia para o Tesouro? Vai trazer economia para o Tesouro, mas vai desfazer aquilo que a medida provisória tinha como objetivo maior, que era a especificação dessa subvenção econômica. Essas coisas não podem acontecer!

Eu fui designado ontem para ser o relator dessa medida provisória e entendo que só há um caminho para enfrentar esse tipo de coisa: é o Senado deixar de ler medidas provisórias ou projetos de lei de conversão todas as vezes que isso acontecer. Não dá mais para ficar nessa situação! Não há nenhuma explicação que justifique isso, Senador José Agripino. Havia a destinação de R\$600 milhões para subvenção econômica para

beneficiar Alagoas e Pernambuco e de R\$400 milhões, numa outra medida provisória, para o Rio de Janeiro, mas a Câmara dos Deputados elevou isso para R\$1 bilhão e incluiu todos os Estados brasileiros como beneficiários dessa subvenção, dessa equalização, que é a diferença dos juros que o BNDES vai conceder.

O art. 5º altera os arts. 2º, 4º e 7º da Lei nº 11.887, de 2008, que trata, Sr. Presidente e Srs. Senadores, do Fundo Soberano do Brasil (FSB).

Esse artigo é muito importante, porque ele flexibiliza, ele autoriza o Fundo Soberano do Brasil a emitir, a fazer o resgate antecipado, podendo, Sr. Presidente, estabelecer custódias, fazer compensação. Ele desburocratiza, e é fundamental para a sobrevivência e para a gestão do próprio fundo. Sem as medidas contidas nessa medida provisória, nós continuaríamos a ter muitas dificuldades.

O art. 6º da medida provisória dá nova redação aos arts. 16 e 18 da Lei nº 11.079, de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública para incluir os fundos especiais e empresas estatais federais dependentes entre as instituições autorizadas a participar do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas – Sr. Presidente, essa medida também é muito importante para tirar as parcerias público-privadas do papel – no limite de R\$6 bilhões.

Observe-se ainda que a flexibilização não reduz a segurança do parceiro privado garantido pelo Fundo Garantidor, pois a reposição do patrimônio do Fundo Garantidor já é prevista por lei. Além disso, Sr. Presidente, facultou-se ao Fundo Garantidor utilizar parcela da cota da União para prestar garantia aos fundos especiais, às suas autarquias, às suas fundações públicas e às suas empresas estatais dependentes, o que significa dizer que alarga e possibilita, com mais segurança, a execução de parcerias público-privadas, que precisam caminhar na velocidade que caminha o nosso País.

O art. 8º inclui o Porto do Polo Industrial de Manaus na relação descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres, constante do Anexo do Plano Nacional de Viação (PNV), para permitir o aporte de recursos federais na construção do citado porto, visto que a própria Lei nº 5.917, de 1973, em seu art. 7º, veda a aplicação desses recursos em portos que não constem do Plano Nacional. A Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, com relação a esse artigo, além da manutenção do porto do Polo Industrial de Manaus, incluiu seis novos portos – seis novos portos! E esse assunto chega também para uma análise rápida do Senado Federal, sem que nós possamos fazer nada, absolutamente nada, a não ser, Sr. Presidente, adotar

aquilo que foi sugerido: devolver a medida provisória todas as vezes que for mandada para ser votada de afogadilho pelo Senado.

Por fim, Sr. Presidente, o art. 10 trata da vigência, e o art. 11 revoga o inciso IV do art. 3º da Lei nº 11.887, de 2008, que dispõe sobre as condições e requisitos para a integralização das cotas da União como parte da regulamentação do Fundo Soberano Brasileiro, a ser estabelecido por decreto. O Governo vai ter que estabelecer um decreto para especificar os requisitos dessa integralização.

À medida provisória foram oferecidas dez emendas na Comissão Mista. Todas as emendas, sem exceção, foram rejeitadas. E todas as emendas acatadas pela Câmara dos Deputados foram sugeridas pelo Deputado que relatou a medida provisória.

Sr. Presidente, falamos rapidamente sobre os pressupostos de relevância, de urgência e de admissibilidade.

O parecer com relação à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa diz o seguinte. Quanto à constitucionalidade da Medida Provisória nº 513, o Presidente da República exercitou a prerrogativa que lhe confere o art. 62 da Constituição Federal ao editar e submeter a medida à deliberação do Congresso Nacional.

Com relação à adequação financeira e orçamentária da medida provisória que ora apreciamos, em especial com as limitações impostas pela Lei Complementar nº 111, de 4 de maio de 2000: entendemos que o cumprimento da meta de superávit primário, conforme a Lei nº 12.309, de 2010, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011, de iniciativa do Poder Executivo, já proporciona condição suficiente para ser admitida a adequação orçamentária e financeira da medida provisória.

Sr. Presidente, com relação ao mérito, queremos, primeiramente, registrar o exíguo tempo para a análise do projeto de conversão e para a emissão do parecer por parte do Senado Federal. No formato atual, não há uma divisão de tempo para que a medida provisória seja apreciada nas duas Casas com prazo igual ou com prazo que garanta, no mérito, a sua apreciação pelo Senado Federal. Nesse caso, qualquer alteração que venhamos a formular implicaria o retorno da medida para a Câmara – e nós tínhamos várias alterações, inclusive a relativa à Confederação das Associações de Moradores, em função de um problema que existe em alguns Estados do Brasil, mas localizado em Pernambuco.

Eu queria, na discussão dessa medida provisória, cobrar o compromisso do Líder do Governo nesta Casa para que a interpretação com relação a esse artigo

não permita a retroatividade da lei, porque isso, sem dúvida nenhuma, afetaria direitos desses mutuários.

O mínimo que o Senado poderia fazer, e eu gostaria de fazer neste momento, é dizer o que é que o legislador pretende fazer para resguardar esses direitos dos mutuários. Isso é fundamental para que amanhã tenhamos uma decisão que assegure a plenitude desses direitos. Os mutuários entraram na Justiça, alguns já conseguiram liminares, decisões judiciais, e esses direitos precisam ser resguardados.

Em função de o FCVS assumir a responsabilidade pelo seguro feito pelas empresas privadas, precisamos garantir, pelo menos quanto a essa parte que já entrou na Justiça e já teve uma decisão em favor dos seus direitos, o compromisso do Governo, das Lideranças e do Senado Federal no sentido de que a lei não vai, nesse caso, retroagir. É o mínimo que podemos fazer.

Poderíamos, Sr. Presidente, fazer uma emenda de redação, tentar fazer uma modificação que valesse como emenda de redação, mas é uma coisa muito ruim para o Senado Federal fazer isso todas as vezes que precisar mexer em alguma coisa; é muito ruim ter de utilizar esse mecanismo de fazer uma emenda de redação – na verdade, não é emenda de redação, é emenda de mérito – para consertar uma coisa que o tempo não permite que consertemos definitivamente.

Então, Sr. Presidente, eram essas as considerações que gostaríamos de fazer.

O meu parecer é pela constitucionalidade, levando em consideração os pressupostos de admissibilidade, relevância e urgência, e é pela aprovação da medida provisória.

Senador Francisco Dornelles, não sei se posso conceder o aparte a V. Ex^a. O desejo é muito grande.

O Sr. Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – Seirei muito rápido, Senador. Quero cumprimentar V. Ex^a pelo relatório e dizer que partilho da sua preocupação com a situação das medidas provisórias. V. Ex^a notou muito bem a situação dos nossos Estados. Acredito que o Governo não vai prejudicá-los, mas, em decorrência dessa situação, poderiam realmente os nossos Estados perderem recursos. Estados que foram assolados por problemas climáticos. Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Agradeço o aparte, a intervenção de V. Ex^a. O apoio de V. Ex^a é fundamental, insubstituível para que aprovemos essa medida provisória aqui no Senado Federal e para que possamos fazer valer aquilo que a medida provisória originalmente pretendia, que era a destinação de recursos para o Rio de Janeiro, para Alagoas, para Pernambuco e também para os outros Estados da Federação que sofrem desastres naturais. Mas precisa haver uma primeira elevação desses re-

ursos, dessa subvenção econômica que está sendo autorizada ao BNDES.

Senador Gim Argello.

O Sr. Gim Argello (PTB – DF) – Senador Renan, V. Ex^a achou um formato de garantir os recursos para Pernambuco, Alagoas e Rio de Janeiro dentro desse R\$1 bilhão? Ou ficou em aberto para todos os Estados que participariam desse R\$1 bilhão? Teria que ser um compromisso com o Líder do Governo? Outra pergunta: sobre essa garantia desse pessoal que hoje recebe o seguro, que na verdade é um aluguel, porque eles ganharam as ações na Justiça, também seria um compromisso com a Liderança do Governo e com os demais Líderes? Gostaria de saber se sobre esses dois casos já há um ponto claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Senador Gim Argello, acho que nós poderíamos evoluir... Peço um pouco de atenção do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, para dois compromissos fundamentais, aliás, colocados por V. Ex^a. O primeiro é que, quanto a essa subvenção que estamos autorizando ao BNDES, entre essa equalização, essa diferença entre o que está sendo financiado e os juros houvesse um compromisso fundamental de respeitar os valores destinados ao Rio de Janeiro, como colocou aqui o Senador Francisco Dornelles, a Alagoas e a Pernambuco, porque, novamente, em português claro, houve uma elevação desses valores na Câmara, uma fictícia elevação, porque, na prática, os recursos reservados, na medida provisória, para o Rio de Janeiro – R\$400 milhões – e para Alagoas e Pernambuco – R\$600 milhões – já chegam a R\$1 bilhão. E esse R\$1 bilhão, inicialmente destinado a Pernambuco, a Alagoas e ao Rio de Janeiro, está sendo, Presidente, destinado para todos os Estados da Federação. Essa é a primeira questão.

Com relação aos direitos dos mutuários, é fundamental que possamos assumir um compromisso, aqui, na apreciação dessa medida provisória. Qual seja, não contarmos com a retroatividade das leis, porque a retroatividade dessa medida provisória, infelizmente, vai atropelar direitos de pessoas que já foram atendidas pela Justiça, que já tiveram deferido pela Justiça o reconhecimento desses direitos.

Acho que esses dois compromissos são fundamentais para que possamos votar e aprovar a medida provisória, Sr. Presidente.

É o seguinte o **Parecer nº 233, de 2011-PLEN**, na íntegra:

PARECER

De Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2011, à Medida Provisória nº 513, de 26 de novembro de 2010, que

autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) a assumir, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais (CCFCVS), direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH), oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH, autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados, altera o Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e as Leis nos 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.887, de 24 de dezembro de 2008, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 11.314, de 3 de julho de 2006; revoga a Medida Provisória nº 523, de 20 de janeiro de 2011, e dá outras providências.

Relator-Revisor: Senador **Renan Calheiros**

I – Relatório

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição Federal (CF), editou, em 26 de novembro de 2010, a Medida Provisória (MPV) nº 513, que chega ao exame desta Casa convertida no Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 9, de 2011, pela Câmara dos Deputados, conforme previsto no art. 62, § 12, da Constituição Federal.

A MPV é composta por onze artigos. A ela foram apresentadas, na Comissão Mista, dez emendas.

Nos seus dois primeiros artigos, a MPV trata do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) e do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH). O art. 1º autoriza o FCVS a assumir os direitos e obrigações do SH/SFH, a cobrir os contratos de financiamento habitacional averbados na extinta Apólice do SH/SFH e a remunerar a Caixa Econômica Federal, na qualidade de Administradora do FCVS, pelas atribuições decorrentes da operação do Seguro Habitacional. Dessa forma, o FCVS assume a responsabilidade de agentes financeiros e seguradoras, tendo em vista o desamparo dos mutuários que não possuem cobertura, mesmo os que vêm pagando em dia o financiamento habitacional, por causa do não recolhimento das seguradoras do seguro contratado. Já o art. 2º da MPV nº 513 autoriza o parcelamento das dívidas vencidas dos agentes financeiros para com o FCVS.

O art. 3º da MPV autoriza a emissão de títulos do Tesouro Nacional em favor do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), respeitada a equivalência econômica dos títulos com o valor do crédito já concedido, na forma de instrumento híbrido de capital e dívida, apto a integrar o patrimônio de referência do BNB, por meio da alteração do art. 63 da Lei nº 12.249, de 2010.

O art. 4º da Medida originada no Poder Executivo autoriza a União a conceder subvenção econômica para equalização de juros ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em operações de financiamento para empresas e microempreendedores localizados em municípios dos Estados de Alagoas e Pernambuco, atingidos por desastres naturais, até o limite de R\$600 milhões, contratadas até 31 de maio de 2011, e que tiveram estado de emergência ou de calamidade pública decretado. Além disso, o § 4º do artigo prevê a prorrogação do prazo da medida, por ato do Poder Executivo, e o § 5º delega ao Conselho Monetário Nacional o estabelecimento das condições para contratação dos financiamentos e, ao Ministério da Fazenda, a regulamentação das demais condições da subvenção econômica.

O art. 5º altera os arts. 2º, 4º e 7º da Lei nº 11.887, de 2008, que trata do Fundo Soberano do Brasil (FSB). No art. 2º da Lei nº 11.887, de 2008, a MPV acrescenta o § 4º, para dispor que os ativos decorrentes de aquisições diretas pelo Ministério da Fazenda, quando compostos de ativos de renda fixa e de renda variável internacionais do FSB, deverão permanecer custodiados em contas específicas, abertas em seu nome, em instituição financeira federal no exterior, e, quando compostos de moeda estrangeira, deverão ser depositados em instituição financeira federal no exterior, até a realização do investimento.

No art. 4º da Lei nº 11.887, de 2008, a MPV acrescenta o inciso IV, para incluir entre os recursos do FSB os títulos da dívida pública mobiliária federal. Ademais, altera os §§ 2º e 3º e acrescenta os §§ 4º e 5º, no mesmo art. 4º, para: a) autorizar à União emitir, a valor de mercado, sob a forma de colocação direta em favor do FSB, títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal; b) resgatar antecipadamente, a valor de mercado, os títulos acima referidos; c) permutar com o FSB ativos de renda fixa, inclusive títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, e de renda variável e moeda estrangeira, a valor de mercado ou pela equivalência econômica; e d) estabelecer que os títulos de renda fixa ou variável domésticos, recebidos diretamente pelo FSB, deverão permanecer custodiados em contas específicas, abertas diretamente em nome do Fundo, em instituição financeira federal. Por fim, o art. 4º da MPV insere o § 7º no art. 7º da Lei nº 11.887, de 2008,

para autorizar a União a permutar com o Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização (FFIE), inclusive por meio do FSB, ativos de renda fixa, inclusive títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, de renda variável e moeda estrangeira, a valor de mercado ou observada a equivalência econômica.

O art. 6º da Medida dá nova redação aos arts. 16 e 18 da Lei nº 11.079, de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública para: a) incluir os fundos especiais e empresas estatais federais dependentes entre as instituições autorizadas a participar do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP), no limite global de R\$6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais); b) instituir ação orçamentária específica para a capitalização do FGP, nos Encargos Financeiros da União; c) viabilizar a alocação mais racional dos recursos na política de outorga de garantias do FGP, pois atualmente a lei impõe que o FGP disponha previamente de recursos livres na magnitude total dos compromissos assumidos. Isso gera ineficiências, tendo em vista que esses compromissos são contingentes ao inadimplemento do parceiro público, que são diluídos por prazos que podem chegar a 35 anos. Observe-se ainda que a flexibilização não reduz a segurança do parceiro privado garantido pelo FGP, pois a reposição do patrimônio do fundo garantidor já é prevista em lei; e d) facultar ao FGP utilizar parcela da quota da União para prestar garantia aos fundos especiais, às suas autarquias, às suas fundações públicas e às suas empresas estatais dependentes.

O art. 7º altera o art. 19 da Lei nº 11.314, de 2006, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2012, a utilização de recursos federais em investimentos na malha rodoviária federal que foi repassada para os Estados durante a vigência da Medida Provisória nº 82, de 2002.

O art. 8º inclui o Porto do Polo Industrial de Manaus na relação descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres, constante do Anexo do Plano Nacional de Viação (PNV), aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para permitir o aporte de recursos federais na construção do citado porto, visto que a própria Lei nº 5.917, de 1973, em seu art. 7º, veda a aplicação desses recursos em portos que não constem do PNV.

O art. 9º autoriza a Casa da Moeda do Brasil (CMB) a doar cem milhões de cédulas de **gourdes** à República do Haiti e, assim, a contribuir com a recomposição do meio circulante daquele país. A fabricação das cédulas ficará a cargo da CMB, que também se encarregará do transporte até o destino. A despesa com a doação, que não deverá ultrapassar R\$4.800.000,00, será suportada pela CMB.

Por fim, o art. 10 da MPV trata da vigência e o art. 11 revoga o inciso IV do art. 3º da Lei nº 11.887, de 2008, que dispõe sobre as condições e requisitos para a integralização das cotas da União no FFIE como parte da regulamentação do FSB a ser estabelecida por decreto.

À Medida foram oferecidas dez emendas na Comissão Mista referida no **caput** do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional. O parecer do Dep. Wellington Fagundes acatou o atendimento aos pressupostos de relevância e urgência, de constitucionalidade, juridicidade, de boa técnica legislativa e de adequação financeira e orçamentária da MPV e rejeitou todas as emendas apresentadas por razões de inadequação financeira e orçamentária ou por falta de mérito ou mesmo de conveniência.

Na Câmara dos Deputados, foram alterados os arts. 4º, 8º e 9º, renumerando-se os seguintes, passando o PLV a ter doze artigos, bem como foi modificada a redação do novo art. 12, para também revogar a MPV nº 523, de 2011.

Assim, no art. 4º, a relatoria da Câmara alegou a necessidade de ampliação da área de cobertura, para que outras regiões pudessem ser beneficiadas pelo crédito facilitado e voltado à recuperação de setores produtivos atingidos. Assim, a nova redação utiliza a expressão genérica “Municípios de Estados da Federação atingidos por desastres naturais e abrangidos por decreto estadual de situação de emergência ou estado de calamidade pública, relacionados em ato do Poder Executivo Federal”, não mais restringindo tais benefícios às unidades da Federação descritas na redação original. O valor dos financiamentos, entretanto, foi expandido até o limite global de R\$1 bilhão.

Além disso, o PLV em seu art. 8º também estabelece alterações no traçado de rodovias federais existentes, especificamente o prolongamento da rodovia BR-080 e a adequação do traçado da BR-364, que visam atender a demandas de novas áreas produtoras e resolver gargalos localizados.

Nessas alterações, deve-se destacar a demanda trazida pelo Ministério dos Transportes ao Congresso Nacional, referente à necessidade de se viabilizar, com custo mais acessível, uma estrada alternativa adequada durante as obras de duplicação do trecho hoje superposto das BRs 163 e 364, entre Rondonópolis e Cuiabá, no Mato Grosso. Os investimentos nessa via alternativa serão possibilitados pelo novo traçado proposto para a BR-364, o qual também incrementará a integração logística com a malha férrea da região.

O propósito da alteração no art. 8º da MPV (art. 9º do PLV) foi para incluir no PNV outros portos no Rio Araguaia, tais como Barra do Garças, Araguaiana, Co-

calinho, Luciara, São Félix do Araguaia e Santa Terezinha, justificado o parecer por estudos de viabilidade da Hidrovia Araguaia-Tocantins, promovidos no âmbito do Governo Federal, de acordo com o deputado-relator, além do Porto do Polo Industrial de Manaus no Rio Negro.

II – Análise

II.1 – Da admissibilidade

Consoante dispõe o art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, o Plenário de cada uma das Casas deverá examinar, antes do mérito de Medida Provisória, o atendimento ou não dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e sua adequação financeira e orçamentária.

Quanto aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, o Poder Executivo relacionou as razões para a adoção da MPV nº 513, de 2010, nos termos da Exposição de Motivos Interministerial nº 168, de 2010, assinada pelos Ministros de Estado da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Gestão e Orçamento, à época, Paulo Bernardo Silva.

De fato, são relevantes e tempestivas as alterações promovidas pela MPV no SH/SFH; a autorização para emissão de títulos para financiar o empréstimo da União para enquadramento do BNB aos termos definidos pelo CMN, diante dos crescentes desafios daquela instituição financeira federal na concessão de crédito para os projetos de desenvolvimento regional; a subvenção econômica ao BNDES para financiar empresas e microempreendedores em áreas atingidas por desastres naturais; as mudanças promovidas no funcionamento do FSB e do FFIE, emprestando maior agilidade e flexibilidade à União na permuta de ativos com esses Fundos, assim como a eleição de instituição financeira federal para a custódia de ativos desses Fundos no País e no exterior; o aumento da cobertura de riscos por meio do FGP; a prorrogação de prazo para o DNIT executar obras nas rodovias transferidas pela MPV nº 82, de 2002, visto que, desde 1º de janeiro de 2011, os investimentos iniciados ou em vias de se iniciar correriam o risco de serem paralisados; a inclusão de portos na Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres, constante do Anexo do PNV; e a doação da CMB de **gourdes** à República do Haiti, que teve destruída parte de seu meio circulante da economia.

Cabe sempre observar que a urgência e a relevância são requisitos de avaliação discricionária, de apreciação estritamente política, permeada pelos critérios de oportunidade e conveniência. Dessa forma, consideramos plenamente justificável a relevância e urgência da MPV e sua admissibilidade.

II.2 – Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

Quanto à constitucionalidade da MPV nº 513, de 2010, o Presidente da República exercitou a prerrogativa que lhe confere o art. 62 da Constituição Federal, ao editar e submeter a Medida à deliberação do Congresso Nacional. Destaque-se que o objeto da MPV não trata das restrições impostas pelo § 1º daquele dispositivo, não atenta contra os requisitos impostos pelo art. 246 da Lei Maior, nem tampouco as matérias veiculadas na MPV nº 513, de 2010, estão no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da CF.

Além disso, a União é competente para legislar sobre política de créditos e de seguros, a teor do inciso VII do art. 22 da Constituição Federal, e sobre diretrizes da política nacional de transportes, conforme o inciso IX do mesmo art. 22 da Carta Magna. Portanto, o ato normativo em exame enquadra-se nas previsões constitucionais.

Quanto à juridicidade, é adequado o tratamento da matéria por lei ordinária, de iniciativa do Presidente da República.

O texto também atende às exigências da boa técnica legislativa, impostas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração das leis, com as alterações feitas pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

II.3 – Da Adequação Financeira e Orçamentária

A Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, estabelece, em seu art. 5º, § 1º, que “o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.”

Dessa forma, no que diz respeito à adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, que ora apreciamos, em especial com as limitações impostas pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entendemos que o cumprimento da meta de superávit primário, conforme a Lei nº 12.309, de 2010, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011, de iniciativa do Poder Executivo, já proporciona condição suficiente para ser admitida a adequação orçamentária e financeira da MPV.

II.4 – Do mérito

Queremos registrar, primeiramente, o exíguo tempo para a análise do PLV e emissão de parecer por parte do Senado Federal. No formato atual, não há uma divisão de tempo para a apreciação entre a Câmara e o Senado. O prazo constitucional é para as duas Casas do Congresso deliberarem sobre os temas das MPVs. O que na prática ocorre é que elas já chegam ao Senado com prazo muito curto antes de expirar sua validade. Nesse caso, qualquer alteração que venhamos a formular – e tínhamos sugestões de alterações para o texto desta MPV em análise – acarretaria no retomo da Medida para a Câmara dos Deputados e, na prática, na perda de sua vigência. Nossa sugestão é que a Câmara e o Senado tenham prazos separados, para que não fiquemos aqui apenas chancelando o texto encaminhado pela Câmara. Sem dúvida que esse é um dos problemas cruciais do processo legislativo e mesmo do bicameralismo brasileiros.

Quanto ao mérito, as iniciativas legislativas descritas acima no relatório deste parecer sobejamente justificam a aprovação da matéria. Com relação às alterações promovidas pela Câmara dos Deputados, entendemos que elas ocorreram para o aperfeiçoamento da proposição, apesar dos aperfeiçoamentos que poderíamos sugerir, se tivéssemos maior prazo para a emissão do parecer e votação nesta Casa.

No tocante ao SH/SFH, a adoção das medidas contidas nos dois primeiros artigos do PLV implicará sensíveis melhorias na gestão e na defesa judicial do SH, com efeitos positivos sobre o saldo do FCVS, considerado também o Fundo de Equalização da Sinistralidade da Apólice (FESA). A decisão não trará qualquer prejuízo aos interesses dos mutuários, tendo em vista que as coberturas proporcionadas pelo FCVS serão as mesmas da Apólice do SH/SFH.

Cabe observar que o SH/SFH era operado por seguradoras privadas que não realizavam a atividade típica de seguro, mas eram meras prestadoras de serviços do Seguro Habitacional para a regulação dos sinistros. O risco da operação era do FCVS, e, por conseguinte, da União. Mesmo sendo seguro atípico e apresentando sistemática operacional e regulamentar deficiente, o SH/SFH cumpria o seu objetivo: indenizava as ocorrências de morte, invalidez e de responsabilidade civil e recuperava os imóveis nas ocorrências de danos físicos. No cenário atual, contrariando cláusulas contratuais, quatrocentos e cinquenta mil contratos que se encontravam na Apólice do SH/SFH não possuem nenhuma cobertura, pois não há nenhuma entidade para concedê-la, o que expõe o FCVS, antigo garantidor do seguro, a todo tipo de medida judicial.

Além disso, é conveniente a renegociação das dívidas das instituições financeiras com o FCVS vencidas até a data de edição da MPV, assim como é adequado o encontro de contas entre os créditos e débitos das instituições financeiras com o FCVS. Tal disposição viabilizará a continuidade do processo de novação de dívidas com o Fundo, além de propiciar mais agilidade na sistemática de recuperação de direitos do SH/SFH para o FCVS.

A emissão de títulos autorizada no art. 3º do PLV não tem impacto sobre a dívida líquida do setor público, mas apenas sobre a dívida bruta, pois se destina a empréstimo ao BNB, instituição financeira do setor público. A autorização para o empréstimo já havia sido dada pela Lei nº 12.249, de 2010, mas não havia a necessária autorização para a emissão de títulos da dívida pública.

A subvenção econômica da União ao BNDES prevista no art. 4º do PLV possui urgência, mérito e oportunidade inquestionáveis e mais do que justificam o referido subsídio. Durante o ano passado, diversos municípios de Pernambuco e de Alagoas, bem como, neste ano, do Rio de Janeiro, tiveram suas economias devastadas em decorrência de desastres naturais ocorridos na região. As enchentes provocaram grande destruição da infraestrutura e do sistema produtivo das cidades atingidas. A concessão de subvenção econômica ao BNDES, para a equalização de taxas de juros, nas operações de financiamento, até o montante de R\$1 bilhão, dá continuidade à política federal de apoio a empresas e microempreendedores individuais para recuperação do parque produtivo das áreas afetadas. Além disso, o valor envolvido na equalização da taxa de juros nessas operações está longe de colocar em risco o cumprimento das metas fiscais fixadas para o corrente ano.

Na verdade, a alteração promovida pela Câmara dos Deputados pode vir a reduzir o montante de recursos que foi destinado originalmente aos Estados de Alagoas e de Pernambuco pela MPV nº 513, de 2010, e ao Estado do Rio de Janeiro pela MPV nº 523, de 2011, pois o montante global de R\$1 bilhão, resultado da soma dos recursos destinados pelas duas Medidas, manteve-se o mesmo, mas agora pode se destinar todos os Estados da Federação que venham a sofrer desastres naturais.

O art. 5º do PLV dá nova redação aos arts. 2º, 4º e 7º da Lei nº 11.887, de 2008, que instituiu o FSB. São medidas complementares, importantes não só para a gestão dos ativos e recursos do FSB, como também para a gestão do FFIE, constituído como um fundo multimercado, exclusivo, registrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e que tem como

administradora a Banco do Brasil Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S. A.. Dessa forma, permite a custódia e o depósito de ativos, inclusive de moeda estrangeira, de titularidade do FSB, em instituição financeira federal no exterior, que deverá ser o Banco do Brasil. A medida oferece maior flexibilidade operacional na gestão dos ativos do FSB em operações realizadas no exterior, consentâneas, portanto, com o papel desenhado para fundos desta natureza. Também disciplina as relações entre o Tesouro Nacional e o FSB ao autorizarem a União a emitir títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal em favor daquele Fundo, assim como resgatá-los antecipadamente.

É importante esclarecer que a capitalização do FSB por meio da emissão de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna possui custos semelhantes ao de uma capitalização com recursos financeiros provenientes da Conta Única do Tesouro Nacional. Em ambos os casos, há aumento da liquidez pela operação do FSB, seja em aplicações no FFIE, seja para a aquisição de moeda estrangeira visando aplicações no exterior. A diferença é que, no primeiro caso, a redução da liquidez para o nível anterior é feita pelo próprio FSB, com a venda dos títulos recebidos como aporte e, no segundo caso, o enxugamento de liquidez deverá ser feito pelo Banco Central do Brasil, com a venda de títulos do Tesouro Nacional de sua carteira. Além disso, o emprego de títulos da dívida pública dentre as modalidades de recursos fixadas em lei assegura flexibilidade na gestão do FSB, inclusive compatibilizando-a, quando necessário, com as diretrizes da política monetária.

Em relação às alterações nas regras de funcionamento do FGP, contidas no art. 6º do PLV, a principal delas diz respeito à ampliação do alcance das garantias oferecidas pelo Fundo nas parcerias público-privadas, no contexto específico da administração pública federal.

Outra alteração dispõe que o estatuto e o regulamento do FGP devem deliberar sobre a política de concessão de garantias, inclusive no que se refere à relação entre ativos e passivos do Fundo. A redação anterior da Lei nº 11.887, de 2008, prescrevia que as garantias do FGP seriam prestadas proporcionalmente ao valor da participação de cada cotista e vedava a concessão de garantia cujo valor presente líquido, somado ao das garantias anteriormente prestadas e demais obrigações, superasse o ativo total do FGP. A alteração, portanto, retira uma limitação à prestação de garantia pelo Fundo e remete ao nível regulamentar a política de concessão de garantias por parte do FGP. Dentre as mudanças que a regulamentação operará, a Exposição de Motivos refere-se à possibilidade

de concessão de garantias do FGP a não cotistas do Fundo. Assegura-se, ainda, que a alteração proposta não reduz a segurança do parceiro privado garantido pelo FGP, pois a reposição do patrimônio deste em caso de inadimplemento do parceiro público já está prevista em lei.

O PLV também determina que o FGP possa usar parcela da cota da União para prestar garantia aos seus fundos especiais, às suas autarquias, às suas fundações públicas e às suas empresas estatais dependentes. A medida objetiva superar as restrições relativas à impossibilidade do FGP garantir autarquias e fundações não cotistas e empresas dependentes do Tesouro Nacional. Permite-se ainda que fundos especiais e empresas dependentes do Tesouro Nacional, dispondo de patrimônio capaz de ser investido no FGP, possam ser cotistas, o que não estava previsto na legislação anterior à MPV.

O FGP alcançará também as operações de parceria realizadas por fundos especiais e empresas estatais da União, sem alteração do limite de seis bilhões de reais já definido na Lei nº 11.079, de 2004. Esta inovação no estatuto legal do Fundo viabiliza a concessão administrativa a ser realizada pela Empresa Brasil de Comunicação, referente à implantação e operação da infraestrutura da Rede Nacional de Televisão Pública Digital Terrestre.

As demais medidas a que se refere o art. 6º do PLV, contidas na Lei nº 11.079, de 2004, são de natureza técnico-normativa, envolvendo a classificação dos recursos orçamentários envolvidos nas garantias e regulamentação das políticas de concessão de garantias.

O art. 7º autoriza a União a investir, até 31 de dezembro de 2012, na malha rodoviária federal que foi repassada para a titularidade dos Estados durante a vigência da Medida Provisória nº 82, de 2002.

Na prática, ocorre a prorrogação de prazo para que o DNIT possa utilizar recursos federais para a manutenção e conservação da malha rodoviária federal transferida aos Estados. Nesse sentido, cabe observar que foram criadas muitas controvérsias quanto ao processo de delegação das rodovias ocorridas sob a vigência da MPV nº 82, de 2002, uma vez que o Congresso Nacional deixou de editar o decreto legislativo regulamentando os atos praticados enquanto ela vigorou. Durante a tramitação legislativa da MPV nº 82, de 2002, foram assinados os termos de transferência de cerca de 14 mil quilômetros da malha rodoviária federal a 14 Estados.

Essa malha encontra-se em situação **sui generis**, pois apesar de delegada aos Estados, a União não lhes transferiu fontes continuadas de receitas para sua manutenção. Medidas provisórias têm sido editadas

para garantir o investimento federal em sua manutenção desde 2006, pois os Estados não têm se encarregado dessa obrigação. Não fosse a solução precária e transitória das autorizações de investimentos federais por tempo limitado, essas rodovias provavelmente não estariam recebendo manutenção adequada, pois os Estados têm capacidade financeira inferior a da União.

Parece-nos que o interesse público suscitado demanda que a União e os Estados envolvidos encaminhem melhor essa questão, seja dotando-os de receitas para a devida manutenção, seja retornando sua titularidade à União. O que não nos parece razoável é que importantes vias tenham sua manutenção condicionada a instrumentos legais precários e efêmeros, como é a situação vigente.

Em todo caso, parece-nos clara, nesse momento, a necessidade de tal prorrogação, de modo que o DNIT possa realizar, sem riscos jurídicos, as obras necessárias para garantir a trafegabilidade dessas vias.

A não prorrogação da medida implicaria, a partir de 1º de janeiro de 2011, em que todos os investimentos iniciados ou em vias de se iniciar pudessem ser paralisados, fato de graves consequências porque contratos já foram assinados e muitas obras estão em andamento, além dos riscos à segurança dos usuários que trafegam nas rodovias transferidas. Além disso, a prorrogação da autorização ao DNIT a que se refere o art. 7º do PLV não acarretará impacto fiscal adicional, pois apenas prorroga situação já existente, recorrentemente prevista no orçamento federal.

O art. 8º do PLV não corresponde ao art. 8º da MPV e foi alterado pelo deputado-relator para modificar o traçado das rodovias BR-080 e BR-364, conforme constam da Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 1973. Conforme o deputado-relator, essa alteração foi feita conforme estudos fornecidos pelo Governo Federal.

Além do Porto do Pólo Industrial de Manaus, foram incluídos no PNV outros portos no Rio Araguaia, que são necessários para se viabilizar essa importante hidrovia, conforme dispõe o art. 9º do PLV. A inclusão dos portos aqui citados justifica-se técnica e economicamente, conforme diversos estudos de viabilidade da Hidrovia Araguaia-Tocantins, promovidos no âmbito do Governo Federal.

O Pólo Industrial de Manaus, por sua vez, é atendido por uma infraestrutura portuária composta por um porto público praticamente inoperante para a movimentação continuada de cargas e por tão somente dois terminais privados, sendo previsível a dependência gerada para os armadores e empresários instalados naquela

região. Tal logística não atende o interesse público e está a exigir investimentos por parte do Governo Federal no sentido de se criar uma infraestrutura portuária compatível com a demanda existente e futura, o que será feito com a federalização que a Medida propõe.

Em relação à doação de cem milhões de cédulas de **gourdes** ao Haiti, a medida se insere no conjunto de ações humanitárias dirigidas à reconstrução do Haiti, especialmente após o terremoto que o atingiu em 12 de janeiro de 2010. Dentre os inúmeros danos provocados pelo sismo à infraestrutura do país, incluiu-se a destruição de parte do seu meio circulante, uma vez que bancos e outros locais que mantinham moeda entesourada foram afetados fisicamente.

Isso não só resultou na falta de meio circulante, mas também no descontrole sobre a quantidade disponível na economia. Desse modo, o envio das 100 milhões de cédulas, aproximadamente um terço do volume regular, permitirá a normalização da administração monetária do Haiti.

Segundo a Exposição de Motivos Interministerial, a confecção das cédulas conta com a colaboração de empresas privadas fornecedoras de tintas de segurança e de papel de segurança, com doação e descontos, o que viabilizará a confecção das cédulas a mais baixo custo.

III – Voto

Em face do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2011, à Medida Provisória nº 513, de 2010.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, essa medida provisória é um acinte contra o Senado Federal, é um acinte contra o Congresso. Por quê? Toda lei, para ser elaborada, tem que ter uma pertinência temática. O Código de Processo Penal não pode tratar de matéria relativa ao Código de Processo Civil, como também não pode tratar de matéria relativa à defesa do consumidor, nem tratar de meio ambiente.

Essa medida provisória, que é uma forma de se legislar anomalmente, trata de temas que não guardam nenhuma pertinência. São temas que, inclusive, Sr. Presidente, são tão díspares, que não poderiam sequer merecer a leitura por parte da Mesa da Casa, porque a medida não preenche nenhum dos pressupostos constitucionais – nós nem vamos falar de relevância e urgência.

Para V. Ex^a ter ideia do que trata essa medida provisória, há vários itens: consórcio de companhias seguradoras que ingressaram no mercado de seguro do SFH para administrar o recolhimento dos prêmios e os pagamentos de sinistros mediante taxa de administração de 7,1%; acudir o Banco do Nordeste; atender às sociedades empresariais, a empresários individuais e a pessoas físicas ou jurídicas, caracterizados como produtores rurais vítimas de desastres naturais; emissão de título de dívida pública – e nós decidimos aqui, Sr. Presidente, V. Ex^a estava presente, quando o Senador Tasso Jereissati, na criação do Fundo Sobe-rano, disse que não admitia; foi feito um acordo com o Governo, e o Governo vem agora, de novo, com essa indecência, para emitir os seus títulos, com juros de 12%, com juros da Selic, e emprestar esses recursos com 4%, 5% de retorno, a título de taxa de juros! É uma indecência, Sr. Presidente. Isso é uma imoralidade que a Casa jogou fora lá atrás.

Para se ter uma ideia da disparidade, chegamos a estar votando, na mesma medida provisória, auxílio à nação haitiana, vítima de sérios desastres naturais.

Portanto, Sr. Presidente, nós, da oposição – falo em nome do DEM; em nome do PSDB falará o Líder Alvaro Dias –, não temos condição de votar esta matéria. Não é nem fazer obstrução à matéria. Obviamente que vamos entrar com ação direta de inconstitucionalidade, mais uma vez. O DEM já preparou duas ações de medidas provisórias recentes. Esta é a terceira ação direta de inconstitucionalidade que vamos entrar, infelizmente. Neste caso não é nem pelo fato de o Senado estar oprimido pela demora da Câmara, que aconteceu novamente. Porque hoje o parecer chegou aos nossos gabinetes agora, às 12 horas, e V. Ex^a já tinha combinado conosco que chegaria, no mínimo, com 24 horas de antecedência.

Então, Sr. Presidente, vamos entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade e, pela imoralidade, pela afronta à Constituição, nós estamos abandonando o plenário. Nós não vamos votar esta medida provisória. Não adianta votar e perder. Nós, num ato de protesto contra o deboche do Executivo contra o Congresso Nacional e contra a convivência que está tendo este Senado com medidas desse jaez, estamos abandonando agora, após o pronunciamento do Senador Alvaro Dias, nosso Líder do PSDB, vamos abandonar, porque sabemos perfeitamente que não temos como enfrentar no voto o rolo compressor imoral do Governo, imoral, repita-se, porque não há pertinência temática.

Este Congresso é o quê? A Constituição está sendo rasgada, Sr. Presidente!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Peço a V. Ex^a...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Como é que nós votamos, dentro de uma medida provisória, sete temas, Sr. Presidente? Isso é uma indignidade! Não podemos aceitar! Temos que honrar os nossos mandatos de Senadores, Sr. Presidente. Não podemos fazer isso com a Nação brasileira. Nós precisamos ter um mínimo de dignidade jurídica, Sr. Presidente! Como é que nós votamos isto aqui? Nós estamos rasgando a Constituição, Sr. Presidente! Que Constituição é esta, em que votamos e jogamos fora? É para isso que existe o Senado? Para fazer o que o Executivo quer?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Demóstenes, peço a V. Ex^a que, na forma regimental, conclua o seu pronunciamento.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Fazer de forma imoral, Sr. Presidente! Nós vamos abandonar o Plenário em protesto contra a atitude do Senado de cancelar tudo o que vem do Executivo, inclusive medidas dessa qualidade, e vamos pedir ao Supremo Tribunal Federal que restaure a dignidade desta Casa e do Congresso Nacional, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O parecer instruindo a matéria conclui favorável à constitucionalidade, relevância e urgência do projeto e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 9.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Não, nós não vamos discutir essa matéria. Vamos colocar em votação. Podemos discutir o mérito na segunda parte.

Temos como inscrito, para discutir os pressupostos de urgência, o Senador Jarbas Vasconcelos, que tinha pedido a palavra.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra. Eu quero falar agora, Sr. Presidente. Eu queria usar da tribuna. Pedi a V. Ex^a há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a, de acordo com a nossa relação, é o segundo orador. Fala o Senador Jarbas Vasconcelos e, em seguida, V. Ex^a, está bem?

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Aguardo.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Estou inscrito para discutir o mérito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Para o mérito. Então, V. Ex^a discutirá o mérito. Em votação.

As Sr.^{as} e os Srs. Senadores que aprovam os pressupostos queiram permanecer sentados. (*Pausa.*) Aprovados.

Gostaria que os que quisessem que constassem da Ata que declinassem os seus nomes.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Voto contra. Não existem esses requisitos nesta medida provisória.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – A Minoria toda vota contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em discussão o mérito da matéria.

Está inscrito para discutir o mérito o Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou seguir a voz que pede que, diante dessa excrecência que está sendo discutida, a gente não permaneça em plenário.

Gostaria apenas de me dirigir ainda ao Relator Renan Calheiros. Ele disse que pode fazer a emenda de redação, embora, no fundo, seja emenda de mérito, mas é que o Senado tem feito. Fez durante quatro anos passados e está fazendo nesta legislatura. Não vejo por que deixar de fazer agora, para atender sobretudo aos mutuários de Pernambuco. A emenda que apresentamos a ele, não formalmente, foi apresentada para preservar a vida e a dignidade de proprietários de mais de seis mil edificações residenciais na área metropolitana do Grande Recife.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Mário Couto.

Peço ao Plenário silêncio, pois há orador na tribuna.

Peço aos Srs. Senadores silêncio na Casa, pois há um orador na tribuna.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há muito que nós Senadores de oposição chamamos atenção para o desrespeito que tem o Poder Executivo com este Senado Federal.

Agora nós chegamos ao pior acontecimento deste ano, uma medida provisória humilhante, uma medida provisória que vem para esta Casa dizendo a todos os Senadores: nós vamos humilhar o Senado Federal. Isto aqui é uma imoralidade, isto aqui é uma humilhação, isto aqui é querer tirar o moral de todos os Senadores!

Lamento, Presidente, lamento que o Relator tenha se esforçado e, com todo o respeito ao Renan Calheiros, o Senado Federal não pode se curvar, Presidente Sarney, às atitudes imorais do Palácio.

Como é, Srs. Senadores, que uma medida pode incluir várias outras no mesmo processo? O Governo disse assim a todos os Senadores: “Vou mandar uma medida provisória” – está aqui, isso é real, nunca vi na minha vida parlamentar – “que vocês vão ter que votar em três coisas ao mesmo tempo, em três coisas distintas”. Metem até o corrupto DNIT dentro dessa medida provisória.

Quero ver quais os Senadores desta Casa que vão votar nesta humilhação. Quero ver qual é o Senador da República que dirá a si próprio que está desmoralizado, que quer desmoralizar esta Casa, que obedece de qualquer jeito ao Executivo, nem que seja pela própria ditadura. Isto aqui é uma ditadura branca, Sr. Presidente. Isto aqui é uma ditadura branca! Isto aqui é uma desmoralização a cada Senador desta Casa!

Vamos nos retirar, Sr. Presidente. Vamos sair daqui agora. Não podemos mostrar à Nação brasileira que somos irresponsáveis, que comungamos com atos antidemocráticos. O Senado precisa ser forte, Senadores. Façam do Senado uma instituição forte! Não deixem desmoralizar este Senado!

Clamo a cada um de V. Ex^{as} que não votem essa medida. Não desmoralizem o próprio poder onde trabalham. Não caiam na descrença daqueles que confiaram em cada um de V. Ex^{as}, daqueles eleitores que mandaram V. Ex^{as} para cá com a finalidade de defender o Estado de V. Ex^{as} e de defender este Brasil querido que todos nós amamos.

Esta é uma tarde fúnebre e desmoralizante para o Senado Federal. A Presidenta da República está agora, com o ato dessa medida provisória, dizendo a todo Brasil: eu mando como quero naquele Senado e todos os Senadores da República obedecem.

Ah, Senadores, não deixem a democracia ser esfacelada neste Senado Federal. O que irão dizer os brasileiros? O que irão dizer aqueles que votaram em V. Ex^{as}? Que V. Ex^{as} ajoelham-se nos pés do Executivo. Que V. Ex^{as} preferem desmoralizar este Senado, para obedecer ao que manda a Presidenta da República.

O nosso Senado, hoje à tarde, passa por um momento muito sério. A sociedade irá nos julgar. A sociedade irá julgar cada um de V. Ex^{as}. O ato de votar nessa medida provisória hoje, Senadores e Senadoras, é um ato humilhante, é um ato desleal, é um ato desrespeitoso a este Senado Federal.

V. Ex^{as}, quando chegarem à casa de vocês, ao puxarem o travesseiro e ali colocarem a cabeça, pensem, pensem, pensem o que V. Ex^{as} fizeram para a

Nação brasileira na tarde de hoje. Pensem, Senadores e Senadoras, pensem o que V. Ex^{as} fizeram: comunicaram com a humilhação que a Dilma mandou fazer nesta tarde ao Senado Federal.

Presidente, com todo respeito a V. Ex^a, vou me retirar desta Casa e se, em punição, eu receber a perda do meu dia, V. Ex^a está autorizado a descontar esse dia na minha folha de pagamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a oposição comunica a V. Ex^a que desconsidera os pedidos que faríamos de destaque para a matéria, emendas que teríamos o interesse em apresentar, porque não pretendemos compactuar com uma medida provisória imoral.

Isso depõe contra o conceito desta instituição. Nós vamos nos retirar. O bloco oposicionista na Casa se retira, protestando contra a aprovação dessa medida provisória, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Excelência, eu queria registrar o voto do PSOL contrário aos pré-requisitos de relevância e urgência, mas afirmar que nós, do PSOL, vamos ficar em plenário e participar do debate. Emitirei, daqui a pouco, no debate do mérito, a nossa opinião sobre o mérito da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Nós estamos discutindo o mérito, e V. Ex^a está inscrito para discutir o mérito.

Com a palavra o Senador Walter. *(Pausa.)*

O Senador Walter Pinheiro desistiu de falar.

O Senador Alvaro Dias também.

O Senador Aloysio Nunes. *(Pausa.)* Também.

O Senador Gim Argello. *(Pausa.)* Também.

O Senador Benedito de Lira. *(Pausa.)* Também.

O Senador Cícero Lucena. *(Pausa.)* Não está presente.

O Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós não desistimos. Estamos aqui firmes, por uma questão muito simples: no mérito dessa matéria – já votamos os

pressupostos todos –, tenho dialogado com o Relator Renan Calheiros e há uma questão muito importante no problema do seguro.

O seguro privado está sendo absorvido pelo sistema público, digamos assim, mas resta uma pendência que pode prejudicar, de forma demasiada, os mutuários do sistema financeiro nessa passagem de um para o outro. No sistema privado, das seguradoras privadas, que são várias, os mutuários acionaram na Justiça essas instituições privadas, e elas estão respondendo na Justiça a essas demandas dos mutuários. Transferir esse seguro para o setor público deixa uma brecha, que já está sendo usada hoje. Aliás, desde o primeiro dia da emissão da medida provisória, as seguradoras estão arguindo na Justiça que, passando o seguro para o poder público, não cabe mais nenhuma ação contra tais seguradoras.

Ora, Sr. Presidente, a garantia de que a demanda judicial, oferecida pelos mutuários, vai se voltar agora contra o Poder Público não está assegurada em lugar nenhum. Quer dizer, todos os mutuários, todas as instituições que estão demandando na Justiça vão, evidentemente, ter de entrar com uma nova proposição no Poder Judiciário. Isso é um prejuízo sem tamanho e que precisa ser corrigido!

E o que nós estamos levantando com o relator é que fizemos o destaque de uma emenda do Senador Gilberto Goellner que possibilita a solução desse problema. Mas é evidente que o relator pode encontrar uma saída na redação da matéria. Eu quero examinar com o relator como é que nós vamos resolver esse problema, porque é objetivo: nós estamos com uma questão que vai prejudicar não apenas um mutuário, mas milhares de mutuários.

Eu chamo a atenção para um aspecto. No Estado de Pernambuco, mais precisamente em Recife e região metropolitana, onde as construções foram realizadas em áreas de grande instabilidade, ocorre que muitos prédios – são prédios inteiros! – estão com problemas. E a única forma de resolver o problema foi demandar na Justiça contra as seguradoras. Muitos ganharam, mas muitos estão demandando. E essas seguradoras estão se excluindo do processo, pedindo ao Judiciário que as exclua do processo, porque agora é o Poder Público. Que se faça outro processo e que se inicie do zero uma nova demanda judicial, porque ficou essa brecha. Então, está bom, mas qual é a solução?

Não há solução aqui na redação, no texto. Esse é um problema grave, Sr. Presidente. Não há uma solução aqui, pois se tem de começar tudo do zero: demandas que já estão com cinco anos, sete anos, oito anos, sentenças com apelações... Quer dizer, é uma

situação grave, do ponto de vista do interesse de milhares e milhares de mutuários.

Eu acho que houve uma imprecisão do próprio Governo quando fez essa proposição. Não observou esse detalhe e pode causar um prejuízo gigantesco a milhares de mutuários, que, evidentemente, vão ter que demandar novamente...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues, inscrito para discutir.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente, inscreva-me!

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a está inscrito, Senador Crivella.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, é que o relógio concluiu, mas eu não havia concluído.

Então, quero deixar a questão com o relator. Peço uma solução para esse problema, que atinge a todos.

Falei do caso específico do Estado de Pernambuco, de Recife, por um problema muito objetivo, porque ali é uma região alagada, que se construiu no alagado e causou prejuízos enormes. São prédios inteiros! É um problema grave que vamos deixar pendente se votarmos da forma que está a medida provisória.

Peço ao relator que, por favor, se manifeste em relação a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney – Bloco/PMDB – AP) – Senador Randolfe Rodrigues com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós do PSOL optamos em ficar presentes, optamos em debater o mérito dessa medida provisória. E tomamos essa opção embora reconheçamos que de fato, do ponto de vista formal, essa medida provisória é uma excrescência!

Sr. Presidente, nós temos a Lei Complementar nº 95, que regulamenta e organiza o nosso processo legislativo. E um dos princípios dessa lei complementar é o princípio da pertinência temática. Medida provisória, claramente, é um instrumento que tem força de lei. Assim consagra o texto da nossa Constituição.

Medida provisória, reitero, Sr. Presidente, necessita – é claro o nosso art. 62 na existência dos seus pré-requisitos – de relevância e urgência. Em relação a esses pré-requisitos, nós votamos contrariamente, porque é claro que essa MP não cumpre com os pré-requisitos exigidos pelo texto constitucional.

Por outro lado, no mérito, a medida provisória – aí eu reitero a imperfeição da forma legislativa apresentada, a impertinência temática, porque, na prática,

o que foi utilizado pelo Poder Executivo é trazer um conjunto de matérias distintas para serem abordadas como contrabando nessa medida provisória, para que o Congresso a aprove.

É, sem dúvida, Sr. Presidente – e aí concordo com o ilustre Senador Demóstenes Torres, com os Senadores do PSDB, PPS e Democratas –, é, nesse sentido, um desrespeito ao Congresso Nacional.

É por isso, Sr. Presidente, que urge – a Comissão de Constituição e Justiça da Casa já está atrasada na aprovação da proposta de emenda constitucional de V. Ex^a para que, o quanto antes... Inclusive a proposta de emenda constitucional, com o relatório apresentado do Senador Aécio Neves, que incorpora, no conjunto do relatório, o debate que ocorreu na Casa para que nós disciplinemos, em definitivo, o uso desmedido das medidas provisórias. Eu creio, não tenho dúvida de que é na aprovação dessa proposta de emenda constitucional que faremos o bom combate para disciplinar, para que o Executivo não edite medidas provisórias indevidamente, como tem editado, utilizando esse vergonhoso instrumento do contrabando.

Entretanto, Sr. Presidente, o mérito, nós não poderíamos sair do plenário, não poderíamos não votar, embora tenha votado contra os pré-requisitos de urgência e relevância dessa MP. Embora a MP, entre os vários contrabandos existentes, incorpore dispositivos como o previsto no art. 6º, que amplia as possibilidades nas quais o setor público irá garantir o risco das famigeradas Parcerias Público-Privadas, embora haja contrabandos indevidos como esse, o mérito, em muitos outros aspectos da medida provisória, traz medidas positivas.

Por exemplo, o art. 4º determina que a União subsidiará a taxa de juros cobrada pelo BNDES em empréstimos para capitais de giro e investimento em empresas e microempreendedores individuais localizados em Municípios do Estado de Alagoas e de Pernambuco, atingidos. Sabemos o impacto que houve recentemente, nos Estados de Pernambuco e Alagoas, o último período de cheias, a última enchente que atingiu os Municípios do interior daqueles Estados.

Seria um ato, de nossa parte, de lesa-humanidade se não aprovássemos o mérito do que está sendo proposto nesse art. 4º. Mas também haveremos de convir que uma matéria como esta poderia ser objeto de outra matéria apresentada pelo Poder Executivo.

Da mesma forma, o último artigo da medida provisória, Presidente, autoriza a Casa da Moeda do Brasil...

(Interrupção do som.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ... a doar 100 milhões de cédulas de gourde à Re-

pública do Haiti. Ora, Presidente, (*Fora do microfone.*) isso é uma medida humanitária! Toda a América tem o dever, tem a obrigação com o povo haitiano. Não seria humanitário de nossa parte se nós não votássemos favoravelmente a essa matéria.

Então, fazendo aqui a crítica – deixando claro que essa matéria não tem pertinência temática, que essa matéria fere a Lei Complementar nº 95, que ela trata, no mesmo aspecto, de sete temas distintos, não concordando com sua forma, votando contrariamente aos seus pré-requisitos de relevância e urgência, mas ficando aqui no plenário para votar favoravelmente ao mérito – é que nós vamos posicionar-nos. O mérito traz matérias que precisam de uma resposta urgente do Estado brasileiro, de uma medida urgente por parte do Governo da União, de medidas, em alguns aspectos inclusive humanitárias, como as já citadas no art. 7º e no último artigo dessa medida provisória.

Por isso nós vamos ficar no plenário, embora reiteremos nossa posição de oposição programática, de independência política neste plenário em relação ao Governo. Vamos ficar no plenário e votaremos favoravelmente ao mérito.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro, que está inscrito para discutir a matéria. Ele estava ausente, voltou e comunicou à Mesa que quer usar da palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro eu queria separar esse debate.

De forma muito correta, coloca aqui o nosso colega Senador Randolfe Rodrigues o que significa, do ponto de vista do mérito, ações contidas nessa medida provisória, como o atendimento a diversas cidades brasileiras onde os processos de chuva, como nos Estados de Pernambuco, Alagoas e Rio de Janeiro, necessitam de ajuste, de aporte financeiro não só para socorrer as vítimas, como também para adotar medidas de infraestrutura.

O segundo aspecto, meu caro Senador Randolfe, dessa correção, dessa atitude que consta da medida provisória tem a ver com o sistema habitacional e o Sistema Financeiro da Habitação, à medida que corrige a medida provisória uma distorção, adotando, com um fundo de compensação, uma posição que permite que seguradoras, meu caro Vital, possam exclusivamente atuar na situação de seguros habitacionais, o que não era uma prática existente.

Separado isso, meu caro Presidente Sarney, é importante que a gente coloque as coisas exatamente no seu devido lugar. Abandonar o plenário é uma prer-

rogativa de todo e qualquer Senador. Não participar da votação também é uma atitude, uma decisão que compete a cada um. Mas não dá para se ter essa saída com alusões ou ilações a partir desta ou daquela posição que seja imoral. Imoral é, inclusive, a gente não apreciar matéria que atende a pressupostos, sim, como em toda a sua história de medidas provisórias. Imoral é não atender a demandas, inclusive, que, necessariamente, são corrigidas por esta medida provisória.

Não dá pra gente corroborar com uma prática que questiona o rito de medidas provisórias, por sinal, já proposto aqui por diversos Senadores, a partir da emenda constitucional apresentada pelo Presidente, na busca de corrigir essa distorção. Não podemos tachar de imoral o Plenário por conta do erro patrocinado na divisão do tempo, para que as Casas possam apreciar a medida provisória. Essa é a diferença. Essa é a divergência.

Estamos, inclusive, tratando de medida provisória com a qual não temos sequer oportunidade de ir além do processo de votação. Não nos é permitido, neste momento, sequer o ajuste redacional, de maneira que adentremos o conteúdo da medida provisória. Ajustar a isso a leitura de que há imoralidade, de que há quebra de ruptura... Essa regra foi aprovada por este Parlamento. Essa regra, com erro, foi aprovada não só pela Câmara dos Deputados, mas também pelo Senado Federal, que permitiu que, dentro dos 120 dias, estivessem inclusos tanto Câmara quanto Senado. Portanto, não dá para aceitar esse tipo de postura e, tampouco, essa afirmativa.

Volto a dizer: a prerrogativa de deixar o plenário, a prerrogativa de discordar de uma matéria é atitude de cada um, uma posição pessoal, política e até de conteúdo de cada um, mas não dá para misturar as questões em um processo de generalização e, muitos menos, em um processo de ataque a esta instituição, como se essa prática fosse uma prática imoral.

Estamos andando exatamente na linha do que prevê o dispositivo constitucional, Sr. Presidente. Estamos andando rigidamente na linha do que preveem os dispositivos regimentais desta Casa e da outra Casa, que compõem o Congresso Nacional.

Portanto, estamos andando exatamente dentro dos parâmetros que nós mesmos, como Senadores... E é bom frisar que essas regras foram consagradas e aprovadas quando a maioria desta Casa não era a maioria que é hoje; quando a maioria desta Casa não era a maioria relacionada, como alguns tentam mencionar, com o Governo de hoje. Essa regra foi aprovada quando a maioria estava exatamente do lado em que se encontra, hoje, a minoria.

Portanto, para que a gente não trate como período de maioria ou de minoria, tratemos de período institucional. Há uma regra constitucional, há uma regra regimental. Nesse parâmetro, nesse trilho é que estamos seguindo.

Volto a afirmar: concordamos com o mérito da medida provisória pela assertiva que ela traz para corrigir distorções. Discordamos do processo do prazo, como já fizemos, por meio não de questionamento ou de mero discurso, mas com apresentação de uma solução que busca resolver esse impasse e nos permitir, como Casa, analisar, votar e até resgatar, aí, sim, o direito constitucional desta Casa de poder se posicionar, inclusive alterando o mérito das medidas provisórias.

Dessa forma, Sr. Presidente, somos favoráveis ao mérito e estamos votando algo dentro da normalidade, dentro da correção e dentro do princípio institucional regido pelas regras que foram constituídas pelo Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a está inscrito depois dele. S. Ex^a estava inscrito antes.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, inscreva-me, por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Benedito de Lira, V. Ex^a está inscrito para falar. V. Ex^a desiste?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu disse a V. Ex^a, quando fui chamado, que eu abria mão da inscrição. Farei isso após a Ordem do Dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Gim Argello.

Senador Wellington Dias, V. Ex^a quer discutir a matéria, não é isso? (*Pausa.*)

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado pela palavra.

Eu gostaria de colocar que, agora, depois de conversar com o Líder Renan Calheiros e com o Líder do Governo, Romero Jucá, e na minha condição de 1º Vice-Líder do Governo, tranquilizei-me muito em tranquilizar os mutuários. Por quê? Porque o que me foi dito pelo Líder do Governo, o entendimento, como foi o bem explicado aqui, é o de que os seguros que hoje os mutuários recebem, que ganharam na Justiça, acompanham já o fundo. Eles não vão ser cortados, não terão que disputar novamente, Senador Wellington. Eles vão acompanhar. Quem já recebe o seguro vai

continuar tranquilo em recebê-lo, até sua ação na Justiça transitar em julgado, dando ganho de causa, assim, se a Justiça entender, aos mutuários. Mas o aluguel, que eles recebem através de seguro, está garantido na forma da medida provisória, na forma em que está.

Então, esse entendimento me tranquiliza para aconselhar a todos os Senadores presentes que votem, principalmente os da Bancada do PTB, a favor dessa medida provisória. Tanto porque, também, nessa medida provisória, retiram-se do papel, definitivamente, as parcerias público-privadas, tão ditas, tão faladas no País afora e tão necessárias, porque as parcerias público-privadas, agora, nascem com um fundo de seis bilhões de reais, para que esse fundo possa fazer *fund* para vários investimentos necessários em várias partes de infraestrutura: rodovias, ferrovias, aeroportos, portos.

E eu gostaria de aproveitar este momento – porque é matéria cujo mérito é muito importante, são temas relevantes, são temas que já discutimos várias e várias vezes – para pedir que os Senadores da base que se encontram nos seus gabinetes, por favor, venham para o plenário, porque, em seguida, vamos fazer a votação dessas matérias que são tão importantes para a tranquilidade dos mutuários, pelo repasse de um bilhão para os Estados de Pernambuco, de Alagoas, do Rio de Janeiro, sendo que os outros demais Estados agora podem receber recursos, o que é muito importante para a gente também; e principalmente com relação à parceria público-privada. Por quê? Porque todos os portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, hidrovias vão ser atendidos.

Falando em hidrovias, nessa medida provisória também foram acrescentados, pela Câmara Federal, alguns portos do Mato Grosso, o que é muito importante para o escoamento da safra por meio de hidrovias.

Então, quero parabenizar a medida por esses méritos, agora dizendo, Sr. Presidente, que concordo com os méritos dessa medida, mas não concordo com a forma pela qual essas medidas provisórias estão chegando ao plenário do Senado, apenas com uma semana e, muitas vezes, com menos do que isso, para serem discutidas. Espero que isso termine, que a gente ache uma forma de acabar com isso, que o Senado realmente possa legislar com a tranquilidade necessária de, pelo menos, uns 45 dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Marcelo Crivella e, em seguida, o Senador Wellington Dias.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero perguntar a V. Ex^a se posso votar contra matéria que manda recursos para o Banco do Nordeste, que

vai ajudar os pequenos produtores. Quero perguntar se posso abandonar este plenário e deixar de votar matéria que manda recursos para aqueles que ficaram desabrigados, durante as tempestades, no meu Rio de Janeiro, em Pernambuco e em Alagoas. Eu posso sair deste plenário, Sr. Presidente, e virar as costas para o Haiti? Eu não posso fazer isso, Sr. Presidente! Não posso fazer isso. O povo que me trouxe para cá, que me colocou aqui – sem eu merecer; o mais obscuro e anônimo Senador desta Casa –, não me perdoaria.

Tem defeitos essa medida provisória, mas os méritos são muito maiores, e voto com os méritos, voto com o Nordeste, voto com os desabrigados do Brasil e voto com os pobres do Haiti.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, exatamente, ir na direção do Senador Crivella. Primeiro, qualquer um de nós aqui, Presidente da República, tendo não só uma situação de desastre natural, como o Brasil inteiro acompanhou, de Alagoas, de Pernambuco e de outros Estados, tendo a situação que viveu o Haiti, momentos dramáticos, e que teve que se socorrer da Casa da Moeda do Brasil para imprimir suas moedas, por falta de capacidade e de segurança interna; qualquer um de nós aqui que tivesse uma situação de portos, como os da Região Norte, ou de rodovias em várias partes do Brasil, em que não se podia começar uma obra toda pronta para começar por falta de uma decisão, se aquele trecho era federal ou não, como hoje acontece em muitas rodovias; qualquer um de nós aqui, Presidente da República, que tenha sensibilidade, que possa olhar para mutuários, pois vivemos até há bem pouco tempo neste País com uma política de inflação elevada, comendo os salários e, ao mesmo tempo, com as prestações da casa sendo levadas para leilão; tendo agora um Presidente com a sensibilidade de colocar uma medida provisória... Veja, Presidente, isso é uma prerrogativa do Presidente da República. Acredito que, inclusive, o procedimento está correto. Se se encaminha aqui sem medida provisória... A oposição estava aqui reclamando que tinha medida provisória demais; se se economiza numa medida provisória só, a oposição se retira do plenário, Quem se retira do plenário é porque não tem compromisso com isso. Bastaria a capitalização do Banco do Nordeste, que estava pronto para ser privatizado, e hoje está aí um banco oferecendo condições de crédito ao nosso País, precisando de mais capital.

É por tudo isso, Sr. Presidente, que não só voto como peço voto a toda a base do Governo e a todos da oposição que tenham compromisso com essas causas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O Senador Antonio Carlos Valadares com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a meu ver, não há nenhuma razão para que a oposição tenha qualquer constrangimento em votar essa medida provisória que foi baixada no governo do presidente Lula. Ao invés de receber críticas, ela deveria estar recebendo elogios e aplausos pela iniciativa do governo do presidente Lula, porque por meio dela o Governo da Presidenta Dilma pode injetar no BNDES recursos para projetos de desenvolvimento regional, beneficiando os Estados mais pobres da Federação brasileira, inclusive os do Nordeste do Brasil. Por intermédio dessa medida provisória, a nossa Presidenta Dilma pode atender aos reclamos dos Estados atingidos pelas cheias, pelas intempéries que redundaram em prejuízos incomensuráveis, inclusive para as pequenas e microempresas, que receberão ajuda do BNDES para recuperar os seus prejuízos.

Ademais, Sr. Presidente, quanto a dizerem que ela é inconstitucional, é só fazermos um registro histórico dos procedimentos anteriores ao governo do presidente Lula, quando havia uma enxurrada de medidas provisórias dispendendo sobre os mais variados assuntos. Era uma verdadeira salada mista em cada medida provisória. Inclusive, eu me recordo de uma que nós, da oposição, denominamos de “medida provisória do fim do mundo”, porque ela dispunha até, Sr. Presidente, da compra de um carro para o vice-presidente da República, conjugada essa compra com várias e várias metas que não tinham nenhuma coordenação, que não tinham nenhuma harmonia com a proposta principal.

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Dizem, Sr. Presidente, que ela poderia estar ferindo a Constituição. Ora, o Presidente Lula, ao dispor, ao colocar essas matérias na medida provisória, certamente foi aconselhado por sua assessoria a fazer aquilo que denominamos de economia processual, porque quanto papel, quanto palavreado seria gasto, quantos discursos seriam feitos se essa medida provisória fosse dividida em quatro ou cinco medidas provisórias, para que a oposição tivesse, em cada uma delas, um discurso diferente para açambarcar a ação do Presidente da República!

Por essa razão, Sr. Presidente, merecem elogios, merecem aplausos e apoio total o presidente Lula e a atual Presidenta da República Dilma.

Lamento que Senadores do Nordeste, Senadores que defendem as pequenas e microempresas, Senadores que combatem as intempéries, que lutam contra as secas, no atendimento e assistência aos atingidos pelas enchentes, tenham-se retirado no momento crucial em que populações do Brasil inteiro, populações de várias regiões estão sofrendo com os problemas climáticos, enchentes e secas que acontecem neste País.

Por isso, o PSB, Sr. Presidente, por meu intermédio diz que vota “sim” a essa medida provisória.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, eu vou abrir mão para nós votarmos simbolicamente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Concluída a discussão.

Temos, sobre a mesa – Senador Renan, que é Relator, por obséquio –, dois requerimentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. *Fora do microfone.*) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Do Senador Demóstenes Torres, de pedido de destaque, e do Senador Cícero Lucena.

O Senador Alvaro Dias desistiu em nome da Minoria e pela obstrução.

Eles não estão presentes.

Deixam de ser lidos.

O Senador Armando Monteiro também tem um requerimento de destaque.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Não está presente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Não, mas podemos votar, sim.

REQUERIMENTO, DE 2011

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 312 do Regimento Interno, votação em separado do inciso II do parágrafo único do art. 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 9.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 493, DE 2011

Requeiro, nos termos do inciso II, do art. 312, do Regimento Interno do Senado Federal, a votação em separado do inciso II, do parágrafo único, do artigo 1º, do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2011, oriundo da Medida Provisória nº 513, de 2010.

Art. 1º

I –

II –

III –

Parágrafo único

I –

II – As despesas relacionadas à cobertura de danos físicos ao imóvel e à responsabilidade civil do construtor.

Brasília, 4 de abril de 2011. – Senador **Armando Monteiro**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em votação. (*Pausa.*)

Recusado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) –

REQUERIMENTO, DE 2011

Requerimento de destaque para votação, do Senador Inácio Arruda, que requer votação em separado da Emenda nº 1, apresentada a artigo da Medida Provisória nº 513, de 2010.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 494, DE 2011 REQUERIMENTO DE DESTAQUE PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO – SF (Emenda nº 1 à MPV Nº 513/2010 – PLV 9/2011)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 1, apresentada ao artigo da Medida Provisória nº 513 de 2010 (PLV 9/2011).

Sala das Comissões, 4 de maio de 2011. – Senador **Inácio Arruda**.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra para pedir a opinião do nosso Relator, porque se trata de algo relevante. Sou a favor de toda a medida provisória, e o PCdoB também. Agora, nós precisamos ouvir... Eu sei que o pastor está querendo orar, com o braço levantado, mas, antes da oração, precisamos ouvir a palavra do nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em votação. (*Pausa.*)

Rejeitado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Infelizmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Vamos proceder à votação da medida provisória, no mérito.

Passamos à votação, primeiro, do projeto.

Em votação o projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o projeto de lei de conversão, ficam prejudicadas a medida provisória e as emendas a ela apresentadas.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 9, DE 2011
(Proveniente da Medida Provisória nº 513, de 2010)

Autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a assumir, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - CCFCVS, direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH; oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH; autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados; altera o Anexo do Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e as Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.887, de 24 de dezembro de 2008, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 11.314, de 3 de julho de 2006; revoga a Medida Provisória nº 523, de 20 de janeiro de 2011; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS autorizado, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - CCFCVS, a:

I - assumir os direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, que contava com garantia de equilíbrio permanente e em âmbito nacional do Fundo em 31 de dezembro de 2009;

II - oferecer cobertura direta aos contratos de financiamento habitacional averbados na extinta Apólice do SH/SFH; e

III - remunerar a Caixa Econômica Federal, na qualidade de administradora do FCVS, pelas atribuições decorrentes do disposto neste artigo.

Parágrafo único. A cobertura direta de que trata o inciso II do caput poderá cobrir:

I - o saldo devedor de financiamento habitacional, em caso de morte ou invalidez permanente do mutuário; e

II - as despesas relacionadas à cobertura de danos físicos ao imóvel e à responsabilidade civil do construtor.

Art. 2º Fica autorizado o parcelamento de dívidas vencidas até 26 de novembro de 2010, data de edição da Medida Provisória nº 513, de 2010, das instituições financeiras com o FCVS, decorrentes da assunção de que trata o inciso I do caput do art. 1º, em forma a ser definida pelo CCFCVS.

Parágrafo único. No âmbito do parcelamento de que trata o *caput*, fica a Caixa Econômica Federal, na qualidade de administradora do FCVS, autorizada a promover o encontro de contas entre créditos e débitos das instituições financeiras com aquele Fundo.

Art. 3º O art. 63 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 63.

Parágrafo único. Para a cobertura do crédito de que trata o *caput*, a União poderá emitir, sob a forma de colocação direta, em favor do Banco do Nordeste do Brasil S.A., títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, cujas características serão definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda, devendo ser respeitada a equivalência econômica dos títulos com o valor previsto no *caput*." (NR)

Art. 4º Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, em operações de financiamento contratadas até 31 de dezembro de 2011, destinadas a capital de giro e investimento de sociedades empresariais, empresários individuais e pessoas físicas ou jurídicas caracterizadas como produtores rurais, localizados em Municípios de Estados da Federação atingidos por desastres naturais e abrangidos por decreto estadual de situação de emergência ou estado de calamidade pública, relacionados em ato do Poder Executivo federal.

§ 1º O valor do total dos financiamentos a que se refere o *caput* fica limitado ao montante de até R\$ 1.000.000,00 (um bilhão) de reais.

§ 2º A equalização de juros de que trata o *caput* corresponderá ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte dos recursos, acrescido da remuneração do BNDES e dos agentes financeiros por ele credenciados.

§ 3º O pagamento da equalização de que trata o *caput* fica condicionado à comprovação da boa e regular aplicação dos recursos e à apresentação de declaração de responsabilidade pelo BNDES, para fins de liquidação da despesa.

§ 4º O prazo a que se refere o *caput* poderá ser prorrogado por ato do Poder Executivo.

§ 5º O Conselho Monetário Nacional estabelecerá as condições necessárias à contratação dos financiamentos, caben-

do ao Ministério da Fazenda a regulamentação das demais condições para a concessão da subvenção econômica de que trata este artigo, entre elas a definição da metodologia para o pagamento da equalização de taxas de juros.

Art. 5º Os arts. 2º, 4º e 7º da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

.....

§ 4º Os ativos decorrentes de aquisições diretas pelo Ministério da Fazenda, de que trata o inciso I do caput, quando se referirem:

I - a ativos de renda fixa e de renda variável internacionais, deverão permanecer custodiados em contas específicas, abertas diretamente em nome do FSB, em instituição financeira federal no exterior;

II - a moeda estrangeira, deverão ser depositados em instituição financeira federal no exterior, até a realização do investimento na forma deste artigo." (NR)

"Art. 4º

.....

IV - títulos da dívida pública mobiliária federal.

.....

§ 2º Fica a União autorizada a emitir, a valor de mercado, sob a forma de colocação direta em favor do FSB, títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal.

§ 3º A União poderá resgatar antecipadamente, a valor de mercado, os títulos de que trata o § 2º.

§ 4º Fica a União autorizada a permutar com o FSB ativos de renda fixa, inclusive títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, e de renda variável e moeda estrangeira, a valor de mercado ou observada a equivalência econômica.

§ 5º Os ativos de renda fixa ou variável domésticos recebidos diretamente pelo FSB deverão permanecer custodiados em contas específicas, abertas diretamente em nome do Fundo, em instituição financeira federal." (NR)

"Art. 7º

.....

§ 7º Fica a União, inclusive por meio do FSB, autorizada a permutar com o FFIE ativos de renda fixa, inclusive títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, de renda variável e moeda estrangeira, a valor de mercado ou observada a equivalência econômica." (NR)

Art. 6º Os arts. 16 e 18 da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16. Ficam a União, seus fundos especiais, suas autarquias, suas fundações públicas e suas empresas estatais dependentes autorizadas a participar, no limite global de R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), em Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP, que terá por finalidade prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos federais em virtude das parcerias de que trata esta Lei.

.....

§ 8º A capitalização do FGP, quando realizada por meio de recursos orçamentários, dar-se-á por ação orçamentária específica para esta finalidade, no âmbito de Encargos Financeiros da União." (NR)

"Art. 18. O estatuto e o regulamento do FGP' devem deliberar sobre a política de concessão de garantias, inclusive no que se refere à relação entre ativos e passivos do Fundo.

.....

§ 8º O FGP poderá usar parcela da cota da União para prestar garantia aos seus fundos especiais, às suas autarquias, às suas fundações públicas e às suas empresas estatais dependentes." (NR)

Art. 7º O caput do art. 19 da Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19. Fica o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados, que estava prevista na Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, autorizado a utilizar, até 31 de dezembro de 2012, recursos federais para executar obras e serviços de conservação, manutenção, recuperação, restauração, construção, sinalização, supervisão, elaboração de estudos e projetos de engenharia, bem como a tutela

do uso comum das respectivas faixas de domínio, compreendendo a fiscalização, regulação, operação, cobrança pelo uso da faixa e ressarcimento pelos danos causados nos trechos transferidos.

....." (NR)

Art. 8º A diretriz das rodovias BR-080 e BR-364, constantes do item 2.2.2 da Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte descrição:

"2.2.2 - Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal

BR	Pontos de Passagem	Unidades da Federação	Extensão (km)	Superposição	
				BR	km
080	Brasília - Uruaçu - São Miguel do Araguaia - Entronc. c/ BR-158/242 (Ribeirão Cascalheira) - Entronc. c/ BR-158 (Canabrava do Norte) - São José do Xingu - Matupá - Guarantã do Norte - Novo Mundo - Carlinda - Alta Floresta - Nova Monte Verde - Cotriguaçu	DF-GO-MT	1.735	251	45
				153	12
				158	236
				242	155
				163	27
364	Limeira - Matão - Frutal - Campina Verde - São Simão - Jataí - Rondonópolis - Fátima de São Lourenço - Mimoso - Cuiabá - Vilhena - Porto Velho - Abunã - Rio Branco - Sena Madureira - Feijó - Tarauacá - Cruzeiro do Sul - Japlim - Fronteira c/Peru	SP-MG-GO-MT-RO-AC	4.230	070	92
				153	26
				163	138
				174	140
				262	8
				267	44

.....

Parágrafo único. O traçado definitivo e demais características das rodovias de que trata este artigo serão definidos pelo órgão competente.

Art. 9º O item 4.2 da Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres, constante do Anexo do Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar acrescido dos seguintes portos:

“4.2. Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres do Plano Nacional de Viação

.....

Nº de Ordem	Denominação	UF	Localização
218	Porto do Polo Industrial de Manaus	AM	Rio Negro
219	Barra do Garças	MT	Rio Araguaia
220	Araguaiana	MT	Rio Araguaia
221	Cocalinho	MT	Rio Araguaia
222	Luciara	MT	Rio Araguaia
223	São Félix do Araguaia	MT	Rio Araguaia
224	Santa Terezinha	MT	Rio Araguaia

Art. 10. Fica a Casa da Moeda do Brasil - CMB autorizada a doar 100.000.000 (cem milhões) de cédulas de gurdes à República do Haiti, para auxiliar na recomposição do meio circulante daquele País.

§ 1º O objeto da doação prevista no caput será fabricado pela CMB, a quem competirá providenciar o transporte até o destino.

§ 2º A despesa envolvida na doação prevista no caput não poderá ultrapassar R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) e os custos serão suportados pela CMB.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Ficam revogados o inciso IV do art. 3º da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e a Medida Provisória nº 523, de 20 de janeiro de 2011.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Peço a atenção dos Srs. Senadores.

Item 2:

2

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 10, DE 2011**

(Proveniente da Medida Provisória nº 514, de 2010)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2011, que altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que “dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nºs 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002–Código Civil; revoga os dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.” (proveniente da Medida Provisória nº 514, de 2010).

O Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2011, consta da pauta pela primeira vez. Nesse sentido, conforme os acordos de Liderança, o referido projeto constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã.

A pauta continua sobrestada, mas o Item 6 pode ser votado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas quero registrar para todas as Senadoras e Senadores que fizemos um acordo e vamos votar a matéria que diz respeito a Itaipu, aos *royalties* pagos ao Paraguai, na terça-feira. Como foi acordado com os líderes, portanto, essa matéria será votada na terça-feira e não entrará na pauta de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Eu lamento que a Mesa seja a última a saber, uma vez que ela é que tem a obrigação de colocar a pauta da Casa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não, ela está na pauta, mas foi combinado. Tendo em vista que pode haver pedido de verificação de quórum, ficou acertado que seria votada na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 6:**

REQUERIMENTO Nº 307, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 307, de 2011, da Senadora Ana Amelia, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 294 e 484, de 2008, por regularem a mesma matéria (cálculo do adicional de insalubridade).*

Em votação o requerimento.

As Srs. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 294 e 484, de 2008, passam a tramitar em conjunto e vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, de Assuntos Sociais.

São as seguintes as demais matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

3

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 451, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

4

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 52, DE 2008**

(Adiada para esta data em virtude da aprovação do Requerimento nº 236, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2011 (nº 4.409/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos de Juiz do Trabalho e de Varas do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (CE), define jurisdições e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 123, de 2011, da Comissão Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Voltamos à lista de oradores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O primeiro Senador inscrito – já vou dar-lhe a palavra pela ordem, Senador Randolfe – é o Senador Luiz Henrique.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição pela Liderança do Governo, para falar na hora em que for possível.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, pela ordem, para duas questões. A primeira é a seguinte: eu queria solicitar à Mesa a inclusão na Ordem do Dia – naquela em que achar mais pertinente, mas o solicito o quanto antes – dos meus Requerimentos nº 245, para comemoração dos 16 anos da emissora de televisão Rede Vida, e nº 389, para comemoração dos 68 anos de criação do Amapá.

Além disso, solicito – já há requerimento à Mesa – minha inscrição para falar pela Liderança, na tarde e noite de hoje, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a está inscrito.

Os requerimentos serão votados na sessão de amanhã.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, para uma comunicação, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Para uma comunicação, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quando votamos, aqui, a medida provisória que tratou do tema do sigilo fiscal, deixamos que ela perdesse sua eficácia, a partir de um acordo que aqui fizemos, para que elaborássemos – no caso, fiquei com a responsa-

bilidade de elaborá-lo – um projeto de lei de iniciativa do Senado que tratasse do assunto.

Pois bem, começamos a elaborar essa proposta, mas chegamos à conclusão, de imediato, que não é possível, porque há um vício de iniciativa, pelo fato de que esse tema diz respeito à estruturação do serviço público, da Administração Pública, e a parte sobre a qual haveria possibilidade de deliberação do Congresso Nacional era tão insignificante, que faria com que o projeto ficasse completamente sem sentido.

De modo que quero comunicar a V. Ex^a que apresentei ao Ministro das Relações Institucionais, Luiz Sérgio, uma proposta para que o Governo discuta a conveniência ou não de encaminhar a esta Casa um projeto de lei ou qualquer coisa semelhante no momento adequado.

Portanto, não foi possível honrar o acordo, porque não poderia ser feito o respectivo projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Mesa registrará a palavra de V. Ex^a.

Com a palavra, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço a leitura de artigo que publico hoje no jornal *O Estado de S. Paulo* sobre assunto que entendo da maior relevância para o futuro deste País:

Não há nenhum brasileiro de bom senso que não esteja assustado com a perda da competitividade de vários setores da indústria nacional. Não há nenhum brasileiro dotado do mínimo de patriotismo que não esteja preocupado com os fortes indícios de desindustrialização, seja pela opção de comprar produtos no estrangeiro, em vez de produzi-los aqui; seja pela decisão de construir novas fábricas no exterior. Nos dois casos, estamos gerando empregos lá fora.

Estão atribuindo [no entanto, Sr. Presidente] aos Estados essa queda da competitividade nacional. Logo eles [os Estados], que, juntamente com os Municípios, são o elo mais fraco [da Federação]. Não são eles que regulam o câmbio nem as taxas de juros sufocantes que desfavorecem as exportações. Não são eles os responsáveis pela mais alta carga fiscal dentre os países emergentes, que inibe as vendas ao exterior. Não são eles [os Estados] os responsáveis pelos inadmissíveis investimentos na infraestrutura dos portos, aeroportos, energia, ferrovias, hidrovias e rodovias federais.

Por outro lado, muitos Estados [não obstante a sua carência financeira] vêm investin-

do fortemente na geração do conhecimento, disseminando centros de pesquisa e incubadoras de empresas tecnológicas, conscientes de que a inovação é o fator fundamental para que o sistema produtivo brasileiro tenha uma relação competitiva no comércio multilateral.

Hoje, Brasília concentra dois terços de tudo o que é arrecadado no País, enquanto os Estados e Municípios ficam com apenas um terço e sem espaço de manobra. Já os países que invadem o nosso mercado têm, ao contrário, uma estrutura de gestão descentralizada, que lhes permite o dinamismo das forças locais. Não têm os braços [nem] as pernas amarradas, como nós.

Com a criação de impostos mascarados de contribuições, do tipo PIS, Cofins, etc., a União deixou de compartilhar esses tributos com Estados e Municípios. Assim, [Sr. Presidente], caiu de 71% para 45% a participação desses entes federados no bolo dos [tributos] federais.

Na verdade, os Estados estão oprimidos por uma dívida com a União, que lhes exaure a capacidade de custeio e de investimentos. Vou citar o caso de Santa Catarina, que é semelhante aos demais [Estados]. Em 2000, quando foi negociada a dívida [histórica], o Estado devia R\$4 bilhões. Pagou R\$6 bilhões e ainda está devendo R\$10 bilhões! Qualquer semelhança com o fracassado sistema do antigo Banco Nacional de Habitação (BNH) não é mera coincidência...

Fazendo cortesia com o chapéu alheio, o Governo Federal, no período autoritário de 1964, isentou as exportações do ICMS.

Reinstaurada a democracia, foi criada a compensação [dos Estados] da chamada Lei Kandir. Era para devolver aos Estados metade dos valores que foram [subtraídos dos cofres estaduais]. Mas, em média, os Estados não têm recebido mais do que por volta de 10%.

A União criou, corretamente, a Lei de Responsabilidade Fiscal para Estados e Municípios. Essa lei tem sido a grande responsável pelo controle das contas públicas estaduais e municipais. Mas, infelizmente, essa lei não controla os gastos federais, nos quais estão dois terços das despesas e está – exatamente por isso – a causa maior da sufocante taxa de juros e da carga fiscal.

Na busca por conter a invasão de produtos estrangeiros, o Governo Federal, por

intermédio de seu Líder, o ilustre Senador Romero Jucá, propôs zerar o ICMS (que é a tábua de salvação dos Estados), nas transações interestaduais de produtos importados não industrializados [matéria que, aliás, já evoluiu, não para alíquota zero mas para alíquota mínima de 4%].

O Governo central acerta na decisão de conter a enxurrada de produtos supérfluos e outros, que a cadeia nacional é capaz de produzir aqui. Mas erra no alvo, pois pode fazê-lo aumentando a alíquota de seus tributos sobre a importação ou impondo barreiras, como o fazem nossos competidores internacionais.

Os incentivos concedidos pelos Estados, de forma descentralizada e autônoma, buscam o desenvolvimento regional, com o mesmo espírito das políticas federais adotadas para o desenvolvimento do Norte, do Centro-Oeste e do Nordeste, desde a criação do BNDES e da Sudene (ave, Rômulo de Almeida e Celso Furtado!).

Ou a isenção concedida a São Paulo para a indústria automobilística.

Dessa política estadual [que tem a mesma conotação] se vem beneficiando o País como um todo, pois todos os Estados que a adotaram têm vivido surtos de crescimento. E não é simplesmente por causa dessas vantagens fiscais (menores, já que Estados e Municípios, como eu já disse, ficam com apenas um terço do que é arrecadado no País) que esses entes federados atraíram novas empresas. Para se instalarem em algum lugar elas o fazem muito mais pela lógica das forças locais: portos, corredores de transportes, energia, mão de obra, mercado, etc.

Alguns dizem, equivocadamente, que políticas estaduais de competitividade – o que, pejorativamente, se chama de “guerra fiscal” – têm reduzido o crescimento dos Estados que as praticam. Não conheço nenhum caso [seja de Minas, seja do Espírito Santo, seja de qualquer outro Estado, como Pernambuco] em que, ao contrário, não tenham contribuído decisivamente para aumentar a dinâmica das economias locais.

Vejamos o quadro de Santa Catarina: em apenas oito anos [durante nossos dois governos] a economia dobrou! De um Produto Interno Bruto de R\$55 bilhões, em 2002, avançamos para R\$120 bilhões, em 2010! Nesse mesmo período, a arrecadação cata-

rinense deu um pulo: de R\$4,76 bilhões, em 2002, para R\$13,32 bilhões, em 2010! De uma exportação de US\$4 bilhões [e a tese é que essas importações teriam prejudicado a capacidade exportativa], em 2002, saltamos para US\$7 bilhões, em 2010!

A busca dos Estados por alternativas de desenvolvimento não é contrária aos interesses nacionais, nem mesmo que as olhemos isoladamente.

Ao contrário, os Estados estão dando o melhor exemplo do que o Brasil precisa: redução de impostos e mais investimento. Segundo o Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea), para cada real de toda renúncia fiscal são gerados, no médio prazo, outros R\$5,00 para dentro da economia.

É preciso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aprofundar esse debate, sem parcialismo nem interesses localizados. Façamo-lo na defesa do supremo interesse nacional.

Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Eu não poderia deixar de passar este momento sem, Senador Luiz Henrique, dizer que V. Ex^a volta a trilhar o caminho que não é de hoje... E não cansa, e fica insistindo. Precisamos encontrar as saídas. V. Ex^a deu exemplo, como governador, diminuindo a carga, incentivando alguns tipos de produtos, de aumento da arrecadação. Quer dizer, isso é um exemplo no governo de V. Ex^a, com dois mandatos em Santa Catarina. É um exemplo até muito prático: reduzir para poder distribuir. Arrecadou mais e distribui. Isso gera emprego, gera atenção e atende a todos. É um modelo para o Brasil. E V. Ex^a já não é a primeira vez que vem à tribuna. Como se diz, parece alguém que pega um cajado e fica fazendo o carreador, fica martelando, mexendo. É que nem aquele ditado que diz: água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Eu vi ainda ontem na Comissão de Economia, com a presença do Ministro da Fazenda Guido Mantega, V. Ex^a também batendo no mesmo martelo. E até inclusive o Ministro começou a sentir que a pedra está começando a amolecer. A água vai batendo, até que amolece. V. Ex^a é um homem que fica mexendo. É a tese de que os Estados do Brasil precisam, e V. Ex^a está levantando esta tese. Então, eu gostaria de cumprimentá-lo. Sou testemunha dessa luta, o Senado é, e o Governo começa a sentir que aquilo que V. Ex^a prega começa a encontrar eco no seio do governo, da sociedade. Estamos começando a pegar, vai mexendo, e vira uma cultura de que de fato temos que ir aí. Os exemplos praticados por V. Ex^a no nosso Estado são claros.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Sinto, com muita satisfação, sintomas claros de que o Governo da Presidente Dilma Rousseff deseja pactuar uma nova relação federativa com os Estados e Municípios. Esse é o tema central de toda e qualquer mudança. É mais importante do que se instituir o IVA federal, simplificando o sistema tributário, universalizando o pagamento dos tributos, combatendo a elisão e a sonegação fiscal. É muito mais importante, Senador Casildo Maldaner, discutir-se a distribuição dos recursos e também dos encargos de Estados e Municípios. O Governo é mais transparente, é mais eficiente, é mais eficaz quando está mais próximo do povo. Por isso, a descentralização tem de ser o tema central dessas discussões.

O Ministro Guido Mantega nos deu satisfação quando anunciou que o Governo respeitará a decisão dos Estados no Confaz relativamente à proposta de equalização das alíquotas de ICM nas transferências interestaduais. Deu-nos também alento, dizendo que está estudando uma forma de reduzir os encargos da dívida consolidada dos Estados e Municípios em relação à União.

Como eu mostrei, se há um Estado que devia quatro em 2000, pagou seis em dez anos e está devendo dez, isso é uma dívida agiotaria; é uma dívida constituída em índices, indicadores, de juros que são incompatíveis com a realidade atual, embora os juros ainda sejam os mais elevados do mundo.

O Ministro também nos deu um alento sobre os créditos acumulados pelos Estados em relação às exportações. Mas é preciso aprofundar esse debate! É preciso fazer com que os governos municipais tenham autonomia financeira; que os governos estaduais tenham autonomia financeira, para acabar esse passeio de pessoas, de papéis e de dados virtuais do Município para Brasília em busca dos recursos que aqui abundam e lá escasseiam. É preciso se fazer a descentralização de nosso País.

Por isso, Senador Casildo, eu quero agradecer o aparte de V. Ex^a, que ensejou a colocação do tema no seu fulcro central, que é a descentralização do País através de uma nova pactuação que coloque as obras, as ações, os recursos, na mão dos Municípios; o desenvolvimento regional, na mão dos Estados; o planejamento e a produção das políticas nacionais, nas mãos da União.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Luiz Henrique, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

O próximo orador, pela Liderança, será o Senador Romero Jucá. *(Pausa.)*

V. Ex^a vem à tribuna?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Não. Falarei daqui mesmo, Sr. Presidente, rapidamente. Pedi a palavra para fazer dois registros que considero extremamente importantes.

O primeiro registro, referente a meu Estado, o Estado de Roraima, para anunciar que o Governador Anchieta – o Governo do Estado – começa a fazer a recuperação da Usina Hidrelétrica do Jatapu. Nós conseguimos recursos do PEF1, Programa do BNDES de infraestrutura. E, parte desses recursos, cerca de R\$30 milhões, irão recuperar a Hidrelétrica de Jatapu e – mais do que recuperar – irão dobrar sua capacidade, ampliando, em mais duas turbinas, essa hidrelétrica.

Portanto, essa hidrelétrica que atende ao sul do Estado de Roraima terá sua capacidade dobrada e será recuperada, levando, assim, energia de qualidade, com garantia e sem poluição para o sul do meu Estado, o Estado de Roraima.

O segundo registro que gostaria de fazer é que, dentro de mais alguns dias, o Programa Brasil sem Miséria, que atenderá 16.267.197 cidadãos será lan-

çado pela Presidenta Dilma como forma de combater a miséria no Brasil.

É um programa extremamente importante, faz parte da plataforma política de campanha da Presidenta Dilma, dos nossos partidos, que disputaram essa eleição, e sem dúvida nenhuma, é um programa de coragem, que enfrenta um desafio que deve ser não só do Governo, mas de todos os brasileiros.

Então, gostaria de enaltecer o programa e registrar que dentro de alguns dias ele estará sendo lançado. Esse programa vai ter como público-alvo cerca de 8,6% da população brasileira e, portanto, é um programa de grande magnitude, que vai espalhar-se por todo o Território nacional.

Então, queria fazer esses dois registros. Parabenizar a Presidenta Dilma, os ministérios envolvidos no programa e pedir a transcrição das matérias: O Programa Brasil sem Miséria que atenderá 16,2 milhões de pessoas e Anchieta anuncia recuperação e ampliação da Usina do Jatapu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUEM DOCUMENTOS A QUE SE
REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

Anchieta anuncia recuperação e ampliação de usina

O governador de Roraima, José de Anchieta, assinará na próxima quarta-feira a ordem de serviço para recuperação da usina hidrelétrica de Jatapu, no município de Caroebe, que passará a funcionar com quatro turbinas em 18 meses.

A usina, em funcionamento desde 1994, terá as duas turbinas recuperadas e duas novas serão instaladas, passando a atender os municípios de São Luiz, São João da Baliza e Caroebe e todas as vicinais da região sul do Estado com 10 Megawatts.

Com a conclusão a hidrelétrica será interligada ao sistema de Guri e posteriormente ao sistema brasileiro através do Estado do Amazonas. A obra é resultado de uma parceria da CERR (Companhia Energética de Roraima) e da Seinf (Secretaria de Infraestrutura).

As duas turbinas, que deveriam gerar 5 MW, estão trabalhando abaixo da capacidade por falta de manutenção nos seus 17 anos de funcionamento. Atualmente Jatapu é interligada com a usina termelétrica de São João da Baliza.

"Esta obra é de grande importância para a economia do sul do Estado. Acabaremos de vez com o problema de energia da região. Os recursos estão garantidos desde o ano passado e vamos concluir a obra em 18 meses", declarou o governador Anchieta.

Ele disse ainda que até o final do ano a BR-210, que corta três municípios da região, será totalmente asfaltada. O asfalto passará também por Entre Rios, chegando até Jatapu. Anchieta anunciou também que será aberta uma estrada até a comunidade indígena do Wai-Wai, antiga reivindicação daquele povo.

A presidente da CERR, Conceição Escobar, falou que a recuperação e ampliação de Jatapu chega no momento em que a demanda por energia é crescente na região. "Dos 18 meses da obra, os últimos seis serão de operação assistida. Esta obra será suficiente para abastecer a região e gerar desenvolvimento, atendendo todas as comunidades", disse Escobar.

Programa Brasil sem Miséria atenderá 16,2 milhões de pessoas

por Secom em 03/05/2011 20:31hs

Objetivo é garantir transferência de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva a 8,6% da população brasileira

Os 16.267.197 cidadãos brasileiros com renda mensal de até R\$ 70 formam o público prioritário do Programa Brasil sem Miséria, que será lançado nas próximas semanas. O objetivo do programa é garantir transferência de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva para resgatar brasileiros da miséria. O plano abrangerá 8,6% da população brasileira. A linha da extrema pobreza, anunciada nesta terça-feira (3) pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) tem como base os dados do Censo do IBGE e estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O limite anunciado levou em conta o índice usado pelas Nações Unidas para o cumprimento das Metas do Milênio, que é de US\$ 1,25 ao dia, a renda necessária para o consumo de alimentos e a faixa de extrema pobreza utilizada para o Bolsa Família, programa de transferência de renda do MDS. “Esse público será o prioritário, dado seu nível de vulnerabilidade, de grande fragilidade, que justifica esse olhar especial”, explicou a ministra do MDS, Tereza Campello, que reafirmou o compromisso com a erradicação de extrema pobreza até 2014. “O plano é ousado e não envolve uma única ação, mas iniciativas de diversos setores”. Segundo ela, essa linha deverá ser reajustada ao longo do período, mas o índice será divulgado junto com o plano. Para definição do público, além da renda, o governo levou em conta aspectos como a infraestrutura das residências, o nível de escolaridade e a idade dos moradores.

Dos brasileiros com 15 anos ou mais, que ganham até R\$ 70 por mês e que vivem na zona rural, 30,3% são analfabetos. Na área urbana, esse índice é de 22%. Entre os extremamente pobres, 50,5% são mulheres e 70,8% se declararam pretas ou pardas. No conjunto da população indígena, 39,9% estão em situação de miséria. Os dados revelam ainda que quase a metade do público mais pobre residente na área rural não tem banheiro no domicílio.

Metade dos brasileiros mais pobres tem até 19 anos de idade. As crianças de até 14 anos representam quatro em cada dez pessoas em extrema pobreza no Brasil. Para atender a esse público, o governo concedeu, no mês passado, um reajuste diferenciado no Bolsa Família para os benefícios destinados às crianças e aos adolescentes.

Norte e Nordeste

Nordeste e Norte são as regiões com os maiores índices da população em situação de miséria: 18,1% e 16,8%, respectivamente. De cada cem brasileiros na extrema pobreza, 75 moram em uma dessas duas regiões. De acordo com os dados do IBGE, 46,7% dos extremamente pobres moram na zona rural. Dos brasileiros residentes no campo, um em cada quatro se encontra em extrema pobreza.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O próximo orador é o Senador Paulo Davim, do PV do Rio Grande do Norte. V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

Nós estamos seguindo a lista dos oradores.

Para dar ciência a esta Casa, foi lido anteriormente o **Requerimento nº 484**, do Senador José Sarney, que requer voto de apoio à candidatura do Senador José Graziano Silva ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, a FAO.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Concedo a palavra por 20 minutos ao Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores, eu vim aqui abordar dois temas que considero importantes para serem abordados na tarde e noite de hoje, aqui, no Senado Federal.

Estive há pouco tempo com toda Bancada do Partido Verde, juntamente com a ex-Ministra e a ex-Senadora Marina Silva, no gabinete do Presidente da Câmara Federal, Deputado Marco Maia.

O objetivo da nossa visita foi apelar ao Presidente daquela Casa para que fosse adiada a votação do Código Florestal, que estava, e ainda está, programada para o dia de hoje. Mas por que fomos lá pedir esse adiamento?

Ora, a pretensão dos que vão votar o Código Florestal é que ele seja duradouro, eficaz, que seja respeitado, que venha dirimir dúvidas, que venha aglutinar, não aumentar as distâncias. Todo e qualquer Parlamentar e todo e qualquer brasileiro não gostariam de ver uma legislação de tamanha importância não ser duradoura. E para que essa lei seja duradoura, ela precisa ser discutida, debatida exaustivamente e em profundidade, deixando de lado os extremismos, as posições fundamentalistas, com o único objetivo de fortalecer o patrimônio da nossa biodiversidade e fortalecer a produção do país no agronegócio.

Confesso aos senhores que não consigo acreditar que isso venha a ocorrer no caso de uma proposta que muda a cada dia, que vem com uma mudança cada vez que sobe e desce uma rampa. Hoje mesmo estávamos reunidos com o Presidente da Câmara, Deputado Marco Maia, mas já sabíamos que novas

modificações estavam ocorrendo naquele momento. Seguramente, ninguém teve acesso prévio às modificações para discuti-las, para fazer uma ponderação responsável.

Como esperar que o Código seja duradouro se poucos ou quase nenhum dos Parlamentares têm acesso às modificações com tempo suficiente para analisá-las de forma profunda, responsável, para discutir com setores interessados nessa lei?

Trata-se de um texto que, até onde sei, desagrada a gregos e a troianos, desagrada ao Governo – tomei conhecimento de manifestações de áreas do Governo que não concordam com o texto apresentado. Cada vez que é alterado, aumenta a insegurança jurídica e aumenta a insatisfação. O texto desagrada aos ambientalistas e – pasmem os senhores – chega a desagradar até aos ruralistas.

Eu acredito que votar uma matéria dessa de afogadoilho, votar uma matéria dessa a toque de sino, votar uma matéria dessa sem uma discussão exaustiva – essa posição é muito particular – é uma temeridade.

A legislação brasileira, da qual eu me orgulho, é considerada uma das mais avançadas no tocante à proteção ambiental. O que está lá no texto é um retrocesso e vai expor nosso patrimônio ecológico e ambiental – e vamos pagar um preço muito alto por isso.

Eu defendo o desenvolvimento sustentável porque ele é factível. Na década de 60, o Brasil produzia, por hectare, pouco mais de setecentos quilos de grãos. Hoje produzimos mais de três mil quilos de grãos, graças ao incremento na técnica da agricultura, ao avanço nas pesquisas capitaneadas pela Embrapa.

Na década de 60, a média boa por hectare era de 0,49; hoje, é de um boi por hectare.

Países com menor rebanho do que o rebanho brasileiro têm uma média de 3 a 3,5 bois por hectare. Então, acho que precisamos – e temos condições para isso – otimizar a produção. Nós temos o maior rebanho bovino do mundo, mas a nossa média por hectare está baixa.

Sei da importância do agronegócio, todos nós sabemos! O agronegócio representa, no Brasil, de 25% a 30% do PIB. Nós temos o maior rebanho bovino; nós somos o maior exportador de carne bovina; nós assumimos, em dezembro, a liderança da exportação de carne de frango; nós somos os maiores produtores de grãos. Além disso, temos o que nenhum país tem: nós temos uma biodiversidade maravilhosa.

A maior riqueza do mundo em biodiversidade é a nossa, e a biodiversidade é uma prateleira de que poderemos lançar mão no futuro. Para se ter uma ideia disso, Senador Paim: existe um remedinho para hipertensão – vou puxar a sardinha para o meu lado

– chamado Captopril, medicação que foi extraída do veneno da jararaca; existe um remédio para o coração chamado Digoxina, que foi extraído das plantas **digitalis lanata** e **digitalis purpurea**. Milhares e milhares de medicamentos e de vacinas são extraídos da nossa biodiversidade. É por isso que a gente defende com tanto afinco o nosso ecossistema. Temos as mazelas da natureza, mas a própria natureza oferece antídoto para elas. No futuro, vamos precisar lançar mão desse arsenal desconhecido que temos em nossos biomas.

Nós precisamos valorizar essa riqueza, nós precisamos valorizar as nossas bacias. Noventa e sete por cento da água do Planeta é salgada, 3% é água doce, 1% é água potável e, da água doce, 12% estão dentro do território brasileiro. Essa é uma riqueza incommensurável, cobiçada por qualquer país.

Este país é um país pujante. Temos a maior floresta tropical do mundo, temos seis biomas em um só país: temos os pampas, o cerrado, o pantanal, a mata atlântica, a nossa caatinga e a floresta amazônica. Que país do mundo tem tanta riqueza natural? Temos uma matriz energética extraordinária, uma matriz de energia limpa e, ainda por cima, Senador João Pedro, temos a riqueza do pré-sal.

Que maravilha de país nós temos! Agora, precisamos zelar por ele, cuidar melhor das riquezas que a natureza nos deu. Eu tenho muito medo de que essa votação sirva a todos os interesses menos os interesses soberanos da Nação. Eu tenho medo, porque essa fatura só será cobrada no futuro e, então, corremos o risco de estar nos lamuriando como se lamuria hoje o continente europeu, que tem menos de 1% de suas florestas originais. Se pudessem voltar quinhentos anos no tempo, seguramente não fariam o que fizeram no passado – não se tinha a consciência ecológica que se tem hoje.

Precisamos ponderar. Precisamos chegar ao caminho do meio. Precisamos chegar na mediação lógica e responsável, sem as posições extremadas dos fundamentalismos.

Precisamos, evidentemente, apoiar e estimular a nossa produção. O Brasil precisa ser, e será, o celeiro do mundo na produção de alimentos, mas não devemos ser impiedosos com o meio ambiente.

Eu não sei qual foi a decisão tomada na Câmara hoje, mas eu gostaria muito que aquela Casa ponderasse, pensasse, desse um tempo maior para que se pudesse promover uma discussão mais detalhada, para que se fizesse, digamos, um ajuste fino, que, em questões de meio ambiente, faz uma diferença abissal.

Esse é o primeiro assunto que eu gostaria de abordar. Espero, estou torcendo para que a Câmara Federal dê essa chance ao meio ambiente.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador, antes de V. Ex^a entrar no segundo assunto, poderia me conceder um aparte?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com muito prazer, Senador.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Acho que V. Ex^a fez um discurso sintonizado com a realidade do Brasil. Nós precisamos, efetivamente, de uma legislação ambiental que, ao invés de abrir as portas ou facilitar o desmatamento ou a destruição da nossa biodiversidade sem desenvolvimento sustentável, venha atender às esperanças daqueles que, no amanhã, pensam em um Brasil melhor do que aquele que hoje nos oferece a natureza. Para tanto, a legislação deve vir acompanhada de regras bastante claras que não admitam em hipótese alguma a destruição daquilo que, de forma ímpar, o Brasil possui, aquilo em que a natureza lhe foi dadivosa. E V. Ex^a, no seu brilhante pronunciamento, se referiu a dados importantes dos nossos biomas, da nossa biodiversidade, dos nossos rios, das nossas florestas, do grande volume, do grande manancial de água doce que o nosso País possui, de forma inigualável, em comparação com outras nações mais desenvolvidas. Quando eu vejo determinadas figuras carimbadas do agronegócio apressando a aprovação do Código Florestal, enxergo essa movimentação com muita suspeição, por quê? Porque o que se visa não é apenas a produção de alimentos, mas o lucro a qualquer custo, mesmo diante de possíveis perdas daquilo que a natureza nos proporcionou. Então, eu acho que V. Ex^a tem razão. Não há possibilidade nenhuma de uma proposta como a do novo Código Florestal passar aqui no Senado a toque de caixa e a repique de sino. Temos que debater, analisá-la em toda a sua profundidade, na Comissão do Meio Ambiente, da qual é Presidente o nosso companheiro Rodrigo Rollemberg, do PSB. V. Ex^a é um dos membros mais ativos, ao lado do Senador João Pedro... Casildo Maldaner também participa da Comissão do Meio Ambiente?

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC. *Fora do microfone.*) Não.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Não, não participa. Mas a Ana Rita me parece que participa em nome do nosso Espírito Santo. Então, vamos lá debater, inclusive com os nossos companheiros, aos quais muito respeitamos, do agronegócio, para saber que tipo de alteração se deseja no Código Florestal, de tal modo que venha atender aos interesses do povo, aos interesses do Governo e aos interesses daqueles que praticam a agricultura não predatória. Isso porque, quando se fala na pequena agricultura, na agricultura familiar, Senador Paulo Davim, não estamos abstraindo, de forma nenhuma, a importância

do agronegócio, inclusive porque condenamos determinadas práticas da utilização ampla e irrestrita dos chamados agrotóxicos, que tanto mal fazem à saúde. E a cada dia inventam novas drogas, cada vez mais potentes, para combater as pragas, sem estudar as consequências e os efeitos ...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – ...nocivos à saúde da população. Por isso quero parabenizar V. Ex^a por esse pronunciamento. Estaremos juntos na Comissão do Meio Ambiente, ao lado do nosso Presidente em exercício do Senado, João Pedro, em defesa do meio ambiente do Brasil.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Sr. Presidente, eu vou cumprir o horário. Sei que há... Mas o tema foi bem debatido, e quero agradecer o aparte enriquecedor do Senador Antonio Carlos Valadares.

Mas o outro tema que vou colocar já foi abordado pelo nosso colega, o Senador Humberto Costa. É a audiência pública que aconteceu na nossa Comissão de Assuntos Sociais, com o Ministro Alexandre Padilha. Eu iria fazer alguns comentários, mas quero destacar a presença do Ministro na nossa comissão. O Ministro fez uma exposição...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Só para concluir, Sr. Presidente. O Ministro fez uma exposição de motivos da saúde e uma prestação de contas das ações do Ministério, que eu diria, extremamente verdadeiras, sem subterfúgios, sem tergiversar, mostrando que conhece as dificuldades, os gargalos apresentados pela Pasta da Saúde.

E quero aqui parabenizar a disposição do Ministro, o desprendimento de vir à nossa Comissão de Assuntos Sociais. Quero parabenizar as iniciativas do Ministério da Saúde. Evidentemente que há problemas, claro que tem. Eu até ia citá-los. Mas o Ministro foi bastante acessível e receptível com as sugestões que recebeu e colheu da Comissão de Assuntos Sociais, as quais, oportunamente, amanhã, em outro pronunciamento, eu detalharei mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Paulo Davim.

O próximo orador é o Senador Casildo Maldaner, do PMDB de Santa Catarina.

Senador, peço um minuto para que esta Presidência prorrogue por mais uma hora a nossa sessão.

V. Ex^a tem 20 minutos.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e nobres colegas, hoje, por iniciativa do Senador Jorge Viana, instalou-se uma subcomissão para tratar da defesa civil no Brasil. Ao Senador Inácio Arruda coube a Vice-Presidência. E por deliberação também do Sr. Presidente e nobres colegas coube à nossa pessoa a responsabilidade de ser o Relator da subcomissão.

A defesa civil no Brasil passa por momentos difíceis não é de hoje. Assim, a subcomissão foi criada no intuito de ajudarmos a encontrar caminhos para o Brasil. A instalação dessa subcomissão aconteceu agora há pouco, tendo se reunido com os seus membros.

Com um prazo de trabalho enxuto, temos uma meta: apresentar uma proposta clara de reestruturação do Sistema Nacional de Defesa Civil, bem como a criação, Sr. Presidente, de uma Força Nacional de Defesa Civil. Em suma, buscaremos realizar um profundo trabalho que dote o nosso País de capacidade de atuação em momentos de catástrofes, mas, acima de tudo, de uma política séria e efetiva de prevenção.

Todos os anos, Sr^{as} e Srs. Senadores, convivemos com catástrofes climáticas. Enchentes, deslizamentos, vendavais, secas, e assim por diante. Isto é tão certo quanto o Natal ou a Páscoa: tem todo ano. E o resultado, trágico, é mais do que conhecido: destruição, prejuízos e mortes.

No nosso Estado de Santa Catarina, sofremos muito, ano após ano. Recentemente, vimos estarrecidos a tragédia no Rio de Janeiro. Ou é São Paulo, ou Minas, ou Pernambuco, ou a Paraíba, enfim, todo o Brasil sofre. Há pouco tivemos no Acre, e assim por diante. Agora mesmo acabamos de votar, aqui neste plenário, a liberação de verbas para Municípios atingidos.

Ora, nobres Colegas, não podemos ficar reféns da edição de medidas provisórias, de atos de Governo ou coisa que o valha. Temos que ter um eficiente Fundo Nacional de Defesa Civil, que possa dar socorro imediato no momento das tragédias, assim como investir permanentemente em estudos e prevenção, para que os desastres não ocorram, ou ao menos seus danos sejam minimizados.

Já temos alguns projetos tramitando nesta Casa. Cito o trabalho do Senador Inácio Arruda, mas temos um outro, de nossa autoria. Na Câmara dos Deputados temos outros tantos. Por isso, precisamos trabalhar para levantarmos todas essas propostas e vermos o que é melhor para o Brasil. Hoje, na verdade, não somos um País previdente, as coisas acontecem, somos surpreendidos e ficam nesse patamar.

Pretendemos reunir todas essas propostas e consolidá-las num regramento atual e moderno de

Defesa Civil, eficiente e descentralizada, com atuação também em Estados e Municípios. Ouviremos nossos técnicos, nossos especialistas, para que a sociedade dê a sua legítima contribuição.

Deixo aqui, em nome dos colegas que compõem essa Subcomissão, especialmente o Presidente Jorge Viana, nosso compromisso de dedicação e celeridade na execução de nossos trabalhos.

Digo isso, Sr. Presidente, nobres Colegas, porque urge agirmos. Nós temos este compromisso de encontrar caminhos. Nós precisamos é atuar. Não podemos ficar de braços cruzados.

Eu tenho dito, inúmeras vezes, que as coisas surgem e somos surpreendidos, como ocorreu no meu Estado. Mesmo quando fui governador, sentimos o que é ser acordado de madrugada. Cansei de dizer isso. Ligava para a Defesa Civil para ver como iríamos socorrer os Municípios atingidos, e a resposta era: não temos recurso no orçamento; não temos previsão; não estamos preparados.

E, aí, o que se faz sempre? Faz-se o levantamento dos Municípios atingidos. A Defesa Civil estadual cataloga, traz a Defesa Civil nacional; o Ministério da Integração Nacional encaminha à Casa Civil; o Governo redige uma medida provisória e envia-a ao Congresso Nacional. Mas, aí, já se passaram seis meses, meio ano se foi. Aí a escola continua caída, a pinguela que dá passagem às crianças está no chão, o posto de saúde está no chão, a escola não está sendo atendida. Minha Nossa Senhora, não é por aí! Não tem jeito!

Nós não somos previdentes. Temos que encontrar uma maneira, Senador Acir, Srs. Colegas, de estarmos prevenidos quando as coisas acontecem, pelo menos em parte.

Tenho uma proposta aqui. Só dos seguros, em 2009, recolhemos no Brasil mais ou menos R\$70 bilhões. Se fossem as companhias de seguro destinar apenas 1% desse prêmio para essa finalidade, teríamos R\$700 milhões ao ano. Distribuídos como? Um terço para a Defesa Civil nacional, um terço para o Estado onde é originado o seguro, e outro terço para os Municípios onde há a Defesa Civil organizada.

Por que isso? Isso motiva a fazer mais seguros. É uma transferência de risco, porque a proposta é fazer com que se aplique não só no socorro, mas também na prevenção. Aí as companhias de seguro terão menos sinistros e precisarão indenizar menos. Temos que maturar isso.

Esta é uma das propostas que vamos levar à Comissão. Outras tantas existem, e vamos catalogá-las, para encontrar caminhos.

Precisamos agir e não ficar de braços cruzados, para socorrê-los, para dizer-lhes que somos também

um País providente e que, se surgirem questões que não estamos prevendo, há as saídas A, B e C, para não sermos surpreendidos em questões de prejuízo de material, de infraestrutura, inclusive, de pessoas, no caso de morte.

Temos de tentar minimizar isso. Então, a subcomissão tem essa finalidade. Ela foi instalada hoje à tarde, sob a Presidência do Senador Jorge Viana. O Senador Inácio Arruda é o Vice-Presidente, e nos coube a relatoria.

E aos colegas todos vamos somar-nos e apresentar uma proposta em pouco tempo, para a levarmos como solução, por meio deste Congresso Nacional, ao Governo, ao Brasil, aos Estados, aos Municípios.

São essas as considerações que queria trazer, Sr. Presidente, sobre a decisão que houve hoje à tarde, nesta Casa.

Muito obrigado pela atenção.

Durante o discurso do Sr. Casildo Maldaner, o Sr. João Pedro deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Casildo. Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento. V. Ex^a está sempre trazendo temas importantes para a nossa Casa.

Concedo a palavra ao Senador João Pedro, do PT do Amazonas.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quero, com satisfação, aqui registrar – e, evidentemente, refletir sobre isto – a pesquisa feita pelo economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas, uma fundação respeitada, renomada, acerca da desigualdade de renda em nosso País, Senador Antonio Carlos Valadares.

A pesquisa chama a atenção, porque o Brasil, agora, chega ao patamar de 50 anos atrás. Ou seja, Sr. Presidente, a desigualdade de renda no Brasil é grande. É grande!

Então, quando um pesquisador chega à conclusão de uma pesquisa que melhora o Índice de Gini no Brasil, isso é motivo de alegria.

O Brasil, Sr. Presidente, esta liderança reconhecida no G20, que é respeitado internacionalmente, que compõe o bloco dos BRIC, que tem um PIB hoje significativo, que tem a sétima economia mundial, não pode deixar de fazer esses reparos históricos, seculares acerca da desigualdade de renda.

A pesquisa chama a atenção porque o maior índice de pobreza no Brasil se encontra no Nordeste e no Norte do nosso País – na nossa região, Presidente Acir Gurgacz.

Diz a pesquisa que, entre dezembro de 2009 e dezembro de 2010, em um ano, Srs. Senadores, o avanço na redução da pobreza no País foi de 16,3%. Em um ano, 16%! Duas vezes o registrado no período entre 2002 e 2008, quando a queda foi de 8,2%.

Sr. Presidente, chama a atenção a prioridade do Governo da Presidenta Dilma de erradicar a pobreza, de enfrentar essa chaga, essa imposição da pobreza a milhares e milhares de brasileiros.

Então, é preciso, Sr. Presidente, que o Governo continue com suas políticas de inclusão, de distribuição de riqueza, para fazermos justiça com os brasileiros excluídos, com os pobres deste País, com os pobres desta 7ª economia mundial.

São avanços significativos que tivemos nos últimos anos, mas é preciso vigilância. É preciso trazer para o Congresso Nacional o debate sobre a estratégia, o objetivo do nosso Governo de erradicar a pobreza, principalmente essas diferenças regionais.

Vivo no Norte do Brasil. Lá está um índice de pobreza, com o Nordeste de V. Exª. São os maiores índices. Quando se mergulha na pesquisa, Senador Paulo Paim, a pobreza se instala nas mulheres negras do nosso País. Ao aprofundarmos a pesquisa, vamos encontrar os índios, os mais pobres deste País.

Então, Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Senadores, o combate à pobreza, o enfrentamento à pobreza, é uma política que o Congresso Nacional deve pautar permanentemente. É evidente que precisamos de olhar com muita solidariedade. É evidente que precisamos de construir uma diversidade de políticas públicas, para que possamos corrigir as injustiças sociais, para que possamos corrigir as injustiças econômicas. E a base da pobreza é justamente a educação: fortalecer a educação; fortalecer o microcrédito; fortalecer ciência e tecnologia.

Ainda hoje, o Ministro Aloizio Mercadante, aqui no Senado, chamava a atenção numa audiência pública para os avanços que temos obtido, na minha região mesmo, na Região Amazônica, no Norte do Brasil: o aumento significativo de doutores, o aumento de instituições, de institutos comprometidos com inovação tecnológica. Mas ele chamava a atenção, Senador Paim, para o fato de que o setor privado pouco investe em ciência e tecnologia, em P&D. Pouco investe.

Então, combater a pobreza, pôr fim à miséria, incluir brasileiros, incluir os negros, as mulheres negras, os povos indígenas é tarefa do Governo, dos entes federativos, mas é tarefa de todos, do empresariado, das empresas, empresas como a Petrobras, a sétima empresa do mundo e que vem investindo em tecnologia. Mas é preciso fazer mais. É uma empresa nossa! A Vale do Rio Doce, a Vale conhecida no mundo todo

e está lá na Amazônia extraindo ferro, tem que fazer mais por pesquisa, por conhecimento.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós temos que fazer, no século XXI, um país de todos, um país para todos. Nós temos que debelar a miséria, a pobreza neste País. Quero aplaudir essa estratégia, o objetivo maior do nosso Governo, do Governo da Presidenta Dilma, que aprofunda as políticas públicas com o Bolsa Família, com ciência e tecnologia, com o fortalecimento da educação, no sentido de debelarmos essa mazela social que atinge – temos o índice do IBGE – 16,267 milhões de cidadãos brasileiros que ainda têm uma renda de até R\$70,00 por mês. Ora, Sr. Presidente, é claro que o Governo, que o nosso Governo olha para trás, olha para a história e assume o compromisso de pôr fim à pobreza.

Quero, desde já, aplaudir o programa Brasil sem Miséria, que tem como foco atender 16,2 milhões de homens e mulheres, de brasileiros que precisam da solidariedade e de políticas públicas consistentes, fortes, profundas para pôr fim à pobreza no Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador João Pedro, permita-me um aparte, já que você não concluiu o tempo ainda. É bem rápido. Só para dizer a minha concordância com V. Exª. Minutos atrás, eu e a Senadora Marta Suplicy – ela como Vice-Presidente do Senado e autorizada pelo Presidente Sarney – recebemos uma delegação de cerca de 32 líderes dos povos indígenas, que estão aqui, em frente ao Congresso, acampados. São em torno de mil do lembrado sempre Abril Indígena. O relato que dão da situação dos povos indígenas de fato é muito preocupante. Por isso, quero apenas concordar com V. Exª. Teremos amanhã mais uma audiência pública, lá na Comissão de Direitos Humanos. Eles querem discutir a questão da saúde, a questão da pobreza, a questão da segurança, a questão da violência, a questão do Estatuto dos Povos Indígenas. E, claro, querem discutir também a Funasa, a Funai...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – A gestão, não é?

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – A gestão, querem discutir a gestão. Enfim, há uma enorme preocupação. V. Exª tem razão: a pobreza está definida. É principalmente de negros e índios, e V. Exª dá o destaque principalmente às mulheres indígenas e às mulheres negras. Parabéns a V. Exª!

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigando, Senador Paulo Paim. Tenho concordância absoluta com o aparte de V. Exª.

V. Ex^a toca em um assunto importante: o Estatuto do Índio. Ele está, há 10 ou 12 anos, aqui no Congresso, e não sai o Estatuto do Índio. Nós precisamos, evidentemente, arrancar da gaveta lá da Câmara esse Estatuto. Não podemos tratar as etnias, os povos indígenas sem um estatuto, sem uma norma, sem uma normatização.

V. Ex^a toca nesse assunto, chama-me a atenção e aqui quero repercutir, na minha voz, a necessidade de a Câmara discutir o Estatuto dos Povos Indígenas. O Estado brasileiro precisa do Estatuto. E, principalmente, fundamentalmente, os povos indígenas do Brasil precisam do Estatuto.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador João Pedro, meus cumprimentos pelo seu pronunciamento.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, do PSB de Sergipe, que falará pela inscrição, com uma troca com o Senador Lindbergh Farias.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Presidente.

Sr. Presidente, quando se fala em reforma política, logo começam as divergências. É difícil não encontrar aqui, no Senado ou na Câmara dos Deputados, alguém que não tenha uma fórmula para resolver a questão das alterações constitucionais ou da legislação eleitoral que venha a dar um sentimento de mudança naquilo que a sociedade brasileira está a exigir: transparência nas campanhas eleitorais, seriedade no exercício do mandato, punição exemplar àqueles que se utilizam da nossa legislação eleitoral para, perante o eleitor menos avisado, imporem as suas vontades e conseguirem os seus mandatos.

Sr. Presidente, em meio às propostas que visam empreender mudanças na nossa Constituição, buscando um aperfeiçoamento, uma melhoria do nosso sistema político, estou a fazer uma sugestão. E eu sei que não serei unanimidade. Haverá muita polêmica, muita divergência em torno do assunto que irei propor em emenda constitucional, com o apoio dos nobres Pares, porque, sem 27 assinaturas, não conseguirei, de forma alguma, apresentar essa proposta.

Em resumo, de que trata a proposta a que, dentro em breve, darei entrada no Senado Federal, neste Poder Legislativo, nesta Casa Alta do Congresso Nacional? Trata-se, Sr. Presidente, de fixar, de estabelecer a chamada coincidência de mandatos, que, em síntese, traduzindo num linguajar popular, é colocar todos os candidatos a serem votados no mesmo dia pelo eleitorado do Brasil. Coincidência de mandatos.

Essa proposta, aliás, contrapõe-se a algumas que são mais polêmicas ainda, como, por exemplo, a proposta que sugere cinco anos de mandato para o Executivo, consequentemente, dez anos de mandato para o Senado e cinco anos de mandato para os Deputados Federais. Sim, senhor, há gente sugerindo isto aqui no Congresso Nacional: dez anos de mandato para Senador! Nós já temos oito e há gente querendo aumentar para dez. Se o mandato do Governador, do Presidente da República e do Prefeito passar a ser de cinco anos, naturalmente, não faltará nada para reivindicar que os Deputados Federais tenham mandato de cinco anos e os Senadores, de dez anos.

Então, acho que nossa proposta é mais realista, é mais modesta; ela está mais de acordo com a tradição política do Brasil.

Votei contra a reeleição na época de Fernando Henrique Cardoso. E fiz campanha contra a reeleição. Mas ela foi aprovada em uma época errada, porque o Presidente da República estava em cima do mandato, estava com todo o poder na mão, com o **Diário Oficial** na mão, com a caneta na mão e propôs a reeleição para mandatos executivos, inclusive o dele. E votei contra. Então, tenho moral suficiente para, depois de tantos anos de reeleições, propor que a reeleição tenha continuidade, que o processo de reeleição tenha continuidade, com mandato de quatro anos. O primeiro mandato é de quatro; se o governante quiser a reeleição, como ocorre hoje, terá todo o direito.

Nossa proposta é esta: reeleição de governadores, de prefeitos e de presidente da república com primeiro mandato de quatro anos, como é hoje. Mas, como acontecerá essa coincidência de mandatos que estou propondo em uma eleição só, para se resolver todos os cargos, desde vereador, desde prefeito até presidente da república?

Já que vai haver financiamento público de campanha – espero que haja na reforma política –, vai haver economia de recursos na realização dos pleitos eleitorais. Nossa proposta, então, é a seguinte: os prefeitos que serão eleitos em 2012 terão mandato de quatro anos. Esse mandato, pela Constituição atual, vai se encerrar no ano de 2016. É aí que proponho que, em 2016, para que haja coincidência de mandato em 2018, aqueles prefeitos a serem eleitos em 2016 tenham mandato de dois anos. Logicamente, aqueles que foram eleitos em 2012, se quiserem ser candidatos em 2016, terão direito à reeleição. E, em 2018, o eleitor vai para a urna para votar no presidente da república, para votar no governador, no deputado federal, no senador, no prefeito e no vereador.

Se a lista pré-ordenada for aprovada com o financiamento de campanha, aí é que vai haver uma inte-

gração perfeita. Por quê? Porque, suponhamos que o cidadão seja eleitor do PSB; e o número do PSB seja 40. Para presidente da república, 40; para governador, 40; para deputado federal, 40; para deputado estadual, 40; para prefeito, 40; e, para vereador, 40; Tem coisa mais fácil?! Mas, se quiser votar no 13, Senado Walter Pinheiro, o eleitor pode.

Walter Pinheiro, se porventura o eleitor quiser votar 13... E eu tantas vezes votei no 13! Não cansei ainda, não!

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – Seu coração é 13!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, o eleitor poderá votar e misturar: 40, 13. Se quiser votar num deputado federal do PMDB, pode votar, que é o número 15; e assim por diante. O eleitor terá inteira liberdade de escolher seu partido de preferência.

Concedo um aparte, com muito prazer, ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Valadares, serei bem rápido, como foi o aparte que fiz ao outro Senador na tribuna. Primeiro, uma pergunta, mas deixe para responder no final. Nessa coincidência de mandatos, também entra o Parlasul? Primeira pergunta. Ao mesmo tempo, quero cumprimentar V. Ex^a. Assinei a emenda de V. Ex^a para as eleições diretas do nosso querido Mercosul, enfim, para o Parlasul. E, em terceiro, quero dizer a V. Ex^a que estou torcendo muito por uma outra PEC de V. Ex^a, que é a PEC que acaba com o voto secreto. Espero que o Senado vote a matéria com rapidez, porque acho um absurdo que, em plena democracia...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Voto secreto aqui, no Senado?

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Voto secreto aqui, no Congresso. Câmara e Senado. Em plena democracia, continuamos votando secretamente. Mas, no fundo, quero cumprimentar V. Ex^a pelas iniciativas e fazer só mais uma pergunta, com relação ao Parlasul, se também seria coincidência de mandato?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – De fato, apresentei emenda que teve apoio não só do PSB, de Lídice da Mata, de Rodrigo Rollemberg e de todo o nosso Partido, como do Partido dos Trabalhadores, e V. Ex^a é um dos grandes entusiastas de que os membros do Parlamento, por delegação do Brasil, sejam eleitos, legitimamente, pelo voto popular.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador, permita-me, por questão de justiça, quero cumprimentar o Relator, Cícero Lucena, que acatou a emenda.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Já estava entrando nele, ou seja, no projeto!

Ontem mesmo, do alto da autoridade do nosso Relator, Cícero Lucena, ele acatou não só nossa emenda como também apresentou uma subemenda, complementando aquela que apresentamos, que vai, sem dúvida alguma, permitir alternativas para o caso de haver dificuldade na regulamentação das eleições para o Mercosul.

Agora, quanto à coincidência, sempre haverá, porque, suponhamos que seja para o ano a eleição dos membros do Mercosul, do Parlamento do Mercosul, eles terão mandato de dois anos. Dois anos depois, eles serão eleitos novamente, e assim sucessivamente. Quem vai determinar, então, é a legislação.

Mas, agradeço a V. Ex^a a lembrança dessa emenda, que, realmente, repercutiu no âmbito do Congresso Nacional. Ontem, praticamente todos os Congressistas que ocuparam a tribuna falaram na emenda de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares, que atribui legitimidade aos futuros membros do Parlamento do Mercosul, através do voto direto e secreto do povo brasileiro.

Senadora Lídice da Mata, é um prazer ouvi-la, aparteando-me pela primeira vez essa grande companheira do Estado da Bahia.

A Sr^a Lídice da Mata (Bloco/PSB – BA) – Para saudar justamente o pronunciamento que V. Ex^a faz. V. Ex^a é meu Líder, Líder do nosso Partido, e nos deixa muito orgulhosos por isso. Sua emenda, realmente, foi um diferencial na discussão, no debate da organização das eleições do Parlamento, do Parlasul, já que havia a possibilidade de que essa eleição fosse para 2014 e que ficássemos, mais uma vez, com mandatos interinos e com dificuldades. Acho que foi uma perspicácia muito grande de V. Ex^a a elaboração dessa emenda. Isso mostra sua permanente atividade relacionada com a defesa democrática, com a abertura cada vez maior dos processos de participação popular.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

Para fazer justiça à nobre companheira do PSB, recebi essa sugestão de um dos dirigentes do nosso PSB, Carlos Siqueira, que é um dos grandes intelectuais do nosso Partido, é um homem que conhece a fundo o Mercosul, que conhece a fundo os problemas do nosso Partido e da nossa Nação. Foi ele que nos sugeriu, e eu me empenhei para que essa emenda fosse aprovada. Certamente, ontem não foi possível, porque não houve quórum, mas, pelos pronunciamentos, Senadora, das lideranças e de todos os partidos,

não tenho a menor dúvida de que essa emenda será aprovada.

Então, estávamos falando sobre a coincidência de mandatos. Já houve outras tentativas, em outras oportunidades, de coincidência de mandatos. A minha preocupação é tão somente a de que, com esse processo da coincidência de mandatos, vamos economizar recursos que deverão ser aplicados em outras áreas. Em vez de eleições de dois em dois anos, que haja eleições de quatro em quatro anos e que o eleitor tenha a possibilidade de escolher, de uma só vez, todos os cargos eletivos no dia marcado para a efetivação das eleições. Com o financiamento público de campanha, que será dinheiro público; com a lista pré-ordenada, que diminui, sem dúvida nenhuma, aqueles números quilométricos que os candidatos possuem, haverá mais facilidade para o eleitor, na cabine indevassável e perante a urna eletrônica, dar seu voto. Hoje, o eleitor vai para a urna com números incompreensíveis, números que são tão incompreensíveis e tão complexos que os eleitores não têm condições de decorar. Levam na mão aquele papel, chamado “cola”.

Depois que o eleitor vota em todos os candidatos na urna eletrônica, recebe o seu título eleitoral e vai para casa. A maior parte não se lembra nem em quem votou; a maior parte não sabe nem quem foi o seu deputado estadual; a maior parte não sabe nem quem foi o seu deputado federal; a maior parte não sabe quem foi o seu vereador. É mais fácil decorar, sim, o Presidente da República, o Governador, o Prefeito, mas o Legislativo fica à mercê da memorização, que é quase impossível para o eleitor comum depois que ele aplicou o voto na urna.

Por isso, Sr. Presidente, sei que essa proposta não vai ter unanimidade, sei que essa proposta vai ser combatida, sei que ela vai sofrer resistência, mas, na democracia, o que vale é o debate; na democracia, o que vale é a discussão. E não se diga, amanhã, depois de todas as reformas que aparecerem por aí, ou mesmo que não haja nenhuma reforma, que o Senador Antonio Carlos Valadares, um membro do Senado Federal, não apresentou uma alternativa viável que vai dar maior economicidade às eleições, vai dar maior transparência às eleições, vai facilitar para o Tribunal Superior Eleitoral fazer e organizar os pleitos e, o mais importante, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vai proporcionar uma economia financeira enorme.

Gasta-se mais de R\$1 bilhão em uma eleição, mais de R\$1 bilhão. Estou falando por cima, porque não tenho na cabeça quanto se gastou nas duas últimas eleições, mas tenho certeza de que não se gasta menos que R\$1 bilhão em cada eleição, só com as despesas do Tribunal Superior Eleitoral, sem falar no

financiamento das campanhas dos candidatos a cargos eletivos.

Ora, se essa eleição for realizada de uma só vez, muitas escolas serão construídas, muitos postos de saúde poderão surgir, muitas estradas poderão ser construídas, muitas pontes poderão ser erguidas.

Enfim, a infraestrutura do Brasil vai melhorar. Em caso de enchentes, as populações sofridas serão assistidas com mais recursos; nas secas, terão mais apoio.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa proposta da coincidência de mandatos vem ao encontro de uma Nação combatida, ainda, pela pobreza, pela desigualdade e pela injustiça.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Antonio Carlos Valadares. Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento.

Com a palavra, o Senador Cícero Lucena, por permuta com o Senador Paulo Davim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber de V. Ex^a quantos oradores ainda falarão antes de mim. Ou seja, em que posição o Senador Jayme Campos se encontra na lista de oradores? Por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – V. Ex^a é o 29º na ordem do dia.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Mas imagino que tenha poucos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu teria de consultar o Plenário para saber quem aqui está, dessa lista com mais ou menos 15 à sua frente, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Imagino que não há tantos assim.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, para uma comunicação urgente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Enquanto o Senador Cícero Lucena usa a palavra, vamos atualizar a lista e informá-lo mais precisamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a e gostaria, imensamente, de ouvir as palavras sábias do ilustre Senador Cícero Lucena.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu pediria para uma comunicação urgente em seguida, Sr. Presidente.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu vou, inclusive, colaborar, Senador Jayme Campos, para que os outros também tenham oportunidade de falar o mais rapidamente possível, até porque, sobre esse tema, especificamente, eu já tive oportunidade de falar, hoje pela manhã, na Caes – em que temos a

honra de tê-lo como Presidente –, quando da audiência pública do Ministro da Saúde, Ministro Padilha.

Eu falei, Sr. Presidente, da questão da saúde e de muitas manchetes, muitas reportagens, muitas comprovações e verificações do caos por que passa a saúde do nosso País. Comentei também que, mais uma vez, se faz presente a desigualdade regional nesta imensa Nação.

Enquanto em uma região como São Paulo cerca de 65% a 70% da população têm plano de saúde da iniciativa privada e apenas 30% fazem uso do serviço público do SUS, na região Nordeste isso se inverte de forma bastante acentuada: apenas 10% a 12% da população do Nordeste têm a chance, a oportunidade de ter o seu plano de saúde privado, daí aumentar, cada vez mais, a necessidade, a demanda de um serviço público mínimo necessário.

Hoje, aquilo pelo que o Nordeste clama na área de saúde não é nem o atendimento universalizado, mas o mínimo necessário.

Eu citei, naquela oportunidade – e fiz a entrega ao Ministro Padilha –, um DVD onde estão gravadas três reportagens da Rede Globo do Estado da Paraíba, da TV Cabo Branco e TV Paraíba, que são da mesma rede, e de um jornal local.

Uma delas, só para que as Sr^{as} e os Srs. Senadores tenham a dimensão, entre outras coisas, mostra, por exemplo, o principal hospital do Estado da Paraíba, o Hospital do Trauma, num estado de calamidade pública. O Hospital do Trauma, em filmagem mostrada nessa reportagem, mais parecia um hospital de atendimento do Haiti após o terremoto. E digo: no principal hospital público do meu Estado, pessoas amontoadas em macas, nos corredores, nas rampas, no *hall* de elevador, com o número duplicado nas enfermarias, fora as que não tiveram nem acesso àquela unidade de saúde. Os médicos ameaçando pedir demissão por falta de diálogo com o atual governo, um governo que está há quatro meses à frente da administração do Estado, em que o primeiro-secretário de saúde pediu demissão. Até hoje, *pasmem*, um governo que está iniciando, com quatro meses, tem um secretário interino de saúde, Presidente. Sem diálogo com a categoria, tem provocado sérios, graves momentos para as famílias humildes do meu Estado.

O presidente do Sindicato dos Médicos, Dr. Tarcísio Campos, nessa reportagem que está, hoje, no portal PB1, faz comentário muito simples, lamentando profundamente que o médico tenha de tomar a decisão a respeito de quem vai morrer primeiro, quem vai ter o direito de receber atendimento primeiro. Se, porventura, só tiver um aparelho de respiração, qual dos

quatro, cinco, seis, dez pacientes que estão precisando terá acesso a ele?

Falando em cirurgia, essa reportagem citou vários casos, até de cirurgias que o cirurgião teve de fazer sozinho, Senador Jayme Campos, remontando ao passado, quando, nas cidades do interior, muitas vezes o médico, no seu belo ofício de salvar vidas, fazia as cirurgias de emergência de qualquer jeito e a qualquer custo.

Esse médico, presidente do sindicato, fala da diálise. Pessoas, no nosso Estado, estão morrendo por falta de diálise.

Presidente, nós estamos falando do dia 4 de maio de 2011. Hoje, isso está acontecendo na Paraíba, de uma forma bastante grave.

Da mesma forma, em outra reportagem, em Campina Grande, que é a cidade mais importante do interior da Paraíba, o caso de saúde está-se tornando caso de polícia.

Teve o caso, por exemplo, de uma socorrista da Polícia Rodoviária Federal que, após socorrer um acidentado, dirigiu-o para um hospital em Campina Grande. Lá chegando, ele não teve atendimento médico e só sobrou a ela e aos familiares do paciente irem a uma delegacia de polícia para prestar queixa.

Veja que coisa! Em vez de ser atendida em um hospital para ajudar a salvar essa vida, teve de recorrer a uma delegacia de polícia para fazer o registro do não atendimento. O médico do hospital, que não teve condição de receber o paciente, também foi à delegacia fazer a ocorrência do porquê de não atendê-lo, deixando o hospital.

Na mesma reportagem, é relatado o caso de um médico plantonista do Samu que teve de ir à delegacia de polícia também, para se proteger, porque estava de plantão e um diretor de um hospital ligou para ele, responsabilizando-o, dizendo que ele ou iria para o hospital fazer uma cirurgia de emergência ou, caso ocorresse alguma coisa, ele seria o responsável.

Pasmem: a saúde pública na Paraíba está virando caso de polícia!

Campina Grande está registrada também nessa reportagem da TV Cabo Branco, o chamado JPB. Vejam: a orientação, na porta do principal hospital de Campina Grande, é a de que, se o atendimento não for grave, que levem o enfermo para a cidade vizinha, Queimadas, bem menos estruturada em termos de atendimento à saúde; mas, se for um pouco mais grave, ou se for grave, que desloque 120 quilômetros para João Pessoa, Sr. Presidente, para ir para aquele hospital que já está com os pacientes amontoados nas macas, um tratamento desumano, e sem o devido tratamento.

Esse é o retrato, Sr. Presidente.

Se formos para a cidade de Patos, onde também foi feita a reportagem – Patos é um pólo de saúde do sertão paraibano, é a primeira barreira do sertanejo antes de chegar em Campina ou chegar em João Pessoa para um tratamento de saúde –, simplesmente teve de fechar a UTI do hospital regional por não haver plantonista, por não ter equipe técnica, de os médicos pedirem demissão, porque não têm o respeito e o tratamento que merecem por parte do Governo do Estado do atual Governador.

Isso é um retrato muito triste. Isso é uma preocupação que todos nós devemos ter no nosso dia a dia, não apenas no caso de Senador, não apenas no caso de Governador, como o Senador Wellington Dias já o foi; mas também, e principalmente, como cidadão, porque, do jeito que a situação da saúde está na Paraíba, agravada pela falta de diálogo e o mau gerenciamento por parte do Governo do Estado, tenho certeza de que esse problema também, em outras escalas, se multiplica pelo nosso País.

Daí chamar a atenção, despertar para a necessidade de que possamos, juntos, darmos a nossa contribuição para resolver algo tão sério. Não adianta fazermos de conta que esse problema não nos afeta. Afeta-nos como Parlamentar, afeta-nos como cidadão e afeta-nos como cristão. A omissão é um pecado para o cristão, e eu não quero, e acho que nenhum de nós quer, carregar esse pecado em nossas vidas.

Com muita satisfação, concedo o aparte ao Senador Jayme Campos, nosso ilustre Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que hoje debateu esse tema exaustivamente.

O Sr. Jayme Campos (Bloco/DEM – MT) – Prezado e ilustre Senador Cícero Lucena, ouço seu discurso com muita atenção, até porque ele é muito importante diante da situação precária e caótica em que vive a saúde pública no Brasil. V. Ex^a disse-o bem. Hoje, o Ministro da Saúde esteve na nossa Comissão de Assuntos Sociais para prestar alguns esclarecimentos sobre a perspectiva, naturalmente, para os quatro anos que temos pela frente em relação à saúde, e o que se pretende fazer. Todavia, a fala de V. Ex^a se resumiu numa pequena frase, quando disse que a saúde pública no Brasil “é um caso de polícia”. Lamentavelmente, V. Ex^a coloca um fato que aconteceu no seu Estado, em que um policial federal, ao invés de ir a um hospital, teve que ir a uma delegacia de polícia para buscar os primeiros socorros, registrar um BO, até para – imagino – preservar a sua autoridade. Entretanto, temos de discutir, com a maior profundidade possível, Senador, diante dos próprios números apontados, dizendo que 71% da população classifica o SUS como regular, ruim

ou muito ruim. Então, há realmente um número assustador. Portanto, acho que o Governo Federal tem de tomar algumas providências. V. Ex^a, que já foi Ministro, já foi Prefeito, sabe perfeitamente que enquanto o Governo Federal não fizer investimentos ficaremos nesse estado de temeridade. O Governo Federal tem não só que urgentemente pedir que sua bancada de sustentação aprove a Emenda nº 29 na Câmara dos Deputados, como também regulamentar investimentos. Não podemos, em hipótese alguma, aceitar o que todos alegam: que há falta de financiamentos e que é preciso haver novas fontes de recursos. Imagino que estão propondo criar um novo tributo, uma nova CPMF, ou alguma coisa parecida. Ora, os recursos existem. Primeiro, temos que fazer uma boa gestão daquilo que existe. Segundo, o Governo Federal tem que aplicar pelo menos 50% do que os Estados ou os Municípios estão aplicando. Na verdade, os Estados, por força da Constituição, aplicam 12%, os Municípios, 15%, e a Federação não tem aplicado nem 3%. Então, chegou o momento, Senador Cícero Lucena, de nós, aqui, como Parlamentares, como Congressistas, fazermos com que o Estado da Federação cumpra com sua obrigação de ser, com certeza, o guardião das pessoas, sobretudo no caso da saúde. Portanto, acho que temos que reorganizar o sistema. Mas, acima de tudo, o Governo Federal tem que ter uma visão de que investir no ser humano significa investir na vida. Na escala de valores, duas coisas são importantes, Senador Cícero: a primeira é Deus, e a segunda a vida do cidadão. Lamentavelmente, o Governo Federal não tem se preocupado. Esse estado de coisas que a Paraíba está vivenciando não é diferente em Mato Grosso, Senador Cícero. Muito pelo contrário, estamos muito pior. Lamentavelmente, estamos pior lá, diante de situações que, confesso, sinto-me indignado ao ver, hoje, em Mato Grosso, por exemplo, mais de 6 mil pessoas aguardando um exame de alta complexidade. Até poucos dias atrás, 3.604 pessoas estavam aguardando uma cirurgia ortopédica, um braço que quebrou, uma perna, ou coisa parecida. Então, chegamos ao fundo do poço, Senador Cícero Lucena. Por isso, quero cumprimentar V. Ex^a. Temos que erguer aqui a nossa voz, sobretudo na defesa daqueles que mais dependem do serviço de saúde pública, os menos afortunados. Lamentavelmente, com todo o respeito que tenho pelo Ministro Padilha, espero que ele reveja a forma de fazer saúde pública em nosso País. Parabéns, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Eu que agradeço a lucidez e a convicção de V. Ex^a em um assunto tão importante da nossa população.

Como o Ministro Padilha disse, entre outras medidas que estava adotando, ele tem o pensamento de

criar uma força nacional para enfrentar as calamidades em relação à saúde. Pois bem, Ministro, da mesma forma que lhe propus na Comissão de Assuntos Sociais, repito aqui, Senador Lindenbergh, V. Ex^a é paraibano também e sabe do caos da saúde daquele nosso Estado, tanto que o seu pai muito ajudou na área de saúde daquele Estado, dizer que a força nacional deveria começar pela Paraíba, para tentar enfrentar a situação em que nos encontramos e nos ajudar. E digo mais: o Governador do Estado, Ricardo Coutinho, deveria se dedicar 36 horas por dia, e não 24 horas. Vá, Governador, para dentro dos hospitais. Nomeie um secretário que possa ser responsabilizado e que possa dar solução aos problemas. Vá sentir a dor do povo da Paraíba. Conheça de perto o que é precisar de um hospital público, precisar de uma diálise, precisar de uma cirurgia, de atendimento médico, de medicamento. Saia, Governador, do Palácio da Redenção, das poeiras dessas cortinas do Palácio, e vá para dentro dos hospitais. Chame sua equipe para dar uma solução, que é urgente, urgentíssima.

Meu muito obrigado, e que Deus proteja a todos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Cícero Lucena.

Agora, com a palavra, a Senadora Lídice da Mata, pela Liderança do PSB.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo registrar que o Governo Federal divulgou, na terça-feira passada, a faixa de renda que adotará para identificar o número de famílias a serem atendidas pelo programa de superação de extrema pobreza, o Brasil sem Miséria.

São cerca de 16,2 milhões de brasileiros considerados extremamente pobres, o equivalente a 8,5% da nossa população. Esse contingente está concentrado principalmente no Nordeste. Estão no Nordeste quase 60% dos extremamente pobres: 9,61 milhões de pessoas. Segue-se o Sudeste, com 2,7 milhões. O Norte tem expressivos 2,65 milhões de miseráveis; o Sul, 715 mil. E o Centro-Oeste, com 557 mil pessoas em situação de extrema pobreza, mostra-nos que o problema tem solução e que de fato é possível vencermos a miséria, quando há vontade política.

Mas essa pesquisa revela também, Sr. Presidente, a triste verdade: a miséria no Brasil é negra, jovem e nordestina. E é sobre essa situação que vamos precisar refletir, Sr^{as} e Srs. Senadores, aqui, no nosso trabalho permanente, na nossa Comissão de Integração Regional e Turismo, em que hoje já houve um debate profundo sobre a situação da logística brasileira, proposto pela Senadora Ana Amélia, vamos percebendo

a distância de investimentos em logística entre as Regiões do Sul e Sudeste do Brasil e a situação do Norte e Nordeste, Senador Randolfe.

E vamos percebendo que, na verdade, essa situação de miséria que o Brasil enfrenta, que o Governo da Presidente Dilma estipulou ser necessário superar, com a elaboração do Plano Brasil sem Miséria.

Tenho a impressão de que a Ministra Tereza Campello vai ter o mais desafiador dos compromissos a serem realizados pelo Governo da Presidente Dilma, que é justamente a superação da extrema pobreza em nosso País.

Na situação de extrema miséria, lamentavelmente, encontram-se 70,8% de negros, e 50,9% têm, no máximo, 19 anos de idade.

O estudo também revela que o campo brasileiro, embora abrigue apenas 15,6% da população total, concentra 46,7% dos extremamente pobres. Nas nossas cidades, onde vivem 84,4% da população total, encontraremos 53,3% dos brasileiros miseráveis.

Além da baixa renda, a população em extrema pobreza não tem acesso aos serviços públicos básicos, como água encanada, coleta de esgoto e energia elétrica. Mais de 300 mil casas não estão ligadas à rede de energia elétrica. Muitas dessas residências não têm sequer banheiro.

O compromisso prioritário da Presidente Dilma foi a erradicação da miséria, e é dentro dessa prioridade que o Plano Brasil sem Miséria será lançado em breve.

Em linhas gerais, nós esperamos que a Ministra Tereza Campello assuma esse desafio, mais um que mais uma mulher no Poder Executivo vai assumir para realizar, e que o Senado Federal possa dar apoio e responder às necessidades também desse desafio.

Ontem, a Ministra anunciou que o Plano será uma combinação das políticas de transferência de renda e de capacitação profissional, com a ampliação dos serviços ofertados pelo Estado. Um esforço do Estado brasileiro nos três níveis: federal, estadual e municipal.

E eu só posso desejar, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma grande sorte para a Ministra Tereza Campello. Que possamos, aguardando o lançamento do Plano, dar a contribuição necessária que o nosso Senado e o nosso Congresso Nacional precisam dar para apoiar este que é o plano prioritário do Governo da Presidente Dilma.

Dentre esses miseráveis, na população da Bahia, isso significa 2.407.999 pessoas; uma população rural de 1.287.177 pessoas, um pouco acima dos 1.120.813 baianos.

Esses dados serão, sem dúvida, fundamentais para que o Governo da Bahia possa contribuir com

esse plano e esse processo de erradicação da miséria no nosso País.

O segundo registro, Sr. Presidente, que quero fazer, em nome da nossa Bancada, do Senador Walter Pinheiro, do Senador João Durval, uma vez que não pude fazer ontem, parabenizar o Dr. Zilton Andrade, Chefe do Laboratório de Patologia Experimental da Fundação Oswaldo Cruz da Bahia, que ganhou o título do CNPq de Pesquisador Emérito pelas contribuições ao desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Dr. Zilton é natural de Santo Antonio de Jesus, cidade do Recôncavo Baiano, diplomou-se em 1950 pela Faculdade de Medicina da UFBA, foi pesquisador visitante do Hospital Mount Sinai e também professor visitante da Cornell University, Medical College, ambos em Nova Iorque.

Além do trabalho na Fiocruz, Zilton de Araújo Andrade é professor permanente dos cursos de Pós-Graduação em Patologia Humana e em Imunologia na Universidade Federal da Bahia. Entre suas funções acadêmicas estão a orientação aos mestrandos e doutorandos, além de projetos de iniciação científica. Já publicou mais de 300 trabalhos científicos ao longo de sua carreira em revistas nacionais e internacionais. Prestou continuados serviços como assessor para a Organização Mundial de Saúde, tendo reconhecimento internacional em suas pesquisas com relação a doenças parasitárias como doença de chagas, esquistossomose e parasitologia.

Dr. Zilton é membro honorário da Sociedade Americana de Medicina Tropical e Higiene. Em 1995 recebeu a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico e se tornou sócio Emérito da Sociedade Brasileira de Patologia. Em 2004, tornou-se membro Titular da Academia de Medicina da Bahia e, no ano seguinte, obteve a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico. Em 2006, tornou-se membro da Academia Brasileira de Ciências e foi eleito Membro Honorário Nacional da Academia Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, em 2009.

O reconhecimento do trabalho pelo CPNq desse ilustre baiano demonstra sua importância como cientista não só para o Brasil, mas para a população de diversos países que sofrem com as doenças pesquisadas por Dr. Zilton Andrade. Tenho orgulho – e a certeza de que toda a Bahia também o tem – da importância desse cientista, de seu trabalho e do exemplo para milhares de estudantes baianos e brasileiros, estudantes de Medicina e pesquisadores do Brasil inteiro.

Além disso, Dr. Zilton sempre se pronunciou de forma destacada na Academia baiana como defensor das liberdades políticas e sempre se manifestou

contra o governo autoritário e a ditadura que o nosso País viveu.

Nesse sentido, desejo saudar desta tribuna esse digno pesquisador da Universidade Federal da Bahia que engrandece a área do ensino e da pesquisa no nosso País.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra agora o Senador Walter Pinheiro, do PT da Bahia.

Temos ainda, conforme solicitação do Senador Jayme Campos, inscritos o Senador Wellington Dias, Senadora Ana Amelia e V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Será rápido.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pedi a inscrição pela Liderança, Sr. Presidente, só para, no mesmo sentido do Senador Jayme, ter conhecimento da minha ordem na lista dos inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos levantar aqui e, no próximo orador, informo a V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui nesta noite tratar de alguns assuntos.

Primeiro, gostaria, Sr. Presidente, de chamar a atenção para este que é, na minha opinião, um dos desafios mais importantes nesse período: a perspectiva de desenvolvimento científico e tecnológico no nosso País.

A Comissão de Ciência e Tecnologia fez esse bom debate hoje, meu caro Ferraço, trazendo o Ministro Aloizio Mercadante, que eu diria, até pelas suas características, forma e pela tranquilidade de ter transitado nesta Casa, teve a oportunidade de falar do assunto com leveza, mas com um grau de profundidade, com um grau de conhecimento da matéria. É importante acentuar essa questão a partir exatamente do que propõe o Ministro Aloizio Mercadante, no que diz respeito a essa nova caminhada, o que eu queria destacar, como fiz na Comissão pela manhã, a partir de três aspectos.

O primeiro, o aspecto estruturante, que envolve a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico. É importante salientar isso na medida em que vamos estabelecendo pilares para este desenvolvimento.

O segundo pilar a que me refiro é o fomento, portanto, a consolidação de diversas instâncias, ou através de fundos setoriais, ou através da própria proposta feita pelo Senador Aloizio Mercadante, em transformar o Finep numa instituição de fomento, o que é importante para nós. Na realidade, vamos contribuir com a consolidação de uma nova instituição neste País que possa, através do incentivo, do acompanhamento e até da captação de recursos perante a iniciativa privada, ter a oportunidade de atrair o segmento privado para fazer investimentos na área da ciência e tecnologia. Acho que é muito importante esse aspecto.

E o terceiro é o aspecto em que tenho insistido muito, dos recursos humanos. Esse é um importante pilar nesse estruturante caminho de ciência e tecnologia. Nós que, ao longo dos anos, sofremos muito nessa questão da formação profissional, na capacitação, na formação dos nossos doutores, crescemos, é verdade, em níveis de investimento para ampliar essa nossa capacidade de oferta de bolsas, de formação. Está aí a história do nosso CNPq, o próprio Finep, portanto, instituições que nos ajudaram; a chegada de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, dispensados para esta área. Mas, mesmo assim, estamos muito abaixo da nossa necessidade de lidar com essa questão do desenvolvimento científico e tecnológico, tendo os recursos humanos como um pilar central, um dos pontos cruciantes para esse desenvolvimento se estabelecer.

Então, eu diria que essa é uma situação que é importante lembrarmos.

Coloca muito bem o Senador Aloizio Mercadante, agora Ministro da Ciência e Tecnologia em nosso País, as condições para que isso se processe. E aí vem a questão fundamental: não há como ter crescimento econômico sem distribuição de renda e inclusão social. E a inclusão social parte de alguns princípios: o aumento e a formalização do emprego, a geração de empregos formais e, principalmente, o investimento de caráter local.

De nada adianta falar de pesquisas se não criarmos as devidas condições para a Bahia, para o Piauí, para o Centro-Oeste, enfim, para os lugares onde não chegaram, ao longo dos anos, essas instituições que podem promover a ligação entre os centros de pesquisa, as universidades e as indústrias e, principalmente, o fomento para propiciar, de fato, essa base para o desenvolvimento.

Entra nessa questão do desenvolvimento a nossa inserção internacional, como descreveu sobejamente bem o nosso Ministro Aloizio Mercadante. Trata-se da questão da integração nacional, da soberania, mas

principalmente dessa soberana capacidade para uma inserção internacional nesse novo estágio.

Há necessidade de diversificação de mercados, da forma como o País se estabelece. Necessário também é o nosso fortalecimento técnico e institucional, a consolidação dos sistemas públicos, o fortalecimento de empresas estatais estratégicas, como a nossa Embrapa, meu caro Índio, meu Senador Wellington Dias, nossa tão querida e competente Embrapa, que, além de cobrir esse nosso “Brasilzão”, agora tem a experiência de ir para além das fronteiras e levar esse conhecimento aplicado.

Portanto, de uma vez por todas, temos de tratar ciência e tecnologia como eixo estruturante do desenvolvimento – quero chamar atenção para esta expressão: eixo estruturante para o desenvolvimento. Todo mundo fala de ciência e tecnologia, mas, na hora efetiva de determinar, por exemplo, aportes de recursos e de adotar ciência e tecnologia como matriz preponderante para esse eixo de desenvolvimento, aí, temos uma série de movimentações. Vamos daqui para ali, para acolá, e não se aportam os recursos efetivos e não se prioriza esse investimento.

É preciso consolidar essa liderança na economia, principalmente no campo do conhecimento. É a essa sociedade do conhecimento que precisamos avançar, fazer essa transição nesse período de tanta busca.

Eu costumo dizer que nós estamos diante de uma oportunidade sem igual, porque temos acesso a diversas fontes, a diversos parâmetros e a desenvolvimentos no mesmo momento em que o fazem diversas nações. Portanto, nós precisamos agora cuidar desse desenvolvimento local, de nossa capacidade de interagir para que essa nossa capacidade de pesquisa, efetivamente, se processe.

A título de comparação, refiro-me a dados trazidos hoje à Comissão de Ciência e Tecnologia pelo Ministro Mercadante. No período 2008-2009, a relação pesquisa e desenvolvimento versus PIB no Estado norte-americano estava na faixa de 2,8; no Brasil, ficou na faixa de 1,19. Eu estou falando de US\$398 bilhões investidos em pesquisa e desenvolvimento no solo americano – não necessariamente só em solo americano, estou me referindo à nação americana e pela nação americana – contra investimentos da ordem de US\$24 bilhões em nosso País. Isso nos tem colocado atrás de diversos países. Se compararmos o Brasil com o Japão no que diz respeito à relação entre déficit público e PIB, veremos que, no Japão, o déficit representa 7,9% do PIB e, no Brasil, 1,9%. Por aí nós vamos vendo as diversas disparidades.

Onde é que isso se apresenta de forma mais palpável, onde mais salta aos nossos olhos? Vamos

comparar, por exemplo, as concessões de patentes, as patentes que são registradas e o processo de descentralização das universidades federais. A Bahia passou sessenta anos – sessenta anos! – com uma única universidade federal. Esse não é um elemento estimulador para o desenvolvimento.

Eu venho de um setor, o setor das telecomunicações, que contribuiu decisivamente para esse desenvolvimento científico e tecnológico. O mercado, as empresas do sistema Telebrás na época, o CPQD, nosso centro de pesquisa ali em Campinas estavam próximos, talvez colados a uma grande universidade, a Unicamp. Todos os ingredientes para uma boa e completa receita estavam no mesmo local, mas não tivemos essa mesma oportunidade no norte, no nordeste e no centro-oeste do País, não tivemos ações que nos permitissem promover o desenvolvimento regional, o desenvolvimento local.

Esse processo nos traz à mente também a nossa malha de infraestrutura. Não adianta falar em desenvolvimento, em elementos atrativos e em ciência e tecnologia como fator estruturante se não tivermos infraestrutura. Como é que vamos fazer a atração de investimentos para esses lugares do País se lá nós ainda temos muitos problemas de infraestrutura, meu caro Senador Acir?

A banda larga, tão largamente debatida, mas não largamente atendida ou expandida, é um bom exemplo disso. Se olharmos o mapa de atendimento da banda larga no Brasil, vamos ver que esse atendimento se concentra no eixo norte-sul e fica encostado no litoral. Se adentrarmos a nossa Nação, vamos nos deparar com um vazio. Isso não é por acaso, não é uma situação que aconteceu por geração espontânea: isso aconteceu por ausência de política.

Então, é salutar essa medida que o Ministério de Ciência e Tecnologia toma a partir de agora, de combinar, de juntar as diversas frentes, de interagir com os diversos ministérios e aproveitar o que faz o Ministério do Desenvolvimento Econômico, o nosso MDEC. Que atitude toma o Ministério da Educação? Como se somar as iniciativas do Ministério da Saúde para adotar cada vez mais medidas revolucionárias de universalização nessas áreas? Por que não usar os famosos *tablets* agora ou os *smartphones* para transmitir imagens, para transmitir exames, para transmitir oportunidades? Não se trata de comodidade tecnológica, mas da superação de barreiras, da eliminação das distâncias ou, pelo menos, da acentuação ou até aceleração do processo de inclusão independentemente da localização de cada cidadão neste País.

Por isso, acho importante trabalhar de forma muito intensa numa relação de programas de apoio

à implantação de infraestrutura de pesquisa no País. E aí entram as medidas adotadas em cada canto do Brasil, com leis de inovações aprovadas em Estados, a consolidação de parques tecnológicos, a necessidade de pressão sobre investidores.

Eu disse desta tribuna, no dia da aprovação da Medida Provisória nº 512, que não basta só atrair empresas do setor automotivo. É importante que essas empresas cheguem, pois elas geram, sim, divisas, geram postos de trabalho, mas é necessário, Senadora Ana Rita, cobrar dessas empresas que não se transformem em maquiladoras, meras montadoras. O que se investe em pesquisa? Do que podemos nos apropriar em relação ao conhecimento? Como fazer a exploração dessa base do conhecimento local, agregar-lhe valor?

O Brasil é rico em minério, é rico em grãos, mas não adianta só a política de exportação, não adianta só exportar minérios, exportar grãos. Precisamos exportar produtos de valor agregado e, para fazer isso, é necessário que estabeleçamos uma base produtiva que tenha relações diretas, compromissos imediatos com a produção científica e tecnológica em nosso País, é necessária a criação de institutos nessa área de conhecimento e tecnologia. Esse processo de expansão é extremamente decisivo para que façamos a atração de novos centros de pesquisa.

Está aí o embate sobre a questão das intempéries, das catástrofes. Não tínhamos nenhuma política de defesa civil associada a grandes centros. É importante consolidar centros de emergência com capacidade para analisar as diversas movimentações da natureza, para antever medidas para que possamos, inclusive, preservar vidas usando tecnologia.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não estou falando nada impossível, Senador Ferraço. Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – É para cumprimentá-lo, para cumprimentar o Senador Eduardo Braga e para cumprimentar, sobretudo, o Ministro e ex-Senador Aloizio Mercadante. Foi, de fato, uma audiência pública memorável, porque pudemos ali observar todo um diagnóstico, um histórico e a evolução dos passos que foram dados ao longo dos últimos anos na direção de estruturarmos nacionalmente um sistema de ciência, tecnologia e inovação. O Ministro Aloizio Mercadante pôde também demonstrar que o tanto que foi feito ainda é muito pouco perto daquilo que precisa ser feito para que o nosso País possa se colocar minimamente em pé de igualdade com outras nações que avançaram. Mas estamos caminhando

e eu pude perceber que temos um conjunto muito grande de gargalos que precisam ser superados na prática para que possamos encurtar, avançar e acelerar o desenvolvimento no campo do P&D, que é uma necessidade, uma premissa. O nosso País teve uma enorme ousadia, o nosso País teve muita criatividade. Em 2008, o mundo mergulhado numa crise sem precedentes, tivemos a ousadia, a criatividade e a capacidade empreendedora de colocarmos de pé, por exemplo, o nosso programa de sustentação do investimento, que fez com que tivéssemos uma enorme capacidade de superar aquela crise. Eu pergunto a V. Ex^a se não é possível que juntos possamos também, Senado, Comissão, o nosso Ministério, o nosso Ministro Mercadante, construirmos, quem sabe, um roteiro dessas medidas que precisam ser superadas, desses gargalos que precisam ser superados para que possamos – sobretudo no campo do satélite, que foi uma avaliação feita lá com muita propriedade pelo Ministro – dar passos ainda mais largos...

(Interrupção do som.)

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – ... passos importantes foram dados, mas eu acho que *(Fora do microfone.)* precisamos, como poder institucional, estar mais ao lado, colaborar para que o Ministro Aloizio Mercadante possa, de fato, dar passos mais largos. Cumprimento V. Ex^a por esse extraordinário pronunciamento e pela militância que tem tido não apenas no Senado, mas também na Câmara em razão da ciência, da tecnologia e da inovação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Muito obrigado, Senador.

Sr. Presidente, eu quero, para ir encerrando o meu pronunciamento, falar exatamente da nossa alegria com esses desafios apontados pelo Ministério e, obviamente, pelo nosso Governo, no que diz respeito a um novo programa, inclusive, para popularização da ciência e tecnologia, para mostrar que isso não é um bicho de sete cabeças. É importante que o acesso chegue em todos os lugares. Por que só nos grandes centros?

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – V. Ex^a me concede um aparte antes de concluir?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Essa nova política para inclusão digital, a questão do ensino profissionalizante, meu caro Randolfe Rodrigues – na semana passada nós tivemos aqui lançamento do Pronatec, o fomento...

(Interrupção do som.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – ... às tecnologias assistidas, principalmente o acesso à população de baixa renda. Esse sistema de alerta, a

prevenção a que me referi agora há pouco e o encontro de todas essas políticas com o desejo efetivo de estabelecer – para dar o aparte a V. Ex^a, quero fazer este fecho – o encontro de todas essas iniciativas, somando-se a esses pilares de que falei no início: pesquisa e infraestrutura científica e tecnológica como um pilar, a formação de recursos humanos e essa questão do fomento e da promoção da inovação.

Um aparte a V. Ex^a.

Em seguida, Sr. Presidente, encerrarei a minha participação na tribuna esta noite.

Um aparte ao Senador Randolfe Rodrigues.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Senador Walter, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento. Tivemos uma audiência hoje na Comissão de Ciência e Tecnologia, como V. Ex^a muito bem destaca...

(Interrupção do som.)

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP. Fora do microfone.) – ... *completa de informações trazidas pelo Ministro Aloizio Mercadante.* Destaco aqui o que falei, inclusive, para o Ministro, que é um dos melhores do Governo brasileiro. Creio que o grande desafio... V. Ex^a, que milita desde sempre na área da ciência e tecnologia e inclusive veio para o Senado já tendo dirigido a Comissão sobre o tema na Câmara dos Deputados, destaca o grande problema que, acredito, seja hoje o grande gargalo da ciência e tecnologia no Brasil. Primeiro, hoje destaquei que não considero que nenhum país que não tenha investimento em ciência e tecnologia, no mundo atual, terá futuro. E o grande desafio... Vejam só, a Europa está apostando em ciência e tecnologia, porque não tem alternativa no mercado mundial. O Brasil vem de um período de crescimento econômico, mas temos que dar o nosso salto. Não podemos continuar sendo para o mundo um mero exportador de *commodities* e nós não podemos, da mesma forma, ter um fosso tão grande no desenvolvimento científico e tecnológico do nosso País. Veja só, Senador Walter, o número de instituições de ensino superior de São Paulo é superior à soma do número de instituições de ensino superior da Amazônia, do Nordeste, do Centro-Oeste e ainda dá para juntar o Estado do Espírito Santo e o Estado do Paraná, não sendo superior ao número de instituições de ensino superior de São Paulo. Da mesma forma o número de mestres e de doutores. É lógico que o Ministro, hoje, destacou o crescimento, em especial no Nordeste, do número de mestres e doutores. Falou do Nordeste, mas o Ministro acabou tacitamente reconhecendo que a Amazônia continua carente de investimentos para termos mestres e doutores. E temos, além disso, uma grande barreira que é a dificuldade de investimentos

em banda larga, em especial na Amazônia. Se não resolvermos esses gargalos, não vamos ter uma integração do nosso desenvolvimento científico e tecnológico. E me parece, ou melhor, não tenho dúvidas de que esse é o melhor desafio da ciência e tecnologia do Estado brasileiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Meu caro Presidente, assim encerro este pronunciamento.

Aproveito e deixo a V. Ex^a o pedido de que possa acolher na íntegra outro pronunciamento que não poderia deixar sem o registro. Trata-se da passagem do 1º de Maio, Sr. Presidente. Que V. Ex^a possa autorizar a transcrição na íntegra deste momento que eu chamo de coisa rara na história da economia do País. A classe trabalhadora deste País passou o dia 1º de Maio deste ano celebrando a estabilidade do mercado de trabalho, com a manutenção desse mercado de trabalho. E eu diria até mesmo com o acréscimo dos milhões de empregos criados ao longo dos anos.

Peço a V. Ex^a que acolha na íntegra esse outro nosso pronunciamento, em que registro o 1º de Maio, marcado exatamente pela estabilidade no emprego e pelo aumento da renda do trabalhador brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR WALTER PINHEIRO

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, coisa rara na história econômica do País, a classe trabalhadora brasileira passou o 1º de Maio deste ano celebrando a estabilidade do mercado de trabalho com a manutenção – eu diria até mesmo com o acréscimo – dos milhões de empregos criados ao longo dos últimos oito anos.

A geração de empregos, aliada ao aumento crescente da sua renda, é o maior patrimônio do trabalhador brasileiro. Tudo isso se confirma com a dinâmica do mercado interno, onde o ingresso no consumo das classes mais pobres da nossa população deu um novo ímpeto à nossa economia.

Ao lado do trabalhador ativo, os aposentados e pensionistas também comemoram a recuperação do poder de compra dos seus proventos e aposentadorias. Graças a uma política de valorização do salário mínimo, eles deixaram de viver como verdadeiros párias à margem da riqueza que ajudaram a construir em toda a sua vida.

Essa recuperação do poder de compra de aposentados e pensionistas também se deve, inegavelmente, ao ajuste das contas da Previdência Social. Uma admi-

nistração mais rígida, um firme combate às fraudes e o aumento da receita pelos milhões de postos de trabalho formais criados ao longo dos últimos anos contribuíram firmemente para o ajuste do caixa da Previdência, cujo déficit cai a olhos vistos a cada mês.

Apesar dessas conquistas, nem tudo são flores. Nos quatro cantos do país a legislação trabalhista continua a ser burlada. A precarização do contrato de trabalho é um mal a ser combatido diuturnamente, até para que não parem suspeitas de desembarque aqui no Brasil, a bordo de novos investimentos, de uma frouxidão da legislação trabalhista com a permissibilidade de condições de trabalho condenáveis e achatamento salarial.

Diante disso, é necessária a permanente vigilância do Ministério do Trabalho nas condições de trabalho, notadamente junto a setores de atividade que têm por hábito a terceirização da mão-de-obra e onde são mais frequentes os desvios no cumprimento da legislação.

Precisamos fazer um parêntese para a questão dos trabalhadores domésticos, categoria que provavelmente melhor reflita a precarização do contrato de trabalho.

Dos cerca de 7 milhões de domésticos, ou domésticas, melhor dizendo, pois em sua esmagadora maioria essa categoria profissional é formada por mulheres, mais de cinco milhões não têm carteira de trabalho assinada.

Essa condição perpetua entre essas mulheres, que também são negras ou afro-descendentes em quase sua totalidade, os desmandos sociais seculares que marcaram a nossa sociedade como uma das mais injustas do mundo.

Como seus empregadores também não são empresas formais, é preciso criar condições para que as famílias que acolhem esses profissionais formalizem também a relação de trabalho entre eles.

Isso passa pela redução dos encargos trabalhistas e previdenciários para a categoria. Só assim essas profissionais, da maior importância para a família brasileira, a quem ajudam na administração do lar e até mesmo na criação e educação dos filhos, possam também gozar das garantias de um salário digno, enfim, dos direitos trabalhistas e sua inclusão no sistema previdenciário.

Não poderia deixar passar em branco nesta oportunidade, críticas mal formuladas por setores da oposição por ocasião da passagem do Dia do Trabalhador. Antes de tudo devemos deixar claro que sabemos das mazelas ou desvios existentes, tanto que aqui os elencamos para que possam ser objeto de correção.

Mas também não podemos aceitar calados a repetição sistemática de falsos bordões, de apelo

populista, até para que essa insistência não acabe transformando-os em verdades incontestáveis.

Refiro-me particularmente à acusação feita pelo senador Aécio Neves, durante discurso nas comemorações do Dia do Trabalho, pela Força Sindical, em São Paulo, de que o Brasil vive um momento de desindustrialização com sérias ameaças à sobrevivência das empresas e ao emprego do trabalhador brasileiro.

Primeiro gostaria de registrar a falta de sintonia no discurso da oposição. No mesmo dia em que o senador Aécio fez essa acusação, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso escreveu exatamente o contrário.

E é bom que se indique a fonte, até mesmo para evitar que amanhã o ex-presidente, depois de aqui citado, volte a recorrer ao seu já surrado chavão “esqueçam o que escrevi”.

Pois bem. Em seu artigo “Um novo Brasil”, oportunamente publicado no último domingo nos jornais **O Globo** e **O Estado de S.Paulo**, o ex-Presidente nega peremptoriamente que o Brasil tenha passado ou passe por uma desindustrialização.

Mais ainda, FHC reconhece pela primeira vez que esse novo país não é fruto apenas do Plano Real, mas que vem lá de trás, das lutas sindicais do ABC paulista, berço do Partido dos Trabalhadores.

Da mesma forma, FHC reconhece que o Brasil vive hoje uma nova realidade, com uma mobilidade de classes jamais vista na sua história, em que as pessoas vão enriquecendo, vão consumindo, novas empresas e novos investimentos vão surgindo.

Gostaria de saudar esse momento de lucidez do ex-Presidente. É bom para o bem do país que homens que tiveram a responsabilidade de governo não se arvoresem do privilégio dos avanços da sociedade. Da mesma forma que não negamos a importância da estabilidade econômica para o momento a que chegamos.

São, podemos dizer, cada uma ao seu tempo, conquistas da sociedade.

Portanto, a infeliz declaração do Senador Aécio Neves, em comprovada falta de sintonia, para não dizer de verdadeiro choque, com o líder maior do seu partido, nos leva à conclusão de que se existe alguém que trabalha pela desindustrialização do país esse alguém é exatamente o ex-governador de Minas.

Afinal, diante de tantas marcas e modelos de veículos fabricados no Brasil, Sua Excelência fez a opção por um carro importado que lhe serve no Rio de Janeiro. Não questionamos seu direito pela opção, mas também não podemos negar que ela ajuda a reduzir os empregos domésticos e contribui para deixar o país um pouco menos industrializado.

A lamentável afirmação de Aécio foi também refutada pelos números sobre o comportamento da indústria divulgados nessa terça-feira pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e confirmados pela CNI (Confederação Nacional da Indústria).

De acordo com o IBGE, em março a produção industrial do país, impulsionada pelo consumo, cresceu 0,5%, acumulando uma alta de 2,3% no primeiro trimestre. Em relação ao mesmo mês do ano passado, o desempenho industrial foi 6,8% maior, acima, portanto, do teto da meta da inflação.

Essa expansão de meio ponto percentual foi duas vezes maior do que a esperada pelos analistas, que projetaram para março um crescimento de apenas 0,2% da produção industrial.

O IBGE registrou ainda que a indústria deixou um comportamento estável no último trimestre de 2010, para uma alta em todos os setores nos três primeiros meses deste ano.

Para a CNI, o comportamento da indústria no primeiro trimestre deste ano representa uma retomada do setor em relação ao último trimestre de 2010.

Como se vê, nada mais falso do que a desindustrialização apontada pelo líder do PSDB.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Walter Pinheiro, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Amorim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – V. Ex^a será atendido, Senador Walter Pinheiro, na forma do Regimento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro muito importante, como Líder do PR e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Família no Brasil. Hoje pela manhã, tivemos uma reunião com o Conselho Nacional de Procuradores; eles estavam reunidos em Brasília, aqui no Ministério Público.

Fomos provocar! E essa provocação foi no sentido de parar a no Brasil. É apologia ao crime! Eu me lembro que na época do Minc, quando ele era Ministro, ele ia para a rua fazer apologia ao crime. Mas como ele era Ministro de Governo, ninguém colocava a mão nele. Se fosse filho de um pobre, estaria preso. Mas autoridade fazendo apologia ao crime fica por isso mesmo.

Veja: no *site* www.marchadamaconha.org ninguém se identifica, não há rosto, não há identidade. Não há nada! E agora o Ministério Público Federal descobre, Sr. Presidente, que a residência desse *site* é internacional. Então, esse é um crime internacional. Quem é que entende? Por trás disso deve haver o tráfico de drogas, o tráfico internacional. Uma série de outras coisas.

Esse apelo à drogadição no Brasil... Há trinta anos eu recupero drogados no Brasil e conheço muito bem esse problema. Hoje à tarde o Ministério Público Federal provocou e foi buscar um mandado de segurança no Supremo, e esse mandado de segurança no Supremo há de proteger a família dessa famigerada Marcha da Maconha, que estão anunciando para o dia 7, e assim sucessivamente.

De maneira que eu anuncio para o Brasil, anuncio para as famílias, para as mães que choram com filhos drogados, com uma família que sofre e uma sociedade que sofre, porque o adubo da violência são as drogas neste País e é um tema no qual devemos focar, aliás é um País de bêbados, de fumantes, e estão buscando solução para salvar as pessoas do *crack*, quando, na verdade, o problema deste País é álcool, não é álcool?

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – É a droga consentida.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – É a droga consentida, porque tem gente que se nega até a fazer bafômetro, não é? Então é o seguinte: estamos conseguindo uma grande vitória em nome da família brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Passo a palavra, como Líder do PDT, ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago um tema aqui, mais uma vez na tribuna desta Casa, que considero da maior importância para as famílias brasileiras: os investimentos em educação, formação e qualificação profissional estão entre os de maior retorno para a sociedade brasileira. Já é senso comum dizer que educação é a base de uma sociedade desenvolvida cultural e economicamente. Mas é sempre bom reforçar a necessidade de mais investimentos na educação. Isso porque o nosso Brasil ainda precisa superar o analfabetismo, a miséria, a exclusão de minorias, as drogas, a violência e muitas outras mazelas sociais decorrentes da falta de educação no nosso País.

Cada R\$100 investidos por aluno nas escolas públicas do Brasil, a cada ano, significam um salto no

País de até R\$20 bilhões do Produto Interno Bruto brasileiro em menos de uma década. Essa relação direta entre qualidade de ensino e crescimento econômico foi feita pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, o Ipea, e reforça a importância de mais investimentos na educação para o conhecimento econômico e social no nosso País. Quando esse investimento é feito na educação de jovens e adultos, em formação e qualificação profissional, o reflexo na economia é até mais rápido.

Considerando apenas os recursos específicos para a educação de jovens e adultos no Orçamento da União, sem contar os recursos do Fundeb, os valores investidos entre 2002 e 2009 saltaram de R\$450 milhões para R\$1,4 bilhão.

Esse investimento contribuiu com a queda na taxa de analfabetismo de 11,6 % para 9,7% em oito anos, de 2002 a 2009, e contribuiu também de forma decisiva para a geração de emprego. Considerando os últimos sete anos, de 2003 a 2009, foram gerados 14 milhões de novos empregos, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego. O País atingiu a incrível marca de 41 milhões de brasileiros com a carteira de trabalho assinada. E, com certeza, um dos fatores para que mais pessoas conquistassem emprego com carteira assinada foi o investimento em educação, formação e qualificação profissional. Esse esforço foi empreendido pelas escolas técnicas e programas do Governo Federal, como o Projovem Trabalhador, coordenado pelo Ministério do Trabalho, bem como dos programas de formação do sistema “S” da indústria e do comércio, tais como Senai, Sesi, Senac, além do Sebrae.

Nesse último final de semana, eu participei da solenidade de formatura de quinhentos alunos do Projovem Trabalhador, em sete especializações, no Município de Cacoal, em Rondônia. Agora já são mais de três mil jovens, no meu Estado de Rondônia, que passaram por esse importante programa que o Ministério do Trabalho desenvolve em parceria com Estados e Municípios. Os jovens receberam qualificação profissional nas áreas de saúde, alimentação, agroextrativismo, administração, mecânica, beleza e estética, esporte e lazer.

Minha satisfação maior foi por saber que mais de 40% dos jovens que participaram dos cursos de capacitação profissional do Projovem Trabalhador em Rondônia, nos Municípios de Pimenta Bueno, Guajará-Mirim, Ji-Paraná e Cacoal, já foram inseridos no mercado de trabalho.

Foi justamente por acreditar nos resultados desse programa, que eu solicitei ao Ministro do Trabalho, o nosso companheiro Carlos Lupi, a implantação e, posteriormente, a ampliação do Projovem em Rondônia.

Quero fazer um parêntese para cumprimentar o Ministro Carlos Lupi e toda a sua equipe, que estão à frente do Ministério do Trabalho onde realizam um excelente trabalho, não apenas aumentando o nível de emprego em nosso País, mas desenvolvendo programas importantes como o Projovem Trabalhador.

Os resultados desse programa são extremamente significativos e positivos. Não se pode pensar no pleno desenvolvimento social e econômico de um país sem investir em educação e na juventude.

Nesse ponto, o Projovem Trabalhador é uma das boas iniciativas, de que me orgulho muito de ter levado ao meu Estado de Rondônia. É um programa que merece ser aplicado – e é aplicado – em todo o território nacional, como já vem sendo feito.

Para os jovens, trata-se de mais uma possibilidade de aprendizado, de saudável convivência, longe das drogas e do crime, além da inserção no mercado de trabalho. Muitos jovens conquistaram o seu primeiro emprego após participarem do projeto Projovem Trabalhador. E é fundamental que esses jovens tenham condições de iniciar os seus projetos de vida partindo de uma capacitação profissional.

Eu já falei aqui da importância de investimentos na educação infantil, no ensino médio, e da importância da educação familiar, ou da família para com os nossos jovens. Muitos jovens não conseguem completar o ensino médio, não fazem um curso de qualificação profissional ou sequer ingressam em uma universidade, porque lhes falta a base familiar estruturada. Esse é, sem dúvida, um dos principais tumores sociais que nós temos no nosso País.

Os problemas associados à falta de um núcleo familiar estruturado são vários. Por conta disso, 66% dos jovens brasileiros não concluem o ensino médio, somente 3,6% frequentam uma universidade, e 50% da população desempregada é jovem. Sem falar nos dados sobre a violência, o uso e o tráfico de drogas que são realmente assustadores.

Hoje eu recebi uma carta de uma mãe desesperada, do Município de Cacoal, no nosso Estado de Rondônia. Ela assinou a carta, Senadora Ana Amélia, como Mãe Esperança. Ela relata seu drama de estar perdendo um filho para as drogas. Ela me pediu uma atenção especial nesse assunto, para que jovens, como o seu filho, que tiveram sonhos roubados pelas drogas, possam ter tratamento e recuperação.

Peço licença, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para ler a carta dessa mãe desesperada, mas ainda com esperança. Ela escreve o seguinte:

Querido Senador,

Eu votei em você e hoje estou lhe escrevendo como uma mãe, representando muitas

mães que passam pela mesma situação de perder um filho para as drogas.

Estou lutando por jovens que tiveram seus sonhos roubados pelas drogas. Gostaria de pedir para você, um representante legal do povo, uma atenção especial neste assunto. Talvez com clínicas de desintoxicação onde os menos favorecidos tenham acesso ao tratamento, com programas de apoio psicológico à família dos dependentes.

Senador, as autoridades têm fechado os olhos para este assunto. Com isso, 50% dos adolescentes estão se destruindo nas drogas e se tornando inválidos para a sociedade. Se você visitar os presídios da cidade, verá que 70% dos jovens que estão presos são vítimas das drogas e cometeram delitos, mas não são bandidos.

Peço, Senador, sua atenção especial para este assunto.

Assinado: Mãe Esperança.

O que dizer a essa mãe? Que estamos realmente preocupados com essa situação e que estamos trabalhando e nos empenhando ao máximo para ajudar, não somente a senhora, mas todas as mães brasileiras, todas as famílias brasileiras, que sofrem com este mal que são as drogas, e os nossos jovens estão perdendo seu tempo. E, como ela muito bem diz, estamos perdendo os adolescentes que estão destruindo-se nas drogas e tornando-se inválidos para a sociedade.

Concedo um aparte à Senadora Ana Amélia.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador Acir Gurgacz, cumprimento V. Ex^a pela referência. E também gostaria de mandar uma mensagem a essa Mãe Esperança, de Cacoal, no seu Estado de Rondônia. Nós, aqui no Senado, estamos envolvidos pessoalmente, entendendo o drama de milhares de famílias brasileiras, como essa Mãe Esperança, estão vivendo hoje, vendo os filhos morrerem, sepultando sonhos e perdendo a perspectiva de um futuro de decência, de trabalho, de vida digna. Isso porque perdem para o poder da droga, para o poder do tráfico e entram a violência e a criminalidade. O Ministro da Saúde hoje, na Comissão de Assuntos Sociais, tratou de um tema que temos abordado na subcomissão temporária que examina a dependência química, mas com um capítulo à parte dedicado ao *crack*, que é a mais violenta das dependências. Ele reafirmou a convicção de que as comunidades terapêuticas, que hoje são o grande refúgio para o filho dessa mãe desesperada que lhe escreveu essa carta, que o Governo entende que deve ser isso de assistência social e não de saúde. Está certo o Ministro em definir claramente uma política

de amparo às famílias que estão perdendo os filhos para a droga, em particular para o *crack*. Então, diga a essa mãe, Senador, e agora nós dizemos, se ela estiver assistindo, que estamos empenhados nessa luta. O Senador Wellington Dias preside essa subcomissão temporária, e estamos percebendo o quanto esse drama está espalhado pelo Brasil, consumindo, levando a dor e o sofrimento para milhares de mães que sofrem muito mais a dor da perda de um filho não para a morte, mas para a droga. É muito importante esse pronunciamento de V. Ex^a, porque traz o relato, o depoimento e o testemunho de uma mãe que está vivendo esse drama, Senador. Nós estamos aqui exatamente para discutir com o Governo políticas públicas que deem amparo, sobretudo, às famílias mais necessitadas, porque aqueles que têm um poder aquisitivo maior ainda encontram nas clínicas especializadas um amparo. É preciso tratar esse tema com o maior cuidado e a maior atenção e prioridade, porque a juventude está precisando desse nosso compromisso. Muito obrigada, Senador Acir Gurgacz. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Eu que agradeço, Senadora Ana Amelia, pelo seu aparte.

Concedo um aparte ao Senador Wellington Dias.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Senador Acir, primeiro quero agradecer a Deus a sua sensibilidade de ter recebido essa carta e ter podido partilhar dessa Mãe Esperança, como ela faz questão de se intitular, com esse depoimento dramático. Eu tenho certeza de que são muitas mães, muitos pais, irmãos, irmãs, amigos, amigas, pessoas que muitas vezes moram apenas na vizinhança de alguém que vive dramas como esse. E como lembrou a Senadora Ana Amelia, estamos trabalhando exatamente com o que V. Ex^a tem contribuído muito aqui, para que tenhamos um sistema organizado. Hoje mesmo conversamos com o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Ele apresentou aqui que 18% da população brasileira já considera o problema da droga, Senadora Ana Amelia, como o mais grave do Brasil. Veja, o maior é o problema da saúde, ou seja, um problema mais geral. O segundo é o da segurança, o terceiro é o do desemprego, e o quarto já é a questão da droga. Então, essa percepção é uma coisa real e tem um lado positivo: impõe a quem é autoridade em qualquer lugar a busca de um tratamento como prioridade. E ali o que colocamos é que ele determinou a necessidade de focos: primeiro, o de termos uma rede capaz de dar essa sustentação. Se não o Ministério da Saúde, o Governo Federal tem de ter uma atenção com as comunidades terapêuticas. É preciso fazer isso urgentemente. Inclusive, o que estamos pedindo é que,

ainda neste mês de maio, tenhamos a definição e a aprovação de um projeto apresentado pela Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas e que vai nessa direção, pensando exatamente em pessoas como a do depoimento que V. Ex^a traz aqui. Então, meus parabéns! Saiba que vamos estar juntos aqui, contando com V. Ex^a e com todos que fazem esta Casa, porque há esse clamor não só em Rondônia, mas também em todo o nosso País. Muito obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Wellington Dias, pelas suas colocações.

Mando um recado para essa mãe que se intitula “Mãe Esperança”. Ela não assinou, e não tenho o endereço, não tenho contato com essa mãe. Que ela entre em contato com a nossa assessoria ou comigo diretamente, como o fez, para que possamos ajudar especificamente seu filho, com um tratamento, com um auxílio, para que possamos ajudá-la.

Assim como a senhora, “Mãe Esperança”, as outras mães que precisarem do nosso apoio estaremos aqui sempre para ajudar.

Tenho colocado claramente, Senadora Ana Amelia, Senador Wellington Dias, por várias vezes desta tribuna, que essa não é uma questão de polícia, mas de saúde. E hoje temos o nosso Ministro Padilha, que concorda conosco e que está atuando, para que possamos realmente ajudar essas crianças, ajudar esses jovens – os nossos adolescentes e as crianças do nosso País.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que nós todos precisamos unir-nos e investir na educação integral; fazer com que as nossas crianças possam ter escola em tempo integral; cuidar das nossas famílias. Somente por meio do ensino, da educação e do carinho das nossas famílias é que vamos realmente travar uma batalha, de igual para igual, contra este mal, que são as drogas em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Senador Acir Gurgacz, parabenizo-o por sua fala. Esse mundo das drogas, onde alguns se aproveitam e constroem essa perversidade, que é comercializar e enriquecer com o sofrimento alheio, precisa ser combatido de forma veemente. E o Ministério da Saúde tem que ser protagonista, tem que ser um condutor – como disse hoje o Ministro Padilha e como disse também no seu discurso de posse – para tirar esses jovens das drogas.

Como médico, especialista em dor e um pouco conhecedor do tema, conhecedor da química que envolve todo o sistema neurológico ao se consumirem drogas perversas como essas, digo que é como entrar

num labirinto. O jovem que entra no labirinto, se não tiver alguém que o ajude e que abra a porta pelo lado de fora, dificilmente irá encontrar a saída sozinho.

É preciso que haja esses manifestos. Estamos preocupados, sim, junto com a subcomissão presidida pelo Senador Wellington Dias e vários outros Senadores. É uma angústia de todos nós.

Manifesto aqui minha colaboração e meu sentimento à sua fala. A gente vê realmente o sofrimento dessa mãe que se denominou “Esperança”, mas, para que essa esperança vire realidade e se materialize, é preciso da ajuda de muita gente, incluindo todos nós. É nosso dever e nossa obrigação.

Registro aqui, ao meu lado, a presença de um nobre Deputado, colega nosso, também combativo nesse mundo das drogas, o Deputado e amigo Carimbão.

Passo a palavra ao Senador Wellington Dias, como próximo orador inscrito.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, meu querido Carimbão, Presidente da Frente Parlamentar que cuida dessa área das comunidades terapêuticas e políticas sobre drogas, é um prazer recebê-lo. Aliás, V. Ex^a, que está aqui exatamente tratando da busca de uma audiência com a Presidente Dilma para cuidar desse tema, chega no momento em que o Senador Acir traz-nos tal tema, muito atualizado.

Quero aqui reportar-me aos importantes eventos que tivemos hoje nesta Casa. Destaco a audiência com o Senador e hoje Ministro Aloizio Mercadante na área da ciência e tecnologia, tão bem relatada aqui pelo Senador Walter Pinheiro. Alegro-me também ter um projeto, com começo, meio e fim, voltado para essa área da ciência e tecnologia. Tivemos, na Comissão de Educação, um importante debate sobre o Plano Nacional da Educação.

E quero aqui reportar-me à reunião que tivemos, meu querido Presidente Jayme Campos, na Comissão de Assuntos Sociais, tratando com o Ministro Padilha sobre saúde.

Gostei da audiência porque o Ministro, no primeiro *slide* que apresentou, fez questão de demonstrar aos Parlamentares uma pesquisa do Ibope, pesquisa recentemente feita em todo o País, em que é colocada, na opinião do povo brasileiro, a saúde como o mais grave problema. Não podemos esquecer que, não faz muito tempo, o grave problema do Brasil, para a população que já tem tantos, era o problema do desemprego, o problema da segurança. Hoje, o grave problema, na percepção da população, é exatamente a saúde: 41% do povo brasileiro diz ser a saúde o primeiro problema a ser trabalhado por todas as autoridades. Então,

Senadora Ana Rita, isso remete a nos debruçarmos sobre esse tema.

Gostei também da forma como o Ministro apresentou os caminhos por que, pelo Ministério, apresentou agora à Presidente Dilma um conjunto de alternativas. Primeiro porque, para lidar com esse tema, é preciso ter muita coragem. Muita coragem. O que é preciso fazer, o que temos que trabalhar aqui não agrada muita gente. Não agrada muita gente. Aliás, tenho a clareza de que não se faz gemada sem quebrar ovos. É necessário realmente tomar medidas sérias.

Por exemplo, o Ministro assume o compromisso de implantar o Cartão SUS, o que parece óbvio. Cartão SUS. Veja que qualquer um de nós tem um cartão de uma empresa aérea – eu sou funcionário da Caixa e tenho um cartão da Caixa Econômica Federal – e, com esse cartão, em qualquer lugar do País, em um caixa eletrônico ou em uma agência, consigo ter atendimento. Aliás, uma das coisas que o meu avô, que era um homem do campo, mais ficava admirado, Senadora Amelia, era como se usa um cartão em Brasília e se tira o dinheiro de Teresina. Lembro-me dele, do meu saudoso avô – ele veio a falecer há alguns anos – dizendo isso.

Trago isso à memória para dizer que é algo que a humanidade domina, como a tecnologia, e não implantamos isso. O ideal seria implantar o Cartão junto com a identidade, mas hoje também para mim ficou clara a necessidade – e sou um defensor dessa tese – de ter um cartão separado. Por quê? Porque uma parte dos brasileiros não usa identidade e precisa do SUS. São crianças, índios, enfim, um conjunto de setores que, por terem uma idade mais baixa ou por determinadas razões, não têm uma identidade, mas precisam do Cartão SUS, porque, se tiverem algum problema de saúde, precisam ter esse controle. Então, é preciso fazer um sistema separado. Isso é uma mudança.

Não consigo entender. Aqui, como Deputado Federal neste Parlamento, tive uma audiência com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, na época, e com o então Ministro José Serra e fazia a eles a mesma pergunta que fiz depois ao Presidente Lula, junto com os Ministros do seu governo: “Como se explica não priorizar implantar o Cartão SUS?” Porque é o óbvio. É uma forma moderna de controle: controle de desvio, controle de atendimento, avaliação para se saber, inclusive, quais são os reais problemas da sociedade.

Os números que temos hoje são reais? Não tenho essa segurança. Para quem é médico, poder atender um paciente, colocar o cartão dele no seu terminal e saber toda história da vida dele, já pensou que facilidade para o médico? Ele já conhecerá a realidade dessa pessoa.

Então, é uma mudança muito profunda.

O outro foi a abertura à sociedade – como se chama aqui? – de consulta pública para que pudéssemos ter, primeiro, um cadastro nacional de todos que atuam na área da saúde. Onde há um hospital, um posto de saúde, um profissional de saúde? Com isso, ele citava que teve que eliminar mais de 11 mil, que têm alguma forma de irregularidade ou apontam nessa direção.

Então, vejam, uma medida simples como essa! Quero saber com quem estou lidando. É dinheiro público. Então, você ter um cadastro... Não havia um cadastro de todas as áreas que atuam no setor médico, de todos os profissionais que lidam no setor médico.

Outro ponto – e já concedo aqui, meu querido Eduardo Amorim, um aparte – que também parece simples mas é uma medida revolucionária é ter um conjunto de metas. Ter um mapa, no Brasil, das necessidades do Brasil; e, a partir daí, trabalhar a relação do Governo Federal com cada Estado, com cada Município, com cada unidade de saúde vinculada à meta. O gestor ter uma formação adequada, ter uma preparação, para que ele seja não apenas o gestor daquela unidade, cuidar dos funcionários, cuidar da ambulância, enfim, mas ser um gestor de saúde, de ele poder saber que ali tem uma quantidade de mulheres que morrem quando gestantes até o parto; saber qual é a mortalidade infantil do seu Município.

Agora, a meta do Ministro é alcançar um patamar de poder divulgar todo mês. Todo mês você poder ter esses dados; você poder, anualmente, fazer uma avaliação e premiar os melhores. Tem um Município ali onde a mortalidade infantil é 40 por mil; a meta é reduzir, naquele ano, para 35 por mil. Se ele alcançou aquela meta, que seja premiado; que tenha melhores condições de atendimento, de equipamento, enfim, de credenciamento. Os profissionais – inclusive defendo esta tese – devem ter remuneração mais adequada pelo cumprimento da meta.

Ou seja, o Brasil deve poder saber qual é o foco. O foco é a criança. O que queremos para a criança? São as mulheres, os adolescentes, os idosos, são os deficientes. E pedi para incluir no foco exatamente a área do dependente químico, porque esse é um problema grave. Se é grave, tem que atender.

Então, quero acreditar que, com esse conjunto de metas... A criação, por exemplo, da força nacional na área da educação. A discussão assumida por um ministro é que a gente precisa ter uma lei de responsabilidade na saúde, assim como também defendo tê-la na educação, para que você possa dar responsabilidade e ter condições de cumprimento.

Ou seja, se um gestor tem responsabilidade, desde a carga horária, desde cumprir esse conjunto

de metas – sua função de dirigente de um hospital –, desde a prestação de contas até em relação à redução das filas de atendimento, de um prefeito, um governador, enfim, ele também deve ter ali sua responsabilidade. Um secretário municipal, um secretário estadual de saúde.

Creio que esse conjunto de coisas nos coloca inclusive com moral, com força maior para poder olhar para o outro grave problema. E aí não adianta esconder. Temos que aprovar, sim, a PEC nº 29, mas, se necessário, temos também que olhar aqui se há ausência de recursos para pronto-socorro. Se houver, vamos ter que encontrar formas de financiamento.

Cobrei, e o Ministro disse que ainda precisa de uma posição da Presidente, mas temos que definir. E é o Governo que tem que dizer, realmente, se há ou não há essa necessidade; se há, qual é, e onde se vai aplicar. Se pudermos debater aqui – precisa-se melhorar as condições de atendimento em pronto-socorro, precisa-se atender na área de urgência, precisa-se de mais enfermarias em determinadas áreas, precisa-se de mais especialização em tais e tais áreas em que as filas são inacabáveis –, acho que temos como aqui convencer e, corajosamente, tomar uma posição.

Então, Senador Eduardo Amorim, com o maior prazer, concedo um aparte a V. Ex^a, que esteve lá, participando conosco desse debate.

O Sr. Eduardo Amorim (Bloco/PSC – SE) – Senador Wellington Dias, de fato, a Presidente Dilma Rousseff foi muito feliz na escolha do Ministro Padilha para aquela Pasta. Mesmo antes de ele ser escolhido, eu já era um dos que advogavam seu nome. Ele foi muito feliz na sua exposição, na sua visita à Comissão de Assuntos Sociais. Ele colocou ali os planos, os sonhos, os projetos. Ele é um conhecedor e uma pessoa altamente sensível para todas essas questões. A saúde, embora esteja garantida e esculpida na nossa Constituição, a partir do Título VIII, como garantia, como direito, ela clama por efetividade em muitos cantos do nosso País, infelizmente. Eu, como médico, como ex-Secretário de Saúde, como profissional da saúde, como cidadão, sei, realmente, das muitas necessidades que ainda temos, mas também sou daqueles que têm uma esperança enorme. Foi isso que senti hoje com a presença do Ministro Padilha. De fato, saí de lá muito esperançoso, não tranquilo, porque tranquilo, nenhum de nós deve estar, uma vez que estamos diante de uma luta, em que temos que ser vencedores o quanto antes. Quanto mais cedo vencermos esses diversos sofrimentos, com certeza, vamos aliviar a dor em muitos cantos deste País, seja na área da urgência e da emergência, seja no combate às drogas e na recuperação, seja melhorando o Programa Saúde

da Família, seja na assistência farmacêutica, como ele já demonstrou lá nas diversas áreas, seja com a implantação do Cartão SUS e, paralelamente, com a preocupação com a identidade, para que, no futuro, possa também abranger todos os brasileiros – na verdade, seriam dois sistemas de identificação. Então, isso é um avanço, isso é um projeto não apenas para alguns meses ou para alguns anos, mas, com certeza, eu diria, para algumas décadas. Volto a dizer: saí muito esperançoso e espero que essa esperança seja materializada o quanto antes. Digo que nós, Parlamentares, também temos que fazer nossa parte, porque precisamos dar alguns passos e avançar em algumas questões, como o senhor disse. Por exemplo, votar, o quanto antes, a normatização da Emenda nº 29, isto é, colocar os limites, para que os maus gestores não gastem os poucos recursos da saúde com o que não é saúde. Só assim vamos ter mais recursos para a saúde. Mas é preciso também vencer outra questão, que é a do subfinanciamento. Espero que o Ministro Padilha nos ajude nisso. Também precisamos normatizar sobre qual a missão, verdadeiramente, de cada ente federado. Enquanto a gente não tiver essa normatização, se não tiver escrito ali que a função da União é aquela, que a do Estado se resume a isso e que a dos Municípios a isso, acho que cria uma confusão, um labirinto que precisamos ultrapassar o quanto antes. Mas, insisto: saí esperançoso e vejo, realmente, uma boa intenção, um bom propósito por parte do Ministro.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Agradeço a V. Ex^a e sei que pode contribuir e muito...

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Senador Ferraço, com imenso prazer.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – Eu me associo também à manifestação do Senador Paulo Davim, porque foi com entusiasmo também que participei desse importante debate, hoje, pela manhã, na Comissão de Assuntos Sociais, tão bem presidida pelo nosso Senador Jayme, nosso Presidente em exercício na reunião. Foram mais de quatro horas de um debate muito intenso, muito franco, muito aberto. O Ministro Padilha, de maneira civilizada, de maneira franca, democrática, cordial, fez um enfrentamento sincero dos nossos desafios, não deixando de reconhecer, com muita humildade – e essas foram suas palavras: “O tanto que o SUS caminhou ainda é muito pouco perto daquilo que o SUS precisa caminhar, para que possamos edificar um sistema de saúde pública que possa estar à altura da dignidade do povo brasileiro.” Em especial, fiquei muito impressionado com a atenção

do Ministro com a saúde preventiva, à atenção primária. Não sou médico, mas, como Vice-Governador do meu Estado, pude presenciar a importância do fortalecimento na atenção primária. A participação efetiva, enfim, de um pacto federativo que possa unir os três níveis federados, porque, pelo menos 50% das doenças crônicas que alcançam os brasileiros são doenças que podem e que devem ser tratadas preventivamente, como diabetes, como as do coração; são doenças que têm a ver com a cultura, com o dia a dia, com o sedentarismo, com a maneira de se alimentar. Ou seja, é preciso que tenhamos muito mais atenção com a vida e menos atenção com a saúde. Pude ver o quanto o Ministro Padilha estará direcionando suas ações para uma tentativa importante, que é a tentativa de desospitalizarmos a saúde. Por isso me incorporo à manifestação com otimismo; um otimismo com meus dois pés muito fincados no chão, porque temos a dimensão exata da complexidade, do desafio que é construir um modelo de saúde pública que possa contemplar a população brasileira. Mas acho que estamos no caminho certo e devo me congratular com a nossa Presidente Dilma, por ter colocado no Ministério um homem preparado, competente, articulado e com disposição, porque tem uma história de vida marcada por compromisso com o sanitarismo. Parabéns a V. Ex^a por trazer um tema tão relevante para a população brasileira nesta noite, no Senado Federal.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Ferraço, e incorporo todas as contribuições ao meu pronunciamento.

Devo dizer ainda que, além de trabalhar essa área da prevenção como prioridade, ele, como sanitarista, como médico sanitarista, conhece com profundidade esse tema, além de trabalhar a necessidade dessa definição, como lembrava aqui o Senador Eduardo Amorim, em relação às competências, não só a simples classificação de baixa, média e alta complexidade, mas ele deve poder, realmente, colocar essa responsabilidade num pacto, em que cada um vai ter que ter responsabilidade em cada uma das áreas, inclusive do profissional até o gestor, o que é importante. Se não, se um não cumpre com sua responsabilidade, ele atrapalha o outro, que termina tendo graves problemas.

Senadora Ana Rita, ouço, com o maior prazer, V. Ex^a.

A Sr^a Ana Rita (Bloco/PT – ES) – Rapidamente, Senador Wellington Dias, eu gostaria de parabenizá-lo por essa sua exposição aqui, hoje, com relação à audiência pública que aconteceu hoje, de manhã, e quero fazer coro também às palavras de V. Ex^a e às palavras dos demais Senadores, o Senador Paulo Davim e o Senador Ricardo Ferraço. Realmente, a participação

do Ministro, hoje pela manhã, foi impressionante: a competência, a capacidade e, mais do que isso, o compromisso que ele tem e o compromisso do nosso Governo com o Sistema Único de Saúde. Nós temos um sistema extremamente importante no nosso País, que está se qualificando a cada dia. Conforme disse o próprio Ministro, Senador Wellington, o Sistema Único de Saúde é, hoje, uma referência para a construção dos demais sistemas que existem no nosso País. Ele citou alguns, entre eles o Sistema Único de Assistência Social. Nós podemos dizer que é referência também na área de educação, na área de segurança pública e em outras áreas. Então, podemos dizer que temos um importante sistema hoje, que funciona no Brasil inteiro, apesar das dificuldades que a gente ainda enfrenta, mas que depende muito de um pacto federativo, que precisa ser fortalecido com todos os Estados e Municípios, para que, de fato, o sistema seja efetivo e chegue a todos os brasileiros e brasileiras. Eu queria apenas, Senador Wellington, fazer um destaque. Chamaram-me muito a atenção, na apresentação dele, além das falas que aqui foram ditas, os programas existentes, mas, de uma maneira particular, com relação à saúde mental e também aquele voltado para o atendimento aos usuários de drogas, particularmente o *crack*, uma grande preocupação de todas as pessoas. A saúde cumpre um papel extremamente importante nessa área. Esse é um destaque importante. Agradeço e parabeno V. Ex^a pela fala de hoje.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu agradeço e fico também muito feliz por ver o povo do Espírito tão bem representado, aqui, pela sua Bancada, destacando V. Ex^a.

Quero citar dois dados. Os Ministérios levaram em conta, para a situação na área de prevenção, até para poder atuar na área de prevenção, as áreas mais graves, como a área de acidentes de trânsito, ou seja, acidentes de motocicleta e, para minha surpresa, de bicicleta, destacando-se da área dos homicídios e dos graves problemas enfrentados pela área em perdas humanas e pela saúde.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Solicito ao ilustre Senador Wellington que conclua em dois minutos, porque tem vários oradores inscritos, em que pese eu fique muito feliz por ouvir sua fala.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o maior prazer. Agradeço a V. Ex^a e queria, antes de passar a palavra ao Senador Moka, com o maior prazer, citar o destaque na área da gestão.

Veja, exatamente hoje, nós temos um modelo que quanto mais melhora, mais piora. Se você tem um Município, seja do Mato Grosso do Sul, do Espírito Santo ou do meu Piauí... Aliás, estava o Prefeito de Teresina hoje, lá, contando o desespero que vivem o pronto-socorro de Teresina e várias das suas unidades.

Então, se melhora o sistema, os outros Estados, os outros Municípios que não têm um sistema adequado correm para lá. Então, você tem um modelo que desmantela quando melhora, porque ele também não é devidamente remunerado. Assim, o cartão SUS, a Central de Regulação, a Central de Compensação, enfim, toda essa sistemática é que vai dar uma nova cara e uma nova forma de se lidar com o sistema.

Com o maior prazer, eu gostaria de ouvi-lo.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco/PMDB – MS) – Sob o olhar severo do Presidente, eu vou ser muito objetivo. Senador Wellington, eu queria repetir que eu acho que o Ministro Padilha – eu quero só me ater a isso – é um profissional da área da saúde, tem uma formação acadêmica muito boa, tem experiência como gestor no Executivo e é um Ministro que tem prestígio junto ao Governo. Eu acho que essas três coisas são muito difíceis de se juntar numa pessoa. Ele tem isso, tem competência, tem determinação. Agora, eu vou insistir, para encerrar, que nós temos de discutir fonte de financiamento e dinheiro novo para a saúde,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Waldemir Moka (Bloco/PMDB – MS. *Fora do microfone.*) – ... senão, meu caro Senador, em que pesem toda a competência, todos esses requisitos que tem o Ministro, ele não dará conta. Eu o ouvi falando: “Nós vamos expandir a ação básica de saúde. Nós vamos expandir”. Como, se o Ministério, hoje, não tem dinheiro nem para o custeio? Essa é a realidade dos fatos, por isso a saúde, no País inteiro, encontra-se nesse verdadeiro caos em que está. Quero deixar claro que está aqui, até por minha formação acadêmica, alguém que será solidário e que quer ajudar, mas eu acho que nós temos de fazer esse enfrentamento. Há necessidade da regulamentação da Emenda nº 29 e isso este Congresso tem de fazer.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Muito bem.

Eu quero encerrar, Sr. Presidente, exatamente lembrando isto: creio que a gente não pode perder a oportunidade, essa oportunidade de ter uma Presidente que abraça um programa como esse e um Ministro que traz a esta Casa uma proposta como essa. Então, no que for necessário, nós vamos ter de trabalhar.

Então, parabéns a V. Ex^a, que tão bem presidiu e também pela paciência nesse ato. Com certeza, va-

mos fazer a nossa parte para que a gente possa dar uma solução para o grave problema da saúde, para o povo brasileiro.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Wellington Dias, o Sr. Eduardo Amorim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sempre é um prazer ouvir V. Ex^a, Senador Wellington Dias. Eu gostaria que V. Ex^a continuasse na tribuna, entretanto, há vários oradores inscritos.

Quero, com muita honra, conceder a palavra ao valoroso Senador Eduardo Amorim, que, por sinal, foi autor do requerimento para que o Ministro da Saúde viesse, hoje, à nossa Comissão. S. Ex^a fez várias indagações e acho que todos nós ficamos satisfeitos.

Espero que, de fato, Senador Eduardo, tudo aquilo que o Ministro nos falou concretize-se, para melhorar a saúde pública no Brasil.

Concedo a palavra a V. Ex^a por 20 minutos.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – É o que esperamos, Sr. Presidente. Não só esperamos, mas necessitamos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, venho, nesta noite, a esta tribuna falar sobre um importantíssimo patrimônio do meu povo, o povo sergipano. Falo do Banese, Sr. Presidente, Banco do Estado de Sergipe, hoje presidido pelo economista Salmineo Nascimento.

O Banese foi criado em 1961, com o nome de Banco de Fomento Econômico (Banfese), durante o governo do Dr. Luiz Garcia.

Em 2 de janeiro de 1964, durante o governo de Seixas Dórea, o banco inicia suas atividades, tendo como seu primeiro presidente o então jornalista Orlando Dantas, que, na ocasião, ao proferir seu discurso, salientou a importância do papel que o Banfese iria desempenhar no desenvolvimento econômico de Sergipe e acrescentou que o banco iria crescer e se tornar um dos mais importantes do Estado. Ele tinha razão, Sr. Presidente,

Em 1967, passou a se chamar Banese, sofreu mudanças na estrutura organizacional e foram inauguradas as primeiras agências no interior do Estado, nas cidades de Itabaiana, minha terra natal, Boquim, Lagarto, Estância, Nossa Senhora das Dores e Aquidabã. A partir de então, o Banese foi expandindo sua rede de atendimento por diversos bairros da capital e Municípios do interior.

Nessa época, foi criada a Caixa de Assistência dos Funcionários e a Associação Atlética Banese.

Um marco histórico, Sr. Presidente, para a consolidação do nosso banco aconteceu em 1978, quando uma reestruturação administrativa elegeu como prioritário o desenvolvimento da área de recursos humanos, com ênfase no treinamento e aperfeiçoamento do quadro funcional, a implementação dos setores financeiros e de planejamento e de sistemas e métodos, além da instalação do Centro de Processamento de Dados, dando início ao processo de informatização do banco.

Seguindo o curso natural de expansão, foram criados a Bacisa (Banese Crédito Imobiliário/Poupança Banese), a Banese Corretora de Seguros, o Sergus (Instituto Banese de Seguridade Social), a carteira de Open Market e o Sistema de Conta Única do Governo Estadual. Tornou-se Banco Múltiplo, automatizou totalmente suas agências e interligou-se a mais de 4.700 agências de bancos estaduais de todo o País.

Após 1994, com a estabilização da moeda, o Banese, tal qual aconteceu com outras instituições bancárias, passou a enfrentar uma difícil fase financeira. Contudo, Sr. Presidente, nos últimos anos, essas dificuldades foram superadas através de fortes investimentos nos seus colaboradores, ou seja, no seu quadro funcional, em produtos e serviços bancários, na modernização da sua rede de atendimento, em automação e em tecnologia.

A existência de bancos estaduais foi, por muito tempo, característica do nosso País. Atualmente, são apenas seis. O Banese, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, é um desses seis bancos restantes.

Está consolidado no mercado sergipano e nacional como uma instituição financeira abalizada por sua credibilidade, solidez e pelos resultados expressivos que têm sido alcançados a cada exercício financeiro, o que o qualifica como um dos bancos mais sólidos do País.

A revista internacional **Latin Trade** lista um **ranking** com 85 bancos da América Latina e Caribe, considerando seus ativos. Dos seis bancos estaduais ainda em operação no País, cinco fazem parte dessa lista, e o Banese, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, está entre os maiores bancos da América Latina.

No **ranking**, o Banese, Banco do Estado de Sergipe, aparece na 73^a posição, entre os 85 bancos relacionados. Sua presença entre os *Top Banks* da América Latina e Caribe – a exemplo de Argentina, Brasil, Chile, México, Peru e Venezuela – é uma prova da importância das ações da instituição no desenvolvimento do nosso Estado.

Buscando sempre o desenvolvimento sustentável de Sergipe e a valorização do povo, o Banese apoia diversos projetos sociais nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, cultura e arte. Patrocina dezenas de eventos esportivos e obras literárias, ações que fazem do Banco do nosso Estado uma empresa efetivamente cidadã, confirmando a sua vocação de ser o promotor financeiro do desenvolvimento socioeconômico do Estado de Sergipe e de constituir-se, cada dia mais, no banco do povo sergipano.

Portanto, Sr. Presidente, ratifico o que disse o primeiro presidente da instituição, o jornalista Orlando Dantas, que profetizou a importância do Banese para o desenvolvimento econômico e social do nosso povo, o povo sergipano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Eduardo Amorim.

Concedo, com muita honra, a palavra à Senadora Ana Amelia, que certamente também será generosa conosco na noite de hoje.

V. Ex^a tem a palavra por 20 minutos.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente Jayme Campos.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, nossos telespectadores que nos acompanham pela TV Senado, os pequenos agricultores familiares e assentados da reforma agrária estão muito apreensivos não só com as preocupações relacionadas ao seu endividamento, mas também com as decisões que este Congresso Nacional deve tomar relativamente ao Código Florestal, cuja votação, que estava marcada para hoje à noite na Câmara dos Deputados, foi adiada para o dia 10 deste mês.

A dificuldade vivida pelos pequenos agricultores que possuem dívidas foi o motivo da união das três entidades que representam a agricultura familiar e os assentados do meu Estado, o Rio Grande do Sul, a saber: a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetag), a Via Campesina e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) do Sul, que produziram um documento, Sr. Presidente, mostrando as causas do endividamento da agricultura familiar no Rio Grande do Sul.

Mas esse não é um problema exclusivo do meu Estado. Aqui, nesta tribuna, o Senador Vital do Rêgo, da Paraíba, Paraíba também do nosso colega Cícero Lucena e Wilson Santiago, revelou que o BNB concedeu a um pequeno agricultor paraibano empréstimo de apenas R\$6 mil – vou dizer novamente: R\$6 mil – a um pequeno agricultor. Essa dívida, Presidente, hoje,

está em torno de R\$60 mil. É pagável essa dívida para quem tomou R\$6 mil? Talvez entregando toda a sua propriedade ao banco, ainda assim fica com dívidas a instituição financeira.

Essa é a realidade que estamos vivendo hoje, em pleno século XXI, Sr. Presidente.

Além de demonstrar a união das três entidades em torno de uma causa em busca de uma solução para o endividamento, a questão novamente ressalta a visibilidade da importância que a agricultura familiar tem para o desenvolvimento econômico de nosso País.

O documento elaborado pelas três entidades que, aliás, propus que estivesse registrado nos Anais deste Senado, mostra que o valor global das dificuldades no Brasil, hoje, dessas dívidas vencidas e vincendas está estimado em R\$30 bilhões. Um valor pequeno, se comparado com o impacto que a atividade desses produtores assentados ou agricultores familiares representa para a produção na economia brasileira e dos alimentos. De acordo com o diagnóstico, desses R\$30 bilhões, para as dívidas mais urgentes, dívida que os trabalhadores rurais, os produtores da agricultura familiar têm que pagar agora, estima-se que esse valor chegue a R\$8 bilhões.

As causas desse endividamento, Sr. Presidente, e do descompasso entre dívidas e capacidade de pagamento não são de agora. Elas vêm de muito tempo. E o senhor, que conhece bem a agricultura, representante do Mato Grosso, sabe dessas dificuldades, pois ela atinge não só o pequeno, o médio, o grande, mas atinge mais duramente o agricultor familiar.

Nos últimos anos, os custos de produção aumentaram muito. Enquanto isso, os preços dos produtos tiveram uma queda comparativa nos preços. Além disso, muitos dos pequenos agricultores ou médios agricultores foram prejudicados por uma série de fenômenos climáticos, como, no caso do Sul, várias secas sucessivas, que acabaram agravando o problema da descapitalização e desse endividamento. Aliás, o preço, hoje, dos alimentos é baixo para o consumidor, o que é uma posição confortável para o Governo, mas quem está pagando essa conta do preço baixo no supermercado é o agricultor familiar, é o agricultor do assentamento, é o pequeno e médio agricultor. E ele está pagando o preço da estabilidade, inclusive colaborando com a inflação. Porque com estabilidade, com oferta de alimentos em abundância, sem precisar importar, está colaborando para isso. Mas, em contrapartida, os preços e os custos para produzir uma lavoura estão cada vez maiores. Aliás, em relação a isso, no mês de março, a FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, juntamente com a Cepal, organismo econômico da América Latina, com sede

no Chile, e o IICA, um Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, chegaram à conclusão de que existe um viés equivocado dos países latino-americanos em relação ao atendimento e às políticas para tratar do setor da produção de comida. Contrariamente aos países desenvolvidos, como a Europa e a América do Norte, onde os governos tratam essa questão como questão de estado. E os tesouros, tanto da Europa, quanto da América do Norte, despendem enormes quantias em subsídios para proteger os seus agricultores, isto é a diferença de que trata aqui, no caso da América Latina, em que os governos ficam muito mais preocupados com o eleitor e o consumidor e não atendem para dar o suporte necessário a quem está produzindo alimentos em nosso País.

Desde 1994, quando foi criado o Plano Real, a inflação medida pela Fundação Getúlio Vargas, através do Índice Geral de Preços, foi de 318%, Sr. Presidente. Enquanto isso, a variação dos preços dos alimentos foi muito inferior. Veja o caso do arroz, que subiu no mesmo período apenas 170%; o milho, 110%; a soja, 188%; o trigo, 159% e o leite 204%, no mesmo período em que a inflação chegou a 318%. Portanto, por aí, começamos perceber as dificuldades, as razões e as raízes deste crônico endividamento do setor agropecuário e de quem produz alimentos, especialmente a agricultura familiar.

Enquanto os preços dos alimentos eram reduzidos, Sr. Presidente, em comparação com os índices da inflação oficial, o custo dos insumos agrícolas aumentou em índices muito superiores ao IGP-DI, dos 318%.

Uma colheitadeira, por exemplo, no mesmo período, teve o seu preço elevado em 390%; um trator médio aumentou, no período, 380% e o óleo *diesel* 421%. Aliás, em relação ao *diesel*, gasolina, estamos, agora, encalacrados com esse aumento abusivo. Todo dia recebo no meu *e-mail* indagações dos consumidores apavorados com o impacto que o aumento no preço dos combustíveis vai representar, sobre a inflação e sobre o bolso dos consumidores.

Foi exatamente por isso, Sr. Presidente, que propus, na Comissão de Assuntos Econômicos, uma audiência pública para debater a questão das razões do aumento dos combustíveis. E até sugeri ao Presidente Delcídio Amaral que faça essa audiência pública junto com a Comissão do Meio Ambiente, presidida pelo Senador Rodrigo Rollemberg, que fez uma sugestão semelhante na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, com o mesmo objetivo de avaliar as razões e a causa desse aumento abusivo no preço dos combustíveis. Sugeri, para economia de tempo, que as duas comissões façam esse debate, Senador Rodrigo Rollemberg. Penso que dessa forma vamos

dar uma resposta do Senado aos consumidores para essa questão tão aguda que vai certamente ter impacto sobre os índices de inflação.

É nessa medida que vemos aí exatamente os problemas que o pequeno agricultor está sofrendo em relação a preço baixo para os seus produtos e a preço alto para produzi-los. Significa que o preço dos principais alimentos produzidos pela agricultura familiar estão muito defasados, quando comparados a 1994, enquanto o custo dos insumos aumentou demasiadamente. Aliás, de acordo com o senso agropecuário do IBGE, a agricultura familiar, Sr. Presidente, responde por 40% da produção agropecuária global do País e 70% do abastecimento interno.

Se não bastassem as dificuldades comerciais enfrentadas pelos pequenos agricultores da agricultura familiar brasileira, este setor ainda é fortemente afetado por catástrofes naturais e fenômenos climáticos, como disse no início do meu pronunciamento, que teve impacto negativo sobre a produção, com frequentes estiagens no sul do País.

Somente no meu Estado, o Rio Grande do Sul, no ano passado, Sr. Presidente, 491 portarias de decreto de situação de emergência foram publicadas, em virtude da ocorrência de estiagens, enxurradas, granizo, vendavais e enchentes. Em que pese essa situação seja frequente todos os anos, com o advento dos fenômenos “**El Niño**” ou “**La Niña**”, os bons índices de produtividade da agropecuária têm dado forte contribuição para o crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro, ou seja, da nossa riqueza, e especialmente para o superávit da nossa balança comercial.

Esses números traduzem a importância da agricultura familiar no abastecimento interno, contribuindo para a soberania alimentar do País, para a geração de emprego e para a oferta abundante de alimentos baratos, contendo a inflação e mantendo a atividade econômica dos pequenos e médios Municípios.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, nossos ouvintes da Rádio Senado, o apoio ao setor agrícola brasileiro, em especial à agricultura familiar, através da busca de soluções para o endividamento dos pequenos agricultores representa um custo baixo, do ponto de vista do impacto financeiro, se considerarmos a importância da agricultura familiar para a economia e o abastecimento do nosso País.

O problema do endividamento agrícola tem impactado a agricultura familiar, impedindo o acesso a novos financiamentos e gerando um ciclo de empobrecimento, incapacidade de atualização tecnológica, êxodo rural e concentração de renda, Sr. Presidente. Aliás, neste momento, os produtores de arroz do meu

Estado estão, com toda a razão, preocupadíssimos porque não está sendo cumprida a política de preços mínimos que determinou R\$25,00 por saco. Os produtores não conseguem vender a esse preço, e o Governo ainda não conseguiu encontrar medidas que resolvam esse gravíssimo problema, que vai ainda representar o agravamento dos problemas da descapitalização e do endividamento no setor.

A proposta das Entidades Representativas da Agricultura Familiar, como falei – Fetag, Via Campesina e Fetraf Sul –, está consubstanciada nessas propostas, Sr. Presidente:

- a) consolidação do conjunto das dívidas vencidas e vincendas da agricultura familiar em contrato único, inclusive as dívidas dos pequenos agricultores integrados e Proger Rural Familiar para agricultores portadores de Declaração de Aptidão do Pronaf – DAP, contratados até a safra 2010/2011;
- b) repactuação do saldo devedor e alongamento do prazo em até 15 anos para a quitação dessas dívidas, com carência de dois anos;
- c) bônus de adimplência de 30% em todas as parcelas repactuadas;
- d) juro zero;
- e) remissão de valores até R\$12 mil por família, incluindo o crédito emergencial;
- f) individualização das dívidas contraídas em grupo ou com aval solidário;
- g) acesso a novos financiamentos.

Sr. Presidente, essas medidas são importantes para a manutenção das famílias no campo, evitando o êxodo rural, principalmente juvenil, para as grandes cidades, onde as dificuldades de infraestrutura urbana e habitacional já são muito conhecidas. Essas medidas são necessárias, também, para que a agricultura familiar continue a movimentar a economia nos pequenos Municípios – especialmente falo pelo meu Estado –, gerando um ciclo virtuoso de desenvolvimento no interior do nosso País.

Sr. Presidente, já propusemos, aliás, uma audiência pública, para examinar esse assunto no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. E imagino que esse debate, com a presença de autoridades, possa ajudar-nos a encontrar uma saída e uma solução para esse grave problema.

Ele acontece no momento em que esta Casa deverá brevemente receber da Câmara dos Deputados o Código Florestal, para que o analisemos. E terá um impacto muito importante, especialmente para os pequenos agricultores.

Faço questão de registrar, para surpresa e avaliação dos senhores, o alerta do cientista José Galizia Tundisi, especialista em recursos hídricos do Instituto Internacional de Ecologia e membro titular da Academia Brasileira de Ciências, instituição contrária à aprovação agora do Código Florestal, sob o argumento de que essa matéria não está madura, apesar das intensas negociações.

E observem o argumento usado pelo cientista, Sr. Presidente. Para ele, é preciso melhorar a produtividade, em vez de simplesmente aumentar as áreas de plantio. Palavras textuais do cientista citado: *“Não se pode aumentar as áreas agrícolas à custa do desmatamento, porque isso vai prejudicar a biodiversidade e inviabilizar a produção de alimentos”*.

Pois a esse cientista vou lembrar os dados fornecidos por outros cientistas – cientistas dedicados, em tempo integral e de corpo e alma, à pesquisa na área da produção agropecuária –, que são os nossos pesquisadores da Embrapa.

A Embrapa fez um levantamento geral sobre a situação da produção agropecuária brasileira, Sr. Presidente, e chegou à seguinte conclusão, que corresponde às preocupações do cientista citado: nos últimos 35 anos, enquanto a área plantada no País aumentou 48%, a produção de alimentos aumentou 268%. O que significa isso, senão o uso de tecnologias modernas, de preservação ambiental – o plantio direto, por exemplo –, da agricultura de alta precisão? Caso contrário, não teríamos condições, numa área aumentada num percentual muito inferior ao da produção, de chegar a esse resultado.

Portanto, os agricultores estão, sim, comprometidos – estou falando da maior parte dos nossos agricultores – com a preservação ambiental, porque sabem que é da terra que sai o sustento de suas famílias; é da terra que sai a sua riqueza e é da terra que vai sair a riqueza do nosso País, já que o Governo – e faz muito bem – mostra sempre os números da nossa produção agropecuária.

Sr. Presidente, o Brasil é o segundo maior produtor e exportador de soja e do complexo carne do seu Estado, Mato Grosso; de etanol, de açúcar, de café, de tabaco, de suco de laranja. Tudo sai de onde, Sr. Presidente? Tudo sai do campo. E é esse produtor que tem compromisso com a preservação desse ambiente que está agora correndo risco de não ter a segurança jurídica necessária caso esse Código Florestal não seja votado.

Esperamos dos Srs. Deputados e do Governo que haja um consenso em torno dessa matéria, e esta Casa estará aqui preparada para receber o Código Florestal. Como Casa revisora, poderá tratar desse

assunto com toda responsabilidade que temos diante do País, sobretudo, e das gerações que espera ver e acompanhar um futuro de grandeza, de desenvolvimento e também de emprego.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento a Senadora Ana Amelia pelo belo pronunciamento defendendo os nossos pequenos produtores, que dependem visceralmente de boas políticas públicas, e principalmente pela questão do Código Florestal. Acho que o Congresso Nacional tem a responsabilidade de aprová-lo, para dar segurança jurídica àqueles que produzem, que constroem a grandeza do Brasil. Imagino que a Câmara, na próxima semana, estará votando o Código, que será encaminhado para o Senado. Vamos discuti-lo também com a maior profundidade possível, para fazermos um Código Florestal condizente, sobretudo de forma responsável, e continuarmos a ser um grande produtor mas, acima de tudo, um grande preservador, porque o Brasil, sem sombra de dúvida, é um dos países que mais preserva no Planeta.

Parabéns, Senadora Ana Amelia.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra a Senadora Ana Rita, que tem o privilégio de falar por 20 minutos, regimentalmente, mas S. Ex^a me garantiu, me assegurou que falará apenas 15 minutos.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Quero saudá-lo na noite de hoje e saudar os Senadores e Senadoras. Na minha fala de hoje, Sr. Presidente, quero me reportar ao dia 1º de maio, domingo passado, em que comemoramos o Dia Internacional do Trabalhador.

Por isso, venho a esta tribuna para saudar as trabalhadoras e os trabalhadores do nosso País.

A data é uma homenagem aos oito líderes trabalhistas norte-americanos que morreram enforcados em Chicago (EUA), em 1886, por liderarem uma greve geral que teve início justamente no dia 1º de maio daquele ano, reivindicando a jornada diária de oito horas de trabalho.

Passados 125 anos, neste 1º de maio, a classe trabalhadora renova suas forças e vigor e mostra que permanece na luta. As trabalhadoras e os trabalhadores lutam por uma sociedade socialista, democrática, justa e solidária; sonham com ela.

No Brasil, nesse 1º de maio, as diversas centrais sindicais, Sr^a Senadora, manifestaram, por este Brasil afora, as suas reivindicações e, de maneira particular,

a Central Única dos Trabalhadores também nos apresentou a sua pauta de reivindicações. A CUT organizou sua manifestação com o lema Liberdade e Autonomia Sindical, reforçando a campanha pelo fim do imposto sindical. Cada vez mais precisamos fazer com que os sindicatos no Brasil sejam fortes, representativos, e só vamos conseguir isso quando os trabalhadores e as trabalhadoras puderem escolher, decidir como querem financiar seus sindicatos.

Além dessa luta, os trabalhadores reivindicam também a redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais, uma justa reivindicação; e ainda reivindicam o fim das dispensas imotivadas, o combate à precarização do trabalho e à terceirização e informalidade; o direito à moradia, democratizando o uso do solo através de uma ampla reforma urbana; a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar como forma de garantir alimentos de qualidade na mesa de todos os trabalhadores e de todas as trabalhadoras.

Sr^{as} Senadoras, nossa Presidenta que está presidindo a sessão nesta noite, Srs. Senadores, quero aproveitar esta ocasião ainda para lembrar temas específicos relativos às mulheres. V. Ex^a também tem defendido muito aqui a causa das mulheres, e entre esses temas quero destacar a equidade salarial e fim da violência contra a mulher.

Destaco, ainda, a luta das trabalhadoras domésticas. É preciso refletir exatamente sobre o que é preciso avançar e o que podemos fazer como parlamentares, mulheres e homens públicos, para garantir todos os direitos de que essas trabalhadoras precisam, já que a categoria tem mais de 70 anos de organização e falta, ainda, às domésticas igualdade trabalhista, que é um grande problema hoje. Lamentavelmente, uma categoria tão importante, tão expressiva, tão necessária para as nossas vidas e ainda não tem a igualdade trabalhista com as demais trabalhadoras e trabalhadores deste País.

Embora a legislação esteja cada vez mais garantidora, na realidade, essas trabalhadoras se encontram muito distantes dessas conquistas. Imaginem se todas essas trabalhadoras resolvessem cruzar os braços ao mesmo tempo em quase seis milhões de lares, recusando-se a continuar o seu dedicado trabalho altamente produtivo, pois permite que homens e mulheres, de condições sociais mais elevadas, possam se dedicar ao seu trabalho externo. Seria, sem dúvida, um verdadeiro caos. Mesmo assim, 2/3 dos empregadores não cumprem as leis estabelecidas para o trabalho doméstico remunerado.

Como podemos notar, ainda há muito a avançar, e novas iniciativas regulatórias de ampliação de

direitos estão em andamento, como o abono salarial, salário família, benefícios por acidente de trabalho, adicional de periculosidade e insalubridade, pagamento de horas extras, jornada de trabalho fixada em lei e adicional por trabalho noturno. A luta das trabalhadoras domésticas e essas iniciativas contam com o meu irrestrito apoio, assim como as demais reivindicações das trabalhadoras e dos trabalhadores de todo Brasil e também do Estado do Espírito Santo, que representam nesta Casa.

As bandeiras defendidas pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores são mais do que justas e já passamos da hora de atendê-las, como é o caso da redução da jornada de trabalho sem redução nos salários. Os trabalhadores têm o direito de ter melhores empregos e maior tempo para se dedicar ao estudo, à arte, à cultura, ao lazer, ao esporte e a sua família, enfim, a uma melhor qualidade de vida.

Aqui, Sr Presidenta, quero fazer um destaque. Muitas vezes, a violência que acomete tantos jovens e tantas crianças da nossa sociedade é decorrência da falta de convívio familiar, de convívio com seus próprios pais.

Por isto é tão importante a redução da jornada de trabalho: para que os pais possam ter mais tempo para suas famílias, mais tempo para seus filhos e, assim, evitar que muitos de nossos jovens e de nossas crianças encontrem na rua, e não dentro de sua própria casa, o seu espaço de diálogo. Reduzir a jornada de trabalho é muito importante e é uma forma de contribuir para a redução da violência em nosso meio.

Como as trabalhadoras e os trabalhadores, acredito que o 1º de Maio é data em que se devem comemorar importantes conquistas. Porém, ela é mais do que uma data festiva, é uma data para que os trabalhadores reflitam e se conscientizem ainda mais da necessidade de reforçarem a sua luta, pois a organização e a unidade são palavras-chave para continuar avançando e de forma mais acelerada.

Nesse sentido, quero pedir a atenção desta Casa para importantes projetos, de interesse da classe trabalhadora, que tramitam no Congresso Nacional há anos e que precisam ser, urgentemente, analisados.

Não poderíamos fazer melhor homenagem aos trabalhadores e às trabalhadoras do que votando a favor dos seus interesses.

E aqui quero citar algumas proposições de Senadores, companheiros nossos que estão na atual legislatura. Entre elas, a PEC nº 231, de 1995, dos Senadores Inácio Arruda, do PCdoB do Ceará, e Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, que reduz a jornada máxima de trabalho para quarenta horas semanais, sem redução de salário, e aumenta o valor da hora extra

normal. Cito também a PEC nº 438, de 2001, que pune a prática do trabalho escravo com a expropriação da terra para fins de reforma agrária.

Por fim, termino saudando todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores, em especial as trabalhadoras e os trabalhadores do nosso Estado do Espírito Santo, os trabalhadores e as trabalhadoras capixabas.

Viva a classe trabalhadora do nosso País!

Era isso, Srª Presidente, que eu tinha a dizer neste momento em saudação ao 1º de Maio, dia mundial dos trabalhadores e das trabalhadoras do mundo inteiro.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Srª Ana Rita, o Sr. Jayme Campos deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Ana Amelia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senadora Ana Rita. A Mesa se solidariza com sua manifestação para celebrar a data de 1º de Maio, ocorrida no domingo. Todos reconhecemos a importância social e os direitos da classe trabalhadora em nosso País. O principal formulador de políticas para essa classe nasceu no meu Estado, que foi Getúlio Vargas, com a CLT. Obrigada, Senadora Ana Rita.

Pela ordem de inscrição, tem a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezada Presidenta, Senadora Ana Amelia, ilustre representante do Estado do Rio Grande do Sul, prezados Senadores e Senadoras, de forma muito especial, Senador Jayme Campos, nesta noite de hoje, quero cumprimentar o Ministro da Ciência e Tecnologia Aloizio Mercadante, que esteve hoje na Comissão de Ciência e Tecnologia para apresentar os projetos e os programas do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O Ministro Aloizio Mercadante, que foi Senador desta Casa, é um dos políticos mais tarimbados, mais experientes e mais competentes deste País, e eu tenho convicção absoluta de que saberá conduzir bem a política de ciência e tecnologia do País, especialmente no momento em que o Brasil vem crescendo e, nos últimos anos, conseguindo desenvolver políticas promissoras na área de ciência e tecnologia por meio das gestões do Ministro Roberto Amaral, do Ministro Eduardo Campos, hoje Governador de Pernambuco, e do Ministro Sérgio Rezende, que é um físico extremamente respeitado pela comunidade científica.

Eu gostaria de compartilhar algumas indagações e preocupações que levei àquela comissão a respeito da política de ciência e tecnologia do Brasil, entendendo que o eixo do nosso desenvolvimento, do desenvolvimento sustentável, do desenvolvimento com soberania,

passa necessariamente por fortes e regulares investimentos em ciência, tecnologia e inovação.

Em 2004, o Ministério da Ciência e Tecnologia, juntamente com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, desenvolveu uma política industrial, tecnológica e de comércio exterior e, naquele momento, identificou quatro setores estratégicos e três setores portadores de futuro, que deveriam ser induzidos pelas políticas de ciência e tecnologia.

Refiro-me ao setor de **software**, ao setor de bens de capital, de fármacos e ao de microeletrônica, e aos setores portadores de futuro: os setores de nanotecnologia, biotecnologia e biomassa. Importante ressaltar que todos esses setores são bastante desfavoráveis ao Brasil no que se refere à balança de pagamentos, o que significa que, se conseguimos investir nesses setores, através de tecnologia brasileira, tecnologia nacional, nós estaremos trazendo grandes benefícios à população brasileira.

Eu gostaria de saber do Ministério da Ciência e Tecnologia quais foram, ao longo desses anos, os investimentos efetivos na formação de recursos humanos nessas áreas e se há, em curso, no seio do Governo, alguma revisão dessa política industrial, tecnológica e de comércio exterior, inclusive com a adoção de novos setores como os setores prioritários da economia brasileira.

Quero aqui cumprimentar o Ministro pela escolha de sua equipe extremamente capacitada, mas especialmente pela escolha do Secretário Carlos Nobre, que vem do INPE e que participou do IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas.

Eu me lembro que, na legislatura passada, na Comissão de Mudanças Climáticas, o Dr. Carlos Nobre apontava duas grandes vertentes de pesquisa na área de mudanças climáticas: uma que deveria levar o Brasil a desenvolver tecnologias para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa e outra no sentido de levar o Brasil a se adaptar aos eventos climáticos extremos.

Infelizmente, nós estamos vivendo uma realidade cada vez mais regular de acontecimentos de eventos climáticos extremos. Tivemos tragédias no Rio de Janeiro, em Santa Catarina e, agora, em Pernambuco. Foram muitas chuvas com desabamentos, e o Brasil precisa desenvolver tecnologias de adaptação a esses eventos climáticos extremos.

Hoje instalou-se nesta Casa uma comissão temporária destinada a rever todos os procedimentos de defesa civil. Devemos mudar a concepção de nossa defesa civil para que ela seja preventiva. Essa área está em muito boas mãos, porque está subordinada ao Ministério de Integração Nacional ao Ministério da

Integração Nacional, que tem um Ministro muito dinâmico e competente, que é o Ministro Fernando Bezerra. Mas precisamos investir fortemente em conhecimento em novas tecnologias de adaptação às mudanças climáticas externas.

Mas também manifestei uma preocupação que gostaria de compartilhar com as Sr^{as} e os Srs. Senadores, com os telespectadores da TV Senado, da Rádio Senado, que diz respeito ao nosso Programa Espacial.

Eu sou inconformado, como brasileiro, de não termos um programa espacial à altura dos programas espaciais dos países mais desenvolvidos do mundo. Há algumas dezenas de anos, estávamos na mesma situação da Índia e da China; hoje, estamos absolutamente superados por esses países.

Entendo que falta no Programa Espacial Brasileiro, na política espacial brasileira, uma decisão de Estado, como alguma coisa importante para o Estado brasileiro, para o conjunto da Nação brasileira, pelo que isso representa do ponto de vista de avanço tecnológico, de soberania nacional e de arrasto tecnológico para outras atividades industriais.

Temos o melhor lugar do mundo para o lançamento de foguetes, que é o Sítio de Alcântara, no Estado do Maranhão, pela sua proximidade com a linha do Equador, o que faz com que possamos lançar foguetes e colocar em órbita com muito menos combustível e carregando nos foguetes uma carga útil muito maior. Além disso, podemos sempre lançar em direção ao mar, aproveitando o movimento de rotação da Terra, o que significa um ganho extraordinário.

É importante lembrar que, hoje, grande parte dos lançamentos comerciais do mundo são feitos na Guiana. Porém, o sítio não tem as mesmas condições do sítio brasileiro, e isso porque ainda não temos Alcântara funcionando como deveria funcionar.

Temos dois programas de construção veículos lançadores de satélites, de foguetes lançadores, uma parceria com a Ucrânia, para a construção do Ciclone, e, ao mesmo tempo, do VLS desenvolvido pela Aeronáutica brasileira. Temos o Inpe, já com algumas parcerias com outros países: com a China, por exemplo, com o *Cbers*, satélite chinês, sino-brasileiro, que faz imagens de todo o País e controla em tempo real o desmatamento, um grande instrumento contra o desmatamento no nosso País. O Inpe vem desenvolvendo também o satélite Amazônia, ou seja, já vem desenvolvendo tecnologias de satélite, mas falta ainda ao Programa Espacial Brasileiro uma sinergia que só um programa tratado como política de Estado poderá ter.

Refiro-me, por exemplo, à dispersão de esforços existentes no Programa Espacial Brasileiro. Nós temos

parte do programa no Ministério da Ciência e Tecnologia, parte na Agência Espacial Brasileira, parte no Inpe, parte na Aeronáutica. Falta um comando unificado, na minha opinião, de todo esse programa e faltam investimentos significativos e regulares. É importante ressaltar que um programa espacial, em qualquer lugar do mundo, é caro, mas a relação custo/benefício é extremamente benéfica aos interesses do país pelo que ele representa na prestação de serviços.

Hoje, por exemplo, o programa espacial é fundamental na inclusão digital, através de satélite, no controle de nossas fronteiras. Um país com as características do Brasil, com enorme fronteira seca na Amazônia, com uma enorme fronteira no mar, e agora com o pré-sal, com a ampliação da nossa plataforma continental, do nosso território marítimo, com a conclusão do Leplac, que deve garantir ao Brasil mais 960 mil quilômetros quadrados de território marítimo, a utilização do programa espacial na previsão de safras agrícolas, na previsão de eventos climáticos extremos, na telemedicina, no planejamento da ocupação ordenada do solo. Enfim, são inúmeras e importantíssimas as aplicações do programa espacial do ponto de vista pacífico, sem contar o que isso significa na ampliação do poder da capacidade de dispersão do sistema de defesa nacional. Isso merece investimentos significativos e regulares.

Precisamos apontar uma deficiência do nosso programa espacial, que é a dificuldade da reposição de recursos humanos. Ainda como Deputado Federal, Senadora Ana Amelia, tive oportunidade de visitar o CTA, visitar o Inpe, visitar o ITA, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, instituições que orgulham o povo brasileiro, mas, já naquela ocasião, preocupava-me a manifestação do Reitor do ITA de que eles precisavam repor os recursos humanos, professores que estavam se aposentando, no próprio CTA também pessoas estavam se aposentando e não tinham oportunidade de fazer a transmissão desses conhecimentos para os novos jovens. É claro que numa atividade sofisticada como essa, a transmissão de conhecimento leva tempo, demora alguns anos, isso não é feito de uma forma simplificada. Portanto, temos que ter olhares muito atentos à reposição e à formação de novos recursos humanos para o Programa Espacial Brasileiro.

A Agência Espacial Brasileira, Senadora Ana Amelia – e eu tive oportunidade de relatar um estudo pelo Conselho de Altos Estudos da Câmara dos Deputados sobre o Programa Espacial –, tem um corpo funcional em que grande parte dele ou a maioria dele é de servidores comissionados, não têm um corpo funcional próprio, valorizado, bem remunerado, quali-

ficado, que permita levar adiante o Programa Espacial como uma política de Estado.

Nesse trabalho, fizemos, inclusive, uma série de sugestões que gostaria de tratar em um outro momento aqui, falando especificamente sobre esse tema, fazendo um pronunciamento sobre esse tema, sobre o que eu entendo que devam ser as atitudes, as ações a serem tomadas para termos um Programa Espacial realmente como uma política de Estado.

Estou apresentando o projeto no Senado com algumas adequações, projeto que já apresentamos na Câmara pelo Conselho de Altos Estudos da Câmara, que tive a honra de relatar, como disse, depois de consultar o Presidente do Conselho de Altos Estudos da Câmara. O referido projeto institui uma política industrial para o setor aeroespacial brasileiro. É claro que para um investimento como esse, que exige investimentos vultosos, temos que ter uma participação forte do Estado, seja do ponto de vista da redução de tributos para as atividades espaciais, como também para o sistema de compras públicas governamentais. Sendo assim, gostaria de retomar essa questão do Programa Espacial Brasileiro especificamente em um outro momento.

Também levantei algumas outras preocupações que compartilho aqui com este Plenário a respeito da produção científica brasileira.

Tive oportunidade de ocupar a tribuna ainda nesta semana, quando parabeneizei o CNPq pelos seus 60 anos – o CNPq, que tem uma história importantíssima no fomento à ciência, à tecnologia e à inovação do nosso Brasil –, para mostrar que o Brasil, hoje, ocupa a 13ª posição na produção científica mundial.

Crescemos muito na produção científica, na publicação de artigos científicos, mas ainda estamos muito aquém das necessidades e das potencialidades do País no que se refere à produção tecnológica, ou seja, o nosso grande desafio é transformar conhecimento em produto, em novos produtos, em novos processos, em novas inovações e patentear esses produtos.

A participação brasileira no registro de patentes ainda é extremamente insignificante. E, se avançamos com a contribuição expressiva do Congresso Nacional brasileiro ao aprovar a Lei de Biossegurança, ao aprovar a Lei de Inovação, percebemos que não temos no País uma cultura de inovação. Grande parte dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação em nosso País ainda é realizada pelo setor público, enquanto, em todos os países avançados do mundo, os investimentos privados de inovação superam os investimentos públicos.

Percebemos que a cultura da inovação ainda não chegou ao setor público também. Embora a lei permi-

ta a criação de empresas de propósito específico, de interações entre as universidades e os institutos de pesquisa com as empresas, ainda há uma resistência muito grande das áreas jurídicas do setor público na consecução, na realização dessas parcerias. E isso acaba fazendo com que possamos inovar muito pouco, porque sabemos que a inovação, efetivamente, em grande parte, se dá dentro da empresa. Por isso, temos de ampliar essa interação entre as universidades, os institutos de pesquisa e os institutos no nosso País. Precisamos, inclusive, refletir se essa Lei de Inovação já não merece uma revisão que possa desburocratizar essas possibilidades de parceira e facilitar essa interação fundamental entre as universidades e as empresas.

Quero também registrar que entendo que essa questão da inovação é fundamental. Há algumas semanas tivemos um debate na Comissão de Meio Ambiente, em que o Presidente da Embrapa apontava os dados que V. Ex^a trouxe para conhecimento do Plenário de que, com aumento de 48% da área agrícola do Brasil, nos últimos 30 anos, aumentou-se a produção em mais de 260%, mostrando que a grande solução para o aumento da produção brasileira de alimentos, de agroenergia não está no avanço sobre novos biomas, sobre áreas preservadas dos nossos biomas tão preciosos pela biodiversidade de que dispõem, mas está em investimentos em inovação tecnológica que possam garantir o aumento da produção e da produtividade nas áreas já ocupadas, já antropizadas da agricultura e da pecuária brasileira.

Mas quero também ressaltar a importância de o Ministério da Ciência e Tecnologia ter bons olhos para os programas de difusão e popularização da ciência.

Tive a honra de ser o Secretário da Ciência e Tecnologia para inclusão social do Ministério nas gestões do ex-Ministro Eduardo Campos e do ex-Ministro Sérgio Rezende. E me orgulho muito de termos criado ali, com o Diretor Ildeu de Castro Moreira, um físico, um grande militante da causa de difusão e popularização da ciência, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que neste ano terá como tema as mudanças climáticas e estará acontecendo pelo oitavo ano consecutivo.

São centenas, milhares de eventos que acontecem simultaneamente em todo o Brasil, em centenas de cidades e instituições, reunindo milhares e milhares de pessoas, promovendo a difusão e a popularização da ciência, estimulando o gosto pela ciência como atividade fundamental para o desenvolvimento do País e para que nossas crianças e nossos jovens se sintam atraídos pelas carreiras científicas e de engenharia.

E também a realização – tenho muita honra de dizer que iniciei na minha gestão, como Secretário de

Ciência e Tecnologia – da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, que acontecerá neste ano pelo sétimo ano consecutivo.

Lembro que quando realizamos a Olimpíada pela primeira vez, sob a coordenação do Impa, Instituto de Matemática Pura e Aplicada, foram 10 milhões de crianças que participaram em todo o País. Pelas informações do Ministro Aloizio Mercadante já são 23 milhões de crianças envolvidas na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas.

Digo tudo isso, Sr^a Presidente, para afirmar que nós precisamos nos unir, o Ministério da Ciência e da Tecnologia, comunidade científica, setor produtivo, sociedade civil, Congresso Nacional, no sentido de garantir os recursos necessários para que o País possa avançar no seu desenvolvimento científico e tecnológico.

Se há uma área que deve ser poupada de cortes orçamentários é a área de ciência, tecnologia e inovação, porque os cortes feitos agora no incentivo à inovação, no incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico, serão sentidos por muitos anos, especialmente no momento em que a concorrência entre países no mundo todo é muito grande, é muito rápida, e nós não podemos perder o bonde da história. O Brasil é um país que vem avançando. Conseguiu aliar crescimento econômico com redução da pobreza, redução das desigualdades sociais, ampliação do emprego formal, ampliação do acesso à universidade. O Brasil vive um momento bom, é um país respeitado internacionalmente. Mas o Brasil só sentará à mesa dos países mais poderosos do mundo para decidir o destino da humanidade e garantir à população brasileira uma qualidade de vida que todos merecem, distribuindo os benefícios do crescimento econômico, se tiver capacidade de perceber a importância estratégica de agora investir significativamente em ciência, tecnologia e inovação.

Era essa a contribuição que eu gostaria de trazer esta noite ao Plenário do Senado, Senadora Ana Amelia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Rodrigo Rollemberg, que trata de um tema relevante para o País.

Eu convido agora para falar como orador inscrito o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Senadora Ana Amelia, que muito bem preside a sessão na noite de hoje, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu serei rápido, Sr^a Senadora, pode ter certeza de que eu não vou precisar dos vinte minutos.

O que me traz a esta tribuna na noite de hoje é a visita do Ministro Alexandre Padilha, que nós tivemos

a honra de receber na Comissão de Assuntos Sociais desta Casa. Como Presidente da Comissão, eu senti que foi um momento muito importante, na medida em que discutimos assuntos inerentes à questão da saúde em nosso País.

A Comissão de Assuntos Sociais desta Casa, colegiado que tenho a satisfação e o privilégio de presidir, recebeu, em audiência pública, na manhã de hoje, a honrosa visita do nosso caro Ministro da Saúde Alexandre Padilha.

Na oportunidade, S. Ex^a discorreu acerca dos objetivos estratégicos da Pasta, teceu consistentes comentários sobre a gestão do SUS, enfatizou a urgente necessidade de mais investimentos **per capita** para a saúde e elencou prioridades.

Ao reconhecer a triste e caótica situação em que se encontra hoje a estrutura da nossa saúde pública, o Ministro citou as pesquisas que indicam a saúde como principal problema brasileiro. Ante a constatação de que a população carente de atendimento básico encontra hospitais superlotados, deficiência de leitos, alas desativadas e profissionais insuficientes, comentou os números do Ipea, segundo os quais 71% classificam o SUS como “regular, ruim ou muito ruim”.

O fato é que a saúde, Senadora Ana Amelia, está doente.

Durante a audiência, muitas das intervenções abordaram a falta de médicos, equipamentos; a cobrança ilegal de consultas e exames a pacientes do SUS; os desvios da Funasa; as repetidas fraudes em licitações, assim como outras práticas de corrupção.

Porém, o que mais refletiu a preocupação dos Parlamentares presentes pode-se sintetizar em dois pontos cruciais: o financiamento insuficiente e a fiscalização ineficaz.

Quanto ao primeiro desses pontos, a voz corrente dos membros da Comissão, com a qual o Ministro declarou concordar, aponta para inadiável a regulamentação da Emenda nº 29.

Não se trata somente de coibir o déficit orçamentário de R\$10 bilhões que assola o funcionamento do setor. É o consenso, a ideia de que precisamos buscar urgentemente alternativas de financiamento que garantam a eficiência da gestão. Contudo, não é com a criação de novos tributos que encontraremos solução.

Além disso, é preciso que uma repactuação de responsabilidades defina com mais clareza a missão de cada ente federado e que a liberação de recursos

se faça atrelada ao cumprimento de metas de qualidade e à eficiência dos serviços prestados.

Nesse sentido, o Ministro Alexandre Padilha salientou o quanto é vital a regulação e conclamou o Congresso Nacional a enfrentar essa empreitada.

No que concerne à fiscalização, o Ministro apelou igualmente ao Legislativo, para que aprofunde em debates, defina regras e compromissos e preveja punições.

Por outro lado, há que se considerar o melhor dimensionamento dos critérios de distribuição das verbas, num modelo que respeite as imensas disparidades entre as regiões brasileiras.

Por sinal, Presidente Ana Amelia, o Ministro dá a sensação de que está realmente bem intencionado. Eu me lembro que fiz um comparativo que as tabelas praticadas pelo SUS têm que ser diferenciadas por região do Brasil, entre elas a questão desta vasta região do Brasil, particularmente do meu Estado de Mato Grosso, Rondônia, Pará. Não se pode praticar a mesma tabela do SUS em relação a um médico que muitas vezes vai atender em Apiacás, Monte Verde, Bandeirantes, distante 1.600 km de Cuiabá, da mesma forma no Estado do Amazonas, em alguns Municípios mais distantes. Lá se pratica o mesmo preço da tabela do SUS que é praticado no Rio de Janeiro, em São Paulo, no próprio Rio Grande do Sul, onde a infraestrutura está muito melhor que a nossa, sem dúvida alguma. E os médicos que estão ali, eu imagino, jamais vão querer sair das praias de Copacabana, da Vieira Souto. Imagino que não vão querer sair da Avenida Paulista ou da Avenida Augusta, para se deslocarem até o Mato Grosso com a mesma tabela do SUS que é praticada nesses grandes centros que têm toda a infraestrutura. Alguns Municípios, por incrível que pareça, até poucos dias atrás, não tinham telefone celular nem Internet.

Então, eu imagino que o Ministro está lúcido quando posiciona que temos que dar um tratamento diferenciado em determinadas regiões do País. Com isso, tenho certeza de que poderá beneficiar, sobremaneira, até mesmo profissionais médicos, porque ainda somos muito carentes no interior do Brasil.

Só vou dar um exemplo para V. Ex^a, Senadora Amelia, ainda temos umas dezenas de cidades do Mato Grosso que não têm sequer um profissional na saúde. Quer dizer, não têm um médico. Se o cidadão quiser ter na sua residência um médico como se fosse um remédio, está morto, porque não temos. Em pleno século XXI, nós temos essa dificuldade, essa deficiência.

Por sinal, eu acho que o Governo Federal, quando financiar o crédito para o aluno frequentar nas universidades o curso de Medicina, tem que ter a proposta de o cidadão pagar esse empréstimo, um ano depois, com prestação de serviço em algumas cidades do interior do Brasil, sobretudo na região amazônica e em parte do Centro-Oeste.

Cumpre atentarmos para a incontestável diversidade regional, que leva, por exemplo, algumas prefeituras a aplicarem em saúde até 25%, 26% de suas receitas, sem que isso baste para atender às necessidades sequer para o pagamento de profissionais, cuja remuneração tem que manter relação direta com as dificuldades de acesso a rincões distantes e a regiões muito das vezes inóspitas, para aonde ninguém quer ir, mas que requerem hospitais e postos de saúde em funcionamento digno, assim como nos grandes centros.

Sobre essa questão, o Ministro anunciou a disposição governamental de adotar medidas de incentivos para corrigir as atuais tabelas, levando em conta as referidas disparidades. Disse que o Ministério se propõe a dobrar valores de repasses como estímulo, desde que metas sejam cumpridas.

Ao longo dos competentes esclarecimentos prestados à Comissão, nesta produtiva manhã de hoje, falou-se da superação, da dependência tecnológica, da adequação de jornadas de trabalho, do atendimento materno-infantil, da implantação do novo cartão do SUS, dos principais gargalos operacionais e do estudo de medidas de contrapartida aos subsídios concedidos ao setor privado.

Nesse amplo leque de abordagens, o Ministro frisou que este é um momento crucial para a consolidação do SUS. Afirmou que, no Brasil, são 45 milhões de pessoas com plano de saúde, “quase a Inglaterra inteira”.

Segundo o Ministro, além da questão dos investimentos, a estratégia pode ser resumida em três itens. O primeiro consiste no binômio promoção e prevenção. O que se traduz na implementação de hábitos e modelos de convivência, que vão desde o trânsito, passando pelo combate ao uso indiscriminado do álcool e pelas políticas contra o tabagismo e seu impacto sobre todas as classes sociais, chegando à conscientização dos malefícios do uso de drogas lícitas e ao enfrentamento e repressão às ilícitas.

O segundo item refere-se à atenção primária. Aí se insere a premência de se entender a diversidade do País, tratando com diferenciais específicos a realidade das múltiplas peculiaridades municipais, dotando certos

Municípios de valores maiores de remuneração quando necessário se faça e estipulando configurações diferentes para equipes, equipamentos e perfis dos profissionais destinados às diferentes áreas geográficas.

Insere-se também, Sr^a Presidente, nesse item o aprimoramento das emergências, dos leitos de UTI e das taxas de ocupação, bem como a reorganização e coordenação racional da rede de serviços entre pronto-socorro e atenção domiciliar, por exemplo, o que pressupõe maior capacitação de gestores.

Em suma, trata-se de um grande desafio.

O Brasil é o único país com mais de 100 milhões de habitantes que tem Sistema Único de Saúde. É o país que faz mais transplantes no mundo. Urge, então, aprimorar o controle e os serviços, para não tolerarmos desvios nem má gestão.

A chave reside em nossa habilidade para instituímos um novo marco regulatório para a saúde nacional. Uma lei de responsabilidade cuja engenharia se demonstre tão satisfatória quanto aquela que conduziu aos resultados alcançados no plano econômico pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

É preciso, enfim, que o instrumento proposto imponha metas, firmes parcerias e cobre os nossos compromissos.

Agradeço, uma vez mais, a presença do ilustre Ministro na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Estou certo da extrema valia da exposição que fez e dos esclarecimentos que prestou.

Reafirmo minha convicção na capacidade desta Casa de oferecer propostas adequadas para solucionar os graves problemas que hoje sabotam o nosso sistema de saúde pública, impossibilitando o nível de atenção e os serviços de excelência, que são dever do Estado prestar e que todo cidadão brasileiro merece ter.

Dessa forma, Senadora Amelia, cumpro meu compromisso de acabar antes dos vinte minutos.

Acho muito importante que o Senado e o próprio Congresso Nacional possam promover grandes debates no sentido de buscar uma solução.

A solução não é apenas para o problema só da falta de recursos. O que temos acompanhado, muitas vezes, é a má gestão. Lamentavelmente, a senhora tem acompanhado e eu também: a imprensa divulgou, há poucos dias, que quase R\$630 milhões foram desviados da Fundação Nacional de Saúde. Seiscentos milhões, imaginem, é dinheiro para fazer muitos investimentos e para melhorar a saúde pública no Brasil!

Na minha percepção, no meu entendimento, se o Governo não tomar drásticas providências, chegaremos – como já estamos chegando – ao fundo do poço. Para que o Governo mostre suas boas intenções, imagino que ele tenha de pedir à sua bancada na Câmara que aprove a Emenda nº 29, para que nós a regulamentemos. Aí creio que seria até possível o Governo pleitear, talvez, uma nova contribuição. Precisa de mais aportes, de mais recursos.

Entretanto, é preciso ter algum gesto do Governo, do Poder Executivo no sentido de vir com uma proposta como essa para o Congresso Nacional. Ninguém é contra mais recursos para a saúde; pelo contrário, o que queremos é uma saúde de boa qualidade.

Não podemos conviver com esse estado de coisas. Percebe-se, com muita clareza, que é um problema nacional. Não é privilégio do Sul, do Sudeste, do Norte ou do Centro-Oeste; no meu entendimento, o problema está generalizado. Tiro por base Mato Grosso.

Tenho acompanhado pela imprensa, sobretudo a televisionada. Há poucos dias, a Rede Globo, num trabalho muito importante, mostrou o estado precário em que estava Rondônia, o Piauí e outros Estados da Federação. Ela mostrou o caos que se vivencia.

Agora, o que precisamos, na verdade, é de políticas públicas que correspondam à expectativa da sociedade, principalmente dos menos afortunados. Quem depende do SUS é gente humilde, é gente pobre, aquele que certamente acredita que o Poder Público estará, no momento mais difícil de sua vida, ao seu lado.

Imagino que falar em saúde é falar da vida. Numa escala de valor, Senadora Ana Amelia, duas coisas são importantes: primeiro, Deus; segundo, a vida. Essa vida é tão importante e, lamentavelmente, o Governo não tem dado o tratamento que ela merece.

No Brasil, lamentavelmente, 17% das mortes desconhecidas, até hoje, são, na verdade, por problema de saneamento básico. Quando o cidadão vai a óbito, dada a morte como desconhecida, é questão de saneamento básico. Precisamos de saneamento básico. Investir em saneamento significa investir também na saúde, e isso não tem sido feito.

Por incrível que pareça, num país que hoje é a 7ª, a 8ª maior economia do mundo, estamos convivendo com essa política perversa, uma política que tem judiado sobremaneira os menos afortunados.

De tal forma que eu espero que o Ministro Alexandre Padilha – por sinal muito respeitoso, preparado

e competente – faça algo de bom. Caso contrário, lamentavelmente, terei que voltar a esta mesma tribuna para criticá-lo, para cobrar dele as providências, sobretudo os compromissos assumidos diante de todos nós, membros daquela comissão. Inclusive V. Exª, Senadora Ana Amelia, que faz parte da Comissão de Assuntos Sociais, que tem feito um trabalho extraordinário nas subcomissões – do *crack*, das drogas – e tem somado conosco nessa parceria por soluções, na certeza de um encaminhamento para as políticas sociais deste País, condizentes com a nossa realidade. Se o Ministro Padilha realmente realizar 50% daquilo tudo que foi dito na comissão, nós estaremos de parabéns.

Portanto, agradeço a V. Exª pela paciência, na certeza de que a nossa Comissão de Assuntos Sociais tem atuado de forma decisiva, buscando, para esses próximos dois anos, resultados altamente positivos para os problemas sociais do nosso País.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Jayme Campos, que dá uma contribuição extraordinária ao debate de um tema que é uma preocupação nacional, preocupação dos brasileiros, especialmente os menos favorecidos, que dependem do atendimento pelo SUS.

V. Exª abordou muito bem que a maior parte das prefeituras municipais do nosso País aplicam mais de 20%, 25%. Digo-lhe que a Prefeitura de Panambi, no Rio Grande do Sul, aplica 35% do orçamento em saúde. Significa dizer também que nem todos os Estados brasileiros cumprem a lei em relação ao percentual do seu orçamento destinado à saúde.

A aprovação da Emenda nº 29 é fundamental para reforçar o caixa dos Municípios, de modo especial, para dar o atendimento digno que a população merece. Afinal, a nossa carga tributária é muito alta, o que já justificaria um atendimento adequado à população brasileira.

Parabéns a V. Exª pelo comando também da Comissão de Assuntos Sociais, que hoje levou para audiência o Ministro Alexandre Padilha.

Muito obrigada, Senador Jayme Campos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 495, DE 2011 (Senador Ricardo Ferraço)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 50 da Constituição Federal, sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda a respeito dos valores dispendidos pela União com a adoção e a prorrogação do Programa de Sustentação do Investimento. Interessam-nos tanto o esforço na formação de patrimônio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em valores destinados aos contratos de financiamento, reembolsáveis, quanto nos custos financeiros do Tesouro Nacional com a concessão de subvenção econômica para equalizar as taxas das operações.

JUSTIFICAÇÃO

Em 2009, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) instituiu o Programa BNDES de Sustentação do Investimento (PSI). Trata-se de medida fiscal anticíclica que desonera o crédito com recursos do Tesouro Nacional (equalização de taxas) para mutuários em operações de financiamento à produção, aquisição e exportação de bens de capital e à inovação tecnológica.

Com três linhas de crédito distintas, mas relacionadas, o PSI financia bens de capital, inovação tecnológica e a pré-comercialização daqueles bens, quando voltadas à exportação. No lançamento, como forma de reaquecer a economia, o programa praticava taxa de juros entre 4,0% e 7,0% ao ano, podendo o nível de participação chegar a 100% dos itens financiáveis. Logo, ainda que não envolvesse recursos fiscais para integralização de capital do BNDES, recursos vultosos seriam empregados no PSI para igualar expectativas de juros do agente financeiro com a disposição de pagamento pelo mutuário.

Em março deste ano, o Excelentíssimo Ministro Guido Mantega explicou que o programa vai ser estendido até dezembro próximo, mas com pequena elevação nas taxas e redução da participação máxima de financiamento para, em média, 90%. A linha de inovação não sofrerá majoração de taxa e partirá, pois, do patamar de 4,0%. Na outra ponta, veículos automotores movidos a carburação serão financiados a 10,0% ao ano.

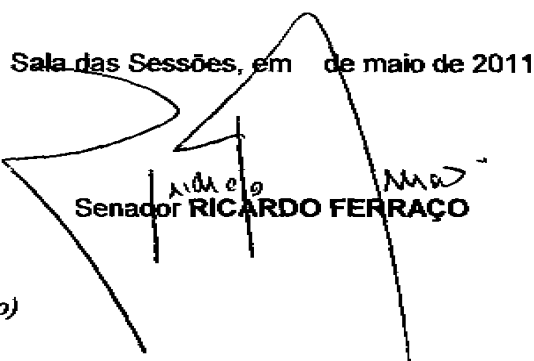
Conforme parâmetros apresentados, o ministro estima que serão empregados em torno de R\$ 4,1 bilhões com equalização das operações, estando o BNDES estará autorizado a empregar até R\$ 80 bilhões na nova fase do programa. E, para compor o *funding*, o Ministério da Fazenda tem autorização, por Medida Provisória, para emitir títulos da dívida no valor de R\$ 55 bilhões em 2011.

Como medida anticíclica, foi louvável a iniciativa do Governo para reaquecer o setor produtivo, em 2009. No entanto, na atual conjuntura econômica que o país vive, com a crescente adoção de medidas contracionistas do consumo e da liquidez, como forma de combate à inflação, parece haver oportunidade para discutir a concessão de subsídio que extrapola os benefícios usuais das operações do BNDES. O custo de captação dos recursos é o de remuneração dos títulos da dívida, lastreada na SELIC. Além disso, o financiamento pelo BNDES importa na cobertura do *spread* das operações, o mesmo ocorrendo com os bancos comerciais habilitados a operar o PSI.

Cabe acrescentar que os recursos alocados no Orçamento Fiscal para Encargos Financeiros podem ser suplementados aos bilhões por meio de decreto, com base no artigo 4º da Lei Orçamentária Anual para 2011. Logo, se reveste de ainda maior relevo a avaliação do impacto fiscal das medidas e a sua compatibilidade com a condução macroeconômica do País, em momento em que o ajuste fiscal e o controle inflacionário foram novamente elevados ao altiplano de prioridades, juntamente com as questões cambiais.

Portanto, movidos pelo espírito público e com preocupação sobre a correta gestão de recursos públicos, ansiamos por explicações do Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda sobre o impacto fiscal da adoção e da prorrogação do PSI, discriminando o *spread* ou taxa de administração que o BNDES e os bancos comerciais receberam nas operações contratadas até abril do corrente exercício. E, pelas razões expendidas, encaminhamos este Requerimento de Informação à Mesa do Senado Federal.

Sala das Sessões, em de maio de 2011



Senador RICARDO FERRAÇO

(À Mesa, para decisão)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 496, DE 2011

O Senador que este subscreve, com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja oficiado ao **Diário Catarinense**, voto de aplauso pelo transcurso dos seu 25 anos.

Justificação

O **Diário Catarinense (DC)** é um jornal diário em formato tabloide publicado no Estado de Santa Catarina. Fundado em 5 de maio de 1986, é o jornal de grande tiragem e mais ampla circulação no Estado.

Considerado um dos melhores impressos do Brasil, o **DC**, como é conhecido, é editado pela Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), que também publica outros jornais e mantém as emissoras de televisão afiliadas à Rede Globo nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Foi o primeiro jornal informatizado da América Latina e o primeiro impresso em Santa Catarina a utilizar fotos coloridas, sendo considerada uma grande inovação à época.

Hoje, cerca de 70 colaboradores diretos participam dia e noite da construção da história do jornal.

Sempre procurando atualizar-se, a equipe do **Diário Catarinense** pretende oferecer como lançamento em sua data comemorativa inovações e novidades nos conteúdos editoriais. A partir de maio, o jornal contará com três novos cadernos, um dos quais com foco na grande Florianópolis.

Em consonância com as inovações, o **DC** sempre primou pelo jornalismo dinâmico e voltado à integração da sociedade.— Senador **Paulo Bauer**.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 497, de 2011

Requeiro nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 50 da Constituição Federal, encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor NELSON JOBIM, Ministro de Estado da Defesa,

a solicitação para que o Exército Brasileiro forneça as seguintes informações:

Quais são as razões e critérios que determinam o engajamento do Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro, DEC, na execução de obras públicas de infraestrutura, realizadas em cooperação com outros órgãos de governo, mediante celebração de convênios e outras parcerias?

O detalhamento das obras de cooperação, em execução direta ou em superintendência pelo DEC, quanto à localização regional, natureza, tipo, etapa, valor, datas de início e de finalização prevista.

Qual é a atual capacidade do Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro em ampliar o seu ACERVO DE OBRAS DO SISTEMA DE OBRAS DE COOPERAÇÃO, de tal forma que o permita celebrar novos convênios ou parcerias para realizar as obras públicas de infraestrutura para as quais seja requisitado em função de sua condição de órgão especializado, de sua efetiva capacidade técnica e ainda da previsibilidade para as referidas celebrações?

Qual é a atual capacidade do Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro, em celebrar novos convênios ou parcerias para realizar especificamente obras de natureza aeroportuária e as razões que estabelecem a condição informada?

Justificação

Estudo publicado recentemente pelo Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA) apresentou números alarmantes sobre os aeroportos no Brasil, em especial, o de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, que foi considerado o que apresenta a pior situação. Segundo o levantamento, para o período de 2003 a 2010, o crescimento da utilização de transporte aéreo no Espírito Santo foi de 125%, número acima da média do País, que foi de 117%.

A capacidade atual do terminal aeroportuário de Vitória é de 560 mil passageiros por ano, mas em 2010 recebeu 2,6 milhões de passageiros, ou seja, quase cinco vezes sua capacidade. Entretanto, mesmo com o enorme incremento de passageiros, acima da média nacional, as obras para ampliação e modernização do conjunto de utilidades daquele aeroporto, continuam paralisadas e as etapas que foram construídas estão em acelerado processo de deterioração.

A história mais recente da obra de modernização do Aeroporto de Vitória demonstra absoluto descaso e até desrespeito com as pessoas, capixabas ou não, que são obrigadas em utilizar o referido aeroporto. As autoridades federais que se comprometeram em promessas sobre a obra, displicentemente não as cumpriram e também não se preocuparam em apresentar justificativas plausíveis para tanto.

Em relato resumido, essa história, mais contemporânea, parte de abril de 2010, quando as obras de ampliação e modernização do Aeroporto de Vitória, cujo contrato foi assinado lá em dezembro de 2004, já estavam definitivamente paralisadas, desde maio de 2009, por motivo da rescisão contratual entre a contratante, a INFRAERO e a contratada, o consórcio construtor constituído pelas empresas Camargo Corrêa, Mendes Júnior e Estacon.

Em abril de 2010 houve uma reunião entre o então Governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, e o presidente da INFRAERO na ocasião, Murilo Marques Barbosa, que afirmou estar aguardando apenas o aval da Justiça para celebrar um convênio com o Exército Brasileiro, que iria permitir a retomada das obras da nova pista e do novo pátio do Aeroporto de Vitória, sem a necessidade de uma nova licitação.

Em 15 de julho de 2010, em visita ao Espírito Santo, o presidente Lula disse que as obras do aeroporto seriam retomadas ainda no início do segundo semestre pelo exército, conforme matéria publicada no site **Gazeta Online**.

Lula comentou a situação das obras de ampliação e modernização do Aeroporto de Vitória, onde estava. Segundo o presidente, ainda no início deste semestre, o projeto deve ser retomado. “Eu trabalho com a certeza de que em agosto, o Exército começa as obras na pista do Aeroporto de Vitória. É um atraso absurdo que aconteceu em Vitória, como também em Goiânia”, disse Lula.

A expectativa era a de que o Exército concluísse as obras das pistas e do pátio de aeronaves, acelerando o trabalho, uma vez que não haveria necessidade de concorrência pública.

Entretanto, a promessa do presidente Lula dada aos capixabas em 15 de julho não foi cumprida. Mais uma quimera irresponsavelmente repassada à população do Espírito Santo, visto que as obras de ampliação e modernização do Aeroporto Eurico Salles, continuaram tal como dantes, paralisadas.

Diferente do que afirmou o Lula, os capixabas não viram soldados do Exército trabalhando no canteiro de obras do terminal aéreo capixaba. O Exército comunicou a INFRAERO que não poderia retomar as obras antes de uma perícia técnica, que deveria ser realizada pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas, o IPT. A INFRAERO acatou então esse posicionamento e emitiu comunicado em que situava a assinatura do convênio a partir da conclusão da perícia contratada ao IPT.

Em outubro de 2010, a INFRAERO informou ter assinado um **Termo de Cooperação Técnica e Financeira** com o Exército Brasileiro para que o seu

Departamento de Engenharia e Construção, DEC, pudesse atuar nas obras do Aeroporto de Vitória. O objetivo primário era que o DEC realizasse a revisão e a complementação de projetos executivos das obras iniciadas e interrompidas, bem como a elaboração de projeto básico e executivo para as demais etapas do empreendimento.

No início do mês de abril, último passado, diretores atuais da INFRAERO disseram, durante reunião com o Vice-Presidente da República, Michel Temer, com o atual Governador do Espírito Santo, Renato Casagrande e com a Bancada Parlamentar do Espírito Santo, que as obras do aeroporto poderiam ser retomadas no final de julho deste ano, quando o Exército então concluísse os levantamentos e os projetos executivos. Os representantes do Espírito Santo foram também informados que o Exército teria confirmado ao Exmo. Senhor Vice-Presidente da República o seu compromisso na realização da referida obra.

Entretanto, novamente, as promessas foram apenas isso, promessas sem verdadeiro compromisso das palavras empenhadas. Em nova reunião com o Vice-Presidente Michel Temer, da qual também participaram o Ministro Wagner Bittencourt, da recém criada Secretaria de Aviação Civil, e representantes do Exército Brasileiro, o Governador Renato Casagrande e a Bancada Capixaba foram comunicados que o Exército não irá mais realizar as obras do Aeroporto de Vitória porque, repentinamente, mas após a criação da Secretaria de Aviação Civil, órgão diretamente ligado a Presidência da República, não tem mais condições de executar as obras do Aeroporto de Vitória. A alegação para a desistência do compromisso firmado anteriormente é que se descobriram já responsáveis por 70 (setenta) obras de infraestrutura, em regime de cooperação.

A negativa do Exército Brasileiro em atuar na retomada das obras de modernização e ampliação do Aeroporto Eurico Salles, o aeroporto de Vitória, incrivelmente faz retornar à estaca zero uma situação que angustia a todos os capixabas há pelo menos seis anos e que já deveria ter sido solucionada. Mas, além desse aspecto, há o criminoso descaso com o dinheiro público, descaso inaceitável e que permanece impune.

Diante da displicente justificativa apresentada é importante que o Exército, órgão do Governo Federal e como tal, também submetido à chefia exercida a partir da Presidência da República, informe ao Senado Federal, que representa os interesses da Federação Brasileira, o que é solicitado neste requerimento, para que conjuntamente possamos analisar os critérios que nortearam tal decisão.

Sala das Sessões, maio de 2011. – Senador **Ricardo Ferraço**.

REQUERIMENTO Nº 498, DE 2011

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a necessidade de se esclarecer as denúncias veiculadas na imprensa a propósito de concessão de TV para ‘laranjas’, requeiro sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações, as seguintes informações em relação às empresas de TV, de sinal aberto, no Estado do Piauí:

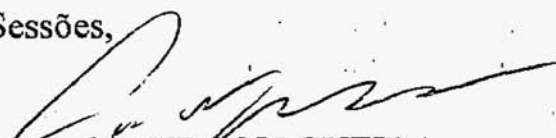
1 – quais as licitações, seus valores, que foram autorizadas e estão em funcionamento?;

2 – quais as licitações vencidas ou autorizadas, seus valores, cronogramas e estágio de execução, em processo de implantação ou que não se encontram em funcionamento?;

3 – quais os sócios proprietários de todas as concessões em funcionamento e em fase de implantação, ou que não se encontram em funcionamento?; e

4 – quais os canais que estão disponíveis em condições de serem licitados ou em estudo para licitação?

Sala das Sessões,



Senador CIRO NOGUEIRA

(À Mesa, para decisão)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 219, DE 2011**

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar que o termo de guarda disponha sobre as viagens do menor ao exterior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 33.
.....

§ 5º A decisão judicial que conceder a guarda, a qualquer título, deverá dispor expressamente sobre a possibilidade de viagens do menor ao exterior.” (NR)

“Art. 84.
.....

Parágrafo único. O detentor da guarda somente poderá realizar viagem com o menor ao exterior ou autorizá-lo conforme o disposto no art. 83, § 1º, b, 2, desta lei, caso o termo de guarda contenha expressamente a autorização para tanto.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

São alarmantes as notícias que nos chegam, sobre menores expatriados pelos responsáveis, passando a viver, no exterior, em condições precaríssimas e sem possibilidade de recorrer às autoridades nacionais.

O estudo dessa prática criminosa e atentatória aos interesses dos Países revela que, não raramente, pessoas inescrupulosas, valendo-se de institutos jurídicos existentes na legislação interna, obtêm a guarda de menores desamparados justamente com o fim de enviá-los a outros países, onde, sem a vigilância das autoridades brasileiras, são colocados a serviço dos interesses pessoais dos responsáveis ou de terceiros.

Registre-se que a guarda judicial pode ser concedida liminar ou incidentalmente em procedimentos de tutela ou adoção ou apenas para a prática de determinados atos, com o fim de suprir falta eventual dos pais ou responsável (art. 33, §§ 1º e 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA). Desse modo, é importante e necessário que a decisão judicial que concede a guarda judicial do menor contenha expressamente a autorização para viagens ao exterior.

Como o Estado tem o dever de velar pela educação, saúde e o bem-estar do menor, sobretudo daquele carente de qualquer tipo de assistência, não se justifica que uma falha na legislação possa servir à prática de tráfico de menores. Esta proposição certamente contribuirá para o estabelecimento de controle que impeça a indiscriminada expatriação de menores, razão pela qual esperamos que seja aprovada.

Sala das Sessões, 2 de maio de 2011. – Senador **Itamar Franco**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

TÍTULO II

Dos Direitos Fundamentais

CAPÍTULO III

Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária

Seção III

Da Família Substituta

Subseção II

Da Guarda

Art. 33. A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.

§ 1º A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.

§ 2º Excepcionalmente, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a si-

tuações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados.

§ 3º A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.

§ 4º Salvo expressa e fundamentada determinação em contrário, da autoridade judiciária competente, ou quando a medida for aplicada em preparação para adoção, o deferimento da guarda de criança ou adolescente a terceiros não impede o exercício do direito de visitas pelos pais, assim como o dever de prestar alimentos, que serão objeto de regulamentação específica, a pedido do interessado ou do Ministério Público.

TÍTULO III Da Prevenção

CAPÍTULO II Da Prevenção Especial

Seção III Da Autorização para Viajar

Art. 84. Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente:

I – estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável;

II – viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro através de documento com firma reconhecida.

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2011

Acrescenta inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o empregado deixe de comparecer ao trabalho por até oito horas, para submeter-se a exames ou

provas em estabelecimentos educacionais e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso X:

“Art. 473.

.....

X – até 8 (oito) horas, consecutivas ou não, a cada período de 30 (trinta) dias, quando for estudante matriculado em estabelecimento de ensino oficial ou legalmente reconhecido e comprovadamente submeter-se a exames ou provas. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Estamos propondo, mediante inclusão de dispositivo na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que os empregados estudantes possam deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, por até oito horas, em cada mês, para comparecer a exames ou provas em estabelecimentos de ensino oficial ou legalmente reconhecidos.

Nossa proposição fundamenta-se na importância da educação para o desenvolvimento científico e técnico e para a promoção social do ser humano. Há diretrizes, nesse sentido, nas normas de direito internacional, em especial na Convenção nº 140 e na Recomendação nº 148, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que tratam da “Licença Remunerada para Estudos” (aprovadas na 59ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, Genebra, 1974). Em última instância, trata-se do direito humano à educação inscrito no art. 26 da Declaração Internacional dos Direitos do Homem.

A licença remunerada pode ser concedida de diversas formas. No caso, estamos tratando apenas da realização de exames e provas em instituições educacionais. Essa medida pode somar-se a outras, facilitadoras do acesso à capacitação e ao desenvolvimento educacional, cultural, social e econômico.

É natural que os trabalhadores-estudantes busquem qualificação técnica e cultural como forma de suprir suas necessidades e anseios. Cabe à sociedade e ao Estado o papel de estimular as iniciativas individuais que, em última instância, acabarão contribuindo para o bem-estar de todo o conjunto da população.

Ademais, vivemos um período em que há notória falta de profissionais capacitados para suprir as vagas

de emprego decorrentes do crescimento econômico acelerado. Formação, capacitação e reciclagem são, então, processos sumamente necessários para a melhoria da empregabilidade do trabalhador brasileiro.

Além disso, estamos atentos aos princípios fundamentais da Constituição Federal que, já no seu art. 1º, destaca “a dignidade da pessoa humana” e “os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa” como bases da construção do Estado democrático.

Sendo assim, cremos que a previsão da possibilidade de ausência ao serviço, sem prejuízo do salário, por até oito horas mensais, pode representar um impulso a mais no longo caminho da facilitação do acesso dos trabalhadores ao conhecimento e, conseqüentemente, a melhores condições de vida e trabalho, sem que as empresas sejam sobrecarregadas com ônus excessivos.

Por essas razões, esperamos contar com o apoio de nossos eminentes pares no Congresso Nacional para a aprovação desta proposição legislativa.

Sala das Sessões, 2 de maio de 2011. – Senador **Itamar Franco**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

TÍTULO IV

Do Contrato Individual do Trabalho

CAPÍTULO IV

Da Suspensão e da Interrupção

Art. 473. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário.

I – até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica;

II – até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento;

III – por um dia, em caso de nascimento de filho no decorrer da primeira semana;

IV – por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada;

V – até 2 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva.

VI – no período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do Serviço Militar referidas na letra “c” do art. 65 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar).

VII – nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.

VIII – pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo.

IX – pelo tempo que se fizer necessário, quando, na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro.

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, DE 2011

Dispõe sobre os incentivos às indústrias espaciais, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Espacial (PADIE); estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no setor espacial; e altera a Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei:

- I – dispõe sobre os incentivos às indústrias espaciais, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Espacial (PADIE);
- II – estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no setor espacial, com vistas ao domínio da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do País, nos termos dos arts. 218 e 219 da Constituição; e
- III – altera a Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000.

CAPÍTULO I

Das Definições

Art. 2º Para efeitos desta lei considera-se:

- I – atividades espaciais: esforço sistemático para desenvolver e operar sistemas espaciais, bem como

a necessária e correspondente infraestrutura e a exploração desses dispositivos;

II – infraestrutura espacial de solo: conjunto de instalações, sistemas ou equipamentos de superfície, bem como serviços associados, que proporcionam o apoio necessário à efetiva operação e utilização dos sistemas espaciais, inclusive centros de lançamento de veículos lançadores de satélites, de foguetes e de balões estratosféricos; laboratórios especializados de fabricação, testes e integração de componentes, partes e peças de dispositivos espaciais; estações e centros de rastreamento e controle, bem como os de recepção, tratamento e disseminação de dados obtidos ou gerados por meio de satélites.

III – sistema espacial: conjunto de bens, serviços e atividades espaciais correlatas à execução do ciclo completo dos serviços de lançamento e controle de dispositivos espaciais.

CAPÍTULO II

Do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Espacial – PADIE

Seção I

Do Regime Fiscal

Art. 3º Fica instituído o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Espacial – PADIE, destinado a estimular o desenvolvimento tecnológico espacial brasileiro, mediante programas de pesquisa científica e tecnológica cooperativa entre universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo, nos termos e condições estabelecidos por esta lei.

Art. 4º É beneficiária do PADIE:

I – a pessoa jurídica que, no País, produza bens ou preste serviços relativos às atividades espaciais, exercendo, isoladamente ou em conjunto, em relação a:

a) infraestrutura de solo destinada às atividades espaciais no Brasil, as atividades de:

1. concepção, desenvolvimento e projeto;
2. construção, manutenção, integração e avaliação de componentes;
3. construção de instalações e de partes;
4. prestação de serviços de lançamento, monitoramento e controle;

b) veículos lançadores de satélites, as atividades de:

1. concepção, desenvolvimento e projeto;

2. fabricação, integração, montagem e testes;

c) satélites, as atividades de:

1. concepção, desenvolvimento e projeto;
2. fabricação, integração, montagem e testes;
3. operação, controle e processamento de dados;

II – a pessoa jurídica que produza bens ou preste serviços utilizados como insumo nas atividades de que trata o inciso I.

Art. 5º Para fazer jus aos benefícios do PADIE, a pessoa jurídica deverá apresentar ao Poder Executivo projeto de fabricação de bens ou prestação de serviço, cuja aprovação ficará condicionada aos seguintes critérios:

I – atuar no setor espacial:

a) na operação dos sistemas espaciais brasileiros (a eliminação da expressão “direta” resolve os problemas levantados nos comentários feitos a esse dispositivo?);

b) na oferta de bens e serviços de que trata o inciso II do art. 4º desta lei;

c) na exportação de bens ou serviços.

II – comprovar regularidade fiscal, em relação aos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

III – ter processo produtivo aprovado com índices mínimos de nacionalização, na forma a ser definida pelo Poder Executivo.

§ 1º O prazo para apresentação dos projetos é de 10 (dez) anos, contados a partir da publicação desta lei.

§ 2º O Poder Executivo estabelecerá, em regulamento, os procedimentos e prazos para apreciação dos projetos.

Art. 6º Nas vendas no mercado interno de bens ou serviços aprovados na forma do art. 5º desta lei, ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas:

I – do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre a saída do estabelecimento industrial; e

II – da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da seguridade Social – COFINS, incidente sobre as receitas auferidas.

Art. 7º No caso de venda no mercado interno ou importação de bens destinados a pessoa jurídica

beneficiária do PADIE e, para utilização na produção de bens aprovados na forma do art. 5º desta lei, ficam suspensos:

- I – a exigência de Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, incidentes sobre a receita da pessoa jurídica vendedora, relativa à aquisição efetuada pelo beneficiário do PADIE;
- II – a exigência da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, quando a importação for efetuada pelo beneficiário do PADIE;
- III – o IPI incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado, quando a aquisição no mercado interno for efetuada por estabelecimento industrial de pessoa jurídica beneficiária do PADIE;
- IV – o IPI incidente na importação, quando a importação for realizada por estabelecimento industrial de pessoa jurídica beneficiária do PADIE.

Art. 8º No caso de venda no mercado interno ou de importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação ao ativo imobilizado da pessoa jurídica beneficiária do PADIE, destinados às atividades de que trata o art. 4º desta lei, ficam suspensos:

- I – a exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita da pessoa jurídica vendedora quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do PADIE;
- II – a exigência da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, quando a importação for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do PADIE;
- III – o IPI incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado quando a aquisição no mercado interno for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do PADIE;
- IV – o IPI incidente na importação, quando a importação for efetuada por estabelecimento industrial de pessoa jurídica beneficiária do PADIE.

Art. 9º No caso de venda ou importação de serviços de tecnologia industrial básica, desenvolvimento, inovação tecnológica, assistência técnica, transferência de tecnologia e produção ou fornecimento de *software* destinados a pessoa jurídica beneficiária do PADIE, fica suspensa a exigência:

- I – da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita da prestação de serviços e fornecimento de *software*, efetuados por pessoa jurídica estabelecida no País, quando prestados a pessoa jurídica beneficiária do PADIE;

- II – da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre serviços e *software*, quando importados diretamente por pessoa jurídica beneficiária do PADIE.

Parágrafo único. O disposto no inciso I do *caput* deste artigo aplica-se também à receita de aluguel de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, quando contratados por pessoa jurídica beneficiária do PADIE.

Art. 10. Nas notas fiscais relativas:

- I – às vendas de que tratam o inciso I do art. 7º e o inciso I do art. 8º desta lei, deverá constar a expressão “Venda efetuada com suspensão da exigibilidade da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins”, com a especificação do dispositivo legal correspondente;
- II – às saídas de que tratam o inciso III do art. 7º e o inciso III do art. 8º desta lei, deverá constar a expressão “Saída com suspensão do IPI”, com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas.

§ 1º As suspensões de que trata o art. 7º desta lei convertem-se em alíquota zero:

- I – após a utilização na produção de bens aprovados na forma do art. 5º desta lei; ou
- II – após a exportação dos bens com tributação suspensa ou dos que resultaram de sua industrialização.

§ 2º As suspensões de que trata o art. 8º desta lei convertem-se em alíquota zero após a incorporação ao ativo imobilizado da pessoa jurídica beneficiária do PADIE.

§ 3º As suspensões de que trata o art. 9º convertem-se em alíquota zero após o emprego dos serviços nas atividades espaciais de que trata o art. 4º, inciso I, desta lei.

Art. 11. A pessoa jurídica que não der ao bem ou serviço a utilização ou destinação previstas nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 10 desta lei é obrigada a recolher os tributos não pagos em decorrência da suspensão de que tratam os arts. 7º, 8º e 9º desta lei, acrescidos de juros e multa, de mora ou de ofício, na forma da lei, contados a partir da data da aquisição ou do registro da Declaração de Importação, na condição:

- I – de contribuinte, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, à Cofins-Importação e ao IPI incidente no desembaraço aduaneiro de importação;

II – de responsável, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e ao IPI.

Parágrafo único. É vedada a revenda dos produtos que receberam os incentivos fiscais previstos nos arts. 7º e 8º desta lei, salvo em casos previstos em regulamentação específica.

Art. 12. Fica assegurada ao beneficiário do PADIE:

- I – dedução de até 10% (dez por cento) do valor do Imposto de Renda devido, de valor equivalente à aplicação do percentual de 15% (quinze por cento) sobre a soma dos dispêndios em atividades de produção industrial relativa aos bens de que trata o art. 5º desta lei;
- II – depreciação integral, no próprio ano de aquisição, de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, novos, destinados à produção dos bens de que trata o art. 5º desta lei.

Art. 13. O tratamento fiscal previsto nesta lei não poderá ser usufruído cumulativamente com outros da mesma natureza.

Art. 14. Nas aquisições por órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta e nos financiamentos por entidades oficiais de crédito, será dada a preferência para bens de capital e de tecnologia de ponta, relativos às atividades de que trata o art. 2º desta lei:

- I – a bens produzidos no País com tecnologia nacional;
- II – a bens considerados de fabricação nacional, com base em índices mínimos de nacionalização, fixados nos termos da regulamentação.

Seção II

Dos Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento

Art. 15. A pessoa jurídica beneficiária do PADIE, para fazer jus aos benefícios previstos nesta lei, deverá investir, anualmente, em atividades de pesquisa e desenvolvimento a serem realizadas no País, no mínimo, 5% (cinco por cento) do seu faturamento bruto no mercado interno, relativo à oferta de bens de que trata o art. 5º desta lei, deduzidos os impostos incidentes na comercialização e o valor das aquisições de insumos, podendo o percentual a menor num ano ser compensado no ano seguinte.

§ 1º Serão admitidos apenas investimentos em atividades de pesquisa e desenvolvimento na área espacial, realizados no País, conforme especificado pelo Poder Executivo no regulamento.

§ 2º No caso de os investimentos em pesquisa e desenvolvimento previstos no *caput* deste artigo não atingirem, no período de dois anos, o percentual mínimo fixado, a pessoa jurídica beneficiária do PADIE deverá aplicar o valor residual no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT (CT-Espacial, instituído pela Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000), acrescido de multa de 20% (vinte por cento) e de juros equivalentes à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, calculados desde 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que não foi atingido o percentual até a data da efetiva aplicação, sem prejuízo de outras sanções previstas na forma da regulamentação.

§ 3º Até um terço dos investimentos de que trata este artigo poderá ser realizado em atividades internas da pessoa jurídica beneficiária com instituições de ensino e pesquisa, em projetos homologados pelo órgão responsável pela gestão das atividades espaciais no País.

Art. 16. O beneficiário do PADIE prestará anualmente contas das aplicações de que trata o art. 15 desta lei, sendo a aprovação dos relatórios de demonstração condição indispensável à continuidade do benefício.

§ 1º Os relatórios de que trata este artigo devem ser encaminhados até 31 de julho de cada ano civil.

§ 2º O descumprimento da obrigação de encaminhar os relatórios demonstrativos no prazo previsto neste artigo ou da obrigação de aplicar no FNDCT o valor residual, quando não for alcançado o percentual mínimo de investimento em pesquisa e desenvolvimento, sujeita o infrator à devolução dos benefícios fiscais concedidos, acrescidos de multa, na forma do regulamento.

§ 3º As ocorrências de que trata o § 2º deste artigo serão comunicadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil até 60 (sessenta) dias após a apuração da ocorrência.

Art. 17. O PADIE será vinculado ao financiamento de projetos com ênfase nas aplicações da tecnologia espacial para solução de problemas de interesse do País, a exemplo de:

- I – comunicações em regiões remotas;
- II – monitoramento ambiental, vigilância da Amazônia;
- III – patrulhamento de fronteiras e da zona costeira;
- IV – inventário e monitoramento de recursos naturais;
- V – planejamento e fiscalização do uso do solo;
- VI – previsão de safras agrícolas;
- VII – coleta de dados ambientais, previsão do tempo e do clima;
- VIII – localização de veículos e sinistros;

- IX – desenvolvimento de processos industriais em ambiente de microgravidade;
- X – defesa e segurança do território nacional.

CAPÍTULO III

Das Disposições Finais

Art. 18. Inclua-se o art. 6º-A na Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, com a seguinte redação:

“Art. 6º-A No mínimo 15% (quinze por cento) da arrecadação da contribuição instituída no art. 2º desta lei serão temporariamente destinados ao CT-Espacial, instituído pela Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000, por um período não inferior a 8 (oito) anos.”

Art. 19. O prazo de que trata o art. 6º-A da Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, será contado a partir da publicação desta lei.

Art. 20. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES criará linhas de financiamento para a produção de bens e prestação de serviços relativos às atividades espaciais, e também para pesquisa e desenvolvimento tecnológico na área espacial, priorizando os projetos que dêem preferência na compra de componentes e equipamentos nacionais a serem utilizados nestas atividades, bem como incentivará a geração de aplicações para atender às demandas nacionais, referidas no art. 17 desta lei.

Art. 21. O Poder Público definirá estratégias para ampliação da rede de formação de recursos humanos na área espacial, bem como a criação de mecanismos para sua contratação.

§ 1º Serão definidos programas com vistas à expansão do número de bolsas de estudo para mestrado e doutorado na área espacial, custeadas com os recursos de que trata o art. 6º-A da Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000.

§ 2º O Poder Público definirá programas para estimular a formação e capacitação de profissionais na área espacial em cursos de especialização e aperfeiçoamento ou em estágios em instituições e empresas de destaque, nacionais ou no exterior, bem como reforçará os recursos para os programas de interação com as universidades.

§ 3º O Poder Público privilegiará o desenvolvimento de tecnologias críticas para o País voltadas para área espacial, bem como investirá na capacitação de professores e na divulgação das ações do programa espacial junto às instituições de ensino em todos os níveis.

Art. 22. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Na qualidade de relator do tema relacionado à indústria espacial brasileira do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados, apresentei, em conjunto com os membros desse Conselho, o Projeto de Lei nº 7.526, de 2010, que dispõe sobre incentivos às indústrias espaciais.

Considerando a importância da questão para o desenvolvimento industrial e tecnológico brasileiro, estou reapresentando essa proposta, agora no Senado Federal, com algumas alterações que visam harmonizar o regime tributário proposto com outros regimes similares e aperfeiçoar o projeto original, preservando, no entanto, a sua essência.

O projeto contempla incentivos à produção no setor espacial, como desonerações tributárias, por meio de abatimento de impostos e contribuições; criação de linhas especiais de financiamento junto às entidades de fomento como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, bem como estímulo à indústria nacional, com a definição de critérios para privilegiar os bens e serviços produzidos no País.

Esses benefícios são instituídos por intermédio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Espacial – PADIE, destinado a estimular o desenvolvimento tecnológico espacial brasileiro, mediante programas de pesquisa científica e tecnológica cooperativa entre universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo.

O projeto de lei em tela prevê, ainda, que a empresa do setor espacial que aderir ao programa deverá investir, anualmente, em atividades de pesquisa e desenvolvimento a serem realizadas no País, no mínimo, 5% (cinco por cento) do seu faturamento bruto no mercado interno. Trata-se de um incentivo claro à pesquisa tecnológica e à inovação.

O total previsto das desonerações dará um novo impulso ao setor industrial espacial, que hoje vive praticamente das contratações da União. Os recursos atualmente disponíveis são insuficientes para atender a todas as ações e projetos do Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE, que caminha num ritmo muito aquém do que o desejado, conforme demonstrado no estudo do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados. Além disso, o orçamento público é, majoritariamente, destinado aos institutos executores do programa, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE e o Instituto de Aeronáutica e Espaço – IAE, restando pouquíssimos incentivos à indústria.

O objetivo da proposição, portanto, é oferecer ao Poder Público um instrumento legal para incentivar as empresas privadas, por meio das compras governamentais, do financiamento direto e do estímulo à pesquisa

e ao desenvolvimento, além da desoneração tributária. Esses mecanismos vão estimular a maior interação entre os institutos públicos e o setor produtivo.

Ressalto que se trata, por ora, de empresas vinculadas a um setor ainda incipiente, inexistindo, portanto, receita tributária significativa decorrente da atividade. Os benefícios previstos no projeto que ora proponho não representam, pois, renúncia fiscal em relação à situação corrente. Na medida em que o setor venha a se expandir, surgirá o montante de renúncia, que poderá, oportunamente, ser revisto mediante atualização da lei.

Atualmente, uma das únicas fontes específicas do programa espacial é o CT-ESPACIAL, fundo ligado ao FNDCT, cujo objetivo é estimular a pesquisa e o desenvolvimento ligados à aplicação de tecnologia espacial na geração de produtos e serviços, com ênfase nas áreas de elevado conteúdo tecnológico, como as de comunicações, sensoriamento remoto, meteorologia, agricultura, oceanografia e navegação.

Entretanto, a principal fonte de financiamento do CT-Espacial, que são as receitas auferidas pela União relativas a lançamentos, é praticamente inexistente. Estou propondo, assim, direcionamento de percentual da receita do Fundo Verde-Amarelo, destinado a promover a interação Universidade-Empresa, para o CT-Espacial, possibilitando assim um aporte de receita por um período suficiente para formar uma geração de profissionais para o setor, assegurando a eficácia dos demais instrumentos oferecidos.

Assim, com esta proposição, busco soluções efetivas aos três problemas cruciais da política espacial brasileira: a falta de incentivos ao setor industrial; a escassez de recursos orçamentários para as ações do programa e a ausência de uma política satisfatória de formação de recursos humanos no setor.

Ante o exposto, solicito aos nobres Pares o apoio para a APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei. — Senador **Rodrigo Rollemberg**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO VIII Da Ordem Social

CAPÍTULO IV Da Ciência e Tecnologia

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.

§ 1º A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências.

§ 2º A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

§ 3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

§ 4º A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

§ 5º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

Art. 219. O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal.

.....
LEI Nº 10.168, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000

Institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação e dá outras providências

.....
Art. 6º Do total dos recursos a que se refere o art. 2º, trinta por cento, no mínimo, serão aplicados em programas de fomento à capacitação tecnológica e ao amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

.....
LEI Nº 9.994, DE 24 DE JULHO DE 2000

Institui o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Setor Espacial, e dá outras providências.

.....
(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, DE 2011

Acrescenta o art. 1º A à Lei nº 12.058, PLV 13/09 de 13 de outubro de 2009, e o art. 1º A à Lei nº 12.306, MPV 484/10 de agosto de 2010, que dispõem sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos dos Fundos de Participações dos Municípios – FPM e dos Estados – FPE, bem como dos Fundos de Desenvolvimento Regional, com o objetivo de preservar a descentralização fiscal da Federação, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

AM. 1º Acrescente-se o seguinte art. 1º-A à Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009:

"Art. 1º-A. A União prestará apoio financeiro aos entes federados que recebem o Fundo de Participação dos Municípios – FPM de acordo com as seguintes condições e prazos:

I – o apoio será prestado enquanto não for alterado o disposto no art. 159, I, "b" e "d", da Constituição;

II – o apoio será devido sempre que for positiva a diferença apurada mensalmente entre o montante resultante de treze inteiros e dois décimos por cento do produto da arrecadação da União proveniente de impostos, taxas e contribuições, exceto daquelas previstas nos arts. 40, *caput*, e 195, I, "a" e II, da Constituição, nos doze meses anteriores, e o somatório das entregas do FPM realizadas por força do disposto no art. 159, I, "b" e "d", da Constituição, no mesmo período;

III – um duodécimo do valor positivo apurado na forma do inciso II será:

a) entregue até o 5º (quinto) dia útil do mês de seguinte aquele em que for feita a apuração;

b) rateado entre os Municípios segundo os mesmos critérios aplicados na distribuição do FPM durante o período previsto no inciso II;

c) creditado nas mesmas contas bancárias em que os Municípios receberem as transferências do FPM;

IV – o Tribunal de Contas da União - TCU efetuará o cálculo do valor devido e das quotas de cada Município;

V – a divulgação das informações sobre os recursos previstos nesta Lei será realizada conforme disposto no art. 162 da Constituição." (NR)

Art. 2º Acrescente-se o seguinte art. 1º-A à Lei nº 12.306, de 6 de agosto de 2010:

"Art. 1º-A. A União prestará apoio financeiro aos entes federados que recebem o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE de acordo com as seguintes condições e prazos:

I – o apoio do será prestado enquanto não for alterado o disposto no art. 159, I, "a", da Constituição;

II – o apoio será devido sempre que for positiva a diferença apurada mensalmente entre o montante resultante de doze inteiros e um décimo por cento do produto da arrecadação da União proveniente de impostos, taxas e contribuições, exceto daquelas previstas nos arts. 40, *caput*, e 195, I, "a" e II, da Constituição, nos doze meses anteriores, e o somatório das entregas do FPE realizadas por força do disposto no art. 159, I, "a", da Constituição, no mesmo período;

III – um duodécimo do valor positivo apurado na forma do inciso II será:

a) entregue até o 5º (quinto) dia útil do mês de seguinte aquele em que for feita a apuração;

b) rateado entre os Estados e o Distrito Federal segundo os mesmos critérios aplicados na distribuição do FPE durante o período previsto no inciso II; e

c) creditado nas mesmas contas bancárias em que os Estados e o Distrito Federal receberem as transferências do FPE;

IV – o Tribunal de Contas da União - TCU efetuará o cálculo do valor devido e das quotas de cada Estado e do Distrito Federal;

V – a divulgação das informações sobre os recursos previstos nesta Lei será realizada conforme disposto no art. 162 da Constituição." (NR)

Art. 3º A União aplicará complementarmente em programas de financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, observado o seguinte:

I – a aplicação será realizada enquanto não for alterado o disposto no art. 159, I, "c", da Constituição,

II – a aplicação será realizada sempre que for positiva a diferença apurada mensalmente entre o montante resultante de um inteiro e sete décimos por cento do produto da arrecadação da União proveniente de impostos, taxas e contribuições, exceto daquelas previstas nos arts. 40, *caput*, e 195, I, "a" e II, da Constituição, nos doze meses anteriores, e o somatório das aplicações realizadas pelos respectivos fundos regionais, no mesmo período;

III – um duodécimo do valor positivo apurado na forma do inciso II será:

e) entregue até o 5 (quinto) dia útil do mês de seguinte aquele em que for feita a apuração;

f) rateado entre as regiões segundo os mesmos critérios aplicados na distribuição dos fundos durante o período previsto no inciso II; e

IV – a divulgação das informações sobre os recursos previstos nesta Lei será realizada conforme disposto no art. 162 da Constituição."

Art. 4º A lei orçamentária anual consignará as dotações necessárias à cobertura das despesas previstas nesta Lei.

Art. 5º Os valores das entregas determinadas na forma dos arts. 1º, 2º e 3º serão reduzidos em sessenta por cento no primeiro mês em que for feita a apuração prevista nesta Lei, e o redutor diminuirá em um ponto percentual a cada mês seguinte, até que a entrega passe a ser realizada pelo valor integral.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os governos estaduais e municipais ficaram para trás e com as migalhas dos recursos públicos, em que pese o forte aumento da carga tributária realizado no País nas últimas décadas.

O efeito é duplo. Aqueles governos perdem quando os incentivos fiscais concedidos pelo governo federal são concentrados em impostos com receita compartilhada – o caso mais notório foi o da isenção de IPI para a indústria automobilística (estados, prefeituras e fundos regionais arcaram com mais da metade dessa isenção). Os governos estaduais e municipais deixam de ganhar, também, quando os tributos federais cuja carga mais subiu nos últimos anos não são compartilhados com os demais entes federados – caso das contribuições e do imposto sobre operações financeiras.

O esvaziamento dos fundos de participação foi marcante na observação da execução financeira do Tesouro Nacional: entre 2002 e 2010, a receita líquida federal cresceu de 17,86 para 19,26 por cento do PIB, mas as transferências feitas aos estados e os municípios permaneceram praticamente estagnadas: passaram de 3,80 para 3,85 por cento do produto.

Outra evidência da centralização é dada pelo tamanho da fatia estadual e municipal no bolo da receita tributária federal: nos últimos anos, encolheu aquela fatia porque a União passou a arrecadar cada vez mais tributos que não são incluídos na base de cálculo dos fundos de participação. Assim, o peso de IR e IPI na arrecadação tributária federal (exclusive a contribuição previdenciária) caiu de 56,2% para 40,5% entre 2002 e 2010.

Em consequência, computados os percentuais constitucionais atribuídos ao FPE, ao FPM e aos Fundos Regionais, a fatia dos entes subnacionais no bolo de receitas tributárias federais encolheu de 27% em 2002 para apenas 19,4% em 2010.

Se a participação dos governos estaduais, municipais e das regiões menos desenvolvidas na receita tributária da União em 2010 fosse

igual a que tiveram em 2002, teriam recebido R\$ 42,6 bilhões a mais do que os cerca de R\$ 109 bilhões devidos.

Qual a solução? De imediato, há uma tentação de proibir o governo federal de conceder incentivo fiscal na parcela dos impostos cuja receita é repartida. Por mais desejado e correto, isso é inviável operacionalmente – é cobrado um único imposto e só a arrecadação (depois, no caixa) que é repartida. Não dá para o contribuinte separar de sua venda ou de seu lucro quanto é tributado de uma forma e quanto por outra.

Aquí, se toma a iniciativa de apresentar uma alternativa mais estruturada visando à criação de um mecanismo que permita, ao mesmo tempo, que governadores e prefeitos recebam do governo federal apoio financeiro, sempre que o valor das quotas de FPM e FPE for menor do que parcela fixada de toda a receita federal. Mais precisamente, 13,2% para os Municípios e 12,1% para os Estados. Elimina-se, com isso, a possibilidade de o governo federal aumentar tributos sem compartilhamento com os demais entes federados.

Em essência, a presente proposta visa criar uma sistemática de transferências federais complementares para as outras esferas de governo, com as seguintes características básicas:

a) complementar, e não substituta do FPE/FPM – isto é, transferências complementares calculadas e pagas em paralelo às quotas-partes, valendo o maior dos dois. Assim, se a nova sistemática resultar em um montante superior ao dos fundos de participação, a diferença será repassada pela União nas mesmas datas e segundo a mesma lógica de rateio dos fundos já existentes.

b) a base será ampla, cobrindo quase toda arrecadação federal, para evitar que o governo privilegie contribuição não compartilhada a imposto compartilhado);

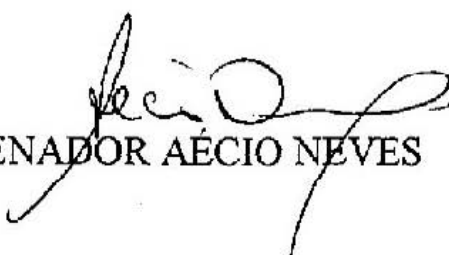
c) o apoio financeiro que será devido aos municípios e aos estados dependerá dos novos percentuais a serem aplicados sobre a base ampliada da receita tributária federal: sendo uma base maior que a formada pela arrecadação de IR e IPI, os percentuais propostos são menores que os atuais (21,5% e 23,5%); para sua definição, caberia retroagir a algum ano no passado antes do governo federal começar a base tributária dos fundos

compartilhados: a conta é simples, uma regra de três de modo a comparar o FPE e o FPM pagos no antigo ano-base em relação à base ampla da receita tributária; depois daquele ano-base, se tal base variar em ritmo superior ao da arrecadação de IR/IPI, aumentará a proporção que caberá ao FPE/FPM; uma hipótese a considerar poderia ser tomar 2002 como ano-base de tal cálculo: seria o caso de "congelar" a situação então verificada.

Importa destacar que esta proposta tomou por base o repasse extraordinário para os municípios e estados que o governo federal criou (por medidas provisórias) para atenuar os efeitos da crise financeira internacional. Os recursos foram pagos como um complemento do FPM e FPE em 2009/2010. Ressalte-se, porém, que a lógica da presente proposta é diferente daquele mecanismo extraordinário, na medida em que a definição dos valores do apoio financeiro dependerá da evolução da arrecadação federal.

Por fim, cabe enfatizar que se houve razões políticas e meios legais, jurídicos, orçamentários e financeiros para que o governo federal ajudasse prefeitos e governadores a enfrentar a crise financeira global, nada impede que os mesmos motivos e meios sejam mobilizados para ajudar também os estados e municípios a enfrentar a crise federativa, que é fruto de um processo fiscal centralizador imposto nos últimos anos.

Sala das Sessões,



SENADOR AÉCIO NEVES

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

.....

Art. 159. A União entregará:

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

.....

Art. 162. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.

.....

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

.....

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

.....

LEI Nº 12.058, DE 13 DE OUTUBRO DE 2009

Conversão da Medida Provisória nº
462, de 2009

Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no exercício de 2009, com o objetivo de superar dificuldades financeiras emergenciais; altera as Leis nºs 11.786, de 25 de setembro de 2008, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.882, de 23 de dezembro de 2008, 10.830, de 9 de janeiro de 2004, 11.314, de 3 de julho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 10.925, de 23 de julho de 2004, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.893, de 13 de julho de 2004, 9.454, de 7 de abril de 1997, 11.945, de 4 de junho de 2009, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 11.326, de 24 de julho de 2006, 8.427, de 27 de maio de 1992, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 11.977, de 7 de julho de 2009, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 9.703, de 17 de novembro de 1998, 10.865, de 30 de abril de 2004, 9.984, de 17 de julho de 2000, e 11.772, de 17 de setembro de 2008, a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001, e o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976; revoga a Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, e o art. 13 da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006; e dá outras providências.

.....

LEI Nº 12.306, DE 6 DE AGOSTO DE 2010.

Conversão da Medida Provisória nº
484, de 2010.

Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, institui o Programa Especial de Fortalecimento do Ensino Médio, para o exercício de 2010, e dá outras providências.

.....

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa).

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto de resolução do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17, DE 2011

Acrescenta o § 5º ao art. 23 da Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993, que institui o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para dispor sobre os requisitos necessários aos membros do Conselho de Ética.

Art. 1º. Acrescente-se ao art. 23 da Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar, o seguinte parágrafo e incisos:

“Art. 23

§ 5º Não poderá ser membro do Conselho o Senador:

.....
I – submetido a processo disciplinar em curso, por ato atentatório ou incompatível com o decoro parlamentar;

II – que tenha, contra si, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, ação penal ou inquérito devido à prática de crime contra a Administração Pública.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Projeto de Resolução em justificação visa aumentar o rigor para a composição do Conselho de Ética. Naquele colegiado especialíssimo e seletivo, pelas funções singulares das quais está investido, os princípios da cautela e da reputação ilibada, na definição de seus membros, se sobrepõem ao da presunção da inocência.

As condutas incompatíveis com o decoro parlamentar e as condutas atentatórias ao decoro parlamentar têm relação material com os crimes contra a Administração Pública, dispostos no Título XI, da Parte Especial do Código Penal brasileiro.

Dessa forma, é necessário que haja uma vedação expressa no Código de Ética e para assento no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar a parlamentar submetido a processo disciplinar em curso, bem como àqueles que respondam a ação penal ou

inquérito por crime contra a Administração Pública, junto ao STF.

A finalidade de propor esses requisitos para o Senador da República ser membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é garantir maior legitimidade para aqueles que deverão emitir parecer sobre condutas de outros Senadores. Seria, num paralelo, uma aplicação no Poder Legislativo do princípio da imparcialidade inerente à função dos magistrados.

Sala das Sessões, de maio de 2011. – Senadora **Marinor Brito**. – Senador **Randolfe Rodrigues**.

Este texto não substitui o original publicado no **Diário Oficial**.

LEGISLAÇÃO CITADA

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 1993

Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

O Senado Federal resolve:

CAPÍTULO I

.....
Art. 23. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será constituído por quinze membros titulares e igual número de suplentes, eleitos para mandato de dois anos, observando, quando possível, o princípio da proporcionalidade partidária e o rodízio entre Partidos Políticos ou Blocos Parlamentares não representados, devendo suas decisões ser tomadas ostensivamente. (Redação dada pela Resolução nº 1, de 2008)

§ 1º Os Líderes Partidários submeterão à Mesa os nomes dos Senadores que pretenderem indicar para integrar o Conselho, na medida das vagas que couberem ao respectivo partido.

§ 2º As indicações referidas no parágrafo anterior serão acompanhadas pelas declarações atualizadas, de cada Senador indicado, onde constarão as informações referentes aos seus bens, fontes de renda, atividades econômicas e profissionais, nos termos dos incisos I, II e III do art. 6º.

§ 3º Acompanharão, ainda, cada indicação, uma declaração assinada pelo Presidente da Mesa, certificando a inexistência de quaisquer registros, nos arquivos e anais do Senado, referentes à prática de quaisquer atos ou irregularidades capitulados nos arts. 8º e 11, independentemente da legislatura ou sessão legislativa em que tenham ocorrido.

§ 4º Caberá à Mesa providenciar, durante os meses de fevereiro e março da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura, a eleição dos membros do Conselho.

.....

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 17, de 2011**, que acaba de ser lido.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 42, de 2011** (nº 110/2011, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, informando que, no trimestre encerrado em 31 de março de 2011, o Tesouro Nacional não realizou emissões de títulos da República, nos termos do inciso I do art. 1º da Resolução nº 20, de 2004, do Senado Federal.

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 42, DE 2011

Aviso nº 110/MF

Brasília, 28 de abril de 2011

Assunto: Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior. Envio de Relatório para os fins do art. 4º da Resolução nº 20, de 16 de novembro de 2004, do Senado Federal.

Senhor Presidente,

No contexto do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, de que trata o art. 4º da Resolução nº 20, de 16 de novembro de 2004, dessa Casa Legislativa, informo a Vossa Excelência que, no trimestre encerrado em 31 de março de 2011, o Tesouro Nacional não realizou emissões de títulos da República, nos termos do inciso I do art. 1º da referida Resolução/SF nº 20, de 2004.

Respeitosamente, – **Guido Mantega**, Ministro de Estado da Fazenda.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – O Aviso nº 42, de 2011, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 43, de 2011** (nº 32/2011, na origem), do Banco Central do Brasil, que encaminha o demonstrativo das emissões do real, referentes ao primeiro trimestre de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, em atendimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 1995.

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 43, DE 2011

Aviso nº 32/2011-BCB

Brasília, 29 de abril de 2011

Assunto: Demonstrativo das emissões do Real

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que estabeleceu as condições para emissão do Real, a fórmula de apuração das emissões realizadas e as bases para o acompanhamento e controle monetário, encaminho a Vossa Excelência o anexo demonstrativo das emissões referentes ao primeiro trimestre de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.

Atenciosamente, – **Alexandre Antonio Tombini**, Presidente.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Anexo ao Aviso nº 32/2011-BCB, de 29 de abril de 2011.

Demonstrativo das emissões do real – Primeiro trimestre de 2011

- I. A base monetária restrita e a emissão**
 - II. A base monetária ampliada**
 - III. Os meios de pagamento (M1) e o multiplicador**
 - IV. Os meios de pagamento amplos**
 - V. Anexos**
-
- B - Relatório de execução da programação monetária - Primeiro trimestre de 2011**

A - DEMONSTRATIVO DAS EMISSÕES DO REAL

I – A base monetária restrita e a emissão

A média dos saldos diários da base monetária atingiu R\$180,8 bilhões em março, registrando retração de 1,7% no mês e crescimento de 13,9% em doze meses, mantendo-se no intervalo estabelecido pela programação monetária para o primeiro trimestre de 2011, da mesma forma que os demais agregados. Os saldos médios do papel-moeda emitido e das reservas bancárias apresentaram recuos mensais de 1,5% e 2,3%, respectivamente.

Demonstrativo de emissões do real Primeiro trimestre - 2011	
Discriminação	R\$ bilhões
A - Emissão monetária autorizada para o 1º trimestre/2011 ^{1/} (Voto CMN nº 129/2010)	211,50
B - Emissão monetária realizada ^{2/}	180,76
b.1 - Usos - saldos ^{2/}	180,76
b.1.1 - Papel-moeda emitido	135,53
b.1.2 - Reservas bancárias	45,24
b.2 - Fontes	180,76
b.2.1 - Saldos em 28.02.2011	185,81
b.2.1.1 - Papel-moeda emitido	135,09
b.2.1.2 - Reservas bancárias	50,51
b.2.2 - Fluxos em março/2011 ^{3/}	-4,04
b.2.2.1 - Operações com o Tesouro Nacional	4,89
b.2.2.2 - Operações com títulos públicos federais	-19,31
b.2.2.3 - Operações com o setor externo	9,78
b.2.2.4 - Operações com o sistema financeiro	-0,21
C - Saldo da emissão (A - B)	30,74
D - Reservas internacionais disponíveis	516,53
E - Lastro monetário exigido (reservas internacionais vinculadas)	211,50
F - Reservas internacionais excedentes (D - E)	305,03

1/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do trimestre.

2/ Média dos saldos nos dias úteis.

3/ Média dos fluxos acumulados nos dias úteis.

Base monetária e componentes									
Média dos saldos nos dias úteis									
R\$ milhões									
Período	Papel-moeda emitido	Variação percentual		Reservas bancárias	Variação percentual		Base monetária	Variação percentual	
		Mês	12 meses		Mês	12 meses		Mês	12 meses
2008 Jan	107 203	-4,4	12,6	24 839	3,7	-25,4	142 042	-2,5	0,1
Fev	134 319	-2,7	14,4	31 542	-8,5	-23,7	135 851	-4,4	2,5
Mar	101 096	-3,1	11,9	31 070	-1,5	-23,2	132 158	-2,7	1,0
Abr	101 623	0,5	12,5	30 798	-0,9	-24,9	132 422	0,2	0,6
Mai	102 412	0,8	12,4	32 386	5,1	-22,1	134 772	1,8	1,5
Jun	133 770	-1,3	12,5	32 477	0,4	-16,3	136 247	1,1	4,0
Jul	104 921	1,1	11,4	33 500	3,1	-17,2	138 421	1,8	2,8
Ago	106 233	1,3	11,4	32 483	-3,0	-15,7	138 717	0,2	3,6
Set	110 262	3,8	12,3	34 877	7,4	-11,3	145 138	4,6	-5,5
Out	111 551	1,2	11,9	34 020	-2,5	-15,2	145 571	0,3	4,1
Nov	113 681	-1,9	13,1	34 958	2,8	-16,3	146 649	2,1	13,8
Dez	128 182	12,7	14,3	38 238	12,2	-15,8	167 400	12,8	14,9
2010 Jan	124 317	-3,0	18,0	41 072	-4,7	-17,9	185 388	-1,2	16,4
Fev	123 045	-1,0	18,0	38 833	-5,4	-23,1	181 879	-2,1	19,2
Mar	119 571	-2,8	18,3	39 150	0,8	-26,0	158 721	-2,3	20,1
Abr	119 462	-0,1	17,6	40 867	4,4	-32,7	160 329	1,0	21,1
Mai	119 764	0,3	16,9	40 133	-1,8	-24,0	159 897	-0,3	18,8
Jun	121 275	1,3	18,9	40 778	1,3	-25,6	162 051	1,3	18,9
Jul	123 287	-1,2	17,5	43 087	5,7	-28,6	158 374	-2,7	20,2
Ago	125 318	1,6	18,0	43 368	0,5	-33,3	189 525	1,4	21,6
Set	129 941	3,7	17,8	43 028	-0,8	-23,4	172 969	-2,6	19,2
Out	132 105	1,7	18,4	44 838	4,2	-31,8	176 642	2,3	21,6
Nov	133 093	0,7	17,1	44 741	-0,2	-27,9	177 834	0,5	19,6
Dez	148 654	11,2	15,5	49 335	10,3	-25,7	187 388	11,0	17,9
2011 Jan	142 414	-3,8	14,6	49 633	0,6	-20,8	182 047	-2,7	16,1
Fev	137 584	-3,4	11,8	45 293	-8,7	-19,2	183 671	-4,3	13,6
Mar	135 628	-1,5	13,3	45 235	-2,3	-15,5	180 765	-1,7	13,9

Entre os fatores de emissão monetária, destacaram-se as compras líquidas de divisas pelo Banco Central no mercado interbancário de câmbio, com impacto positivo de R\$14,8 bilhões, neutralizado pela contração de R\$13,1 bilhões decorrente das operações do Tesouro Nacional. As operações com títulos públicos federais, que incluem a atuação do Banco Central no ajuste de liquidez do mercado monetário, determinaram contração de R\$7,1 bilhões, em razão das vendas líquidas de R\$3,8 bilhões no mercado secundário e de colocações líquidas de R\$3,3 bilhões em títulos do Tesouro Nacional no mercado primário.

Fatores condicionantes da base monetária						
Fluxos acumulados no mês						
Período	Operações com o Tesouro Nacional ^{1/}	Operações com títulos públicos federais	Operações com o setor externo	Operações com o sistema financeiro	Operações com derivativos - ajustes	R\$ milhões Variação da base monetária
2009 Jan	9 887	-16 355	-3 049	1 107	-1 702	-10 012
Fev	-6 810	3 627	1 277	429	415	-1 270
Mar	-7 308	3 863	1 979	577	-424	-1 212
Abr	-10 219	19 209	2 323	216	-1 391	9 706
Mai	-5 519	-12 857	8 623	199	-60	-1 440
Jun	2 739	-8 685	11 026	777	-14	5 863
Jul	1 947	-12 591	7 520	512	-3	-3 640
Ago	-6 322	3 626	5 097	-928	0	1 473
Set	5 901	-2 929	6 419	712	0	8 679
Out	-6 322	5 014	11 885	1 206	0	1 755
Nov	-15 094	19 846	5 300	638	0	9 414
Dez	15 185	19 521	6 337	-1 488	0	9 265
2010 Jan	5 679	-18 835	3 977	544	0	-10 423
Fev	12 280	9 970	1 749	242	0	1 316
Mar	2 644	82 893	5 256	-88 317	0	2 378
Abr	-9 077	63 506	5 409	-82 001	0	2 089
Mai	8 052	5 114	7 387	-388	0	4 050
Jun	177	-1 266	3 665	1 035	0	841
Jul	8 087	-1 831	2 783	-4 129	0	2 900
Ago	6 595	10 593	7 213	-486	0	10 714
Set	2 503	8 958	18 000	-4 370	0	2 759
Out	1 796	11 812	12 949	-1 730	0	1 433
Nov	-6 304	8 308	4 209	-5 162	0	-1 051
Dez	22 880	111 544	4 276	-84 572	0	28 388
2011 Jan	15 919	-35 551	13 502	8 164	-12	-13 306
Fev	18 839	8 037	15 238	1 505	93	7 940
Mar	13 093	7 127	14 783	-690	408	-5 888

1/ Não inclui operações com títulos.

II – A base monetária ampliada

A base monetária ampliada totalizou R\$2.498 bilhões, com aumento de 1,2% no mês e de 18,2% nos últimos 12 meses. Dentre seus componentes, o estoque dos títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central aumentou 1,6%, alcançando R\$1.977 bilhões. Esse resultado derivou, principalmente, da atualização da dívida mobiliária federal em poder do público.

III – Os meios de pagamento e o multiplicador

Os meios de pagamento restritos (M1), considerados os saldos médios diários, alcançaram R\$252,6 bilhões em março, registrando redução de 1,8% no mês, em função dos recuos de 2,2% no saldo médio do papel-moeda em poder do público e de 1,5% nos depósitos à vista. Em doze meses, o M1 cresceu 11,1%, a partir de incrementos respectivos em seus componentes de 12,5% e 10%.

Meios de pagamento (M1) e componentes									
Média dos saldos nos dias úteis									
R\$ milhões									
Período	Papel-moeda em poder do público	Variação percentual		Depósitos à vista	Variação percentual		Meios de pagamento	Variação percentual	
		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses
2009 Jan	86 685	-4,1	13,3	122 143	-4,3	-0,3	208 028	-4,2	4,8
Fev	84 071	-3,2	14,6	114 781	-6,0	0,7	198 852	-4,9	8,2
Mar	82 025	-2,4	12,8	112 310	-2,2	-0,3	194 335	-2,3	4,8
Abr	82 168	0,2	12,5	113 827	1,4	0,0	195 994	0,9	4,9
Mai	83 103	1,1	13,3	114 585	0,7	0,3	197 688	0,9	5,4
Jun	84 188	1,3	12,9	116 160	1,4	4,0	200 349	1,3	7,5
Jul	85 251	1,3	12,1	116 237	1,8	3,8	203 489	1,6	7,1
Ago	86 113	1,0	12,0	116 324	-1,6	4,8	202 437	-0,5	7,7
Sep	88 343	3,8	11,8	118 861	2,2	4,7	208 204	2,8	7,6
Out	89 828	0,3	11,2	121 671	2,4	5,5	211 288	1,5	7,9
Nov	91 631	2,2	12,9	123 428	1,4	8,2	215 058	1,8	10,1
Dez	103 273	12,7	14,0	137 144	11,1	7,4	240 417	11,8	10,1
2010 Jan	100 462	-2,4	15,7	135 157	-1,4	10,7	235 648	-2,0	12,7
Fev	98 671	-1,8	17,4	131 138	-3,0	14,3	229 808	-2,5	15,6
Mar	98 922	-1,8	18,2	130 512	-0,5	16,2	227 434	-1,0	17,0
Abr	96 649	-0,3	17,6	132 563	1,6	16,5	229 212	0,8	15,9
Mai	97 232	0,6	17,0	134 248	1,3	17,2	231 478	1,0	17,1
Jun	98 391	1,2	16,0	135 805	1,2	17,0	234 275	1,2	16,8
Jul	100 329	2,0	17,7	138 244	1,7	18,6	238 573	1,8	17,2
Ago	101 968	1,6	18,4	138 448	0,1	19,0	240 416	0,8	18,8
Sep	105 576	3,5	18,2	141 578	2,3	19,1	247 154	2,8	18,7
Out	106 553	0,9	18,9	145 356	2,7	19,6	251 909	1,9	19,2
Nov	107 488	0,9	17,3	145 749	0,3	18,1	253 237	0,5	17,8
Dez	119 603	11,3	15,8	150 953	9,7	16,6	278 556	10,4	16,3
2011 Jan*	115 348	-3,6	14,8	152 885	-4,4	13,1	268 234	-4,1	13,8
Fev*	111 430	-3,4	12,9	145 787	-4,6	11,2	257 217	-4,1	11,9
Mar*	108 989	-2,2	12,5	143 604	-1,5	10,0	252 594	-1,8	11,1

* Dados preliminares.

* Dados preliminares.

Ao longo de todo o trimestre, o multiplicador monetário, com base no saldo médio diário, manteve-se estável, em 1,40.

Multiplicador e coeficientes de comportamento monetário^{1/} Média dos saldos nos dias úteis						
Período	Comportamento do público		Comportamento dos bancos		Multiplicador	
	$C = \frac{PMPP}{M1}$	$D = \frac{DV}{M1}$	$R_1 = \frac{CX}{DV}$	$R_2 = \frac{RB}{DV}$	$K = \frac{1}{C + D(R_1 + R_2)} = \frac{M1}{B}$	
2009 Jan	0,42	0,58	0,17	0,29	1,47	
Fev	0,42	0,58	0,18	0,27	1,48	
Mar	0,42	0,58	0,17	0,28	1,47	
Abr	0,42	0,58	0,17	0,27	1,48	
Mai	0,42	0,58	0,17	0,28	1,47	
Jun	0,42	0,58	0,17	0,28	1,47	
Jul	0,42	0,58	0,17	0,28	1,47	
Ago	0,43	0,57	0,17	0,28	1,48	
Set	0,43	0,57	0,18	0,29	1,43	
Out	0,42	0,58	0,18	0,28	1,45	
Nov	0,43	0,57	0,18	0,28	1,45	
Dez	0,43	0,57	0,18	0,28	1,44	
2010 Jan	0,43	0,57	0,18	0,30	1,42	
Fev	0,43	0,57	0,19	0,30	1,42	
Mar	0,43	0,57	0,17	0,30	1,43	
Abr	0,42	0,58	0,17	0,31	1,43	
Mai	0,42	0,58	0,17	0,30	1,45	
Jun	0,42	0,58	0,17	0,30	1,45	
Jul	0,42	0,58	0,17	0,31	1,43	
Ago	0,42	0,58	0,17	0,31	1,43	
Set	0,43	0,57	0,17	0,30	1,43	
Out	0,42	0,58	0,18	0,31	1,42	
Nov	0,42	0,58	0,18	0,31	1,42	
Dez	0,43	0,57	0,18	0,31	1,42	
2011 Jan	0,43	0,57	0,18	0,32	1,42	
Fev	0,43	0,57	0,18	0,32	1,43	
Mar	0,43	0,57	0,18	0,32	1,40	

1/ Onde:

C - Preferência do público por papel-moeda	R1 - Taxa de encaixe em moeda corrente
PMPP - Papel-moeda em poder do público	CX - Encaixe de moeda corrente
M1 - Meios de pagamento	R2 - Taxa de reservas bancárias
D - Preferência do público por depósitos à vista	RB - Reservas bancárias
DV - Depósitos à vista	K - Multiplicador da base monetária
	B - Base monetária

IV – Os meios de pagamento amplos

Os meios de pagamento no conceito M2, que corresponde ao M1 mais depósitos para investimentos, depósitos de poupança e títulos privados, cresceram 1,1% no mês, totalizando R\$1,4 trilhão. Esse aumento deveu-se, sobretudo, à elevação de 2,4% no saldo de títulos privados, que atingiu R\$743,6 bilhões após captações líquidas de R\$14,8 bilhões. O saldo dos depósitos de poupança situou-se em R\$384,4 bilhões, elevação de 0,3%, com captações líquidas de R\$307 milhões.

O M3, conceito que compreende o M2, as quotas de fundos de renda fixa e os títulos públicos que lastreiam as operações compromissadas entre o público e o setor financeiro, elevou-se 0,9% no mês, totalizando R\$2,6 trilhões, reflexo do crescimento de 2,2% no saldo das quotas de fundos de renda fixa, que somou R\$1,2 trilhão. O M4, agregado que compreende o M3 e os títulos públicos de detentores não financeiros, registrou elevação de 1,2% no mês e 18,1% nos últimos doze meses, alcançando R\$3,1 trilhões.

Período	M1	Depósitos		Títulos privados	M2	Quotas de fundos de renda fixa	Operações comprometidas com títulos Federais	M3	Títulos públicos		M4	Variação percentual	
		para investimento	de poupança						Federais (Self)	estaduais e municipais		No mês	Em 12 meses
2009 Jan	196 088	2 844	272 500	502 848	1 054 253	708 659	64 759	1 806 655	328 799	0	2 233 859	0,4	17,8
Feb	194 353	2 847	274 053	588 185	1 063 218	799 659	61 209	1 920 395	331 075	0	2 251 475	0,8	17,0
Mar	192 268	2 760	275 495	587 480	1 059 017	808 222	67 547	1 933 796	339 006	0	2 272 792	0,9	16,5
Abr	194 452	3 059	276 044	588 657	1 062 113	819 794	76 338	1 958 244	330 382	0	2 288 627	0,7	15,0
Mai	185 758	2 917	279 463	596 740	1 074 877	828 404	85 785	1 989 069	333 459	0	2 322 525	1,5	14,7
Jun	202 225	2 920	283 038	607 658	1 085 141	827 259	87 421	2 009 821	332 437	0	2 342 258	0,8	14,5
Jul	198 240	2 852	291 041	606 479	1 059 612	852 265	86 709	2 037 585	355 581	0	2 393 245	2,2	14,7
Ago	202 574	3 004	295 603	603 532	1 104 713	874 266	93 387	2 072 355	369 081	0	2 432 447	1,6	14,4
Sep	208 641	3 152	300 496	607 892	1 121 189	882 872	101 548	2 115 609	386 378	0	2 481 985	2,0	15,0
Out	209 710	3 470	302 863	600 804	1 116 968	909 753	104 186	2 130 886	365 686	0	2 516 553	1,4	17,5
Nov	220 455	3 350	309 224	598 971	1 132 000	917 957	111 574	2 150 942	393 500	0	2 551 442	1,4	16,9
Dez	250 234	3 184	319 632	594 374	1 167 424	930 458	108 438	2 206 319	399 383	0	2 605 702	2,1	16,2
2010 Jan	227 476	3 100	323 809	581 945	1 146 429	944 609	104 063	2 194 894	401 416	0	2 606 400	-0,4	16,2
Feb	225 060	3 118	328 604	585 186	1 149 958	954 816	97 860	2 202 445	417 407	0	2 619 851	0,5	16,4
Mar	229 297	3 123	328 636	601 684	1 162 640	973 064	97 873	2 233 577	427 553	0	2 681 130	1,6	17,1
Abr	228 863	3 139	331 852	594 655	1 168 509	982 273	88 422	2 277 204	428 325	0	2 655 529	-0,2	16,0
Mai	231 206	3 133	335 801	602 622	1 172 262	993 111	86 470	2 253 844	439 239	0	2 693 083	1,4	16,0
Jun	234 717	3 132	341 890	611 355	1 191 153	1 010 200	82 204	2 283 556	456 252	0	2 739 808	1,7	17,0
Jul	235 839	3 010	350 692	612 457	1 202 006	1 028 875	90 976	2 321 850	454 502	0	2 776 350	1,3	16,0
Ago	242 749	2 991	354 498	625 278	1 226 484	1 048 861	97 102	2 370 446	467 922	0	2 838 369	2,2	16,7
Sep	246 742	3 193	361 242	642 444	1 255 627	1 082 167	89 356	2 427 742	515 286	0	2 943 038	3,7	16,6
Out	249 714	3 288	365 720	649 555	1 268 276	1 111 383	87 945	2 487 604	490 347	0	2 957 951	0,5	17,5
Nov	258 547	3 325	371 210	686 575	1 299 657	1 116 983	79 555	2 495 710	491 636	0	2 987 346	1,0	17,1
Dez	280 141	3 251	379 604	697 619	1 360 616	1 118 504	70 571	2 547 991	490 749	0	3 038 740	1,7	16,6
2011 Jan	257 275	3 457	382 044	706 081	1 347 867	1 130 659	67 708	2 554 224	490 367	0	3 044 590	0,2	17,3
Feb	254 055	3 248	383 334	726 469	1 367 106	1 152 964	77 594	2 607 563	500 115	0	3 107 679	2,1	18,6
Mar	250 333	3 351	384 357	743 576	1 381 627	1 188 993	68 588	2 650 809	512 617	0	3 143 526	1,2	18,1

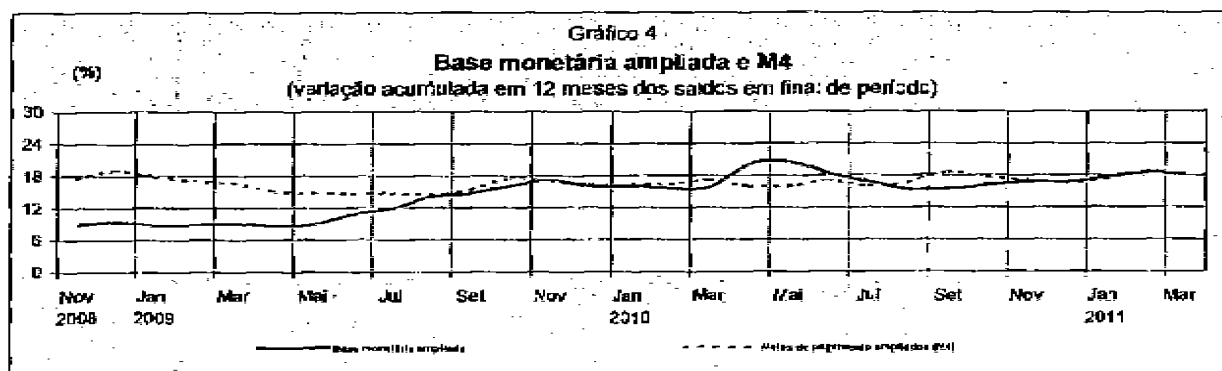
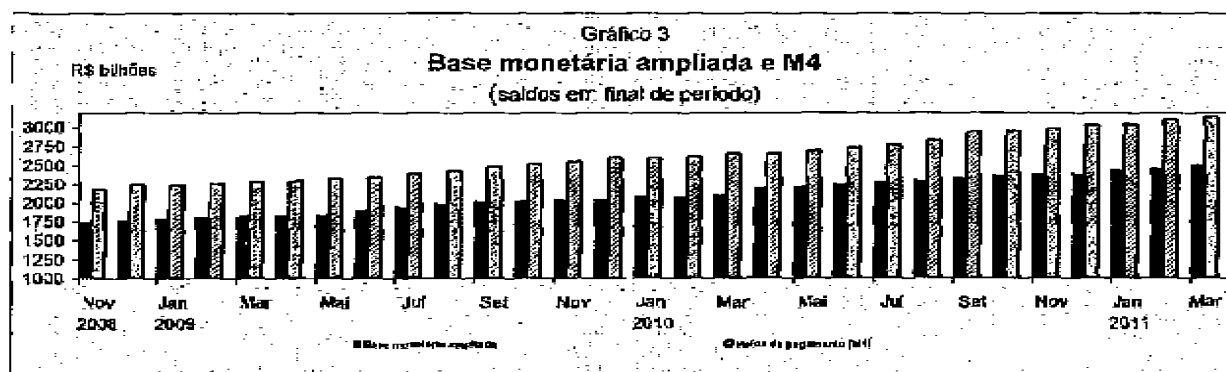
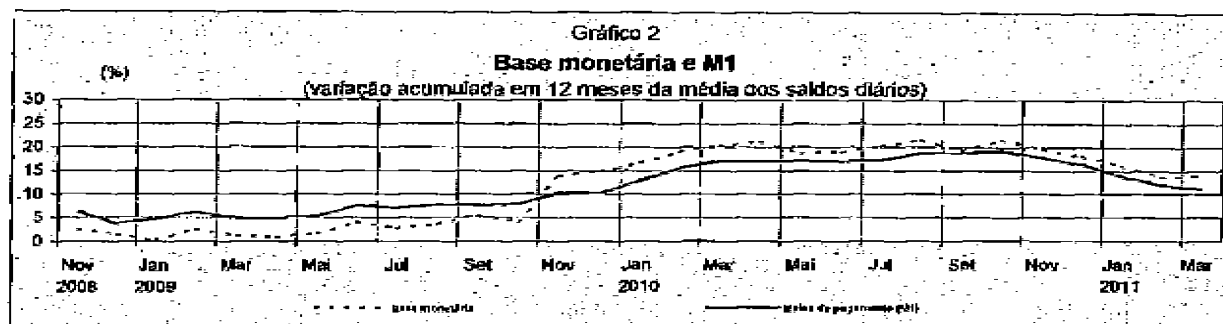
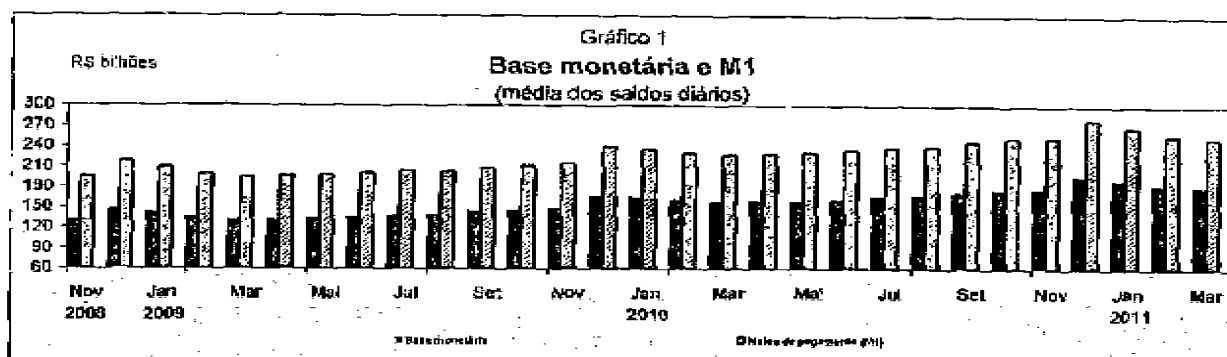
1º - Inclui depósitos a prazo, letras de câmbio, letras hipotecárias e letras imobiliárias.

2º - Exclui lastro em títulos emitidos prioritariamente por instituição financeira.

3º - As aplicações do setor não financeiro em operações compromissadas estão incluídas no M3 a partir de agosto de 1999, quando eliminou-se o prazo mínimo de 30 dias, exigido em tais operações desde outubro de 1991.

4º - Dados preliminares.

V – Anexo



B – Relatório de execução da programação monetária

As metas estabelecidas pela programação monetária para os principais agregados foram estritamente cumpridas no primeiro trimestre de 2011.

Programação monetária				
Discriminação	2011			
	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{1/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{2/}	244,2 - 286,7	18,7	252,6	11,1
Base restrita ^{2/}	158,3 - 211,5	15,8	180,8	13,8
Base ampliada ^{3/}	2 377,2 - 2 790,6	22,3	2 498,0	18,2
M4 ^{3/}	2 638,0 - 3 569,1	16,6	3 143,5	20,0

1/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.
2/ Média dos saldos dos dias úteis no último mês do período.
3/ Saldo em fim de período.

Em reunião de 31.3.2011, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a programação monetária para o segundo trimestre de 2011, contemplando estimativas para os principais agregados monetários, conforme tabela abaixo. As projeções são consistentes com cenário de renda e trajetória de taxas de juros compatível com a política econômica em curso.

Programação monetária				
Discriminação	2011			
	Previsto		Ano	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{1/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{1/}
M1 ^{2/}	240,2 - 282,0	11,5	277,3 - 325,6	7,8
Base restrita ^{2/}	156,8 - 212,1	13,8	183,3 - 248,0	9,2
Base ampliada ^{3/}	2 336,3 - 2 742,7	13,0	2 412,9 - 2 832,5	9,5
M4 ^{3/}	2 687,6 - 3 638,1	15,4	2 835,7 - 3 836,6	10,4

1/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.
2/ Média dos saldos dos dias úteis no último mês do período.
3/ Saldo em fim de período.

Notas explicativas referentes ao demonstrativo de emissão do real

1. O Conselho Monetário Nacional, conforme Voto nº 011/99, aprovado em 28 de janeiro de 1999, utilizando a prerrogativa que lhe confere o artigo 3º, § 4º, inciso III da Lei nº 9069, de 29.6.95, alterou o parâmetro de vinculação entre a emissão do Real e seu lastro em reservas internacionais, passando a adotar a paridade cambial corrente.

2. Com relação à emissão de moeda, o Artigo 4º daquela lei estabelece que:
"Observado o disposto nos artigos anteriores, o Banco Central do Brasil deverá obedecer, no tocante às emissões de Real, o seguinte:

(I) limite de crescimento para o trimestre outubro-dezembro/94 de 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) para as emissões de REAL sobre o saldo de 30 de setembro de 1994;

(II) limite de crescimento percentual nulo no quarto trimestre de 1994 para as emissões de REAL no conceito ampliado;

(III) nos trimestres seguintes, obedecido o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda, a programação monetária de que trata o art. 6º desta Lei estimará os percentuais de alteração das emissões de REAL em ambos os conceitos mencionados acima."

No mesmo Artigo 4º, em seu § 2º, foi explicitado que o Conselho Monetário Nacional, para atender a situações extraordinárias, poderá autorizar o Banco Central do Brasil a exceder em até 20% (vinte por cento) os valores resultantes dos percentuais previstos.

3. A Exposição de Motivos nº 206, de 30.6.94, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República fixou os critérios a serem adotados pelo Conselho Monetário

Nacional na regulamentação dos eventuais ajustes nos limites de emissão necessários para atender circunstâncias excepcionais.

4. Em conformidade com o exposto no § 4º do artigo 4º da Lei nº 9.069, o Voto CMN nº 84/94, que deu origem a Resolução nº 2 082, de 30.6.94, dispôs sobre os limites de emissão e a manter forma de lastreamento da nova unidade do Sistema Monetário Brasileiro, determinando que, para efeito do cumprimento dos limites de emissões autorizadas, o volume de emissões realizadas será apurado pela média dos saldos diários da base monetária.

5. O papel-moeda emitido corresponde à soma das unidades monetárias (reais) que estão fora do Banco Central do Brasil.

6. As reservas bancárias expressam os depósitos compulsórios e possíveis excessos em espécie sobre depósitos à vista não remunerados, mantidos pelo sistema bancário no Banco Central do Brasil.

7. As operações com títulos federais referem-se ao resultado líquido das compras e vendas de títulos públicos federais, bem como aos financiamentos tomados e concedidos pelo Banco Central com lastro em títulos de emissão do próprio Banco Central do Brasil e do Tesouro Nacional. O conjunto dessas operações visa o controle da liquidez, a administração das taxas de juros no curto prazo e ainda a rolagem da dívida pública federal.

8. As operações do setor externo referem-se, principalmente, às compras e vendas de moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil, as quais resultam dos movimentos de exportação, importação, pagamentos e recebimentos de serviços e das entradas e saídas de recursos de origem financeira, isto é, das aplicações e dos resgates dos investimentos de estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais, bem como dos rendimentos obtidos nessas aplicações.

9. As operações com instituições financeiras englobam todas as movimentações de reservas monetárias entre o Banco Central e o sistema financeiro, decorrentes do cumprimento de normas regulatórias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, tais como:

- encaixes em espécie sobre depósitos de poupança;
- encaixes em espécie sobre depósitos a prazo;
- encaixes em espécie sobre depósitos à vista remunerados;
- encaixes em espécie sobre fundos de investimento;
- assistência financeira de liquidez;
- operações com derivativos;
- recolhimentos compulsórios sobre deficiências em aplicações de crédito rural;
- e
- outras contas.

10. As operações do Tesouro Nacional refletem os pagamentos e recebimentos de recursos primários do Tesouro, não incluindo, por conseguinte, as operações com títulos de emissão do Tesouro. Por dispositivo da Constituição - Artigo nº 164, § 3º - esses recursos devem estar depositados no Banco Central do Brasil.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – O Aviso nº 43, de 2011, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – A Presidência recebeu os seguintes Avisos do Tribunal de Contas da União:

- **nº 44, de 2011** (nº 532/2011, na origem), que encaminha cópia do Acórdão nº 1.075/2011-TCU, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 41/2010, do Senado Federal (TC 022.065/2010-5); e
- **nº 45, de 2011** (nº 525/2011, na origem), que encaminha cópia do Acórdão nº 1.064/2011-TCU, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 50/2010, do Senado Federal (TC 025.597/2010-8).

São os seguintes os Avisos:

AVISO Nº 44, DE 2011

Aviso nº 532-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 27 de abril de 2011

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, em atenção ao Ofício nº 1.696/SF, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC022.065/2010-5, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 27-4-2011, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler**, Presidente.

ACÓRDÃO Nº 1075/2011 – TCU – Plenário

1. Processo TC 022.065/2010-5 (com 1 anexo).
2. Grupo I – Classe II – Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessada: Presidência do Senado Federal.
4. Unidade: Governo do Estado de São Paulo.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Semag.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação da Presidência do Senado Federal de acompanhamento da aplicação dos recursos da operação de crédito externo, com garantia da União e autorizada pela Resolução 41/2010, firmada entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird, no valor de até US\$ 326,775 (trezentos e vinte e seis milhões, setecentos e setenta e cinco mil dólares norte-americanos), para financiar o Programa de Recuperação de Estradas Vicinais existentes naquele Estado.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie;

9.2. informar à Presidência do Senado Federal que:

9.2.1. este tribunal analisou a documentação relativa à operação de crédito em questão e constatou, quanto aos aspectos legais, que as providências necessárias para a contratação e para a garantia da União foram tomadas;

9.2.2. esta corte de contas acompanhará a condução da operação de crédito externo em caso de eventual necessidade de ser honrada a garantia prestada pela União;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e à Presidência do Senado Federal, neste último caso fazendo remissão ao Ofício 1.696/SF;

9.4. arquivar os autos, com base na parte final do § 3º do art. 2º da Instrução Normativa/TCU 59, de 12/8/2009, após comunicação desta deliberação à Presidência do Senado Federal, nos termos do **caput** do art. 17 da Resolução-TCU 215, de 20/8/2008.

10. Ata nº 14/2011 – Plenário.

11. Data da Sessão: 27/4/2011 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1075-14/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
BENJAMIN ZYMLER
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
AROLDO CEDRAZ
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral

GRUPO I – CLASSE II – Plenário**TC 022.065/2010-5** (com 1 anexo).

Natureza: Solicitação do Congresso Nacional.

Interessada: Presidência do Senado Federal.

Unidade: Governo do Estado de São Paulo.

Advogado constituído nos autos: não há.

Sumário: SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL. ACOMPANHAMENTO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL NO TOCANTE À MATÉRIA. ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS PARA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO E OBTENÇÃO DA GARANTIA DA UNIÃO. COMUNICAÇÃO AO SENADO FEDERAL. ATENDIMENTO INTEGRAL DA SOLICITAÇÃO. ARQUIVAMENTO.

1. A competência do TCU no tocante a operações de crédito externo celebradas por pessoas jurídicas de direito público interno com garantia da União limita-se ao controle das garantias prestadas pela última, sem interferência direta nas aplicações dos recursos pelo ente federado contratante.

RELATÓRIO

Adoto como relatório a instrução de fls. 9/12 do volume principal – v.p., elaborada no âmbito da Secretaria de Macroavaliação Governamental – Semag e acolhida pelo corpo dirigente da unidade (fls. 13/4):

“Tratam os autos de expediente encaminhado pelo Senado Federal recomendando o acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes de operação de crédito externo, com garantia da União, firmada entre o Estado de São Paulo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), autorizada pelo Senado Federal por meio da Resolução nº 41, de 2010, no valor de até US\$ 326.775.000,00 (trezentos e vinte e seis milhões, setecentos e setenta e cinco mil dólares norte-americanos).

2. No que tange à recomendação do Senado Federal, deve-se registrar que o Tribunal proferiu Acórdão nº 2.328/2008-Plenário, no qual esclarece, em seu item 9.2.2, que:

‘a competência do Tribunal de Contas da União, no tocante às operações de crédito externo celebradas por pessoas jurídicas de direito público interno, com garantia da União, limita-se à fiscalização e controle das garantias prestadas pela última, sem interferência direta nas aplicações dos recursos pelo ente federado contratante, em homenagem ao princípio federalista e, por consequência, à autonomia dos entes federados, insculpida no art. 18, caput, da Constituição Federal.’

3. O presente trabalho foi desenvolvido com base na análise da documentação relativa à operação de crédito em tela, disponível no site do Senado Federal.

Análise

4. O montante decorrente da operação de crédito destina-se a financiar o ‘Programa de Recuperação de Estradas Vicinais do Estado de São Paulo’, razão da Exposição de Motivos nº 115/2010-MF, do Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado da Fazenda (anexo 1, fl. 3).

5. A cargo da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observados os ditames legais, foram realizadas as avaliações abrangendo: (i) Recomendação da Comissão de Financiamentos Externos – Cofiex; (ii) Objetivos do Programa, Arranjo Institucional e Análise de Custo Benefício; (iii) Fluxo Financeiro; (iv) Condições Financeiras; (v) Requisitos Legais e Normativos; (vi) Verificação dos Limites Previstos no art. 32 da Lei da Responsabilidade Fiscal; (vii) Inclusão no Plano Plurianual; (viii) Previsão Orçamentária; (ix) Autorização legislativa – Contratação e Contragarantias à Garantia da União; (x) Limites de Endividamento do Mutuário; (xi) Limites para a Concessão da Garantia da União; (xii) Capacidade de Pagamento e Aspectos Fiscais do Estado; (xiii) Contragarantias à Garantia da União e Margem Disponível; (xiv) Situação de Adimplência; (xv) Antecedentes junto à Secretaria do Tesouro Nacional; (xvi) Alcance das Obrigações Contratuais; (xvii) Demais exigências da Resolução SF 48/2007, da Lei Complementar nº 101/2000.

6. Os procedimentos prévios à contratação da operação de crédito foram cumpridos pelo ente demandante, tendo sido o projeto submetido à análise da Comissão de Financiamentos Externos – Cofiex, a qual emitiu a Recomendação nº 1.119, de 13/7/2009, homologada pelo Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão em 15/7/2009. A citada Recomendação foi alterada pela Resolução COFIEIX nº 519, de 22/6/2010 (anexo1, fl. 16), que modificou o nome do Programa para 'Programa de Recuperação das Estradas Vicinais do Estado de São Paulo', sem prejuízo dos demais termos constantes na referida Recomendação'.

7. A Lei Estadual nº 13.123/2008 dispôs sobre o Plano Plurianual do Estado de São Paulo para o período de 2008/2011, relativamente às ações previstas para o Programa em tela. Ademais, foram cumpridas as formalidades legais necessárias à concessão da garantia da União, relativas às exigidas pela Lei Complementar nº 101/2000, Resolução do Senado Federal nº 48/2007, relativamente às ações de operação de crédito em exame e especificação do programa a ser financiado, as ações e os valores previstos para cada exercício.

8. Quanto à análise da capacidade de pagamento consignado na Nota nº 659/2009/COREM/STN, de 23/6/2010 (anexo1, fl. 20), o Estado de São Paulo foi classificado na categoria 'B', considerada suficiente para a concessão de garantia da União, nos termos da Portaria MF nº 89, de 25-04-1997.

9. Referente à situação de adimplência, informou a Secretaria do Tesouro Nacional no Parecer nº 1158/2010/GERFI/COPEM/SIBSEC4/STN/MF/DF, de 21/7/2010 (anexo1, fls.16/25), que a adimplência com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, em atendimento ao art. 16 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, foi verificada mediante consulta ao Sistema do Banco Central (SISBACEN/CADIP), realizada em 19/7/2010. Quanto à adimplência financeira junto à Administração Pública Federal e suas entidades controladas poderá ser feita mediante consulta ao Cadastro Único de Convênio (CAUC), por ocasião da assinatura do contrato de garantia, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 41/2009, que alterou a Resolução do Senado Federal nº 48/2007.

10. O Poder Executivo do Estado está autorizado a vincular como contragarantias à garantia da União as cotas e as receitas tributárias previstas nos arts. 155, 157 e 159, combinados com o § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal. As contragarantias oferecidas pelo referido Estado foram consideradas suficientes para ressarcir a União em caso de honra de compromisso relacionado à Operação, de acordo com o estudo consignado no Parecer nº 1158/2010/GERFI/COPEM/SUBSEC4/STN/MF, de 21/7/2010 (anexo 1, fls. 16/25), que demonstra a margem financeira do Estado concernente ao comprometimento das transferências federais e receitas próprias, objeto da contragarantia.

11. A Coordenação-Geral de Relação e Análise Financeira dos Estados e Municípios COREM/STN, por meio do Memorando nº 415/2010/COREM/SUBSEC/STN/MF-DF, de 06/7/2010 (anexo1, fl. 20), informou que a operação está prevista no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de São Paulo, não caracterizando violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União. A operação em questão produzirá compromissos financeiros ao Estado até

2040 e o estudo foi projetado até 2018 (anexo 1, fl. 21), não havendo qualquer indicativo de que a tendência de crescimento normal das receitas estaduais se reverterá, a não ser na hipótese de algum evento absolutamente imprevisto.

12. Quanto aos antecedentes junto à Secretaria do Tesouro Nacional, conforme informa o Parecer nº 1158/2010/GERFI/COPEM/SIBSEC4/STN/MF/DF, de 21/7/2010, não constava procedimento de cobrança referente à recuperação de créditos decorrentes de honra de aval ou concessão de garantias relativamente ao Estado de São Paulo (anexo 1, fl. 22).

13. Concernente ao pleno exercício da competência tributária do Estado, nos termos do art. 155, bem como o cumprimento dos artigos 198 e 212, todos da Constituição Federal, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo emitiu a Certidão nº 540/2010, de 11/6/2010, atestando o cumprimento destes dispositivos legais no último exercício analisado (2008).

14. Em conformidade com o Parecer nº 1158/2010/GERFI/COPEM/SUBSEC4/STN-MF, de 21/7/2010 (anexo 1, fls. 16-25), a Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios – COPEM se pronunciou favoravelmente à contratação de operação de crédito externo pelo Governo do Estado de São Paulo nos termos do inciso II do art. 31 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, tendo preenchido os requisitos mínimos exigidos.

15. O Secretário do Tesouro Nacional manifestou-se de acordo com a proposta da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios – COPEM, prevalecendo, assim, concordância ao pleito no âmbito da referida Secretaria (anexo 1, fl. 24).

16. A operação de obtenção de crédito externo também foi analisada, conforme determina o inciso II do art. 23 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, pela Coordenação-Geral de Operações Financeiras da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – COF/PGFN, em seu Parecer PGFN/COF nº 1561/2010 (anexo 1, fls. 4-12), tendo sido ressalvado que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser formalizado o contrato de contragarantia, cumpridas as condições prévias ao primeiro desembolso, bem como verificada a adimplência do Estado perante a União.

17. Mediante Resolução nº 41/2010 (fls. 2-3), o Senado Federal autorizou o pleito encaminhado pelo Governador do Estado de São Paulo.

18. Consta do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, referente ao 3º Quadrimestre de 2010, página 28, que o contrato de garantia alusivo a esta operação de crédito externo foi assinado em 27/9/2010.

Conclusão

19. À vista dos estudos e avaliações realizados pelos órgãos competentes acerca da operação em exame, aliados aos documentos analisados, conclui-se por atendidos, nesse particular, os preceitos das Resoluções do Senado Federal nos 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, e ainda as disposições do art. 32, caput e § 1º, e art. 40, §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar nº 101/2000.

20. No âmbito desta Corte de Contas, a Instrução Normativa-TCU nº 59/2009, estabelece normas de tramitação e de acompanhamento das solicitações do Senado Federal acerca das resoluções de autorização das operações de crédito externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com garantia da União. O § 3º do art. 2º dessa Instrução Normativa dispõe:

‘Art. 2º O Tribunal de Contas da União, preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 e no art. 232 do Regimento Interno, conhecerá da solicitação e dará ciência ao Presidente do Senado Federal sobre os procedimentos já adotados e que adotará para o acompanhamento da operação de crédito externo, dentre outros os previstos na Resolução TCU nº 215/2008, no que couber.

(...)

§ 3º Após as comunicações referidas no **caput**, considerar-se-á integralmente atendida a Solicitação do Senado Federal, nos termos do art. 17, inciso II, e § 1º, inciso II, da Resolução TCU nº 215/2008, possibilitando o arquivamento do processo.’

21. Conhecida a presente solicitação, será dada ciência ao Presidente do Senado Federal sobre os procedimentos a cargo deste Tribunal para o acompanhamento da presente operação de crédito externo, após o que, os autos deverão ser arquivados com fulcro no § 3º do art. 2º da Instrução Normativa-TCU nº 59/2009.

22. A mesma Instrução Normativa nº 59/2009, no art. 4º, dispõe:

‘Art. 4º Para os efeitos do disposto nesta Instrução Normativa, a Secretaria do Tesouro Nacional:

I – comunicará ao Tribunal de Contas da União e ao Senado Federal, no prazo de até dez dias úteis, sempre que ocorrer honra de compromisso em operações de crédito externo firmadas por Estados, Distrito Federal e Municípios, em razão de garantia prestada pela União, informando ainda as medidas adotadas e a adotar para o ressarcimento dos valores;

II – divulgará em nota explicativa ao Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo:

a) relação dos contratos de garantias em operações de crédito externo efetuadas pela União no período de referência do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, contendo, no mínimo, número do contrato, ente financiado, instituição financeira credora, valor das garantias e das contragarantias;

b) todas as honras de garantias em operações de crédito externo efetuadas pela União no período de referência do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, independentemente de ter ou não havido o respectivo ressarcimento dos valores.’

23. Caberá à Semag, se for o caso, em vista do acompanhamento global a ser efetuado por meio do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, tomar as providências que forem pertinentes, no exercício das atribuições conferidas a esta unidade técnica pelo art. 3º da mencionada Instrução Normativa.

Proposta de Encaminhamento

24. Diante do exposto, propõe-se, à consideração superior:

I) conhecer da presente solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, inciso I, da Lei nº 8.443/1992;

II) informar à Presidência do Senado Federal, com fulcro no art. 2º, **caput**, da Instrução Normativa-TCU nº 59/2009, que o Tribunal analisou a documentação relativa à operação de crédito em questão, verificando que, quanto aos aspectos legais, as providências necessárias para a contratação e a garantia da União foram tomadas e que esta Corte de Contas acompanhará a condução da operação de crédito externo em caso de eventual necessidade de que seja honrada a garantia prestada pela União;

III) encaminhar cópia do Acórdão que vier a ser proferido, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Presidência do Senado Federal e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

IV) arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 2º, § 3º, parte final, da Instrução Normativa-TCU nº 59, de 2009, após a comunicação da deliberação do colegiado à Presidência do Senado Federal, nos termos do art. 17, inciso II, da Resolução-TCU nº 215/2008.”

É o Relatório.

VOTO

Segundo consignado no relatório precedente, trata-se de solicitação do Congresso Nacional referente à operação de crédito externo contratada, com garantia da União, pelo Estado de São Paulo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird, no valor de até US\$ 326,775 milhões, destinada a financiar parte do Programa de Recuperação de Estradas Vicinais existentes naquele Estado e autorizada pelo Senado Federal por meio da Resolução 41, de 6/8/2010 (fls. 2/3, v.p.).

2. Ressalto que a presente solicitação merece ser conhecida, porquanto presentes os requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie.

3. Quanto ao mérito da solicitação em exame, destaco inicialmente que a competência do Tribunal de Contas da União relativamente às operações de crédito externo contratadas por Estados, Distrito Federal ou Municípios foi objeto de discussão em diversos processos submetidos à deliberação deste Plenário, podendo ser citados como exemplo as decisões 52/2002 e 53/2002 e os acórdãos 1.725/2006, 1.789/2008, 2.171/2008 e 1.629/2009.

4. Em 2009, a questão foi finalmente objeto de regulamentação, oportunidade em que foi editada a Instrução Normativa/TCU 59, de 12 de agosto daquele ano, consolidando e elevando ao status de norma o entendimento de que, em razão da autonomia dos entes federados – art. 18, caput, da Constituição Federal de 1988 –, a “competência do Tribunal de Contas da União, relativamente às operações de crédito externo contratadas por Estados, Distrito Federal ou Municípios, restringe-se à fiscalização das cautelas típicas tomadas pela União na qualidade de avalista das operações” (2º “considerando” da referida instrução normativa).

5. Consolidou-se também por meio do normativo em comento a tese segundo a qual compete a esta corte de contas, entre outros, “verificar a completude das informações apresentadas no Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo e a integridade das informações dos sistemas que lhe dão suporte” e “requerer à Secretaria do Tesouro Nacional e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda, e à Comissão de Financiamentos Externos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e a outros órgãos/entidades competentes, cópias dos respectivos pareceres relativos às operações de que trata esta Instrução Normativa, bem como dos documentos que os embasaram e a outros a estes associados” (art. 3º, incisos I e II, da IN/TCU 59/2009).

6. Com base nessa competência, a Semag efetuou análise completa e detalhada dos documentos relativos à operação de crédito em exame, concluindo que se encontram “atendidos, nesse particular, os preceitos das Resoluções do Senado Federal nos 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, e ainda as disposições do art. 32, caput e § 1º, e art. 40, §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar nº 101/2000”.

7. Nessas condições, acolho proposta de encaminhamento formulada pela unidade instrutiva no sentido de arquivar os presentes autos após o encaminhamento de informações à Presidência do Senado Federal e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Ante o exposto, voto no sentido de que o tribunal adote a deliberação que ora submeto ao colegiado.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 2011.

AROLDO CEDRAZ
Relator

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

AVISO Nº 45, DE 2011

Aviso nº 525-Seses-TCU-Plenário

Brasília – DF, 27 de abril de 2011

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, em atenção ao Ofício nº 1.945-SF, de 31-8-2010,

cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo nº TC

025.597/2010-8, pelo Plenário desta Corte na Sessão

Ordinária de 27-4-2011, acompanhado do Relatório e

do Voto que o fundamentam.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler**, Presidente.**ACÓRDÃO Nº 1064/2011 – TCU – Plenário**

1. Processo TC-025.597/2010-8
2. Grupo I – Classe II – Solicitação do Congresso Nacional
3. Interessado: Senado Federal
4. Entidade: Estado de Pernambuco
5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Semag
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Congresso Nacional, encaminhada mediante o Ofício 1.945 (SF), de 31/08/2010, por meio da qual o Senado Federal recomenda que este Tribunal acompanhe a aplicação dos recursos decorrentes de operação de crédito externo, com garantia da União, firmada entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), autorizada por meio da Resolução nº 50/2010 do Senado Federal, no valor de até US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos), destinada ao financiamento do “Programa de Produção e Difusão de Inovações para a Competitividade de Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Estado de Pernambuco”.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 38, incisos I e II, da Lei nº 8.443/92, 1º, incisos II e III, 232, inciso I, do Regimento Interno, e 2º da Instrução Normativa TCU nº 59/2009, conhecer da presente solicitação;

9.2. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal, informando-o de que o Tribunal analisou a documentação relativa à operação de crédito e verificou, quanto aos aspectos legais, que as providências necessárias para a contratação e a garantia da União foram tomadas e que esta Corte de Contas acompanhará a condução da operação de crédito externo em caso de eventual necessidade de que seja honrada a garantia prestada pela União;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco;

9.4. considerar integralmente atendida a Solicitação do Congresso Nacional, com fundamento no art. 2º, § 3º, da IN/TCU nº 59/2009;

9.5. arquivar os autos.

10. Ata nº 14/2011 – Plenário.

11. Data da Sessão: 27/4/2011 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1064-14/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
BENJAMIN ZYMLER
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
UBIRATAN AGUIAR
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral

GRUPO I – CLASSE II – Plenário

TC 025.597/2010-8

Natureza: Solicitação do Congresso Nacional

Entidade: Estado de Pernambuco

Interessado: Senado Federal

Advogado: não há

SUMÁRIO: SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL. OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO COM GARANTIA DA UNIÃO, FIRMADA ENTRE O ESTADO DE PERNAMBUCO E O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). RESOLUÇÃO Nº 50/2010, DO SENADO FEDERAL. CUMPRIMENTO DAS FORMALIDADES PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO PELO ENTE DEMANDANTE. CONHECIMENTO. ESCLARECIMENTOS. ATENDIMENTO INTEGRAL. COMUNICAÇÃO. ARQUIVAMENTO.

. A competência do Tribunal de Contas da União, no tocante às operações de crédito externo contratadas por Estados, Distrito Federal ou Municípios, limita-se, em razão da autonomia dos entes federados (art. 18, *caput*, da Constituição Federal), à fiscalização das cautelas típicas tomadas pela União na qualidade de avalista das operações.

RELATÓRIO

Adoto como relatório a instrução da Secretaria de Macroavaliação Governamental, com a qual se manifestaram de acordo os dirigentes da unidade técnica:

"Introdução

Tratam os autos de expediente encaminhado pelo Senado Federal recomendando o acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes de operação de crédito externo, com garantia da União, firmada entre o Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), autorizada pelo Senado Federal por meio da Resolução nº 50/2010, no valor de até US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos).

2. No que tange à recomendação do Senado Federal, deve-se registrar que o Tribunal proferiu Acórdão 2.328/2008-Plenário, no qual esclarece, em seu item 9.2.2, que:

'a competência do Tribunal de Contas da União, no tocante às operações de crédito externo celebradas por pessoas jurídicas de direito público interno, com garantia da União, limita-se à fiscalização e controle das garantias prestadas pela última, sem interferência direta nas aplicações dos recursos pelo ente federado contratante, em homenagem ao princípio federalista e, por consequência, à autonomia dos entes federados, insculpida no art. 18, caput, da Constituição Federal.'

3. O presente trabalho foi desenvolvido com base na análise da documentação relativa à operação de crédito em tela, disponível no site do Senado Federal.

Análise

4. O montante decorrente da operação de crédito destina-se a financiar o 'Programa de Produção e Difusão de Inovações para a Competitividade de Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Estado de Pernambuco', razão da Exposição de Motivos nº 00127/2010-MF, do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda (anexo 1, fl. 2v).

5. A cargo da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observados os ditames legais, foram realizadas as avaliações abrangendo: (i) Recomendação da Comissão de Financiamentos Externos – Coflex; (ii) Objetivos do Programa, Arranjo Institucional e Análise de Custo Benefício; (iii) Fluxo Financeiro; (iv) Condições Financeiras; (v) Requisitos Legais e Normativos; (vi) Verificação dos Limites Previstos no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal; (vii) Inclusão no Plano Plurianual; (viii) Previsão Orçamentária; (ix) Autorização Legislativa – Contratação e Contragarantias à Garantia da União; (x) Limites de Endividamento do Mutuário; (xi) Limites para a Concessão da Garantia da União; (xii) Capacidade de Pagamento e Aspectos Fiscais do Estado; (xiii) Contragarantias à Garantia da União e Margem Disponível; (xiv) Situação de Adimplência; (xv) Antecedentes junto à Secretaria do Tesouro Nacional; (xvi) Alcance das Obrigações Contratuais; (xvii) Demais exigências da Resolução SF 48/2007, da Lei Complementar nº 101/2000.

6. Os procedimentos prévios à contratação da operação de crédito foram cumpridos pelo ente demandante, tendo sido o projeto submetido à análise da Comissão de Financiamentos Externos – COFLEX, que por meio da Recomendação nº 863, de 5/5/2006, homologada pelo Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão em 6/6/2006, alterada pela Resolução COFLEX nº 390, de 13/8/2008, recomendou a preparação do Programa.

7. A Lei Estadual nº 13.306, de 1/10/2007 dispôs sobre o Plano Plurianual do Estado de Pernambuco para o período de 2008/2011, relativamente às ações previstas para o Programa em tela. Ademais, em conformidade com as informações contidas no Anexo VII do Relatório de Gestão Fiscal da União para o primeiro quadrimestre de 2010, há margem, na presente data, para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no art. 9º da Resolução nº 48/2007, do Senado Federal.

8. Quanto à análise da capacidade de pagamento consignado na Nota nº 616/2010/COREM/STN, de 14/6/2010, o Estado de Pernambuco foi classificado na categoria 'B', considerada suficiente para a concessão de garantia da União, nos termos da Portaria MF nº 89, de 25/4/1997. A mesma Coordenação-Geral informou que a operação está prevista no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de Pernambuco, não caracterizando violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União (anexo 1, fl. 5).

9. Referente à situação de adimplência, informou a Secretaria do Tesouro Nacional no mesmo Parecer nº 1024/2010/GERFI/COPEM/SIBSEC IV/STN/MF-DF, de 8/7/2010, que a adimplência com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, em atendimento ao art. 16 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, foi verificada mediante consulta ao Sistema do Banco Central (SISBACEN/CADIP), realizada em 7/7/2010. Quanto à adimplência financeira junto à Administração Pública Federal e suas entidades controladas poderá ser feita mediante consulta ao Cadastro Único de Convênio (CAUC), por ocasião da assinatura do contrato de contragarantia, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 41/2009, que alterou a Resolução do Senado Federal nº 48/2007.

10. O Poder Executivo do Estado de Pernambuco, em virtude da Lei nº 13.803, de 16/6/2009, está autorizado a vincular como contragarantias à garantia da União, as cotas e as receitas tributárias previstas nos arts. 155, 157 e 159, combinados com o § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal.

11. A operação em questão produzirá compromissos financeiros ao Estado até 2030 e o estudo foi projetado até 2018 (anexo 1, fl. 15v).

12. Quanto aos antecedentes junto à Secretaria do Tesouro Nacional, segundo Memorando nº 259/2010/COAFI, de 20/5/2010, não constava à data de sua elaboração, no âmbito daquela Coordenação-Geral, procedimento de cobrança referente à recuperação de crédito decorrente de honra de aval ou execução de garantias, em relação ao Estado de Pernambuco (anexo 1, fl. 16).

13. *Concernente ao pleno exercício da competência tributária do Estado, nos termos do art. 155, bem como o cumprimento dos artigos 198 e 212, todos da Constituição Federal, o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco emitiu a Certidão em 2/6/2010, atestando o cumprimento destes dispositivos legais no último exercício analisado (2008) e no exercício de 2009 (não analisado).*

14. *Em conformidade com o Parecer nº 1024/2010/GERFI/COPEM/SUBSEC IV/STN/MF-DF, de 8/7/2010 (anexo 1, fls. 12v-17v), a Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios – COPEM, se pronunciou favoravelmente à contratação de operação de crédito externo pelo Governo do Estado de Pernambuco nos termos do inciso II do art. 31 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, considerando preenchidos os requisitos mínimos exigidos, desde que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais seja: (i) verificado pelo Ministério da Fazenda o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso; (ii) formalizado o contrato de contragarantia; (iii) verificada a adimplência do Ente com a União.*

15. *O Secretário do Tesouro Nacional manifestou-se de acordo com a proposta da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios – COPEM, prevalecendo, assim, concordância ao pleito no âmbito da referida Secretaria (anexo 1, fl. 17).*

16. *A operação de obtenção de crédito externo também foi analisada, conforme determina o inc. II do art. 23 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, pela Coordenação-Geral de Operações Financeiras da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – COF/PGFN, em seu Parecer PGFN/COF nº 1729/2010 (anexo 1, fls. 3-6v).*

17. *Mediante Resolução nº 50/2010 (fls. 2-4), o Senado Federal autorizou o pleito encaminhado pelo Governador do Estado de Pernambuco.*

Conclusão

18. *À vista dos estudos e avaliações realizados pelos órgãos competentes acerca da operação em exame, aliados aos documentos analisados, conclui-se por atendidos, nesse particular, os preceitos das Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, e ainda as disposições do art. 32, caput e § 1º, e art. 40, §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar nº 101/2000.*

19. *No âmbito desta Corte de Contas, a Instrução Normativa nº 59, de 12 de agosto de 2009, estabelece normas de tramitação e de acompanhamento das solicitações do Senado Federal acerca das resoluções de autorização das operações de crédito externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com garantia da União. O § 3º, do art. 2º, dessa Instrução Normativa, dispõe:*

‘Art. 2º O Tribunal de Contas da União, preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 e no art. 232 do Regimento Interno, conhecerá da solicitação e dará ciência ao Presidente do Senado Federal sobre os procedimentos já adotados e que adotará para o acompanhamento da operação de crédito externo, dentre outros os previstos na Resolução TCU nº 215/2008, no que couber.

(...)

§ 3º Após as comunicações referidas no caput, considerar-se-á integralmente atendida a Solicitação do Senado Federal, nos termos do art. 17, inciso II, e § 1º, inciso II, da Resolução TCU nº 215/2008, possibilitando o arquivamento do processo.’

20. *Conhecida a presente solicitação, será dada ciência ao Presidente do Senado Federal sobre os procedimentos a cargo deste Tribunal para o acompanhamento da presente operação de crédito externo, após o que, os autos deverão ser arquivados com fulcro no § 3º do art. 2º, da Instrução Normativa-TCU nº 59/2009.*

21. *A mesma Instrução Normativa nº 59/2009, no art. 4º, dispõe:*

‘Art. 4º. Para os efeitos do disposto nesta Instrução Normativa, a Secretaria do Tesouro Nacional:

I - comunicará ao Tribunal de Contas da União e ao Senado Federal, no prazo de até dez dias úteis, sempre que ocorrer honra de compromisso em operações de crédito externo firmadas por Estados, Distrito Federal e Municípios, em razão de garantia prestada pela União, informando ainda as medidas adotadas e a adotar para o ressarcimento dos valores;

II - divulgará em nota explicativa ao Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo:

a) relação dos contratos de garantias em operações de crédito externo efetuadas pela União no período de referência do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, contendo, no mínimo, número do contrato, ente financiado, instituição financeira credora, valor das garantias e das contragarantias;

b) todas as honras de garantias em operações de crédito externo efetuadas pela União no período de referência do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, independentemente de ter ou não havido o respectivo ressarcimento dos valores.

22. Caberá à Semag, se for o caso, em vista do acompanhamento global a ser efetuado por meio do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, tomar as providências que forem pertinentes, no exercício das atribuições conferidas a esta unidade técnica pelo art. 3º, da mencionada Instrução Normativa.

Proposta de Encaminhamento

23. Diante do exposto, propõe-se, à consideração superior:

I) conhecer da presente solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, inciso I, da Lei nº 8.443/1992;

II) informar à Presidência do Senado Federal, com fulcro no art. 2º, caput, da Instrução Normativa-TCU nº 59/2009, que o Tribunal analisou a documentação relativa à operação de crédito em questão, verificando que, quanto aos aspectos legais, as providências necessárias para a contratação e a garantia da União foram tomadas e que esta Corte de Contas acompanhará a condução da operação de crédito externo em caso de eventual necessidade de que seja honrada a garantia prestada pela União;

III) encaminhar cópia do Acórdão que vier a ser proferido, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Presidência do Senado Federal e ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco;

IV) arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 2º, § 3º, parte final, da Instrução Normativa-TCU nº 59/2009, após a comunicação da deliberação do colegiado à Presidência do Senado Federal, nos termos do art. 17, inciso II, da Resolução-TCU nº 215/2008."

É o relatório.

VOTO

A presente solicitação do Senado Federal deve ser conhecida, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, incisos I e II, da Lei nº 8.443/92.

2. Conforme registrado no relatório precedente, o Senado Federal recomenda que este Tribunal acompanhe a aplicação dos recursos decorrentes de operação de crédito externo, com garantia da União, firmada entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), autorizada por meio da Resolução nº 50/2010 do Senado Federal, no valor de até US\$ 10.000.000,00, destinada ao financiamento do "Programa de Produção e Difusão de Inovações para a Competitividade de Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Estado de Pernambuco".

3. Destaque-se que a competência deste Tribunal, no tocante às operações de crédito externo contratadas por Estados, Distrito Federal ou Municípios, com garantia da União, restringe-se à análise das cautelas típicas tomadas pela União na qualidade de avalista das operações, em face da autonomia dos entes federados, conforme estabelecido no art. 18, *caput*, da Constituição Federal.
4. Cabe, ainda, ao respectivo Tribunal de Contas a fiscalização da aplicação dos recursos obtidos nas operações de crédito externo em benefício de ente federado estadual ou municipal, mesmo que com a garantia da União.
5. Verifica-se que a análise feita pela Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag), na documentação disponibilizada a este Tribunal, concluiu pela adoção das providências necessárias para a contratação da operação e garantia da União, destacando-se que, neste caso, o Poder Executivo do Estado de Pernambuco, em virtude da Lei nº 13.803, de 16/6/2009, está autorizado a vincular como contragarantias à garantia da União, as cotas e as receitas tributárias previstas nos arts. 155, 157 e 159, c/c o art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal.
6. Nos termos da IN/TCU nº 59/2009, este Tribunal efetua, de forma global, exames regulares com vistas a avaliar as medidas implementadas pelos órgãos federais competentes no resguardo dos interesses da União, especialmente no caso de inadimplência do ente contratante, como também encaminha ao Congresso Nacional as informações relativas ao acompanhamento das operações de crédito, por meio de relatório trimestral de que trata o art. 90, §1º, da Lei nº 8.443/92, ressalvando-se a comunicação tempestiva na hipótese de ocorrência relevante.

Ante o exposto, acolho a proposta da Semag e VOTO no sentido de que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto ao Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 27 de abril de 2011.

UBIRATAN AGUIAR
Relator

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Os Avisos nºs 44 e 45, de 2011, apensados aos processados das respectivas Resoluções, vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 58/2011-GLDBAG

Brasília, 4 de maio de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Lídice da Mata para titular da Comissão Parlamentar de Inquérito – Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, que passa a compor a referida Comissão como suplente, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 59/2011-GLDBAG

Brasília, 4 de maio de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Rodrigo Rollemberg como suplente da Comissão Temporária Destinada a propor Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil, em substituição à Senadora Ana Rita em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo. – Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação e serão feitas as substituições solicitadas.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – A Presidência designa, nos termos do **Ofício nº 140, de 2011**, da Liderança do PMDB, o Senador Benedito de Lira como suplente na Comissão Temporária criada pelo Requerimento nº 171, de 2011, que propõe alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil.

É o seguinte o Ofício:

OF.GLPMDB nº 140/2011

Brasília, 4 de maio de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Benedito de Lira, para a suplência, na Comissão Temporária, criada pelo Re-

querimento nº 171, de 2011, que propõe alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 172/11 – CDH

Brasília, 4 de maio de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, comunico a Vossa Excelência a nova composição da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal que passou a ter a seguinte formação:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC do B/PRB)	
Ângela Portela (PT/RR)	Marta Suplicy (PT/SP)
Lídice da Mata (PT/BA)	Ana Rita (PT/ES)
Bloco parlamentar (PV/PMDB/PP/PMN/PSC)	
Sérgio Petecão (PMN/AC)	Eunício Oliveira (PMDB/CE)
VAGO	VAGO
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM/GO)	VAGO

Aproveito a oportunidade para professar minha estima e consideração. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/14, de 2011** (nº 41/2011, na origem), da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, que encaminha, em meio eletrônico, Relatório de Prestação de Contas Anual de 2010.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 041/2011-DR/ANEEL

Brasília, 06 de abril de 2011.

Assunto: Prestação de Contas Anual da ANEEL – Exercício de 2011.

Senhor Presidente,

Como parte do processo de transparência das ações da ANEEL e em conformidade com os procedimentos deliberados em reunião da diretoria colegiada desta Agência, envio-lhe, para conhecimento, cópia em meio magnético da Prestação de Contas Ordinária Anual 2010 da ANEEL, encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU.

Respeitosamente,


NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA
Diretor-Geral

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 31, DE 2011

(Senador Aécio Neves- 1º signatário)

Acrescenta o art. 159-A à Constituição Federal, para determinar a compensação financeira pela União aos demais entes federados, e pelos Estados aos respectivos municípios, nas hipóteses que especifica.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 159-A:

“Art. 159-A. A União compensará financeiramente os demais entes federados, no próprio exercício financeiro e na forma da lei, assim como os Estados compensarão seus respectivos Municípios, sempre que adotarem a concessão de qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo ou redução de alíquotas, concessão de crédito presumido, anistia, remissão, favores fiscais ou financeiros-fiscais, ou qualquer outro benefício de natureza tributária relativo a impostos ou contribuições cujas receitas sejam compartilhadas na forma estabelecida nesta Constituição.” (NR).

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal estabelece a exigência de lei específica para a concessão de qualquer subsídio ou isenção fiscal, redução de base de cálculo, anistia, entre outros benefícios de natureza tributária incidentes sobre impostos, taxas e contribuições. (art. 150, §6º, CF).

Os Constituintes de 1987/88 avançaram, ainda, no que diz respeito aos efeitos e à transparência dos aludidos benefícios fiscais, ao exigir que a Lei de Meios seja acompanhada de demonstrativo regionalizado dos efeitos dos benefícios sobre as receitas e as despesas. (art. 165, §6º).

Por outro lado, a Constituição – ao distribuir a competência tributária entre os entes da federação – faculta ao Poder Executivo da União alterar as alíquotas dos impostos de sua competência, com exceção do imposto sobre a Renda e do Imposto Territorial Rural. (art. 153, § 1º).

Ora, como há impostos e contribuições federais, cujas receitas são compartilhadas com os demais entes subnacionais, torna-se claro que a implementação de medidas que diminuem a arrecadação desses tributos, certamente terá impacto negativo nas receitas das demais unidades da federação. A propósito, vale lembrar as recentes reduções nas alíquotas do imposto sobre produtos industrializados como medida governamental anticíclica e que redundaram em perdas significativas de receitas para os estados e municípios.

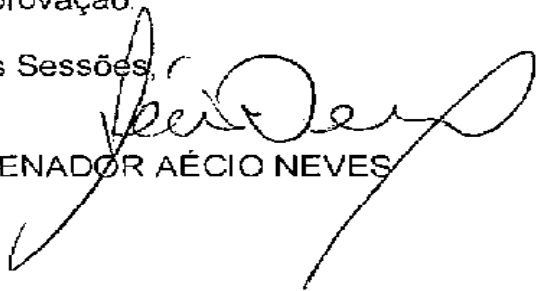
A leitura do texto constitucional, assim como a experiência negativa dos últimos anos, demonstra a necessidade de norma estabilizadora nessas relações, ou seja, nada deve impedir que o governo federal adote medidas fiscais anticíclicas e de combate à inflação. Nada, porém, deve impedir a imediata compensação dos demais entes federados em vista da inequívoca perda de receitas decorrentes de tais medidas.

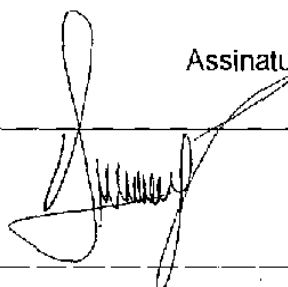
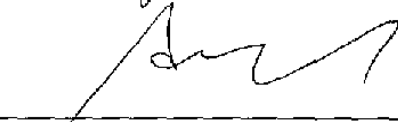
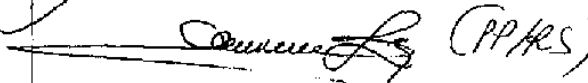
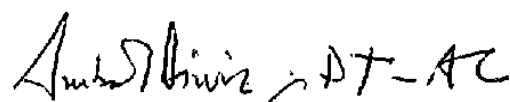
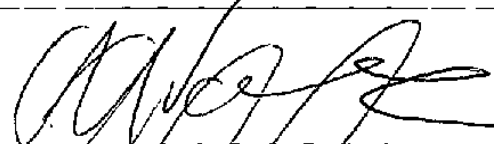
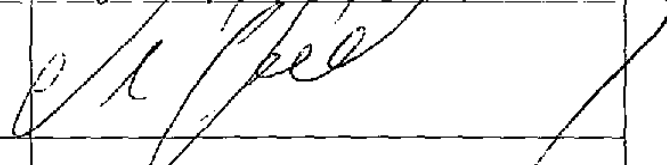
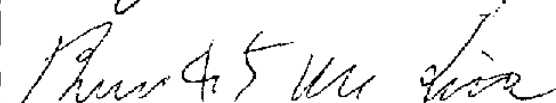
A presente proposta de emenda à Constituição visa inserir a norma estabilizadora acima referida, de modo que a perda de receitas federais sujeitas à repartição com estados e municípios seja prontamente recomposta pela União, toda vez que essa perda decorrer da concessão de subsídio ou isenção fiscal, redução de base de cálculo, redução de alíquota, concessão de remissão, anistia, ou qualquer outro benefício de natureza tributária.

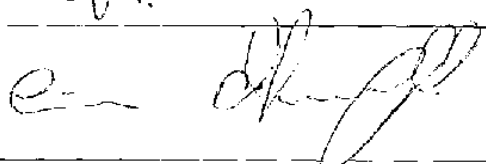
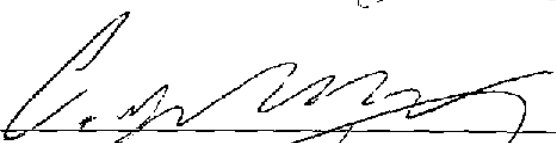
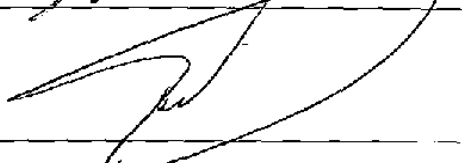
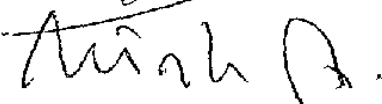
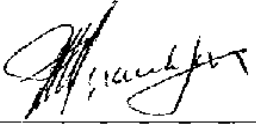
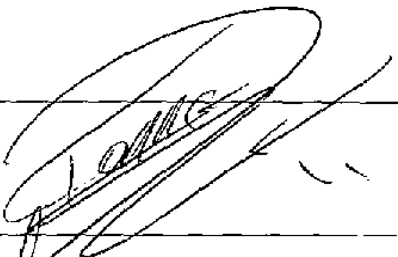
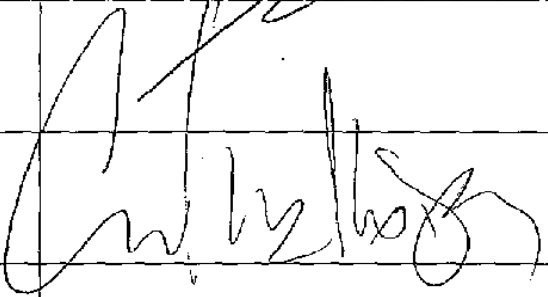
A proposta estabelece tratamento idêntico para com os Estados em relação aos seus Municípios. Assim, o Estado também promoverá a compensação financeira de seus municípios sempre que adotar quaisquer dos benefícios fiscais acima mencionados e relativos aos impostos e contribuições compartilhados.

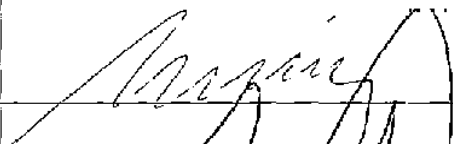
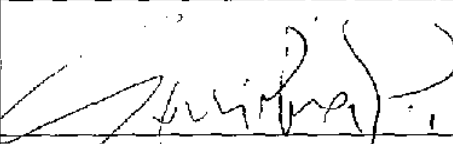
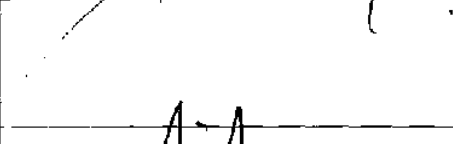
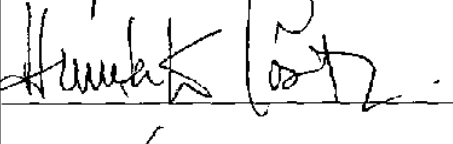
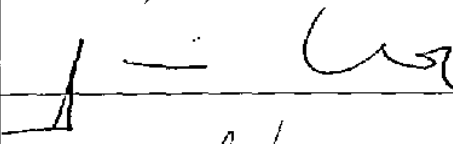
Submeto a presente proposta à consideração dos ilustres pares, na expectativa de seus apoios e aprovação.

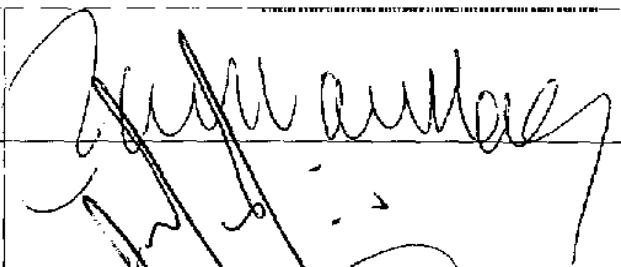
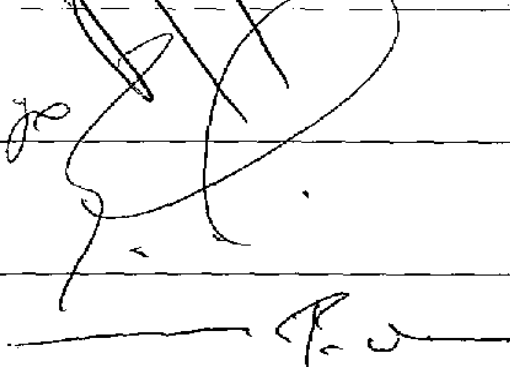
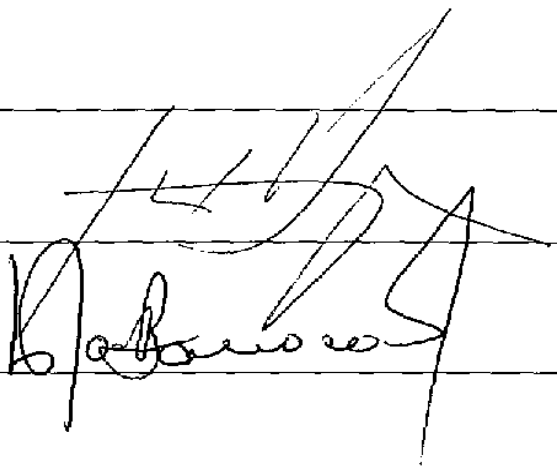
Sala das Sessões,


SENADOR AÉCIO NEVES

Senadores e Senadoras	Assinatura
<u>Acir Gurgacz</u>	
<u>Aloysio Nunes Ferreira</u>	
<u>Alvaro Dias</u>	
<u>Ana Amelia</u>	 (PP/RS)
<u>Ana Rita</u>	
<u>Angela Portela</u>	
<u>Anibal Diniz</u>	 DT-AC
<u>Antonio Carlos Valadares</u>	
<u>Armando Monteiro</u>	
<u>Benedito de Lira</u>	
<u>Blairo Maggi</u>	

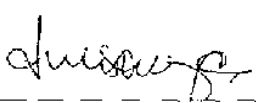
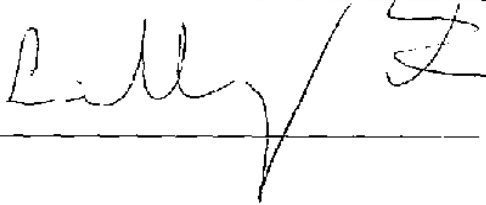
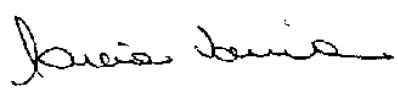
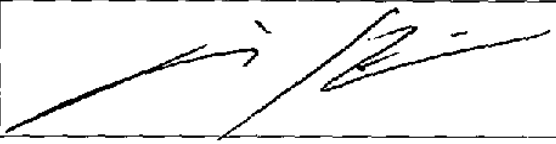
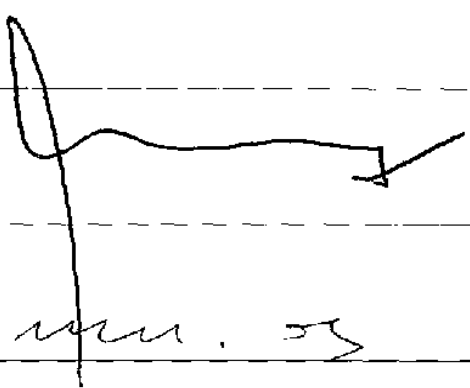
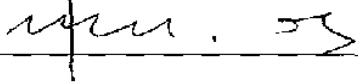
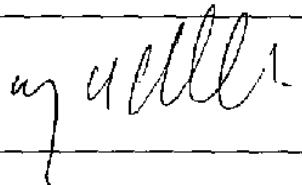
<u>Casildo Maldaner</u>	
<u>Cícero Lucena</u>	
<u>Ciro Nogueira</u>	
<u>Clésio Andrade</u>	
<u>Cristovam Buarque</u>	
<u>Cyro Miranda</u>	
<u>Delcídio do Amaral</u>	
<u>Demóstenes Torres</u>	
<u>Eduardo Amorim</u>	
<u>Eduardo Braga</u>	
<u>Eduardo Suplicy</u>	
<u>Epitácio Cafeteira</u>	

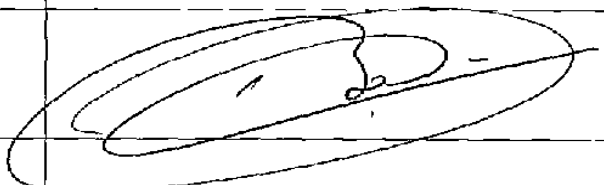
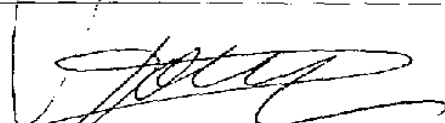
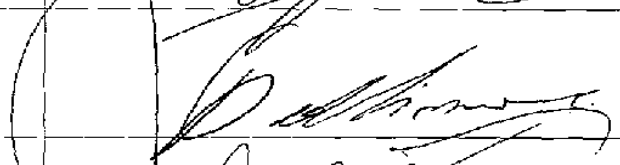
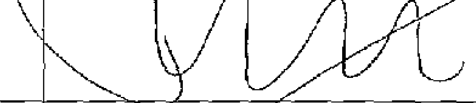
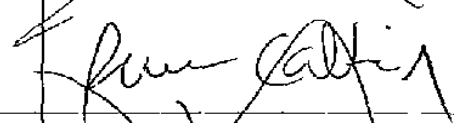
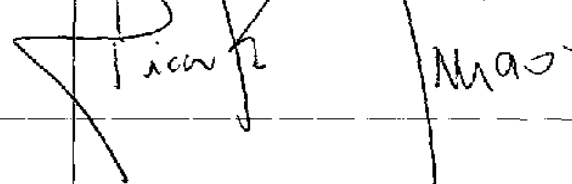
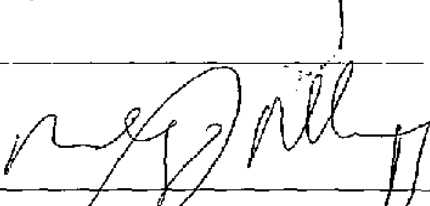
<u>Eunício Oliveira</u>	
<u>Fernando Collor</u>	
<u>Flexa Ribeiro</u>	
<u>Francisco Dornelles</u>	
<u>Garibaldi Alves</u>	
<u>Geovani Borges</u>	
<u>Gim Argello</u>	
<u>Gleisi Hoffmann</u>	
<u>Humberto Costa</u>	
<u>Inácio Arruda</u>	
<u>Itamar Franco</u>	
<u>Ivo Cassol</u>	

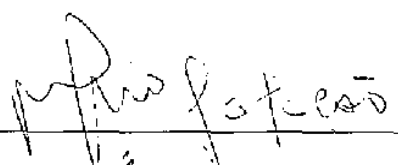
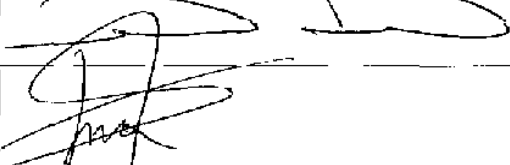
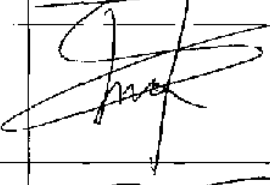
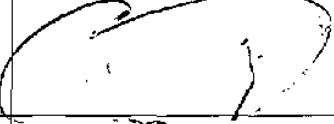
<u>Jarbas Vasconcelos</u>	
<u>Jayme Campos</u>	
<u>João Alberto Souza</u>	
<u>João Durval</u>	
<u>João Pedro</u>	
<u>João Ribeiro</u>	
<u>João Vicente Claudino</u>	
<u>Jorge Viana</u>	
<u>José Agripino</u>	
<u>José Pimentel</u>	
<u>José Sarney</u>	
<u>Kátia Abreu</u>	

Ataides de Oliveira

Aldes de Souza

<u>Lídice da Mata</u>	
<u>Lindbergh Farias</u>	
<u>Lobão Filho</u>	
<u>Lúcia Vânia</u>	
<u>Luiz Henrique</u>	
<u>Magno Malta</u>	
<u>Marcelo Crivella</u>	
<u>Maria do Carmo Alves</u>	
<u>Marinor Brito</u>	
<u>Mário Couto</u>	
<u>Marisa Serrano</u>	
<u>Marta Suplicy</u>	

<u>Mozarildo Cavalcanti</u>	
<u>Paulo Bauer</u>	
<u>Paulo Davim</u>	
<u>Paulo Paim</u>	
<u>Pedro Simon</u>	
<u>Pedro Taques</u>	
<u>Randolfe Rodrigues</u>	
<u>Renan Calheiros</u>	
<u>Ricardo Ferraço</u>	
<u>Roberto Requião</u>	
<u>Rodrigo Rollemberg</u>	
<u>Romero Jucá</u>	

<u>Sérgio Petecão</u>	
<u>Valdir Raupp</u>	
<u>Vanessa Grazziotin</u>	
<u>Vicentinho Alves</u>	
<u>Vital do Rêgo</u>	
<u>Waldemir Moka</u>	
<u>Walter Pinheiro</u>	
<u>Wellington Dias</u>	
<u>Wilson Santiago</u>	

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Os Srs. Senadores Romero Jucá e Ciro Nogueira enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes – Sindicom – divulgou recentemente o seu Balanço Anual 2010, relatório que apresenta as principais atividades desenvolvidas ao longo do ano passado.

No documento, Sr. Presidente, fica evidenciada a essencialidade dessa instituição que, no último dia 30 de janeiro, completou setenta anos de relevantes serviços prestados ao País.

Em 2010, Sr^{as} e Srs. Senadores, o mercado brasileiro de combustíveis bateu a marca dos 100 bilhões de litros comercializados. Foram exatos 107,4 bilhões de litros, que representaram um crescimento de 8,7% em relação ao volume vendido no ano anterior.

Destaque para o diesel, cuja demanda foi 11,1% superior à de 2009, refletindo a melhoria de desempenho das atividades industrial e agropecuária. E destaque, também, para a gasolina e o querosene de aviação, que tiveram incrementos de vendas ainda mais significativos: 15,9% e 16,3%, respectivamente.

No que se refere aos lubrificantes, Sr. Presidente, resultados igualmente expressivos: entre 2009 e 2010, as vendas efetuadas pelas associadas do Sindicom cresceram em média 11%.

Outro avanço obtido no ano passado foi a criação do Comitê de Combate à Sonegação de Tributos na Comercialização de Etanol Combustível. Coordenado pela ANP e reunindo, de forma inédita, representantes dos órgãos governamentais que controlam as atividades de produção e distribuição do etanol, o Comitê representa um grande passo na busca de ações efetivas contra a evasão fiscal no setor, que hoje chega a um bilhão de reais por ano.

O programa Jogue Limpo, criado em 2005 e já uma referência entre os programas de logística reversa no País, também foi muito bem sucedido: em 2010, Sr^{as} e Srs. Senadores, atingiu-se o recolhimento recorde de 23 milhões de embalagens usadas de lubrificantes, nos postos de serviço do Município de São Paulo e

de quatro Unidades da Federação: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro.

A Feira e o Fórum Nacional de Postos de Serviços, Equipamentos e Lojas de Conveniência, realizados em Brasília no mês de agosto, foram outros pontos altos de 2010. Mais de quatro mil visitantes e oitenta empresas expositoras marcaram presença nos eventos, que se consolidam como as principais instâncias nacionais de geração de negócios e de debates no setor.

Todas essas conquistas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores – e, a bem da verdade, muitas outras que o tempo não me permite citar –, foram alcançadas pelas empresas distribuidoras de combustíveis e lubrificantes em 2010.

Por isso, na pessoa do presidente do Sindicom, Leonardo Gadotti Filho, eu gostaria de cumprimentar os funcionários da entidade e, por extensão, todos aqueles que se dedicam ao setor em nosso País, contribuindo com seu trabalho, com sua dedicação, para a construção de um Brasil cada vez melhor.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a segurança pública continua sendo uma grande preocupação do povo brasileiro. Quero registrar, aqui nesta tribuna, que nós, do Parlamento, estamos em busca de soluções e cobramos das autoridades a execução de ações que tragam mais tranquilidade para as nossas famílias.

Esta semana, o Jornal da Record iniciou uma série de reportagens cujo título é: “Bandidos na Estrada”.

A primeira reportagem dessa série, conduzida pelo jornalista Luiz Carlos Azenha, apresentou a dura rotina de medo, vivida pelos caminhoneiros brasileiros que, além de enfrentarem as más condições nas estradas, são vítimas de criminosos que aterrorizam todas as regiões do País.

Segundo a reportagem, transportando cargas valiosas, os caminhoneiros são as principais vítimas das quadrilhas. As ações dos bandidos nas rodovias do país dão prejuízo médio anual de 800 milhões de Reais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esse drama vem de muito tempo. O papel fundamental da mídia de informar e de alertar as autoridades está sendo cumprido eficazmente pela Rede Record.

Mas quero dizer que o Senado Federal também busca dar uma resposta à sociedade. Apresentei um projeto de lei nos primeiros dias do meu mandato, propondo alterar o Código Penal para aumentar a pena para os crimes de roubo e de receptação de cargas.

Com leis mais duras para punir essas quadrilhas do asfalto, bem como os receptadores que patrocina-

nam o roubo de cargas, poderemos inibir a atuação dos bandidos e manter a segurança nas estradas, em embarcações, trens e aeronaves.

Sr^{as} e Srs. Senadores, as consequências do roubo de cargas se estendem além do impacto sobre os motoristas de caminhão, esses corajosos trabalhadores que se arriscam ao volante.

Aliás, o roubo e a receptação de cargas são atividades criminosas que mais se faz sentir por toda a sociedade. Provoca, por exemplo, significativo aumento dos prêmios de seguros, o que resulta no encarecimento de todos os produtos transportados. Os prejuízos são enormes para empresas, seguradoras, caminhoneiros e consumidores.

Não restam dúvidas de que o roubo de cargas, assim como a sua receptação, merece uma resposta penal mais rígida. Hoje, o artigo 157 do Código Penal estabelece a pena de reclusão de quatro a dez anos para quem subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem.

No caso de receptação, em proveito próprio ou alheio, com objetivo comercial – a chamada receptação qualificada – a pena vai de 03 a 08 anos de reclusão. O projeto de lei que aqui tramita, de minha iniciativa, aumenta as penas tanto para o roubo como a receptação, de um terço até a metade, dependendo da sentença.

Sr. Presidente, por último, quero destacar que este projeto visa melhorar a segurança em nossas rodovias, dando um pouco mais de tranquilidade aos nossos motoristas. Deverá, sem dúvida, inibir os ataques nas estradas e toda a sociedade será beneficiada com isso.

Precisamos dar uma resposta firme, vigorosa, além de aumentarmos a fiscalização nas estradas, portos, rodovias e aeroportos, para impedir o roubo de cargas.

Por esses motivos, Sr. Presidente, peço o apoio de todos os parlamentares desta Casa, para uma tramitação célere e breve aprovação desta proposta.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 10, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 514, de 2010)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2011, que altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que

dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nºs 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002-Código Civil; revoga os dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 514, de 2010).

(Lido no Senado Federal no dia 3-5-2011)

Relator revisor: Senador Waldemir Moka

(Sobrestando a pauta a partir de: 26-02-2011)

Prazo final prorrogado: 11-5-2011

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 451, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 115, DE 2011

(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 473, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2011 (nº 2.600/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009.

Parecer favorável, sob nº 153, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Gleisi Hoffmann,

com os votos contrários dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Jarbas Vasconcelos e, em separado, do Senador Jarbas Vasconcelos.

4**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 1, DE 2010 – COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 475, de 2011)*

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que *fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.*

5**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010**

*(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 476, de 2011)*

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que *regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.*

6**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008**

*(Adiada para esta data em virtude
da aprovação do RQS nº 236, de 2011)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

7**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2011 (nº 4.409/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos de Juiz do Trabalho e de Varas do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (CE), define jurisdições e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 123, de 2011, da Comissão Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda.

8**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004**

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 5, de 2008)
(Adiada para esta data em virtude da
aprovação do RQS nº 259, de 2011)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Como não há mais oradores inscritos, dou por encerrada a sessão desta noite.

(Levanta-se a Sessão às 22 horas e 33 minutos.)

REQUERIMENTO DE LICENÇA

Artigos 13; 43, I e II, do Regimento Interno (sem ônus)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	FINALIDADE
156-M	Pedro Simon	43, I	28.04 a 07.05	Licença Saúde
157-M	Kátia Abreu	13	03.05	Atividade Parlamentar
158-M	Lobão Filho	43, II	20.04	Licença Particular
159-M	Eduardo Braga	13	09 a 13.05	Atividade Parlamentar
160-M	Paulo Bauer	13	05.05	Atividade Parlamentar
161-M	Casildo Maldaner	13	05.05	Atividade Parlamentar
162-M	Fernando Collor	43, II	06 a 15.05	Licença Particular
163-M	Vanessa Grazziotin	13	06 a 10.05	Atividade Parlamentar
164-M	Rodrigo Rollemberg	13	06 a 10.05	Atividade Parlamentar

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia quatro do mês de maio do ano de dois mil e onze, quarta-feira, às quatorze horas e trinta minutos, na sala número quinze, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 530** adotada em vinte e cinco de abril de dois mil e onze e publicada no dia vinte e seis do mesmo mês e ano, que "Institui, no âmbito do Ministério da Educação, o plano especial de recuperação da rede física escolar pública, com a finalidade de prestar assistência financeira para recuperação das redes físicas das escolas públicas estaduais, do Distrito Federal e municipais afetadas por desastres.", Com a presença do Senhor Senador Aloysio Nunes Ferreira, **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sergio da Fonseca Braga (matricula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 4 de maio de 2011.


SERGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

4-5-2011

Quarta-feira

- **10h Recebe o Senhor José Graziano, indicado do Governo brasileiro para a FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação**

Sala de Audiência

- **11h Recebe o Senhor Jorge Hereda, Presidente da Caixa Econômica Federal**

Sala de Audiência

- **12h Encontro com o Embaixador do Japão Akira Miwa acompanhado dos membros da Mesa Diretora do Senado**

Avenida das Nações, Quadra 811, Lote 39

- **16h Ordem do Dia**

Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amelia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes de Oliveira** (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.3.2011)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁵⁾

Leitura: 16/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(3,4)	1. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾
Angela Portela (PT-RR) ⁽³⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽³⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾	

Notas:

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
3. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO**

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NO ACRE E DEMAIS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Sérgio Petecão (PMN) ⁽³⁾	
Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(4,5)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.3.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senadora Ana Rita (PT) ⁽⁴⁾
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3.
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)

4) REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽²⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).

2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).

3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).

4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).

5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).

6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).

7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).

8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).

9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amelia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amelia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁴⁾
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**.. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lidice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Gleisi Hoffmann (PT)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amelia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
(1)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amelia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.

2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.

3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amelia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).

2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amelia (PP-RS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amelia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amelia Vice-Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR) ⁽²⁰⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Renan Calheiros (PMDB) ^(3,5,17)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Mário Couto (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁸⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Anibal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽²⁾

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽¹²⁾	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁷⁾	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amelia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfê Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- *** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- **** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
João Pedro (PT)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
João Pedro (PT)	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁹⁾
VAGO ⁽²⁾	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽³⁾	1.
⁽¹⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 045/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB).

6. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

8. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

9. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amelia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amelia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	4. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amelia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 029/2011-CRE/PRES).

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁾
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Mário Couto (PSDB) ⁽²⁾	3. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amelia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amelia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Selma Miriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amelia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁷⁾
PTB	
⁽¹⁾	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁴⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. Marisa Serrano (MS)
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
PT
Gleisi Hoffmann (PR) ⁽⁶⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁴⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽²⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 24/02/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁷⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 03/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) ⁽⁶⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾
PP
Ana Amelia (RS) ⁽⁷⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁵⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁴⁾

Atualização: 13/04/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR
(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽⁴⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽²⁾
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽⁷⁾
PV

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 24-3-2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
(Resolução nº 01, de 2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878
Fax: (61) 3216-6880
E-mail: cpmc@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor

Senado Federal

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Mário Couto (PSDB/PA)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Fernando Collor (PTB/AL)

Câmara dos Deputados

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)

(Atualizada em 3.5.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. – 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49**



Edição de hoje: 244 páginas

OS: 2011/11804